LUSA

A MATRIZ PORTUGUESA

LUSA: THE PORTUGUESE MATRIX

LUSA

A MATRIZ PORTUGUESA

RIO DE JANEIRO 12 de outubro de 2007 a 10 de fevereiro de 2008

BRASÍLIA 26 de fevereiro a 4 de maio de 2008

SÃO PAULO 16 de junho a 7 de setembro de 2008

Os textos de curadoria deste catalogo permanecem na versão original, respeitando a forma de escrever e a nacionalidade dos autores.

LUSA

A MATRIZ PORTUGUESA

SUMÁRIO

As raízes pré-históricas do território português Luís Raposo 6

O Portugal dos Romanos Maria Conceiçao Lopes 18

O Sul entre Roma e o Islão Santiago Macias 28
O ocidente peninsular entre Oviedo-Leão e Córdova. Uma perspectiva "cristianocêntrica" Paulo Almeida Fernandes 38

O Mediterrâneo em vésperas da Islamização Cláudio Torres 50
O Sul entre a Cruzada e a Jihad (Séculos XI-XIII) Santiago Macias 58

A formação e consolidação de Portugal (séculos XII a XV) José Custódio Vieira da Silva e Joana Ramôa 66

Os Judeus em Portugal Maria José Ferro Tavares 78

A construção da visão planetária do mundo: os Descobrimentos marítimos portugueses Jorge Couto 90

Uma língua que veio de longe Ivo Castro 110

Versão em inglês *English version* 120

Nota biográfica *Biographic information* 170

As raízes pré-históricas do território português

Luís Raposo | Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa, Director

Cromeleque dos Almendres, Evora | Monumento megalítico do Neolítico (a sua formação aconteceu entre o 6º e o 3º milénio a.C.). Este Cromeleque é um dos mais importantes do Sul da Europa, não só devido à sua dimensão e distribuição espacial, mas também à sua construção e ao seu estado de conservação.

Existem países em que o ensino da história é feito "do fim para o princípio", quer dizer, dos tempos presentes até às origens. São os países de história curta, nos quais a conceptualização do tempo passado pode ainda – e deve, talvez – fazer apelo à memória colectiva. Acontece, porém, o contrário em toda a "Velha Europa" e por mor razão em Portugal, onde o sentimento prevalecente é o da continuidade histórica, quer dizer, a convicção de que a miríade de presentes-passados, encadeados na escala dos séculos e dos milénios, repercutem sucessivamente, até hoje, fazendo parte de nossa matriz civilizacional. José Leite de Vasconcelos, o mais notável investigador português da temática das origens na passagem do século XIX para o século XX e também fundador do actual Museu Nacional de Arqueologia (ao tempo Museu Etnográfico Português), fez desta constatação um dos esteios principais de sua obra, afirmando em dado passo: "Do rápido relance de olhos que dei à parte material de nossa civilização, considerada desde os tempos pré-históricos até ao presente, vê-se realmente que as épocas em que ela se divide se filiam umas nas outras. Muitas de nossas louças populares, mesmo com seus singelos ornatos, provêm das do período Neolítico; muitas de nossas povoações assentam em alicerces proto-históricos e têm nomes pré-romanos; muitos de nossos usos campestres foram ensinados ou aperfeiçoados pelos romanos e pelos árabes; as moedas de que nos servimos diariamente são cópias modificadas de moedas medievais, como essas o são de moedas antigas, cuja origem se pode fazer ascender ao século VII ou VI antes de Cristo. Achamo-nos assim indissoluvelmente ligados ao passado. Estudando esse, prestamos, pois, culto aos venerandos velhos que nos legaram a herança que usufruímos".

A observação de mestre Leite mantém toda a actualidade. Sentimo-nos em Portugal, a muito justo título, herdeiros de heranças, a um tempo culturais e genéticas, que nos conduzem através dos tempos numa cadeia que só tem fim... no início do povoamento. Também por isso nos interessa perscrutar a Pré-História. Não pretendemos ver nela prefigurado, desde a lonjura dos tempos, o Estado medieval que depois viemos a ser, mas seguramente encontraremos nela vivências próprias, que em determinados aspectos ligam as populações do território português à Europa continental; noutros as ligam ao Mediterrâneo e ao norte de África; e noutros ainda as fazem iguais a si próprias, especialmente quando nessa finisterra se conjugam geografia e envolvência ambiental, de tal modo que ficam favorecidas todas as situações de particularismo ou até endemismo cultural.

Comecemos, pois, pelo princípio nessa nossa demanda das origens. De quando datam os primeiros habitantes do território? Como aqui chegaram? Como viviam? As perguntas são elementares e óbvias. As respostas, porém, terão de ser algo complexas e imprecisas.

Importa saber, antes do mais, de que "primeiros" falamos. Seguramente daqueles que existiram durante a chamada Idade Glaciária e viveram da caça, da pesca e da recolecção. Mas esses, ditos dessa forma tão

abrangente, constituem a maior parte da história humana, o período a que chamamos Paleolítico, uma época tão remota e tão longa que o "pai" de sua inicial descoberta, no século XIX, Jacques Boucher de Perthes, se lhe referia como "a noite dos tempos". Ora, dentro do Paleolítico existem subdivisões importantes e o conhecimento que se tem de cada uma delas é substancialmente diverso.

Precisemos, portanto, nossa pergunta inicial: como começou o Paleolítico em Portugal? Sabendo que a emergência da humanidade se encontra em África e que, de toda a evidência, os primeiros europeus tiveram origem em África, poderão eles, entre outras vias alternativas e até já documentadas, ter também penetrado na Europa através do Estreito de Gibraltar? É possível, mas não seria empreendimento fácil. O Estreito de Gibraltar nunca ficou a seco durante a existência humana, mesmo aquando dos períodos de máximo recuo do nível do mar, e existem aí fortíssimas correntes que impedem a travessia com base em sistemas de navegação primitivos. Ainda assim, existe no litoral português um horizonte cultural do Paleolítico Inferior Arcaico, o chamado Pré-Acheulense, que muitos autores admitem constituir o testemunho dessa primitiva ocupação humana, com origem directa no norte de África. Trata-se apenas de utensílios de pedra lascada, feitos sobre seixos rolados e de gumes obtidos por talhe unifacial (os chamados *choppers*) e bifacial (*chopping-tools*), tão primitivos e tão elementares que em certos casos se pode duvidar de sua real origem humana.

Tudo é diferente quando se passa para o período seguinte: o Paleolítico Inferior Pleno e o Acheulense. Estamos aqui na época dos "caçadores de elefantes", ou seja, de um longo período de várias centenas de milhares de anos (talvez entre 500 mil e 600 mil anos atrás até há cerca de 100 mil anos), durante o qual se desenvolveu o povoamento da Península Ibérica. Os instrumentos de caça da altura, todos para usar na mão, uma vez que ainda não tinha sido inventado o encabamento, eram o biface (ou "faz-tudo", na expressão saborosa de Leite de Vasconcelos) e o machado (esse, mais tipicamente africano, surgiu na Europa, em maior percentagem na Península Ibérica). Recentes descobertas em Espanha, próximo de Burgos (nos sítios de Atapuerca), permitiram pela primeira vez identificar fisicamente esses primitivos caçadores. Chamaram-lhes *Homo antecessor*, porque se crê que constituem os antecessores de todos os europeus e sua presença indirecta (através dos utensílios de pedra lascada) é amplamente conhecida em Portugal, nos vales fluviais, com especial destaque para o Rio Tejo. Ali encontramos algumas dezenas de sítios arqueológicos, desde o estuário até à zona de fronteira com Espanha, sendo célebres os locais da região de Alpiarça, onde se identificaram horizontes de ocupação dentro de camadas estratigráficas e com peças de excepcional qualidade técnico-tipológica.

E novamente se coloca a questão: podem esses "caçadores de elefantes" (falamos do elefante antigo ou elefante das florestas, então muito comum na Europa meridional, como o rinoceronte, o hipopótamo e muita outra megafauna típica da Idade Glacária ou Plistocénico) ter tido origem no norte de África e atravessado o Estreito de Gibraltar? É possível que sim, agora talvez com maior convicção, dada a distribuição predominantemente ocidental do Acheulense europeu e sobretudo a extraordinária presença dos machados de mão africanos em Portugal e na maior parte de Espanha. A verdade é que, ao longo de toda a história, a Ibéria, esse subcontinente bastante isolado do resto da Europa pela cadeia montanhosa pirenaica, constituiu (com excepção da cornija cantábrica e, em menor medida, do território catalão) um domínio geográfico e ecológico que pulsa muito mais em conexão com o norte de África e o Mediterrâneo do que com a Europa setentrional. O Acheulense, visto a essa luz, constitui apenas um primeiro e credível elo de uma longa cadeia que vem até épocas históricas.

Gradualmente, insensivelmente, os caçadores acheulenses transformam-se em neandertalenses, ou seja, passou-se do Paleolítico Inferior para o Paleolítico Médio, do Acheulense para o Mustierense. O território surgiu então muito mais povoado. Atingiram-se, de forma regular, os maciços rochosos situados a baixa altitude, na periferia das bacias sedimentares fluviais. Essa circunstância levou a que, pela primeira vez, ocorressem ocupações em grutas – locais muito favoráveis à conservação dos vestígios, em especial dos restos orgânicos.

O homem de neandertal foi a grande personagem da Pré-História Antiga europeia. Não sendo o primeiro europeu, é seguramente a primeira população humana tipicamente europeia, quer dizer, aquela que se define em virtude de um processo evolucionário situado no solo europeu, então submetido ciclicamente às condições muito adversas que resultavam do arrefecimento extremo e do acentuado isolamento geográfico ocorrido durante as fases glaciárias. Dele se disse já tudo e seu contrário: atarracado, torpe, bruto, desprovido de carisma; musculoso, forte, sensível e dotado de espiritualidade evidente... Descontados os excessos que resultam apenas de um processo de espelhagem do presente no passado, a verdade é que os neandertais tiveram bastante sucesso evolutivo (existiram durante mais de 100 mil anos, entre cerca de 130 mil e 150 mil anos atrás e há 30 mil anos, tendo-se no decurso de sua existência alcançado também o Oriente Próximo e desenvolveram comportamentos técnicos novos. Dois exemplos apenas: o encabamento das ferramentas, dando origem ao uso regular de lanças com maior capacidade perfurante e o início do fabrico em série de instrumentos de pedra lascada (principalmente os raspadores), mediante cadeias operatórias complexas, que supunham o planeamento mental de um conjunto de gestos técnicos até à obtenção do utensílio desejado. Por outro lado, importa não esquecer, foram os neandertais os primeiros a enterrarem os mortos, por vezes com rituais funerários elaborados em que se pressente grande carinho atribuído às crianças.

O território português constitui a finisterra ocidental do universo neandertal e são dele os mais antigos restos humanos até hoje aqui conhecidos: alguns dentes e ossos dos braços e das pernas, encontrados em duas ou três grutas da Estremadura, uma delas – a Gruta Nova da Columbeira, no Bombarral – com sinais de ocupação intensa, traduzida em milhares de artefactos de pedra lascada e em numerosos animais caçados ou simplesmente recolhidos nas imediação e levados para aquela que deveria ser sua base residencial.

Conhecem-se ainda várias dezenas de locais com vestígios de ocupação desse período, o Paleolítico Médio. São particularmente importantes, mais uma vez, os do vale do Rio Tejo. Num deles, Vilas Ruivas, em Vila Velha de Ródão, detectaram-se estruturas habitacionais (dois arcos de pára-ventos com lareiras no interior), datados de há cerca de 50 mil anos – um dos mais antigos vestígios desse tipo em toda a Europa.

O que aconteceu aos neandertais? Extinguiram-se ou cruzaram-se com o chamado homem moderno? A investigação recente demonstrou que o sul de Espanha e Portugal foi o principal território de sobrevivência dos últimos neandertais, talvez até há cerca de 28 mil anos, quando em quase toda a restante Europa eles já tinham deixado de existir cerca de 5 mil a 10 mil anos antes, sendo substituídos pelo homem moderno (*Homo sapiens*, também chamado às vezes, mais impropriamente, de homem de cro-magnon).

Esse último caracteriza-se por um novo e diversificado conjunto de inovações, que alguns autores não hesitam em chamar "a revolução" do Paleolítico Superior. No domínio tecnológico, tornou-se corrente o uso de lâminas como suporte de novas ferramentas de caça, mais eficazes e especializadas. O osso começou a

ser usado regularmente (arpões, zagaias etc.). Reforçaram-se as relações interbandos, traduzidas nas relações espaciais entre sítios. E iniciou-se a produção artística, seja em superfícies rochosas (arte rupestre) em grutas e ao ar livre, seja em objectos móveis (arte móvel).

De quase tudo isso existe amplo conhecimento no actual território português. Em zonas como Rio Maior, por exemplo, encontraram-se dezenas de locais ocupados pelo *Homo sapiens*, ao longo de todo o período de sua existência: o Paleolítico Superior Inicial, conhecido pela cultura Gravetense e talvez, antes dela, pelo Aurinhacense (ambos entre há cerca de 28 mil e 22 mil anos); o Paleolítico Superior Pleno, equivalente do Solutrense (entre há cerca de 21 mil e 18 mil anos); o Paleolítico Superior Final, dominado Madalenense (cerca de 17 mil a 10 mil anos atrás). São particularmente famosos os instrumentos do Solutrense, salientando-se as célebres pontas de lança em forma de folha de loureiro, verdadeiros expoentes do trabalho de pedra por lascamento, fabricadas num momento correspondente à expansão máxima da última glaciação (Würm), quando o nível do mar estaria mais de 100 metros abaixo do actual (e extensas landes costeiras, por vezes com cerca de 30 quilómetros de largura, existiriam em zonas actualmente debaixo do Oceano Atlântico) e as calotes geladas e os desertos frios cobririam amplamente a Europa, obrigando a população humana e animal a refugiar-se mais nas latitudes meridionais, intensificando os mecanismos adaptativos necessários à sobrevivência, incluindo aqui a qualidade dos ferramentais de caça.

Uma das mais recentes e extraordinárias descobertas desse período em Portugal foi a arte rupestre do vale do Rio Côa, o mais importante santuário paleolítico ao ar livre conhecido em todo o mundo e por isso classificado pela Unesco como património mundial. Ultrapassada que foi, com vencimento da arte rupestre, a polémica que sobreveio a sua descoberta – ou seja, a discussão sobre se deveria esse acervo patrimonial ser mantido visitável ou se poderia ser submergido pela albufeira de uma barragem prevista para a zona e cujos trabalhos preparatórios de avaliação ambiental deram origem a sua descoberta –, podemos hoje confirmar em absoluto a importância transcendente desse complexo, composto de próximo de 1 milhar de gravuras de temática quase exclusivamente animalística (frequentemente em estilos clássicos, conhecidos) nas grutas pintadas, às vezes muito originais, como quando parecem sugerir o movimento dos animais, em modalidades próximas da banda desenhada actual), distribuídos por mais de duas dezenas de núcleos, dos quais os mais importantes são os da Canada do Inferno, Ribeira de Piscos, Penascosa, Quinta da Barca, Fariseu e Faia. Encontram-se disseminadas nas margens do rio, ao longo de uma considerável extensão (quase 20 quilómetros), mas apresentam zonas de concentração que podem ser interpretadas em termos de um universo estruturado no qual passagens privilegiadas entre as margens, confluências entre cursos de água ou esporões rochosos possuiriam significados simbólicos especiais, que hoje em grande medida nos escapam. Como em relação a toda a chamada arte das cavernas (com Altamira ou Lascaux à cabeça, mas de que em Portugal se situa o exemplo mais ocidental, a Gruta do Escoural em Montemor-o-Novo) e para citar um dos mestres de seu estudo, André Leroi-Gourhan, poderemos ter de nos resignar à incompreensão dos motivos profundos que levaram os caçadores paleolíticos a ter produzido os desenhos a que hoje damos valor artístico. Mas o que parece fora de dúvida é que não o fizeram gratuita ou aleatoriamente – e nesse sentido o vale do Rio Côa assemelha-se muito a um universo estruturado, a uma gruta sem tecto, a um eixo mágico do mundo, frequentado por bandos de caçadores eventualmente provenientes de paragens algo longínquas, como no limite poderia ser o litoral estremenho português. Recentes descobertas vieram documentar a ocupação humana dessa zona, num caso pelo menos em directa associação com um painel gravado, permitindo assim, por meio da sobreposição de camadas e de datações cronométricas, melhor datar as gravuras. Essas parecem cobrir a totalidade do Paleolítico Superior, desde sua fase mais antiga, o Gravetense.

Encontra-se, portanto, amplamente documentada a presença do *Homo sapiens* do Paleolítico Superior em Portugal (as mais recentes descobertas ocorreram no Algarve). E, o que é igualmente notável, sabemos algo sobre suas características biofísicas. Para além de algumas descobertas mais antigas, deve-se isso principalmente ao achado recente (1998) de um esqueleto quase completo de criança (com idade calculada de 4 a 5 anos), ocorrido no Abrigo do Lagar Velho, situado no Vale do Lapedo, em Leiria. Trata-se, novamente, de uma descoberta extraordinária, pela antiguidade, pelo grau de conservação, pelo ritual funerário documentado e talvez também pelas características físicas registadas. Verificou-se que a criança foi depositada, ou enterrada, debaixo do abrigo rochoso, dentro de uma mortalha funerária, com o corpo coberto por ocre vermelho e enfeitado com adornos pessoais. Estamos em presença de uma criança sapiens. Não apenas os neandertais já se teriam extinto há alguns milhares de anos quando ela viveu como todas as suas principais características esqueléticas assim o confirmam: por exemplo, a estrutura do ouvido e o desenvolvimento acentuado do queixo na mandíbula etc. Mas, segundo os descobridores, existem alguns indícios que permitem pensar na ocorrência de uma situação de hibridismo entre neandertais e sapiens, como, por exemplo, o chamado índice crural, a razão entre a tíbia e o fémur, que daria a essa criança uma perna atarracada, como ocorre nos neandertais. Se assim fosse, dado o intervalo de tempo existente entre a criança (datada de há cerca de 24 mil e 25 mil anos) e os últimos neandertais (datados de há cerca de 28 mil e 29 mil anos), estaríamos em presença de hibridismo resultante não de nenhum "caso de amor" pontual (certamente pitoresco, mas sem real significado evolucionário), mas de um cruzamento extensivo das duas populações, com visibilidade ainda alguns milhares de anos depois.

E assim regressamos, agora mais bem informados, à questão colocada alguns parágrafos atrás: terá havido em Portugal um processo de miscigenação generalizado entre neandertais e sapiens? A questão subsiste, mas por nosso lado temos defendido que não apenas as sugestões nesse sentido, anteriormente sumariadas, nos não parecem suficientemente válidas como todos os outros indicadores vão em sentido contrário e nos parecem bem mais atendíveis. Até que novos dados sejam produzidos, parece-nos mais sensato concluir que os neandertais se extinguiram sem deixar rasto visível.

A ocupação extensiva do território português por parte dos sapiens, que já assinalámos, teve continuidade durante muitos milénios e, em certo sentido, até hoje, porque continuamos a ser basicamente os mesmos. Mas houve alterações importantes nos modos de vida, sendo a primeira delas a que decorreu da grande transformação climática e paisagística que sucedeu ao fim da Idade Glaciária, há cerca de 10 mil anos.

Passou-se então para o Epipaleolítico e o Mesolítico (os dois termos podem equivaler-se e assim os usamos neste texto, por simplificação). Com o aquecimento global, o nível do mar subiu acentuadamente, e em cada ano, em cada década, em cada século, alargaram-se as zonas estuarinas, muito ricas em biomassa (peixes, moluscos, crustáceos...). Nos continentes, aumentou a circulação de água, seja sob a forma do caudal dos cursos de água, seja sob a forma de chuva e humidade atmosférica. Consequentemente, desenvolveram-se as coberturas vegetais, que a breve prazo atingiram o andar das florestas climácicas; com elas veio todo um novo cortejo faunístico de pequenos animais terrestres e aves. Foi todo o antigo mundo dos caçadores-recolectores glaciários, baseado na caça de grandes herbívoros, que assim acabou. E com ele acabaram também os antigos modos de vida e as antigas tradições culturais.

Parque ecológico do Vale do Côa | O Vale do rio Côa constitui um local único no mundo por apresentar manifestações artísticas de ar livre de diversos momentos da Pré-História, com especial relevo para o Paleolítico Superior. Trata-se do maior conjunto de figurações paleolíticas de ar livre até hoje conhecidas

Durante muito tempo pensou-se que essa nova fase, o Mesolítico, foi uma época de decadência, um período em que os caçadores-recolectores, outrora gloriosos, não teriam mais do que pequenos roedores, alguns lagomorfos ou moluscos para poderem sobreviver. Os concheiros, tão típicos desse período (equivalentes, embora muito mais antigos, dos sambaquis brasileiros), eram vistos como a expressão máxima dessa penúria. Passou-se depois para a posição contrária, a ponto de Pierre Chaunu afirmar que "se houve objectivamente uma idade de ouro na história dos homens, ela pode situar-se no Mesolítico, no momento em que se desenvolve uma sedentarização inteiramente nova, associada ao perfeito domínio da recolecção e da caça". Já antes J.-G. Rozoy tinha afirmado que essa era a época dos "arqueiros livres e sem preocupações", um tempo em que os modos de vida se baseavam ainda na mera depredação dos recursos naturais, o valor supremo era o ócio e as tecnologias de caça e pesca atingiram seu expoente máximo, com o uso sistemático do arco-e-flecha, do arpoamento, das redes e do anzol, nas margens e em embarcações, que se admite até poderem ter feito pequenas incursões em mar aberto.

Portugal possui em seu território alguns dos mais importantes concheiros mesolíticos de toda a Europa, situados nos baixos vales do Tejo (próximos da vila ribatejana de Muge) e do Sado (próximos da cidade de Alcácer do Sal). Compreende-se que assim seja, dada a vastidão dos respectivos estuários e a posição latitudinal privilegiada. Desses locais provêm também as maiores colecções de restos físicos humanos desse período existentes em todo o mundo: mais de 300 esqueletos, muitas vezes bastante completos, encontrados em situação de enterramento primário.

Os concheiros mesolíticos eram muito mais do que meras lixeiras, não obstante a grande visibilidade das conchas neles acumuladas. O maior concheiro do Tejo, o da Moita do Sebastião, tinha uns 90 a 100 metros de comprimento por 75 metros de largura e 2,5 metros de altura, num volume total de cerca de 6.500 metros cúbicos. Os outros mais importantes eram pouco menores, mas podendo atingir alturas muito superiores (Cabeço da Arruda, por exemplo, tinha 5 metros de altura). No entanto, ao contrário dos concheiros neolíticos e mais recentes, que constituíram apenas lixeiras de comunidades mais segmentadas e especializadas do ponto de vista territorial, sediadas em aglomerados habitacionais fixos (as aldeias), que completavam sua dieta alimentar através de "idas ao mar" destinadas a obter recursos marinhos que processavam no próprio local da recolha, abandonando os restos e dando origem a acumulações monótonas de conchas e pouco mais, os concheiros mesolíticos eram verdadeiros locais de vida e de morte. Sem porventura atingirem o estatuto de sítios de habitação permanente, eles eram certamente bases residenciais estáveis, onde se passava uma parte importante do ano, reunindo, processando e consumindo bens alimentares variados (vistos com atenção, os restos de fauna continental são mais importantes e contribuem com maior valor calórico para o conjunto da dieta do que os moluscos e outra fauna aquática) e construindo estruturas habitacionais, entre as quais, pavimentos, silos e cabanas (semicirculares, chegando a possuir de 7 a 8 metros de amplitude), cujos fundos e elementos das coberturas vegetais se reconheceram.

Aí se enterravam também os mortos, de acordo com rituais funerários bem definidos: deposição em decúbito dorsal, corpo com objectos de uso quotidiano e adornos, polvilhado com ocre e acompanhado de conchas por abrir, uma espécie de comida para o Além. Em certos casos, foi mesmo possível determinar a existência de comportamentos especiais quanto à distribuição espacial dos corpos e a segregação de determinados segmentos sociais (caso das crianças, objecto de enterramento separado dos adultos).

Durante quase um milénio, o Mesolítico permaneceu nas margens do Tejo, quando em toda a volta, na Estremadura e no Alentejo, existiam já comunidades aldeãs neolíticas. Se assim foi é porque esses grupos tinham sucesso e o ambiente em que viviam potenciava o isolamento cultural – algo que nos recorda a singularidade do modo de vida de riba-Tejo, até tempos muito recentes.

Nos níveis superiores de alguns dos concheiros do Tejo e do Sado existia já cerâmica, um dos mais tradicionais marcadores do Neolítico, juntamente com a pedra polida. Ainda que admitamos que essa cerâmica tenha sido produzida nos próprios concheiros (poderia também ser objecto de troca com o exterior) e que tenha por isso um processo de adopção do novo modo de vida a que esses itens estavam ligados, a verdade é que não pode negar-se que o chamado processo de neolitização em Portugal contém um importante (alguns autores dizem mesmo exclusivo) influxo externo. Não existiam nessa finisterra atlântica nem as espécies animais (ovicaprídeos) nem as espécies vegetais (cereais, com o trigo em primeiro lugar) que viriam a ser domesticadas e, de súbito, ocorrem desde o quinto ou talvez até o sexto milénio antes de Cristo nos povoados dessa fase (o Neolítico Antigo), simples aldeias sem defesas naturais, situadas muitas vezes próximas das linhas de água. Prova adicional de que teria havido alguma contribuição externa, remotamente com origem no Mediterrâneo oriental (como, aliás, os estudos de genética de Cavalli-Sforza, entre outros, parecem certificar para o conjunto da Europa), é a temática decorativa da cerâmica, impressa com diversas matrizes, entre as quais a concha do berbigão, outrora designado taxinomicamente por Cardium, e daí a designação que lhe é dada, cerâmica cardial, comum a todo o Mediterrâneo ocidental, na Europa e no norte de África.

As formas dessa mais antiga cerâmica portuguesa são elucidativas de seu uso. Trata-se de vasos de fundo arredondado, com ou sem gargalo, mas normalmente de boca mais ou menos fechada – o contrário de pratos ou até copos. Com frequência apresentam asas de perfuração vertical, o que sugere que seriam utilizados suspensos, para servir no aquecimento de caldos, sopas ou papas. Na passagem para o Neolítico Médio, a novidade desfez-se e as cerâmicas, de formas algo mais variadas, mas ainda essencialmente esféricas, deixaram de ser decoradas (cerâmicas lisas, diz-se). Mas não foi apenas isso que mudou quando os primitivos agricultores e pastores se fixaram e enxamearam por todo o território.

Iniciou-se outra dinâmica social. Um de seus traços mais visíveis é o chamado fenómeno megalítico, ou seja, a construção de túmulos colectivos com grandes (mega) pedras *(lithos)*, as antas ou dólmenes, que ainda hoje existem de norte a sul do território e especialmente no Alentejo. Todo o esforço das comunidades e todos os seus excedentes produtivos eram colocados ao serviço da ideia de construir para os mortos moradas monumentais que em certo sentido representassem um regresso à terra-mãe (a exemplo de grutas naturais como o Escoural, onde antes, durante e depois continuaram também a ser depositados os cadáveres, por vezes na ordem das dezenas e centenas). A anta era afinal isso mesmo: com seu esqueleto pétreo (um corredor e uma câmara sepulcral) coberto por um monte artificial de terra e pedra (a mamoa), ela deveria assemelhar-se a uma cavidade onde se penetrava para a última viagem, regressando assim ao acolhedor regaço telúrico, acompanhado de bens de uso diário, ídolos ou divindades protectoras (como é especialmente o caso das placas de xisto ou arenito decoradas, que constituem um *ex-libris* do megalitismo ibérico ocidental) e símbolos do poder, quando apropriado (caso dos magníficos e raros báculos de xisto decorados, que são exclusivos do território português).

Entretanto, os modos de vida alteraram-se também. Com o tempo, escolheram-se cada vez mais locais altos e de defesa fácil para instalar os povoados. Na passagem para a Idade do Cobre, ou Calcolítico, no início do terceiro milénio antes de Cristo, já esses locais eram protegidos por muralhas, que chegavam a possuir duas e três linhas de defesa. Vila Nova de São Pedro (na Azambuja), Zambujal (em Torres Vedras) ou Leceia (em Oeiras) constituem exemplos paradigmáticos desse tipo de povoados fortificados. Por que e de quem se defendiam então os habitantes de nosso território? Temos indicações suficientes para supor que pretendessem proteger-se de, ou simplesmente impressionar, comerciantes ávidos das riquezas, acima de tudo o cobre, ali obtido com alguma facilidade mas raro ou inexistente na maior parte da Europa. É esse o primeiro momento da história em que se pode admitir a ocorrência de laços regulares de comércio entre a finisterra ocidental ibérica e o Mediterrâneo, numa época em que no Egipto passava das fases pré-dinásticas para o período faraónico. A partir daí e pelo menos até à fundação do Portugal medieval, por via da acção de cruzados e senhores feudais do setentrião europeu, jamais se quebrou essa ligação umbilical com o Mediterrâneo, o espaço cultural em que basicamente se formou nossa cultura.

Mas existem também razões internas que podem justificar maiores preocupações de defesa. Os processos produtivos intensificaram-se na passagem do Neolítico Antigo e Médio para o Neolítico Final e a Idade do Cobre. Fala-se numa verdadeira revolução dos produtos secundários, ou seja, no papel económico crucial que passam a desempenhar os derivados animais (leite, queijo, peles, força de tracção e consequentemente as novas técnicas de trabalho da terra, baseadas em arados mais potentes etc.) e vegetais (cestaria, tecelagem etc.). Os metais, o cobre primeiro, durante quase um milénio, e o bronze depois, seriam relativamente secundários a essa luz. Esse facto não impediu, todavia, que se reconhecesse a importância simbólica e artesanal do cobre, sendo Portugal e o sul de Espanha uma das mais antigas áreas europeias onde o mesmo foi trabalhado.

Na passagem para a Idade do Bronze (segundo milénio antes de Cristo), acentuou-se a diversidade cultural do território português, dando início a certa dicotomia entre norte e sul que perdurou depois ao longo dos séculos, até hoje em certa medida. Para isso muito contribuiu o cruzamento e a diferente dispersão territorial de influências mediterrânicas, atlânticas e continentais. As áreas de contacto regular alargaram-se bastante. Testemunho disso é a cultura campaniforme, do fim da Idade do Cobre. Seus materiais, o chamado conjunto campaniforme (vasos de cerâmica ricamente decorados, por vezes com a forma de campânula invertida – daí o nome da cultura –, botões de osso e marfim, braçais de arqueiro e pontas de lança de cobre, ditas de Palmela, devido a sua inicial descoberta nos hipogeus da Quinta do Anjo, localizados naquele concelho), dão conta de um ambiente cultural algo opulento, dominado talvez pela figura do guerreiro. Pretendeu-se ver nisso a materialização de um povo de conquistadores armados, que pela primeira vez teria alcançado nosso território a partir da Europa atlântica. Essas ideias não merecem hoje grande aceitação, já que não apenas o campaniforme ocorreu tanto na fachada atlântica quanto na zona mediterrânica, com especial relevo para o levante espanhol, como de facto não sabemos exactamente a que realidade histórico-antropológica correspondem as chamadas culturas da Pré-História, que mais não são do que conjuntos de traços (com predomínio para os artefactos) que ocorrem repetida e recorrentemente dentro de determinadas balizas espácio-temporais. Tratar-se-á assim mais de uma moda cultural (de um fenómeno social, preferirão dizer os investigadores de matriz antropológica) do que de uma cultura etnicamente circunscrita.

A Idade do Bronze constituiu, em todo o Mediterrâneo, a época dos guerreiros heroicizados e dos heróis divinizados. Os poemas homéricos resumem bem essa equação ao falar de um tempo primordial dos "deuses com espadas de bronze". Infelizmente, não possuímos em Portugal qualquer registo escrito, directo ou indirecto, que nos informe sobre esses heróis fundadores. Mas dispomos de representações dos mesmos, registadas em tampas de sepultura e estelas memorialistas. Os rituais funerários tinham então já mudado. Abandonara-se o enterramento em sepulcro colectivo, próprio das sociedades comunitaristas primitivas que se estenderam desde o Neolítico (com os dólmenes e as grutas naturais) até à Idade do Cobre (com os túmulos de falsa cúpula ou *tholoi* e os hipogeus escavados na rocha ou grutas artificiais), e adoptara-se a inumação individual. As lajes de cobertura dessas sepulturas apresentam-nos as armas do guerreiro: a espada, a lança, o escudo e ainda um enigmático objecto ancoriforme, desconhecido do registo arqueológico e que se costuma designar por "a coisa". As estelas memorialistas, por seu lado, são ainda mais narrativas, apresentando com frequências a figura do guerreiro, dotado de grande animação (braços e dedos das mãos abertos, pernas arqueadas), com todo o seu arsenal bélico (escudo, espada, lança... e o próprio cão) e de prestígio pessoal (fíbula, pinça, espelho), sendo por vezes também representadas, em tamanho menor e posição subalterna (às vezes deitadas, numa evidente simulação da morte ou da obediência), outras figuras humanas, masculinas e femininas, que podem representar quer inimigos, quer consortes.

Foi essa também a época formativa da chamada cultura castreja do noroeste ibérico (Portugal, Galiza e Astúrias), dentro de um quadro mais geral de maior fortificação e centralidade dos povoados. A importância do metal, o bronze, tornou-se por demais evidente. Chegaram a ocorrer, normalmente fora dos povoados, mas em suas imediações, em grutas ou meros buracos, aquilo a que tradicionalmente se deu o nome de

"esconderijos de fundidor", quer dizer, acumulações de dezenas, ou até centenas, de peças metálicas (na maior parte dos casos machados), tais como saíram dos moldes (que igualmente são encontrados junto, por vezes), dando conta talvez de situações de ocultação por parte dos fundidores metalurgistas, que assim geriam seus estoques de modo a abastecer o mercado à medida das necessidades, controlando os preços da forma que entendiam mais conveniente. A carestia e o prestígio do metal eram tais que a própria cerâmica o imitava, constituindo uma espécie de sucedâneo. Surgiram assim os vasos de cores escuras, superfícies brilhantes, brunidas, decoração em gomos de laranja, como se se tratasse de segmentos soldados uns aos outros, à maneira dos vasos rituais de metal, muito mais raros.

As aristocracias guerreiras da Idade do Bronze deram lugar, na primeira metade do primeiro milénio antes de Cristo, às chamadas democracias guerreiras da Idade do Ferro. Entre muitos outros, existiu um factor decisivo para essa evolução: o uso extensivo do metal, o ferro, em todas as actividades do dia-a-dia. Nenhum dos metais (cobre) ou ligas metálicas (bronze) anteriores possuía características que pudessem fazer deles verdadeiros instrumentos de transformação social. O ferro, pelo contrário, era abundantíssimo e de muito maior dureza, a ponto de poder servir nos mais violentos trabalhos agrícolas e mineiros. Proporcionou, por isso, uma verdadeira democratização do metal, cujos preços passaram a estar acessíveis a todas as bolsas. Perguntar-se-á por que, sendo tão evidentes as vantagens do ferro, ele não foi usado antes. E, como sempre, em história, a resposta virá da verificação de que "apenas se vê ou se sente a falta daquilo que se está preparado para ver ou sentir falta" (dito na formulação clássica do marxismo: "O homem apenas se coloca os problemas que está preparado para resolver") – princípio que, aplicado às matérias-primas, significa que seu uso implica a existência de sociedades que não apenas detenham as tecnologias necessárias a sua extracção e transformação, como, antes disso, possuam a percepção de sua efectiva utilidade e benefício social. O ferro ilustra bem essas circunstâncias: sua extracção é mais simples do que a do cobre ou estanho, mas seu trabalho é substancialmente mais complexo, dadas as temperaturas muito mais elevadas de fundição e a necessidade de sua manutenção por períodos prolongados. Nesses termos, o trabalho do ferro pressupunha um maior saber tecnológico, mas sobretudo obrigava a uma maior segmentação social, destacando do colectivo a figura do metalurgista e de todas as funções conexas. Sociedades em rápida aproximação a modelos de organização proto-estatais (e já não somente de chefaturas, cimentadas em torno de "grandes homens" e da memória de antepassados heroicizados, como na Idade do Bronze) conteriam em si mesmas a complexidade que permitiria encontrar na exploração e uso do ferro um excelente veículo de seu desenvolvimento. Constituíram-se então as realezas e o poder passou a exercer-se através de hierarquias oligárquicas, que controlavam as matérias-primas e todo o seu processamento, com o ferro em primeiro lugar.

O processo histórico que resumimos no parágrafo anterior materializou-se em Portugal ao longo de todo o primeiro milénio antes de Cristo, em alguns casos em momentos bastante tardios, sendo por vezes nele consideradas duas fases sucessivas, as chamadas primeira e segunda Idade do Ferro. Trata-se de uma divisão porventura algo artificial, mas que pretende dar conta da ocorrência de um momento inicial, em que não existiam ainda contactos regulares entre a finisterra ibérica e o mundo mediterrânico oriental, e outra fase em que tais intercâmbios passaram e ser regulares, levando até ao território português fenícios, gregos e cartagineses, todos eles ou apenas alguns deles, já que os produtos de uns poderiam ter sido transportados pelos outros.

Chamamos Proto-História a esse período (com eventuais recuos à Idade do Bronze), ou seja, uma época de que não possuímos documentação escrita indígena (ou não podemos fazer uso dela), mas de que nos chegaram relatos escritos feitos por outros, quase sempre indirectos e, na maior parte dos casos, de épocas bastante mais recentes do que aquelas a que pretendem remontar em suas descrições.

A escrita constitui uma fonte histórica de primacial importância. E, nesse sentido, importa enfatizar a ocorrência no sul de Portugal, principalmente nas zonas serranas, entre o Algarve e o Alentejo, de uma escrita pré-latina, gravada sobre estelas aparentemente de significado funerário, em certos casos com figuras de guerreiros associadas, que pode remontar ao século VII ou até ao século VIII antes de Cristo, sendo por isso uma das mais antigas escritas europeias. Chamamos-lhe escrita do sudoeste, que constitui uma das variantes, porventura das mais antigas, de um conjunto de registos escritos diferenciados a que genericamente se tem dado o nome de escrita ibérica.

Infelizmente essa escrita continua em grande medida por decifrar, pelo que todos os relatos de nossa Proto-História nos vêm em segunda e terceira mão, dados por autores latinos ou greco-latinos. Falam-nos eles de povos (calaicos, vetões, cónios, lusitanos...); referem-nos até alguns de seus chefes (Viriato...), que aliás conhecemos também por sua representação em estatuária monumental (os chamados guerreiros lusitanos...), mas são todos de épocas já muito tardias, imediatamente anteriores e contemporâneas da ocupação romana do território, pelo que deixaremos sua referência para outro capítulo desta obra.

Assim, abdicando de procurar, pela exclusiva via da arqueologia, identificações etno-históricas de povos particulares, encontramo-nos limitados, ainda na Idade do Ferro, a reconhecer "apenas" grandes áreas culturais, as que já vinham do período anterior, acrescidas agora dos influxos mediterrânicos anteriormente indicados. No norte, a cultura castreja desenvolveu-se e atingiu seu apogeu, na condição de verdadeira cultura pré-clássica europeia. O povoamento densificou-se, estruturaram-se e constituíram-se redes hierárquicas, em que avultavam os povoados centrais, muitas vezes tão grandes e complexos (espaços e edifícios públicos, como balneários, praças e espaços de conselho, ruas e quarteirões etc.) que lhes chamamos citânias (Sanfins, Briteiros, Santa Luzia etc.); no centro e no sul desenvolveram-se centros urbanos muito abertos ao comércio com o exterior, em cujas proximidades se chegaram por vezes a instalar verdadeiros entrepostos, colónias fundadas por agentes mediterrânicos, com os fenícios em primeiro. Essa realidade histórica é conhecida sobretudo no litoral, desde o Algarve oriental (Tavira) até à foz do Rio Mondego (Santa Olaia), tendo sua mais emblemática representação no estuário do Rio Sado, com a articulação entre o grande centro cosmopolita que então era Alcácer do Sal e a colónia fenícia de Abúl, a curta distância. Mas os produtos exóticos mediterrânicos atingiram também o interior ibérico, onde se cruzaram frequentemente com bens de prestígio ditos de tradição continental ou céltica, situação especialmente bem documentada em povoados e santuários, como é o caso de Azougada, no Alentejo.

Em vésperas de sua incorporação no mundo romano e da passagem para o que usualmente designamos por época história, a finisterra europeia ibérica apresentava-se, pois, como um local de cruzamento de culturas e povos, com acentuada ligação ao mundo mediterrânico. E sempre foi assim desde a mais remota ocupação humana, pelo que talvez esse seja o principal ensinamento oferecido pela Pré-História para melhor compreender as raízes de Portugal.

O PORTUGAL DOS ROMANOS

Maria Conceiçao Lopes | Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra

Templo romano, Évora
O templo romano, na cidade de Évora, foi durante muito tempo conhecido como Templo de Diana, a deusa romana da caça. Estudos posteriores demonstraram tratar-se de santuário consagrado ao culto imperial. O templo foi reintegrado na sua actual forma há cerca de um século, depois de expurgado dos elementos medievais.

Em tudo o que fizeres, apressa-te lentamente. Nesse pensamento atribuído a Augusto, o primeiro imperador romano, se poderá sintetizar a dinâmica do processo de criação dos mecanismos e implementação das estruturas que asseguraram a presença romana na Hispânia durante mais de sete séculos.

Desembarcados em Ampúrias, na costa catalã, em 218 a.C., com o objectivo maior de impedir a liberdade de circulação dos cartagineses na Península Ibérica, os romanos, apercebendo-se do potencial económico da exploração dos múltiplos recursos, nomeadamente mineiros, e da oportunidade de alcançar fartos despojos militares, de imediato perpetraram um inexorável avanço para o interior da península. No início do século II a.C. estavam já em território actualmente português. Porém, só passados dois séculos, no ano de 19 a.C., todo o território peninsular foi integrado ao Império Romano[1].

Até cerca da metade do século I a.C., ou, pelo menos, até ao governo de Júlio César na Ulterior em 61 a.C., são parcos os testemunhos arqueológicos que conhecemos e, por serem de informação fragmentária ou difusa, não nos permitem dar nítida nota das configurações e expressões que ao longo de tão largo tempo assume a presença romana no extremo oeste das Hispânias[1].

E nem correndo autores antigos, Apiano, Políbio, Diodoro, Posidónio, Estrabão, Tito Lívio ou Plutarco, por exemplo, encontramos indicadores indiscutíveis da materialidade da apropriação do território nesses tempos. Talvez por se fixarem esses autores nos relatos das guerras contra os lusitanos, na contabilidade da expansão territorial, na descrição do modo como os romanos evoluíram no terreno e na bondade ou iniquidade (segundo a visão do relator) como foram submetendo os povos hispânicos.

Embora não haja conhecimento exacto do território onde se localizavam os lusitanos, esse grupo confederado de povos é o mais conhecido dos que habitavam o território actualmente português quando os romanos chegaram.

Tito Lívio, Plínio, Ptolomeu, Estrabão não coincidem nos limites territoriais nem nas fontes epigráficas e arqueológicas; não encontramos dados que proporcionem marcar esse território com rigor incontestável. Estrabão, reportando-se certamente um período mais avançado no tempo, refere-se-lhe dizendo: "Ao norte do Tejo, encontra-se a Lusitânia, a maior das tribos ibéricas, e que foi combatida pelos romanos durante muito tempo". Era "uma terra fértil e atravessada por grandes e pequenos rios", cujo território "a sul (a Lusitânia) é delimitado pelo Tejo; a ocidente e a norte, pelo Oceano; a oriente, pelos carpetanos, vetões, vaceus e galaicos, tribos muito conhecidas". Acrescenta, também, enfatizando a notoriedade dos lusitanos, que "outras tribos não mereceriam menção por serem pequenas e de pouca importância".

As guerras que opuseram romanos e lusitanos tiveram seu primeiro embate em 194 a.C., quando os romanos infligiram uma derrota a um grupo de lusitanos que regressava de uma de suas frequentes investidas e devastações às terras férteis de entre Guadiana e Guadalquivir.

1 Em 197 a.C. haviam os romanos instituído as duas províncias, a da Ulterior e a da Citerior, que, mesmo tendo que considerar-se espaços em evolução, porque não estavam encerradas em fronteiras bem desenhadas, essas circunscrições tomavam corpo na perspectiva de Roma e serviam de referencial ao governo, ao menos militar, da província.

Pautadas por avanços e recuos, essas guerras prolongaram-se até 139 a.C., ano em que Viriato, destacado chefe militar dos lusitanos durante oito anos, foi traiçoeiramente assassinado por três homens de sua confiança. A dureza e crueldade dessas guerras asseveram a dificuldade, o esforço e o investimento, e, algumas vezes, a ignominiosa conduta de alguns generais romanos para submeter esses povos.

Viriato sabe-se ter sido um dos poucos sobreviventes do massacre perpetrado pelo general romano Sérvio Sulpício Galba, em 150 a.C., no qual 9 mil lusitanos foram traiçoeiramente mortos e 20 mil, aprisionados e vendidos como escravos. Esse massacre que, dada a extrema violência, o Senado em Roma desaprovou, ocorreu quando Galba, em consequência do pacto de paz que os lusitanos haviam proposto, depois de cinco anos consecutivos de sistemáticas e intensas devastações de seu território, logrou reuni-los com o pretexto de uma distribuição de lotes de terras.

Sabe-se também que, sendo chefe militar de um exército de guerrilha que energicamente lutou contra o exército romano, com o qual repartia vitórias e derrotas, surpreendentemente, por estar em posição de superioridade, em 140 a.C., interrompeu essa luta e assinou um tratado de paz pelo qual o Senado de Roma lhe atribuiu o título de *amicus populi romani*.

Esse tratado apenas por momentos travou a oposição dos lusitanos a Roma, pois, por o considerar vexatório, o Senado apressou-se a denunciá-lo. Um ano mais tarde, a mando de Cipião, Viriato foi assassinado por três de seus homens, e Roma, aproveitando a fragilidade dos lusitanos, orientou a conquista da Hispânia em outras direcções.

Encontrando-se já conquistado o Alentejo, pelo menos substancial superfície dessa região do sul de Portugal, os romanos, conduzidos por Décimo Júnio Bruto, investiram, então, contra os povos da fachada atlântica, logrando chegar ao Minho em 138 a.C.

Enfraquecidos com a morte de seu carismático comandante, os lusitanos sentiram fortes dificuldades em se opor aos avanços territoriais dos romanos, e as sublevações que as fontes referem terem frequentemente ocorrido durante o fim do século II a.C. e a primeira metade do século I a.C. retardaram o ritmo de pacificação da Lusitânia, mas já não conseguiram travar o processo de conquista. Nesse contexto, a resistência de Sertório contra Metelo (80-72 a.C.) surgiu como um sério impasse nesse desenvolvimento, porém a dotação de estruturas de suporte às operações militares que essas lutas comportavam prefigurou-se como o elemento de assentamento e permanência fundamental nesse processo de apropriação territorial.

A nomeação de Júlio César como governador da Ulterior em 61 a.C.[2] marcou o lançamento de uma coerente política de organização do espaço peninsular, em ordem ao estabelecimento de sólidas e estáveis estruturas sociais e de poder, capazes de sustentarem uma administração integrada. Em Portugal, os testemunhos que sem reservas se podem atribuir a essa época continuam sendo raros, e *Scallabis Praesidium Iulium* (Santarém)[3], instalado durante o pretorado de César na Ulterior, surge como uma das raras evidências dessa estratégia planeada de estabelecer estruturas perduráveis de administração e governo. Todavia, não se sabe se essa ausência de vestígios se deve a desconhecimento ou ao facto de o plano de César em seu tempo se ter concretizado em apenas alguns de seus aspectos e de modo pontual, como foi a adscrição dos cidadãos a tribos, por exemplo, e só posteriormente se ter corporizado com os ajustes necessários às novas condições políticas.

Por essa razão, a atribuição da fundação de algumas cidades ou a conferição de determinados estatutos a algumas delas, que a historiografia credita a Júlio César, se tem questionado por se admitir poder ter sido

2 A esse propósito, veja-se LOPES, 2003, e FARIA, 2006.

obra de Octaviano entre a data de sua vitória sobre António e Cleópatra em Actium em 31 a.C. e a de sua promoção como único governador do mundo habitado sob o nome de Augusto em 27 a.C. ou, até mesmo, durante seu governo após essa data. A falta de unanimidade sobre a data de fundação da colónia romana de Pax Iulia (Beja) é, desse debate, um exemplo maior[2].

A Hispânia de Augusto resulta do empenho e zelo do Príncipe em evitar convulsões ou precipitações e de um paciente processo de arrumação e reorganização do espaço mais ocidental do império.

É um edifício político bem reflectido e amadurecido, baseado em princípios de gestão e organização simples mas pragmáticos, que se traduzem num sistema racional de administração inspirado de Roma mas acertado às particularidades da província.

O sucesso desse projecto político de Augusto implicava, desde logo, o rápido domínio dos territórios dos povos do noroeste – cântabros, astúres e calaicos –, a consequente fixação da fronteira oeste do império no mar e a implementação de políticas administrativas e de governação adequadas ao complexo e heterogéneo espaço geográfico e social da Hispânia.

Entre 29 e 19 a.C. Augusto investiu na conquista do noroeste, durante a qual, em 26 a.C., se estabeleceu em Tarraco, de onde pessoalmente conduziu a campanha.

Terminada a conquista, o imperador determinou como prioridade a reorganização administrativa e a fixação dos quadros de evolução e funcionamento duradouros da Península. O estabelecimento da estrutura política e administrativa e a organização funcional pressupunha a fixação e reprodução dos modelos económicos e religiosos, dos costumes e das modas, das tecnologias e de qualquer outro aspecto do *modus vivendi* romano objectivando a alteração profunda do anterior perfil da Hispânia.

O novo quadro administrativo estruturou-se no binómio província e cidade, articulado, um pouco mais tarde, nos *conventus*. A província era o espaço de adjunção de cidades de jurisdição de um magistrado do povo romano. A cidade era a unidade política fundada sobre a geografia dos povos por directa transformação de uma identidade étnica em cidade ou pelo reagrupamento de várias unidades em cidade, ou criada de raiz, em qualquer dos casos constituída por um núcleo urbano central e um território rural de dimensão variável, susceptível de se governar autonomamente. O convento era uma circunscrição de natureza jurisdicional que compreendia várias cidades e cuja denominação se reportava ao nome da cidade que lhe servia de capital.

Augusto dividiu a Hispânia em três províncias: Baetica, Lusitânia e Tarraconensis.

A Lusitânia, criada em 16 a.C., tinha a capital em Colonia Augusta Emerita (Mérida, Espanha) e enquadrava, inicialmente, todo o território actualmente português, vindo, ainda ao tempo de Augusto, a perder para a Tarraconensis os territórios a norte do Rio Douro. Após a criação dos *conventus iuridici*, por Augusto, a Lusitânia estruturou-se em três *conventus*: Emeritense, com capital em Emerita (Mérida, Espanha); Pacense, com capital em Pax Iulia (Beja, Portugal); e Escalabitano, com capital em Scallabis (Santarém, Portugal).

Augusto concebeu a cidade (*civitas*) como o orgão vital de organização e funcionamento do Império Romano. Vinculava um território composto por duas unidades fisicamente bem distinguidas: *oppidum* (núcleo urbano central, cidade) e *ager* (espaço rural que se desenvolveu desde a cintura de necrópoles localizadas nas portas do núcleo urbano), de coesão e unidade asseguradas pela dialéctica de relações que subentendem o processo de apropriação e gestão de espaços complementares.

A cidade era o quadro de referência de inclusão ou exclusão de indivíduos ou grupos. Era o identificador do relacionamento com outros aglomerados urbanos do território e o marco que permitia caucionar

Ruínas, Conímbriga | O mais extenso sitio arqueológico romano existente em Portugal, Conímbriga foi habitada desde o século IX a.C. Esta cidade fortificada foi edificada sobre um povoado da Idade do Ferro. Desde 1962 o Museu Monográfico de Conímbriga, fundado em 1962, tutela as ruínas, entre as quais destacam-se a Casa dos Repuxos, uma grande villa urbana adornada com ricos mosaicos, o Fórum e as Termas de Trajano.

o sistema de relações com outras cidades, bem como o módulo de avaliação do papel que lhe cabia no quadro de funcionamento da administração provincial e central. Sede do poder local (era aí que se situava a assembleia de notáveis e se exercia a justiça), a cidade era também o espaço privilegiado das manifestações colectivas – festas religiosas, espectáculos, mercados e tantas outras actividades de realização e participação pública.

A cidade não representava apenas sua paisagem material monumental, mas outros sectores que lhe conferiam a dimensão de sujeito activo cuja dinâmica se reconhecia na multiplicidade de realizações materiais, sociais, simbólicas e formais que lhe eram inerentes.

E, porque a instalação da *civitas* correspondia, por um lado, a uma nova ordem político-económica, mas, por outro, essa instalação não eliminava formas de coexistência com o elemento anterior, ela constituía uma simbiose que, por sua inerente complexidade, não deixaria de produzir singulares formas de organização e peculiares processos de evolução e transformação.

Segundo Plínio, a Lusitânia contava 45 *civitates*. A epigrafia tem revelado comunidades citadinas que Plínio não referenciou. A Lusitânia poderia, portanto, incluir mais do que aquelas que o naturalista inventariou, porque ainda não haviam sido constituídas em seu tempo, ou porque eram de tão reduzida importância que não lhe mereceram qualquer menção. Nenhuma dessas novas cidades se encontrava nas terras aplanadas do sul, onde as *civitates* eram pouco numerosas e tinham territórios vastos, povoados por *villae* (explorações agropastoris de grandes dimensões), ou no litoral sul, onde luxuosas residências, certamente pertencentes a endinheirados donos que viviam da indústria das coisas do mar, se localizavam na orla costeira, um e outro espaço servidos por uma bem estruturada rede de vias facilitando o acesso ao litoral e à Bética e ao comércio de importação/exportação.

No Portugal romano, uma rede de cidades de estatutos, dimensões e importância diversa foi definida por Augusto e ampliada e reestruturada ao longo dos séculos I e II, quer por promoção de antigos *oppida* a cidades, quer por mobilidade estatutária de antigas cidades.

Pax Iulia (Beja) e Ebora Liberalitas Iulia (Évora) assumiram-se como as duas mais extensas cidades do Portugal romano meridional. Da *civitas* de Pax Iulia, que os romanos fundaram com o estatuto de colónia, algures no fim no terceiro quartel do século I a.C., no local onde se erguia um importante povoado e hoje se situa a cidade de Beja, sabemos ter tido um território de cerca de 3 mil quilómetros quadrados e um centro monumental de acordo com o facto de ser uma das mais importantes cidades da Lusitânia, da qual se conservam no subsolo importantes estruturas. Infelizmente, a investigação tem esbarrado com o desinteresse dos políticos e de outras autoridades responsáveis pelo património que sistematicamente têm impedido o resgate do passado da única colónia do sudoeste peninsular e o acesso a seu conhecimento. Évora tem sido mais afortunada com a sensibilidade dos políticos e, conhecendo-se menos seu território rural, no núcleo urbano, para além do bem conservado Templo do Fórum, de culto ao imperador (comummente denominado Templo de Diana), tem assistido à recuperação de outros importantes vestígios, como as termas, casas ou os arruamentos.

No litoral atlântico sul, Mirobriga (Santiago do Cacém) exibe na acrópole ainda um conjunto monumental bem conservado e os traços fundamentais da singularidade urbanística dessa cidade que se construiu sobre um antigo povoado, de que o nome é testemunho maior. Além dos templos e das termas bem conservadas, reconhece-se ali um circo. Sendo um equipamento de lazer, normal nas cidades, não se conhece outro em Portugal.

No Algarve, Ossonuba (Faro) e Balsa (Tavira) surgem como as cidades mais importantes que se localizavam na costa sul. Numa e noutra, trabalhos arqueológicos recentes têm permitido exumar um conjunto de vestígios e informações com as quais se está reescrevendo a história dessas dinâmicas e multiculturais cidades em tempo dos romanos e anteriormente à vinda desses para a península.

No norte de Portugal é Bracara Augusta (Braga), cidade fundada por Augusto, que se destaca das restantes. Apesar de muito pouco se conhecer de sua morfologia e arquitectura, sabe-se que essa cidade, capital do Conventus Bracaraugustano, foi rodeada de muralha e que geria importantes recursos distribuídos pelo grande território que lhe estava adscrito.

Conservando singulares e monumentais vestígios, Tongobriga (Freixo, Marco de Canavezes) é, escavado em território português, o mais interessante caso de cidade romana decalcada num povoado indígena e reproduzindo modelos estruturais indígenas já em pleno período imperial. O balneário, totalmente esculpido no afloramento granítico, conhecido por Pedra Formosa, é um exemplo formal dessa tradição, dado possuir a arquitectura própria dos existentes nos povoados castrejos.

A mais escavada das cidades romanas e, por isso, também, a mais conhecida e estudada, sem que seja uma das mais importantes, é Conímbriga (Condeixa-a-Velha). Abandonada no início da Idade Média, a cidade não sofreu a pressão e a reciclagem de materiais de ocupações posteriores, conservando-se, por isso, seus edifícios públicos e privados.

Publicada de modo exaustivo, no museu monográfico que expressamente se construiu, exibe-se um conjunto de bens que nos permite apreender que a *civitas* não era uma coisa. Nem mesmo um espaço. A *civitas* era um corpo no qual se reconheciam vários espaços – espaço sociopolítico, espaço político-administrativo, espaço sociocultural, espaço económico, espaço de cultivo etc. –, cada um deles com sua escala temporal (a do tempo de sua construção) e seus ritmos de funcionamento.

Muitas outras cidades são conhecidas e algumas foram, ou são, objecto de estudo. Recentemente, tem vindo a reconhecer-se novos aglomerados urbanos, aparentemente de arquitectura modesta e/ou com uso partilhado de alguns equipamentos, nomeadamente edifícios religiosos, que integram e distribuem-se por uma apertada malha de comunidades urbanas, eventualmente organizadas de modo hierárquico em primárias e secundárias. Encontravam-se, essas comunidades urbanas, nas zonas ditas menos romanizadas, sobretudo na Beira Interior, onde as *civitates*, como Igaeditania, muito provavelmente fundada em tempo de Augusto, tinham comprovadamente núcleos urbanos de menores dimensões e certamente territórios rurais igualmente pequenos e onde as luxuosas *villae* rareavam.

A cidade era, naturalmente, cenário de representação do poder, simbolicamente celebrado pelos edifícios públicos, religiosos e civis e outros monumentos de maior prestígio construídos no fórum e nos lugares mais destacados da cidades.

Exemplos dessa simbólica, traduzindo-se em estatuária monumental, inscrições votivas, laudatórias, de homenagem e de celebração, monumentos e artes decorativas exemplares, práticas e locais de culto colectivo, entre muitos outros, conhecem-se preferencialmente nos núcleos urbanos. Muitas vezes convivendo com práticas e cultos antigos, provando que era "viver em conjunto" que Estrabão pretendia ilustrar quando aplicava o significante sinoecismo para caracterizar a relação dos romanos com os peninsulares.

Mas os mecanismos de afirmação da *civitas* estendiam-se necessariamente ao *ager*, cuja dimensão espacial subentendia a rede de estabelecimentos que sustentou a exploração dos recursos, as diferentes categorias de terras e os indivíduos responsáveis por sua valorização.

Mesmo considerando a existência de outras unidades do tipo casal, que asseguravam a exploração dos recursos, a *villa* era a materialização mais evidente do modo de exploração dos recursos agrícolas, introduzida pelos romanos. Por *villa* entendia-se um estabelecimento rural disperso à cabeça de um domínio.

Caracterizava-se como uma unidade de exploração agropastoril, privada, constituída por dois elementos indissociáveis: conjunto de edifícios habitacionais, de armazenamento, de transformação, estábulos e uma propriedade fundiária, contínua ou descontínua.

Era no sul, sobretudo nos territórios de Ebora e Pax Iulia e na costa, que as *villae*, cujos edifícios eram ricamente construídos e decorados, se reconheciam em abundância.

A *villa* de São Cucufate (Vidigueira) é aquela que se mantém mais conservada *(figura: três fotos de São Cucufate)*. Estava situada no território de Pax Iulia, em cujo entorno se atestava uma espessa malha de distribuição, algumas vezes identificadas por inscrições como propriedades dos magistrados da cidade, Represas e Torre da Cardeira, por exemplo. No território rural de Ebora, em Tourega, um senador possuía, igualmente, uma propriedade.

É, pois, evidente que os governantes da cidade possuíam propriedades rurais, que, atendendo aos equipamentos, mantinham seus *fundi* explorados e lograriam, assim, ter outra fonte de rendimentos.

Ruínas de Milreu, Estói | As ruínas de Milreu mostram vestígios de uma vila romana do século III. São característicos desta estação arqueológica os mosaicos, com formas geométricas, fitas e nós entrançados, faixas de óvulos, arcos, nós entrançados, gavinhas, flores e desenhos de xadrez. As termas estavam decoradas com mosaicos representando peixes.

Se a directa relação dos bens com o nível da riqueza se pode fazer de modo automático, parece ser improvável que o proprietário de Pisões (Beja), grande *villa*, localizada a 6 quilómetros da capital, de arquitectura cuidada e decoração luxuosa, sobretudo pavimentos de mosaico e de mármore, ou os proprietários de Vale de Agueiro (Beja) e Monte da Salsa (Serpa), onde se encontrou estatuária que se vê mal fora da zona monumental da cidade, não fossem indivíduos extremamente ricos e conhecedores profundos da cultura romana. O mesmo se poderá afirmar dos proprietários de Torre de Palma (Monforte) e Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), cujas residências de grandes dimensões eram profusamente decoradas com mosaicos.

Se a exploração da terra proporcionava rendimentos substanciais aos proprietários rurais, o mar proporcionava, certamente, rendimentos igualmente avultados aos proprietários de grandes e ricas residências situadas ao longo da costa e que apelidamos de *villae* marítimas. Milreu, junto a Faro, por se encontrar recuada da costa, embora se possa relacionar com os negócios da indústria dos produtos piscícolas, não pode ser considerada como uma *villa* marítima típica. Abicada (Lagos) e Cerro da Vila (Vila Moura) são, seguramente, exemplos formais, embora distintos, desse tipo de estabelecimento e de recursos fartos, como se pode deduzir do magnífico conjunto de esculturas de Milreu.

A multiplicidade de *villae* que se conhece por todo o sul de Portugal contrasta com a raridade desse tipo de estruturas no centro e norte de Portugal. As *villae* no território de Conímbriga, localizadas no Rabaçal e Santiago da Guarda, são os exemplo raros de construções monumentais rurais conhecidas na região

centro. No interior centro estão totalmente ausentes, apenas se identificando quando avançamos para as planuras de Castela. No norte são praticamente desconhecidas, pelo menos com arquitectura e riqueza aproximadas às das *villae* do sul.

Civitates e *villae*, estruturas fundamentais de relacionamento e participação na estrutura funcional das províncias romanas, têm representatividade distinta no norte e no sul de Portugal. Poder-se-ia acreditar que essa distinção se justifica por uma mais tardia conquista da região centro e norte ou pela diversidade de recursos. Todavia, sem retirar influência a esses factores, não cremos serem eles que determinam maior adesão e proximidade aos elementos que padronizaram a cultura romana por parte das gentes do sul e conservadorismo e divergência, eventualmente resistência, das gentes do norte, sobretudo do norte do Mondego, e com mais evidência a norte do Douro.

Tomem-se como exemplo os testemunhos epigráficos e observe-se o exacto ajustamento dos tipos, das decorações e da escrita das epígrafes do sul aos romanos, mesmo quando são indígenas que se manifestam, em comparação com a evidente permanência das singularidades artísticas, entre outros, das epígrafes do norte de Portugal.

As divindades indígenas estão quase ausentes no Algarve e Alentejo e no litoral entre Tejo e Vouga. Endovellicus, cujo santuário se situava próximo do Alandroal, e Ataegina, cujo culto se atesta nas áreas de Serpa, Beja e Mértola, são dos raros exemplares de deuses indígenas adorados no sul. Nessa região, o culto às divindades clássicas (Vénus, Marte, Júpiter, Mercúrio, entre muitas outras) e, nalguns casos, também divindades orientais (Cibele, Ísis, Serápis, Mitra) é mais um elemento de contraste com a região a norte do Tejo, onde várias centenas de divindades indígenas se mantêm. E, tratando-se de aspectos da cultura religiosa, pode dizer-se que esse elemento é absolutamente esclarecedor da manutenção de antigos esquemas mentais, os quais, esses sim, se apresentam como determinantes de assimetrias de participação.

Muito pouco se sabe da evolução económica dos séculos mais avançados da ocupação romana no centro e norte de Portugal. A exploração das minas, que, nalgumas regiões, teve uma importância capital na economia regional, parece ter sido ali o produto de maior importância.

Três Minas, cujos trabalhos eram garantidos por destacamentos militares, viu a exploração cessar no fim do século II ou início do século III. As minas de ouro de Jales (Vila Pouca de Aguiar) cessaram ainda no século I. Na Beira Interior, sobretudo na região do Fundão, parece ter havido explorações de metais, mas nada se sabe quanto a sua importância económica ao longo do período romano. Aparentemente, essa actividade mineira perdeu expressão económica ao longo do século III. A ser assim, encontramos mais um ponto de dissimilitude com a evolução económica do sul de Portugal.

Nessa região, o século III d.C. corresponde a um momento de grande desenvolvimento económico das *villae*, cuja prosperidade se afirmou ao longo do século IV. Nelas são evidentes e fartos os testemunhos de integração nos circuitos interprovinciais de comércio marítimo, sobretudo do Mediterrâneo. São também bem perceptíveis os ajustamentos nas indústrias da salga e conserva de peixe e o significativo aumento de produção. No norte, é manifesto que no século IV a região entrou num processo de retracção, facto que se explica pela ligação quase exclusiva aos produtos que circulavam por via terrestre e chegavam pelo norte e interior ou se produziam no vale do Douro e a quase residual existência de materiais vindos do Mediterrâneo.

[a] Diodoro de Sicília diz-nos que os lusitanos são os mais fortes de entre os iberos. Para a guerra levavam escudos muito pequenos, tecidos de nervos, com os quais, e graças a sua dureza, podiam facilmente defender o corpo. Estrabão acrescenta: "Dizem que os lusitanos são hábeis em emboscadas e perseguições, ágeis, rápidos e dissimulados".

[b] Florus, autor do século II d.C., é formal quanto às condições da conquista da Hispânia: "Para isso *(vencer a Hispânia)*, combatemos durante dois centos de anos depois dos primeiros Cipiões até ao início do reinado de César Augusto, mas com interrupções e sem plano de conjunto (*non continuo nec cohaerenter*), segundo as circunstâncias o reclamavam; e no início não foi contra os hispânicos, mas na Hispânia contra os púnicos".

[c] Arruda e Viegas.

Por esses momentos, enquanto o sul se afirmava como bem integrado no vasto império, a norte do Tejo, sobretudo à medida que nos posicionamos mais a norte, é clara uma claustrofobia de relacionamento e uma generalizada incapacidade de acompanhar os ritmos dos contactos e o acesso aos produtos de divulgação dos esquemas culturais que as *civitates* dos meridionais não dispensavam.

Ao tempo dos romanos, política e administrativamente, todos os habitantes do actual Portugal eram cidadãos da vasta geografia do império. Rapidamente, por razões que se prendem com a data de integração, por graus de conservadorismo cultural, por acessibilidades distintas, por ambição, por disparidade de recursos, o sul integrou-se, transformou-se rapidamente e acompanhou, participou e usufruiu as possibilidades que a evolução do império proporcionou. Cumpriu os desígnios de Roma. O norte, conquistado mais tardiamente, observou um ritmo mais lento de integração, manteve algumas resistências à mudança e as mutações foram menos profundas e, por isso, menos intensas.

Quando a ordem política e administrativa que os romanos instituíram na província mais ocidental do império sucumbiu à autoridade que outros, ditos bárbaros, rapidamente impuseram, foi lenta e pacífica, mas firmemente, que o passado se transferiu para o presente. Até aos nossos dias. Podemos lê-lo em vestígios arqueológicos e em aspectos múltiplos de nossa cultura. Naturalmente, com maior expressão no sul do que no norte.

Houve um tempo em que a historiografia nos fez acreditar que foi apressada a saída dos romanos do território português, por força de outros que do norte da Europa se apresentavam mais vigorosos. Como se sete séculos depois o perfil identitário dos que ali se encontram estabelecidos fosse reproduzido daqueles que ali chegaram sete séculos antes; como se as estruturas políticas e sociais decalcassem as do tempo de Augusto, ignorando que a arqueologia se não cansava de demonstrar que aquele discurso narrativo se não ajustava aos vestígios que se iam observando.

Sabemos, hoje, que foi lentamente, nas cidades e nos campos, que a influência romana se foi diluindo. Adaptando-se, incorporando e envolvendo-se de par e conglutinada com aquelas que desde o início do século V surgem nesse espaço, fixou-se numa multiplicidade de conteúdos que se foram transmitindo, transformando, renovando e recriando até à actualidade.

O SUL ENTRE ROMA E O ISLÃO

Mosaico de Mértola, Beja

Santiago Macias | Campo Arqueológico de Mertola

Com o fim do Império Romano, o norte e o sul começaram a emergir como realidades autónomas. As diferenças que o discurso normativo do império esbatera tornaram-se mais nítidas e tendências regionais longamente esquecidas ganharam fôlego. O norte e o centro, que correspondiam aos Conventi Scallabitanus (com sede em Santarém) e Bracaraugustanus (com sede em Braga), ligaram-se de forma privilegiada com a área norte da Península Ibérica, em particular com as raízes da arte asturo-leonesa. Os territórios a sul do Tejo (o Conventus Pacensis romano) percorreram os séculos V a VIII em permanente contacto com o mundo mediterrânico.

A arte desse período integrava-se, quase sem excepção, em contextos religiosos ou funerários (por vezes pertenciam a ambos em simultâneo). Podemos, através dela, ter uma percepção da evolução das formas que, ao longo da Alta Idade Média, apontavam em diferentes direcções. A norte o caminho foi prosseguido pela arte moçárabe e pelo pré-românico. A sul, os contactos com o oriente mediterrânico abriram caminho à arte islâmica.

Essas diferenças, ainda só esboçadas na Alta Idade Média, foram uma das matrizes fundadoras de Portugal. O norte e o sul começaram então a sedimentar diferenças que mais tarde se aprofundaram e cristalizaram. Aquilo que a geografia enquadrou (as diferenças do relevo, do clima e da flora) o homem se encarregou de transformar em cultura. Os diferentes modos de falar, de construir, de cantar, de fazer agricultura ou de preparar os alimentos são disso fruto. O Portugal do Mediterrâneo e o Portugal do Atlântico não mais deixaram de ser mundos diferentes e complementares.

"Enquanto que as Espanhas são abandonadas aos excessos dos bárbaros e que o mal da peste não causa menos estragos, as riquezas e os aprovisionamentos armazenados nas cidades são extorquidos pelo tirânico cobrador de impostos e esgotados pelo soldado. Eis o ataque da medonha fome: os humanos devoram a carne humana sob a pressão da fome; as mães, também elas, se alimentam da carne de suas crianças, que mataram ou fizeram cozinhar. Os animais ferozes, habituados aos cadáveres das vítimas da espada, da fome e da peste, também matam os homens mais fortes e, alimentados com sua carne, soltam-se por toda a parte para aniquilamento do género humano. É assim que, pelos quatro flagelos do ferro, da fome, da peste e dos animais ferozes, sentidos no mundo inteiro, se cumpre o que o Senhor tinha anunciado através de seus profetas."

Essa passagem da *Crónica de Idácio* é, certamente, das mais conhecidas e das mais citadas. Idácio (c. 395 – c. 470) reporta-se aos acontecimentos ocorridos na Hispânia por volta do ano de 410 e dá testemunho de uma visão do mundo e de uma visão dos acontecimentos. A imagem é a do apocalipse e do fim dos tempos.

Foi norma, durante muitos anos, olhar o início do século V como um tempo de irreparável decadência. Sucessivas invasões de povos germânicos teriam introduzido uma nova ordem na Península Ibérica, modi-

ficando a realidade existente. Um olhar mais atento sobre o território dá-nos, contudo, uma perspectiva um tanto diferente, que ganha contornos mais vincados nas regiões a sul do Tejo.

Idácio expressou de viva-voz a preocupação sentida pelo enfraquecimento dos laços de autoridade que o império impunha, mesmo se os tempos da *pax* romana eram já uma memória um tanto longínqua. Ao longo do século V a geografia política da Hispânia alterou-se de forma radical e irreversível. À ausência do poder de Roma as oligarquias locais responderam com a criação de centros de decisão. As capitais conventuais mantiveram e, por vezes, reforçaram a importância anteriormente detida. Por vezes, como sucedeu em Córdova, os grandes proprietários hispano-romanos tiveram mesmo a necessária capacidade de iniciativa para manterem um governo independente (até 572, quando Leovigildo passou a controlar a região). García Moreno chama a esse processo o "endémico problema posto pela rebeldia de uma boa parte da aristocracia fundiária bética", que se refugiava ora na cidade, ora em suas vilas fortificadas.

CIDADES DO SUL Ao longo do século V, as cidades modificaram-se e alteraram suas funções. Os grandes edifícios públicos, manifestação do poder do império, perderam utilidade e foram adaptados a novos usos. A cidade mudou, assim como o papel que desempenhava. Teatros, anfiteatros, foros viram seu espaço ocupado por basílicas cristãs ou por zonas habitacionais; na pior das hipóteses, os edifícios foram pura e simplesmente desmontados e as pedras, reaproveitadas em novas construções. Um certo sentido de reciclagem marcou toda a Alta Idade Média. Em cidades como Lisboa são conhecidos, no antigo Teatro Romano ou nas termas dos Cássios, contextos arqueológicos da segunda metade do século V ou da primeira metade do século VI que resultaram do desmantelamento dos edifícios e da reutilização das pedras em pequenas habitações. A adaptação de edifícios a novas funções foi prática corrente. Essa atitude reconhece-se, também, em Tróia, onde se identificaram duas importantes estruturas às quais se atribui um carácter religioso. Na realidade, tanto o chamado baptistério quanto a basílica correspondem a adaptações de imóveis previamente existentes.

É verdade que a arqueologia ilumina ainda hoje de forma insuficiente a evolução do Conventus Pacensis ao longo da antiguidade tardia. Os materiais são escassos e reportam-se, no caso das peças de arquitectura, quase sempre ao contexto religioso. Pode dizer-se sem grande exagero que as escavações referentes a esse período se limitaram às *villæ*, às basílicas e às estruturas associadas à elite romana. Devemos acrescentar as necrópoles, apesar da insuficiência de trabalhos sistemáticos no sudoeste peninsular. Não se estranha, assim, que os principais vestígios sejam os de antigos locais de culto como a Basílica de Sines, a de Mértola, a igrejinha de Vera Cruz de Marmelar ou a importante colecção recolhida em Beja e em seus arredores.

Quando olhamos o mapa de distribuição dos vestígios arqueológicos surgidos a sul do Tejo não podemos deixar de notar duas linhas de força:

1. o carácter urbano desses achados, o que parece contrariar a perspectiva radical de uma ruralização da sociedade;

2. a importância das vias de comunicação nos circuitos de produção e de distribuição.

Em relação ao primeiro aspecto chame-se a atenção para os vestígios de Beja, Mértola ou Sines, que atestam uma continuidade de ocupação dos respectivos espaços urbanos e/ou periurbanos. É difícil saber

Fresco de Tróia, Setúbal
Fresco de raiz clássica na basílica paleocristã de Tróia. Tanto a basílica quanto o chamado baptistério parecem ser adaptações, realizadas nos séculos IV ou V, de imóveis previamente existentes.

com rigor se a área intra-muros herdada do mundo romano era ocupada ou se uma parte da população habitava perto dos povoados, naquilo que restava das *villæ* ou em zonas apalaçadas semelhantes às *munyas* do mundo islâmico. Pode assinalar-se que dos cerca de 200 fragmentos de decoração arquitectónica registados no território de Beja quase 72% pertencem àquelas três localidades.

Quanto ao segundo, sublinhe-se a ligação entre os principais sítios, urbanos ou rurais, da antiguidade tardia e as grandes vias de comunicação. Uma delas ligava a foz do Sado a Mérida, cruzando o alto Alentejo e passando por Évora; outra punha em contacto o litoral alentejano e a Bética, através de Beja. Um antigo caminho assegurava, no sentido norte-sul, o contacto entre Évora, Beja e Mértola. Era essa cidade portuária que, através do Rio Guadiana, estabelecia o contacto com o Mar Mediterrâneo.

A importância dos meios urbanos é uma constante e marca a geografia do território. A cidade de Beja herdou um importante legado da época romana, sendo constantes, ao longo dos séculos VI e VII, as referências a seu bispado, abundando no espaço intra-muros os elementos arquitectónicos que desmentem qualquer declínio. A tradição da cidade como importante centro e lugar de difusão do conhecimento continuou na época islâmica: uma elite religiosa de *ulemas* de origem local assegurou uma prestigiosa transmissão de saberes.

Sines, por seu turno, apresenta um interessante conjunto de materiais da Alta Idade Média, a ponto de justificar, já em pleno período islâmico, uma descrição um pouco mais detalhada de *al-Himyarı*, que refere

explicitamente os monumentos herdados, segundo a tradição, do tempo de Diocleciano, mas que sabemos, pelo espólio conservado no Museu Municipal, serem oriundos de uma grande basílica em uso entre, pelo menos, os séculos V e VIII. Permanecem na penumbra as razões da presença de um tal edifício, mas as condições do porto local – um dos raros pontos de abrigo na costa ocidental a sul do Sado – construíram e reforçaram lendas como a do misterioso São Torpes, cujas relíquias teriam chegado por mar. Ainda no século XVIII se celebrava a grandeza de sua basílica, nem mais nem menos do que "a primeira da Europa e a segunda da cristandade".

Quanto a Mértola, conheceu na antiguidade tardia um momento de particular fulgor, que pode ser associado à apropriação do rendimento das minas de seu território pela burguesia local. As construções com que a cidade se renovou ao longo dos séculos V e VI (muralhas, basílicas, baptistério) são bem testemunho de uma capacidade de investimento sem precedentes.

O carácter costeiro da antiguidade tardia no sul ganha uma expressão mais evidente quando olhamos a mancha de difusão das cerâmicas de origem africana ou oriental (em particular a *terra sigillata* clara D ou a *Late Roman* C) Destacam-se, no Algarve, quatro sítios do litoral: Torre de Ares, Marim, Loulé Velho e Cerro da Vila. Na costa alentejana, a importância da Basílica de Sines e a ocupação tardia de Miróbriga reflectem-se nos achados da Ilha do Pessegueiro e da Courela dos Chãos, perto de Sines. Tróia, na foz do Sado, conheceu importantes modificações ao longo dos séculos V e VI, mas o carácter parcelar dos trabalhos ali empreendidos não permite ainda uma leitura global do sítio. A polaridade de Beja e o papel das vias torna-se, mais uma vez, evidente quando registamos os locais onde se recolheram cerâmicas: para além da cidade portuária de Mértola (e no Montinho das Laranjeiras, a caminho de Mértola), estão presentes em Beja e nas importantes *villæ* de São Cucufate, do Monte da Cegonha, da Cidade das Rosas e da Horta de Dona Maria, ou seja, em volta do velho caminho romano Mértola–Serpa–Beja.

Uma parte substancial dessas cerâmicas teve origem na zona da actual Tunísia e foi produzida entre os séculos I e V de nossa era. Peças mais tardias foram registadas, por exemplo, no Teatro Romano de Lisboa, onde se recolheram restos de ânforas feitas nas costas norte e sul da Turquia, em Rodes e em Chipre, entre o século V e inícios do VII.

BASÍLICAS E BAPTISTÉRIOS A fragmentação de poderes e sua "regionalização" teve reflexos no surgimento de ateliês locais e no desenvolvimento de tendências artísticas que tinham como foco as antigas capitais conventuais e provinciais. O peso simbólico de Mérida ganhou um reforçado protagonismo e, ao longo dos séculos V, VI e VII, a cidade tornou-se um pólo difusor de referências culturais e artísticas, exportando seus modelos para todo o sul. É sobretudo nas peças de escultura (capitéis, frisos, impostas, pilastras etc.) que podemos seguir esse percurso. A presença, na cidade, de bispos de origem oriental contribuiu para a chegada de influências dessas áreas durante o chamado período visigótico. Encontramos reflexos da difusão do *foco emeritense* em Elvas, Juromenha, Vera Cruz de Marmelar, Serpa, Moura, Beja e até em locais mais distantes, como Mértola e Sines. Dominaram esse núcleo escultórico a tradição anti-icónica e uma gradual tendência para a geometrização e para o esquematismo em detrimento das representações vegetalistas, que quase se perderam ao longo do século VII.

A difusão de modelos artísticos à escala regional não impediu o contacto com horizontes mais longínquos. São disso exemplo as basílicas de dupla abside de Casa Herrera (Mérida), de Torre de Palma (Monforte) e de

Mértola, datáveis dos séculos V e VI e claramente inspiradas em modelos norte-africanos, com particular expressão nas actuais Argélia e Tunísia. Só uma delas, a de Mértola, surgiu em contexto urbano, estando as outras duas associadas a ricas explorações agrícolas lusitanas. As funções desempenhadas por esses espaços parecem ter sido um tanto diferentes: exclusivamente funerárias no caso de Mértola e associadas a um baptistério em Casa Herrera e em Torre de Palma. Em nenhuma delas está comprovada a presença de relíquias de mártires, as quais foram, com frequência, pretexto mais do que suficiente para a construção desses templos. Sabemos, aliás, da importância que isso tinha: eram alvo de cobiça e motivo de um curioso comércio que se desenvolveu, de Oriente para Ocidente, ao longo da Idade Média.

Não são muito frequentes os exemplos de edificações religiosas construídas de raiz no território português a sul do Tejo. Podemos supor, mas não provar, que terá sido o caso das desaparecidas Basílicas de Sines e de Santo Amaro (Beja), dada a importância dos vestígios encontrados nesses locais. No caso de Santo Amaro, admite-se mesmo a realização de obras em épocas muito tardias (séculos IX e X), quando a cidade estava há longos anos sob domínio muçulmano.

A Igreja de Vera Cruz de Marmelar, com suas três ábsides rectangulares, foi muito modificada nos séculos XVI e XVII, mas data do século VII. A prática mais corrente foi a adaptação de edifícios a novas funções. Isso constata-se num sítio como Tróia, onde se identificaram duas importantes estruturas de características religiosas. Na realidade, tanto o chamado baptistério quanto a basílica correspondem a campanhas de obras realizadas durante os séculos IV e V, em imóveis previamente existentes. O mesmo espírito esteve presente nas novas funções cristãs atribuídas ao santuário aquático de Milreu (Faro) ou ao templo pagão da *villa* de São Cucufate. Por vezes, e quando os espaços dedicados às divindades pagãs não tinham a magnificência dos de Milreu ou de São Cucufate, era regra a modificação do espaço interno da *villa*, de forma a criar locais de culto com a devida dignidade. Foi esse o caso do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) e do Monte da Cegonha (Vidigueira), sendo de assinalar nesse último a presença de um relicário, forma inequívoca de santificação do lugar.

Alguns desses edifícios dispunham de baptistério, o que lhes conferia a categoria de *ecclesia* ou igreja paroquial. A variedade de soluções é norma nos exemplares de piscinas baptismais existentes no território português. Em Torre de Palma encontra-se um baptistério que forma um complexo autónomo, dotado de várias salas e com uma piscina em forma de cruz, onde aparentemente o espaço maior estaria reservado aos adultos e o mais pequeno, às crianças. Tróia corresponde, como se disse, à reutilização de um edifício já existente, ao passo que a piscina baptismal de Milreu foi construída sobre uma sepultura paleocristã, situada ao lado do ninfeu transformado em igreja. Na Basílica do Monte da Cegonha, o local do baptismo é uma simples cuba monolítica de mármore, que parece ter sido reutilizada de um bocal de poço ou de cisterna.

O baptistério de Mértola, por seu turno, integra-se numa estrutura mais elaborada. O extremo norte da área intramuros é marcado pela presença de uma vasta plataforma aplanada que mede sensivelmente 50 por 35 metros, ou seja, cerca de 1.750 metros quadrados. Zona áulica por excelência, foi ali que, ao longo dos séculos V e VI, se instalou um complexo religioso constituído por um baptistério e pelos respectivos anexos. Merece destaque uma piscina baptismal de planta octogonal, elemento que sublinha, uma vez mais, as ligações de Mértola ao Mediterrâneo: as piscinas octogonais e com cronologia próxima da de Mértola (séculos V e VI) encontram-se em Barcelona, na Provença e ao longo do Vale do Ródano, no norte de Itália e na costa da Dalmácia.

O facto mais relevante no baptistério de Mértola é, contudo, a magnificência de seus mosaicos, cuja iconografia nos remete para um horizonte cultural mediterrânico, com paralelos nas margens norte e sul do grande mar interior. Belerofonte matando a Quimera, leões afrontados, um falcoeiro, lebres, avestruzes e leopardos. Muitos dos animais dos mosaicos de Mértola são estranhos à fauna local. Artistas africanos ou orientais teriam vindo nessa época (séculos V e VI) dar um importante contributo para a renovação da zona áulica da cidade. Os paralelos para esses mosaicos estão longe, algures na Grécia, na Líbia ou na Jordânia.

As relações de Mértola com o mundo bizantino facilitaram esses contactos e contribuíram para a incluir no circuito de produção artística daquele tempo. A riqueza mineira da região teria, segundo se pensa, financiado as obras de renovação. Ou seja, a regionalização dos poderes e a concentração da riqueza nas mãos das oligarquias locais desempenharam decerto um papel de destaque em programas de embelezamento como esse.

AS NECRÓPOLES Deixámos para o fim as necrópoles e essa outra e definitiva ligação ao sagrado. Temos hoje uma extensa lista de necrópoles da Alta Idade Média no sul de Portugal, das quais merecem particular destaque as de Mértola (séculos V a VIII), em contexto urbano, e de Silveirona (primeira metade do século VI), numa área rural, embora as lacunas de registo tornem difícil a interpretação dessa última.

A chegada a qualquer povoado nos mundos romano e paleocristão obrigava ao atravessamento dos cemitérios, que a muralha urbana separava do mundo dos vivos, ficando esses protegidos da ameaça das trevas e também do caos exterior. Foi também esse temor que levou os enterramentos cristãos da Alta Idade Média a apertarem-se junto aos muros das basílicas funerárias. Os altos dignitários religiosos e os poderosos das cidades faziam-se inumar dentro do espaço protegido, de preferência bem perto do altar. Do lado de fora ficavam todos os que não podiam pagar um troço do chão sagrado.

Essa prática é bem visível na basílica funerária de Mértola, onde a persistência de inumações em seu interior ao longo dos séculos V, VI e VII pode, de alguma forma, fazer supor uma intensa procura de um espaço privilegiado e longe dos efeitos maléficos para a inumação dos corpos. As proibições conciliares de realizar enterramentos no interior das igrejas não teve grandes efeitos práticos: no século VII Julião de Toledo falava da persistência desse costume, ao afirmar o desejo dos fiéis em fazer-se sepultar *apud memorias martyrum*. Refira-se ainda que a celebração de missas para os defuntos só era permitida dentro das basílicas ou junto às relíquias dos mártires e não fora daí (cânone LXVIII do Concílio de Braga II – 572). Os textos referem vários mártires nos territórios a sul do Tejo: recordem-se Engrácia e Sisenando, em Beja; Liberata e Mâncio, em Évora. Estão, contudo, por provar as relações entre esses mártires e eventuais locais de culto.

As formas de protecção dos defuntos eram variadas, sendo frequente o recurso a tradições pagãs: eram habituais tanto o pagamento do óbolo a Caronte (através da colocação de uma moeda na mão ou na boca do defunto) quanto a prática do banquete ritual, tradição que a Igreja condenou através do cânone LXXIX do Concílio de Braga II, de 572 – não era permitido levar alimentos aos túmulos nem oferecer sacrifícios em honra dos mortos. As inumações paleocristãs, além de conterem por vezes algum espólio cultual de tradição pagã – lacrimários e pequenos recipientes para alimentos ou perfumes –, dispunham o corpo com a cabeça a poente de forma a que esse pudesse olhar o sol nascente no dia do Juízo Final. As jarrinhas, independentemente de seu conteúdo, traduziam a necessidade de ajudar o defunto em seu percurso além-túmulo.

Outras formas de homenagem aceites pela igreja tornaram-se prática universal e subsistiram até a nossos dias. A ligação entre o ritmo das orações que se seguem à morte, no terceiro, sétimo, nono, 30° e 40° dia e uma visão da morte transmitida pela medicina antiga era dada da seguinte forma: "Quando um homem está morto, ao terceiro dia transforma-se e toma sua forma reconhecível; ao nono dia, o corpo dissolve-se por inteiro, salvo o coração, que se conserva; no 40° dia esse desaparece com o resto". É por esse motivo que se celebra a liturgia dos mortos no terceiro, nono e 40° dias. Uma antropologia da morte dissimular-se-ia então detrás dos usos tanto na tradição cristã quanto no Islão, onde a oração do 40° dia permaneceu importante. A ideia de um combate ou de provações que a alma tem de suportar no além desde a partida é comum ao Oriente e ao Ocidente.

A preservação da memória do defunto era sempre complementada pela presença de lápides funerárias. Na maior parte delas os nomes registados (Donata, Faustianus, Rufina etc.) apontam o carácter autóctone da população. É, contudo, de sublinhar a presença em Mértola de comunidades gregas, originárias do Mediterrâneo oriental. Estamos certos de que foram esses grupos de mercadores a desempenhar um papel crucial na transmissão dos modelos artísticos levantinos.

CONCLUSÃO À medida que a Idade Média avançava, duas realidades se tornavam evidentes no sudoeste peninsular. Por um lado, a da permanência, em termos de ocupação do território, de um fio condutor que mergulhava suas raízes no baixo império; por outro, a de uma progressiva e cada vez mais vincada abertura a Oriente.

Não temos, na região, o abandono de qualquer dos sítios "urbanos" ao longo da Alta Idade Média nem nos primeiros tempos da islamização. Pode argumentar-se que os sítios terão sofrido mutações entre os séculos V e X e que não é lícito postular uma continuidade *strictu sensu* de espaços urbanos cuja função em grande medida já se perdera. Aceite-se essa ideia sem excluir outras hipóteses. Nomeadamente a probabilidade de a classe terra-tenente ter abandonado essas cidades em favor de suas quintas ou *munya-s* que existiam em torno de sítios como Beja, Évora ou Faro.

No que se refere à ocupação do espaço rural, a ideia que fica, e apesar de uma ainda muito insuficiente abordagem arqueológica, é a da continuidade de ocupação das áreas agrícolas ocupadas na antiguidade tardia e na Alta Idade Média, embora com evidentes mudanças de funções. Desaparecem as antigas *villæ*, dando lugar a explorações de menores dimensões e com um tipo de ocupação nitidamente mais modesto.

Sublinhe-se, por outro lado, que as relações com o Mediterrâneo conheceram um novo impulso entre os séculos V e VIII. Numa epígrafe paleocristã de Mértola – incompleta e não datada – são identificáveis duas aves-do-paraíso com cauda de pavão. Esse motivo decorativo de origem oriental teve larga difusão na arte islâmica. Os motivos vegetalistas da lápide, registados com algum realismo (a ponto de pensarmos que estamos perante representações de ramos de roseira em botão), foram muito comuns na decoração musiva de Ravena e tiveram grande divulgação por toda a bacia do Mediterrâneo. O uso dessa ornamêntica prolongou-se até ao período islâmico, durante o qual foi empregue de forma generalizada.

De algum modo, os caminhos trilhados desde a antiguidade continuavam abertos e uma orientalização *avant la lettre* era já então bem visível. Os modelos importados do Médio Oriente e do norte de África eram familiares aos mertolenses de então, pressupondo-se que a islamização terá representado mais do que uma ruptura brusca à adaptação a novos caminhos e a novas atitudes.

AL-HIMYARI. *La Péninsule Ibérique d'après le "Kitab al-rawd al-mitar d'al-Himyari"*. Ed. Évariste Lévi-Provençal. Leiden, E.J. Brill, 1938.

ALARCÃO, Jorge. "Os Monumentos Cristãos da Villa de S. Cucufate", in: *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispânica*. Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1995, p. 383-387.

_____. "Sobre a Romanização do Alentejo e Algarve", in: *Arqueologia*, n. 11. Porto, Geap, 1985, p. 99-111.

ALFENIM, Rafael, LOPES, Maria da Conceição. "A Basílica Paleocristã/Visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira)", in: *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1995, p. 389-399.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. "Arte Paleocristã da Época das Invasões", in: História da Arte em Portugal, vol. 2. Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 9-35.

ALMEIDA, Fernando de. *Arte Visigótica em Portugal*. Lisboa, 1962.

_____. ."Mais Pedras Visigóticas de Lisboa e do Grupo Lusitânico", in: *Arquivo de Beja,* vol. XXIII-XXIV. Beja, 1966-1967, p. 224-240.

_____. *Pedras Visigóticas de Vera Cruz de Marmelar*. Lisboa, 1954

_____. "Sines Visigótica", in: *Arquivo de Beja*, vol. XXV-XXVII. Beja, Câmara Municipal de Beja, 1968-1970, p. 17-29.

_____, CAEIRO, José. "Pé de Altar Visgótico na Abóbada (Serpa)", in: *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, p. 339-344.

ALMEIDA, Maria Amélia Fresco. *Escultura Arquitectónica e Funerária dos Séculos IV a VIII a Sul do Tejo*, 4 vols. (Dissertação de mestrado em história da arte.) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1987.

ALBA CALZADO, Miguel. "Datos para la Reconstrucción Diacrónica del Paisaje Urbano de Emerita: Las Calles Porticadas desde la Etapa Romana a la Visigoda", in: *Excavaciones Arqueológicas en Mérida:* Memoria 2000, n. 6. Mérida, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, 2000, p. 371-396.

CASTELO-BRANCO, Fernando. "Aspectos e Problemas de Tróia de Setúbal", sep. de *Ocidente*, vol. LXV. Lisboa, 1963.

COUTINHO, Hélder. *Terra Sigillata Clara do Montinho das Laranjeiras: 1990 e 1991*. Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim, 1997.

CUNHA, Mélanie Wolfram Espanha da. *Silveirona:* Do Mundo Funerário Romano à Antiguidade Tardia – Setenta Anos Depois. (Dissertação de mestrado em pré-história e arqueologia.) Lisboa, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2004.

DELGADO, Manuela. "Cerâmicas Romanas Tardias de Mértola Originárias do Médio Oriente", in: *Arqueologia Medieval*, n. 1. Porto, Afrontamento, 1992, p. 125-133.

DEUS, Manuela de *et al*. "Sarcófago do Cerro do Faval (Ourique): Intervenção de Emergência", in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, n. 1. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2004, p. 451-465.

DIOGO, António Dias, TRINDADE, Laura. "Ânforas e Sigillatas Tardias (Claras, Foceenses e Cipriotas) Provenientes das Escavações de 1966/1967 do Teatro Romano de Lisboa", in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, n. 2. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999, p. 83-95.

_____, SEPÚLVEDA, Eurico de. "As Lucernas das Escavações de 1989/1993 do Teatro Romano de Lisboa", in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n. 1. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000, p. 153-161.

_____. "As Ânforas das Escavações de 1989/1993 do Teatro Romano de Lisboa", in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n. 1. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000, p. 163-179.

_____, TRINDADE, Laura. "Vestígios de uma Unidade de Transformação do Pescado na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa", in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n. 1. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000, p. 181-205.

FARIA, António Marques de. "On Finds of Suevic and Visigothic Coins in the Iberian Peninsula and their Interpretation", in: *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, 3. Ed. Mário Gomes Marques e D.M. Metcalf. Sociedade Numismática Scalabitana/Instituto de Sintra, 1988, p. 71-88.

GODOY FERNÁNDEZ, Cristina. *Arqueología y Liturgia:* Iglesias Hispánicas – Siglos IV al VIII. Barcelona, Universitat de Barcelona, 1995.

HAUSCHILD, Theodor. "Arte Visigótica", in: *História da Arte em Portugal*, vol. 1. Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 149-169.

IDÁCIO. *Chronique*. 2 vols. Introdução, comentário, texto crítico, tradução e índice por Alain Tranoy. Paris, Les Éditions du Cerf, 1974.

JORGE, Ana Maria. *L'Épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive:* IIIe-VIIe Siècles. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002.

LOPES, Virgílio. *Mértola na Antiguidade Tardia:* A Topografia Histórica da Cidade e do seu Território nos Alvores do Cristianismo. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2003.

MACIAS, Santiago, TORRES, Cláudio (coord.). *Museu de Mértola:* Basílica Paleocristã. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1993.

MACIEL, Manuel Justino. *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo.* Lisboa, cb 1996.

MALONEY, Stephanie. "The Early Christian Basilica Complex of Torre de Palma (Monforte, Alto Alentejo, Portugal)", in: *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1995, p. 449-458.

MARIN, Manuela. "Los Ulemas de Beja: Formación y Desaparición de una Elite Urbana", in: *Elites e Redes Clientelares na Idade Média*. Ed. Filipe Themudo Barata. Évora, Edições Colibri/Cidehus, 2001, p. 27-44.

MARQUES, Mário Gomes. *Ensaios sobre História Monetária da Monarquia Visigoda*. Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995.

GARCÍA MORENO, Luis. *Historia de España Visigoda.* 2ª ed. Madri, Cátedra, 1998.

QUARESMA, José Carlos. "Terra Sigillata Africana D e Foceense Tardia das Escavações Recentes de Miróbriga (Chãos Salgados, Santiago do Cacém)", in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, n. 2. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999, p. 69-81.

REAL, Manuel. "Inovação e Resistência: Dados Recentes sobre a Antiguidade Tardia no Ocidente Peninsular", in: *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1995, p. 17-68.

REAL, Manuel Luís. "Portugal: Cultura Visigoda e Cultura Moçárabe", in: *Visigodos y Omeyas:* Un Debate entre la Antigüedad Tardia y la Alta Edad Media – Anejos del Archivo Español de Arqueologia, XXIII. Madri, CSIC, 2000, p. 21-75.

SCHLUNK, Helmut, HAUSCHILD, Theodor. "Die Denkmäler der frühchristlichen und westgotischen Zeit", in: *Hispania Antiqua I*. Mainz am Rhein, Verlag Phillipp von Zabern, 1978.

SOARES, Joaquina. *Estação Romana de Tróia, Setubal*. C.M. de Grândola e Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, 1980.

PUERTAS TRICAS, Rafael. *Iglesias Hispánicas:* Siglos IV al VIII – Testimonios Literarios. S.l., Ministerio de Educacion y Ciência, 1975.

VIVES, José. *Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos*. Madri/Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1963.

CABALLERO ZOREDA, Luis, Ulbert, Thilo. *La Basilica Paleocristiana de Casa Herrera en las Cercanias de Merida (Badajoz)*. Madri, Ministério de Educacion y Ciencia, 1975.

O ocidente peninsular entre Oviedo-Leão e Córdova. Uma perspectiva "cristianocêntrica"

Paulo Almeida Fernandes | Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha, Castelo Branco
Embora assente sobre as ruínas da cidade romana, sede da Civitas Igaeditanorum, e reutilize materiais paleocristãos, a construção principal da catedral de Idanha-a-Velha deve datar do século IX. Considerada por muito tempo vestígio da presença visigótica, estudos mais recentes atribuem a sua construção ao período islâmico.

Antes de Portugal emergir das turbulências da (Re)conquista cristã, o território ocidental da Península Ibérica foi alvo de outras estratégias de ordenamento e de vínculo aos reis de Oviedo e de Leão, cidades que centralizaram os primeiros esforços de ocupação e povoamento das áreas não dominadas pelos muçulmanos ou a eles conquistadas. Esse longo processo, que pode ser genericamente balizado entre a invasão islâmica (711) e a constituição do Condado Portucalense (1096), foi tudo menos uma dinâmica linear de antagonismo primário entre blocos civilizacionais ou de progressivo e imparável enquadramento territorial na esfera setentrional. Pelo contrário, tratou-se de um período histórico pleno de rupturas, de avanços e de recuos ditados, algumas vezes, por estranhas alianças, de apogeu e decadência de linhagens, de fragmentação e constituição de surpreendentes centralidades e regionalismos.

711-791: AS TERRAS DE NINGUÉM A fulgurante entrada dos muçulmanos em território peninsular originou um fenómeno tantas vezes incompreendido pela historiografia: a formação de "terras de ninguém". Ao facto de os muçulmanos optarem deliberadamente por não ocupar toda a península juntou-se a incapacidade do sector asturiano em dominar, num primeiro momento, áreas tão próximas dos picos da Europa quanto o Bierzo, a Galiza ou a meseta central até ao vale do Rio Douro. Em 739, e um pouco por toda a década de 40, as hostes berberes instaladas no centro da península revoltaram-se e, pouco tempo depois, Afonso I empreendeu as primeiras acções militares. Essas não foram conquistas propriamente ditas, mas razias e pilhagens destinadas a viabilizar logisticamente o nascente reino das Astúrias.

Há muito que a investigação científica rejeitou as noções de "ermamento" e "despovoamento" por decisão política do reduto setentrional cristão, em benefício de uma interpretação mais livre, que assegura às comunidades residuais de povoamento uma tão imensa quanto indefinível autonomia, intimamente relacionada quer com certo colapso das fórmulas administrativas até aí ensaiadas, quer com a manutenção de corredores de comunicabilidade entre o norte e o sul. Esse modelo explicativo mais abrangente não se aplica somente aos meios rurais e distantes dos principais centros políticos e religiosos; pelo contrário, consagra mesmo a cidades tão importantes, como Lisboa, um prudente reconhecimento acerca de um efectivo domínio islâmico nesse obscuro século VIII: pela década de 80, Abd al-Rahmann I ordenou a destruição das igrejas da cidade, por os seus habitantes estarem, de alguma forma, relacionados com os asturianos; por outro lado, alguns autores admitem mesmo que aquela que, em pouco tempo, viria a ser a maior cidade do ocidente peninsular tenha sido governada pela maioria cristã moçárabe, comandada por um conde igualmente cristão, muito possivelmente sob pesado tributo pago às autoridades islâmicas sediadas na distante Córdova. E se tal se terá passado na atlântica, comercial e relativamente populosa Lisboa, que dizer do restante território que hoje forma Portugal, principalmente o situado acima do Tejo?

Essa mais prudente aproximação às particularidades do território situa-se numa dimensão de maior aprofundamento dos diversos dados conhecidos. Por exemplo, sabe-se que apenas Beja e Ossónoba (Faro) esboçaram uma reacção aos intentos de conquista muçulmana, capitulando todas as restantes sedes de diocese por pacto de rendição. Mas até que ponto esse facto, constantemente repetido nos ensaios historiográficos do último século, corresponde a um efectivo domínio (ou reconhecimento do domínio) por parte daquelas cidades? Escassos dois anos depois de capitular, Coimbra foi violentamente atacada por tropas vinculadas a Córdova, acto que pressupõe uma declarada excentricidade da cidade face à real esfera de controlo islâmico.

A maior complexidade com que se começa a encarar o século VIII (em que se inclui a curiosa conversão ao cristianismo de Avezano, um berbere incumbido de permanecer na Galiza) continua, no entanto, a enfrentar sérios problemas de caracterização material. Sabe-se que, em Córdova, só com a chegada do omíada Abd al-Rahmann I, na segunda metade do século, se processaram as primeiras obras de vulto. O silêncio material é uma constante em todo o ocidente peninsular, independentemente de estar nominalmente vinculado às Astúrias ou ao Islão cordovês. Desconhecem-se referências a vestígios de construção de igrejas ou mesquitas e, paradoxalmente, também de muralhas (não sendo evidente o caso de Silves), ao contrário do que seria de esperar naquele novo cenário. A inexistência de testemunhos materiais, de resto, tem levado alguns investigadores a colocarem a hipótese de uma deliberada partilha de espaços em meio urbano, entre antigos e novos poderes, o que pode, evidentemente, não corresponder à realidade.

791-866: OS ANOS DE AFIRMAÇÃO ASTURIANA E O ARRANQUE DO POVOAMENTO Em 791, com a subida ao poder de Afonso II, o sector cristão setentrional da península entrou numa nova fase, coincidente com sua afirmação territorial nas zonas imediatamente vizinhas. Com esse monarca, o reino das Astúrias passou a deter contactos privilegiados com a corte de Carlos Magno, recebeu alguns dissidentes islâmicos que estrategicamente colocou em áreas fronteiriças ou de difícil controlo e, mais importante, através do obscuro beato de Liébana, dispôs de um mártir santo em cujo nome fazer a conquista do território: Santiago. Apesar das constantes revoltas locais (que retardaram a integração da Galiza na Coroa ovetense) e da sobrevivência de um substracto religioso herético ou, quanto muito, heterodoxo no noroeste peninsular, ao findar o século VIII Compostela passou a ser um dos centros emblemáticos do reino das Astúrias e um de seus focos de maior visibilidade.

Ideologicamente sancionada a (Re)conquista e legitimada a existência do reino em novos e bem mais ambiciosos pressupostos, os monarcas de Oviedo construíram uma capital digna de um Estado equiparável ao desaparecido reino visigótico. A nova Toledo – transposição para o novo quadro civilizacional da mítica capital goda, então em poder do Islão – foi um aglomerado urbano onde se destacavam as igrejas e os mosteiros, a catedral consagrada a são Salvador e aos 12 apóstolos, o panteão dinástico, o palácio real, com sua capela palatina, e a residência de verão a escassa distância, que incorporava a Capela de San Julián de los Prados, juntando-se, nos dois reinados seguintes (Ramiro I e Ordonho I), o "maravilhoso" complexo palatino-religioso do Monte de Naranco.

Militarmente, a primeira metade e os meados do século IX assistiram à multiplicação de iniciativas privadas como motor da (Re)conquista. Em momento precoce, portanto, verifica-se que nunca houve um declarado monopólio estatal no campo militar, e só no período seguinte – com o designado *repovoamento de Afonso III* – a monarquia tentou reverter para si os dividendos de uma expansão devida a actores tão desconhecidos quanto competentes. Importa, no entanto, questionar o verdadeiro alcance da figura real nesse processo, sabendo-se que as crónicas asturianas asseguram a Afonso II o estatuto de senhor de Coimbra, região claramente bem distante da palatina Oviedo, e que o monarca lançou ataques de rapina a Lisboa, ao mesmo tempo em que defendeu suas fronteiras de razias islâmicas dirigidas a Viseu, Pontevedra e Lugo.

Esse primeiro impulso afirmativo asturiano para lá de suas naturais e imediatas fronteiras tem correspondência material no claustro do Convento da Costa, em Guimarães, onde escavações colocaram a descoberto os alicerces de uma muito tosca construção, porém com assinaláveis analogias com o vocabulário artístico ovetense. Mais recentemente, a reavaliação cronológica de alguns outros vestígios materiais permitiu colocar a hipótese de esse notável exemplo vimaranense não ser mais do que a face visível de um processo bem mais alargado, materializado também em Sernancelhe, Provesende ou Miragaia, o que prova a abrangência geográfica de uma realidade da qual não se tinha sequer efectivo conhecimento até há escassos anos.

866-950: EM BUSCA DAS FRONTEIRAS DO REINO E DO "REPOVOAMENTO" DE AFONSO III 866 é a data da coroação de Afonso III, o último e mais importante monarca asturiano. No ano seguinte, foi nomeado bispo de Coimbra dom Nausto, figura que se revelou fundamental na condução dos destinos religiosos da mais importante cidade do sector cristão setentrional nas quatro décadas seguintes. E em 868 Vímara Peres conquistou o Porto. Esses acontecimentos foram acompanhados por uma renovação no quadro político e administrativo regional, entregando Afonso III a condução dos destinos dos "novos" territórios a condes de sua imediata confiança. A seu tempo – à medida que as relações de parentesco se foram mesclando com a própria linhagem real – esse modelo acabou por se revelar desastroso, mas serviu os interesses da monarquia nos fins do século IX e inícios da centúria seguinte. A estratégia de afirmação dessas estirpes dominantes assentou numa regra de continuidade linhagística por via endogâmica, que visava a aumentar o poder político e fundiário de cada prole, assim se privilegiando os primogénitos em detrimento dos filhos segundos, que praticamente desapareceram na fragmentária documentação remanescente. À frente dos condados e com poderes delegados nas *civitates* (embora a documentação revele maior complexidade de títulos, de poderes e de missões, como os *conmissa*, as *mandationes* e os *territoria*), esses condes sobrepuseram-se parcialmente aos primeiros povoadores e concentraram parte de seu vastíssimo património fundiário em grandes zonas de influência (Vímara Peres em torno de Braga, Gonçalo Moniz em Coimbra...), mas nunca deixaram de manter certa dispersão de bens, uma espécie de reserva regional que lhes permitia agir directamente sobre os destinos dessa ou daquela área em concreto.

O ocidente peninsular foi, então, organizado em dois grandes condados: Portucale, com sede em Guimarães, e Coimbra, centralizado na cidade de mesmo nome. No século XI, essas duas unidades territoriais formaram o Condado Portucalense. Mas na centúria precedente foram vizinhos hostis, frequentemente em oposição e com voz activa na fortuna da própria monarquia leonesa. À frente de seus destinos estavam figuras de grande proeminência na hierarquia do reino, uma aristocracia de condição superior que aspirou a rivalizar com o rei e senhores de grande riqueza e opulência, como se demonstra pelas doações que Mumadona Dias fez ao Mosteiro de Guimarães.

Desse intenso período de organização e de povoamento subsistem importantes testemunhos, que revelam bem a qualidade artística e o requinte a que chegaram as realizações monumentais de iniciativa condal.

O eixo Braga-Guimarães concentrou uma parcela significativa e incontornável dessa dinâmica: na cidade arquiepiscopal está documentado um alargado conjunto de igrejas desde o fim do século IX, incluindo sua catedral, testemunhada por fragmentos arquitectónicos, onde se conta um modilhão de rolo (tipologia específica da arte asturiana). O principal monumento, todavia, localiza-se na periferia da cidade: São Frutuoso de Montélios. Inicialmente dedicado a são Salvador, foi convertido em templo-memória de são Frutuoso nos fins do século IX, sendo então objecto de uma campanha arquitectónica de grande envergadura, com particular incidência na zona do cruzeiro. Aqui, uma nova abóbada cobriu o espaço central e a torre passou a integrar um friso de arquinhos cegos, rasgado axialmente por aximez. No nível da decoração interior, destaca-se um capitel duplo, cuja segunda fase de configuração data precisamente dessa época e, por todo o conjunto, exibem-se frisos e elementos de sabor classicizante, os quais asseguram a esse monumento um lugar cimeiro na específica, aparatosa e prestigiante corrente artística que consagrou às fórmulas clássicas o garante de sua qualidade e valor propagandístico, aspectos reforçados pela ideia de requinte que constituiu a incorporação de materiais calcários, alguns importados do sul islâmico, fortemente contrastantes com a rudeza do granito. Ainda nos arredores de Braga, o mítico mosteiro de Dume, sede de um dos mais importantes focos de estabilização do cristianismo durante a época sueva, pela mão do abade-bispo são Martinho, foi ampliado. Em Guimarães, onde se encontrava a família condal, o Convento da Costa foi alvo de nova campanha, de que se conserva um famoso arco em ferradura e, muito perto, a cabeceira da Igreja de São Torcato integra um conjunto de frisos de calcário de grande originalidade, para além de dois fragmentos de aximezes e de uma curiosa lipsanoteca (pequena caixa de madeira para conter relíquias). A paisagem rural nesse contexto geográfico específico revela um profundo povoamento de base asturiano-leonesa, com vestígios também em Amares, Esporões (Braga), Sobreposta (Braga), Geraz do Lima, Areias de Vilar (Barcelos), Manhente (Barcelos), Lordelo (Guimarães), Corvite (Guimarães), São João da Ponte (Guimarães), Antime (Fafe), Arentim, São João de Rei (Póvoa de Lanhoso) e, no sector meridional, Rates ou Lagares, esse último já em Penafiel.

Mas será errado pensar-se que o alcance da expansão asturiana se ficou pelos territórios de Coimbra e de Portucale. Existem hoje razões objectivas para pensar que aqueles dois condados não foram os únicos espaços incorporados pela Coroa asturiana no ocidente peninsular. Para além de uma natural continuidade de nobres actuando por conta própria (como foi verificado na primeira metade do século IX), existiram outras bolsas de autoridade aparentemente em contraciclo com a figura de Afonso III. É o que parece ter sucedido em Viseu, cidade onde, de acordo com os estudos de Manuel Luís Real, se estabeleceu o rebelde Bermudo Ordoñez, irmão do monarca e condenado por esse à cegueira e, possivelmente, ao exílio. Bermudo, presumivelmente acompanhado por Diogo Fernandes, Rodrigo Tedonis e Hermenegildo Gonçalves (esse último casado com Mumadona Dias), criou uma verdadeira corte em Viseu, semi-independente de Oviedo-Leão e protegida da capital por uma extensa rede de castelos que, em 960, passaram para a posse do Mosteiro de Guimarães, por doação de sua proprietária, dona Chamôa Rodrigues (ou Flâmula), filha precisamente de um dos maiores apoiantes de Bermudo Ordoñez, Rodrigo Tedonis. Lamego é também um caso a estudar, pela especificidade de seu território, onde se sabe que a Igreja de São Pedro de Balsemão foi objecto de uma campanha arquitectónica pela primeira metade do século X, testemunhada por um curioso pé-de-altar decorado com a característica cruz asturiana, entre outro espólio (um fragmento de aximez, um medalhão ou clípeo e impostas de rolo).

Trancoso e Chaves constituem outras aparentes centralidades não vinculadas a Portucale nem a Coimbra. A primeira, localizada estrategicamente sobre a Serra da Estrela, é testemunhada pela torre pré-românica de seu castelo e por uma inscrição do ano de 912, que dá conta da fundação de um templo. A segunda, no curso Verín-Régua, foi presuriada em 872 pelo enigmático conde Odoário, e outro nobre, Odónio, dedicou-se a fundar várias igrejas na região; subsistem ainda, todavia, algumas dúvidas sobre a materialização do modelo de gestão condal nesse território. Por outro lado, conhece-se a acção de algumas famílias que ostentaram o título de condes, mas que não ascenderam ao governo de qualquer condado conhecido. Ero e Diogo Fernandes, estabelecidos no Entre-Mondego-e-Douro, são os casos mais flagrantes, mas outros existem, como Oveco Garcia, instalado aparentemente em Coimbra. E é importante ter em consideração que os condes moveram-se num nível superior ao de muitos mais nobres subalternos, bem como de numerosas comunidades de homens livres, as quais formaram a base demográfica dos futuros concelhos medievais.

É num desses contextos regionais aparentemente não vinculados a Portucale e a Coimbra que se situa o mais impressionante testemunho artístico deixado pela Coroa de Oviedo em território hoje português: a Igreja de São Pedro de Lourosa. Datado epigraficamente de 912, e apesar de bastante afectada por um desastroso restauro, o templo segue, com inusitada fidelidade, o modelo planimétrico de igreja asturiana definido em tempo de Afonso II, em San Julián de los Prados, e continuado até às primeiras décadas do século X (templo de três naves, três tramos, nave transversal normalmente antecedida por *iconostasis*, cabeceira tripartida de dois andares e antecorpo ocidental também de dois registos). Na periférica Lourosa, de resto, levou-se mais longe do que em qualquer outra realização asturiana a tipologia de antecorpo ocidental de dois andares, revelando o monumento "português" proporções verdadeiramente surpreendentes, superiores mesmo à estrutura ocidental de Santa Maria de Oviedo, em cujo *narthex* estava concentrado o panteão régio. Para além disso, o conjunto integrava janelas de arco em ferradura e numerosos frisos classicizantes, entre os quais se conta um de arcos cegos intercalado axialmente por aximez, incorporado na torre sobre o cruzeiro (como em Montélios), constituindo essa opção volumétrica uma solução ensaiada em terras islâmicas e que confirma a maior complexidade com que deve ser encarada a arte pré-românica peninsular. Lentamente, a vertente ocidental da Serra da Estrela começou a ser conhecida, revelando uma paisagem pontuada por *uillae* e pequenas localidades, articuladas por estradas com Viseu, Coimbra e Seia, essa última possível sede de *civitas* e local de passagem para o sector nascente da serra. Do lado oriental da Estrela, a estrada para Idanha começou também a revelar importantes vestígios de vínculo às Astúrias – Centum Cellas e Capinha preencheram aquele tão repetido quanto inconsistente "vazio" e, na própria Idanha-a-Velha, as duas primeiras fases construtivas do monumental edifício que se discute ter sido mesquita, catedral ou palácio revelam importantes laços de confluência artística com realidades asturiano-leonesas (debate no qual se deve também inscrever a Igreja de Prazo de Numão).

Mais difícil de identificar é a fronteira meridional do reino comandado por Afonso III. Em boa verdade, só no século XI, com a mudança dinástica que impôs Fernando, o Magno, no poder de Leão e Castela, é que a fronteira entre os dois blocos que protagonizaram a (Re)conquista deixou de ser imprecisa e longínqua. Até lá, o enfrentamento civilizacional ocorreu em áreas periféricas, mais ou menos vinculadas a centros regionais, também eles ligados, em maior ou menor escala, a Oviedo-Leão ou a Córdova. Em todo caso, nos inícios do século X a progressão cristã foi surpreendente e levou a autoridade asturiana até praticamente à

linha do Tejo no território mais ocidental. Esse facto ficou perpetuado numa esquecida passagem da *Crónica de Sampiro – et usque ad flumen Tagum populando producit* – e tem, hoje, interessantes correspondências no território: a principal, porque documentada, ocorreu em 937, quando o governador islâmico de Santarém se revoltou contra Abd al-Rahmann III e entregou muitos castelos a Ramiro II. Algumas décadas antes, o conde asturiano Guisando Braoliz havia feito escala em Lisboa (onde existia uma activa comunidade moçárabe), depositando parte da sagrada carga que trazia do Mediterrâneo oriental – as relíquias de santo Adrião, de sua mulher, santa Natália, e demais companheiros – no Mosteiro de Chelas. Esses dois episódios ilustram o grau de relação e de expectativa com que a monarquia asturiano-leonesa encarou a linha do Tejo. Por outro lado, é sabido que o património fundiário do Mosteiro de Lorvão incluía numerosas propriedades a sul do Mondego e, artisticamente, os testemunhos de Tomar, Idanha-a-Velha e, mais concretamente, de São Gião da Nazaré apontam para uma efectiva expansão da autoridade asturiano-leonesa, ainda de contornos pouco conhecidos, mas suficientemente importante para ser realmente equacionada. Também Conímbriga deve incorporar essa mais ampla discussão, sabendo-se que a antiga cidade romana continuou a ser ocupada para cá da invasão de 711 e da transferência da diocese para Coimbra. A identificação de sepulturas islâmicas e sua contextualização com referências documentais tardias (século IX), a par das dúvidas cronológicas que se mantêm sobre alguns materiais longamente considerados de época visigótica mas que podem, afinal, corresponder a épocas posteriores (por estudo estilístico com outras realizações incorporadas no Paço de Coimbra, no Mosteiro de Lorvão e no Castelo de Soure), é suficiente para ilustrar a importância dessa urbe em plena (Re)conquista.

Mas esse extraordinário avanço por terras muito mais a sul do que até há escassos anos se pensava ocorreu num momento de progressivo enfraquecimento do reino asturiano-leonês e de iminente retrocesso. Em 939, na Batalha de Simancas, enfrentaram-se os exércitos de um reino leonês mergulhado já numa insanável divisão e um estado califal a caminho da afirmação militar e política. O imprevisível desfecho a favor do lado cristão permitiu que se mantivesse um aparente equilíbrio de forças. Uma vez mais, a aniquilação do reino asturiano-leonês não se afigurava uma prioridade para o Islão peninsular e, mesmo submerso em lutas fratricidas, o modelo monárquico deixado por Afonso III sobreviveu e logrou expandir sua jurisdição. Por mais algum tempo...

950-1035: AL-MANSUR E O ESTATUTO CENTRAL DE COIMBRA O falecimento de Ramiro II (950) determinou o início do retrocesso cristão no ocidente peninsular. Em boa verdade, desde a morte de Afonso III, em 910, que a autoridade régia havia sofrido um sério revés, fragmentando-se o reino por seus três filhos. Com tal divisão lucraram as famílias condais que passaram a ser actores activos na sucessão dinástica, apoiando esse ou aquele pretendente consoante seus privados e imediatos interesses. Nesse processo de desgaste generalizado, no qual os condes pretenderam, invariavelmente, ultrapassar os limites das missões e definir novas fronteiras para sua autoridade, Ramiro II foi a excepção que permitiu juntar as duas grandes unidades políticas ocidentais, sintomaticamente em antagonismo fracturante durante grande parte do século X. Pouco depois de sua morte, a guerra entre Sancho I e Ordonho IV teve vários episódios no território ocidental, incluindo a invasão de Portucale por um exército conimbricense, que logrou chegar às portas de Guimarães (959). Sancho acabou por ser envenenado em Viseu, abrindo caminho ao governo de Ramiro III, notoriamente apoiado por Coimbra contra as pretensões portucalenses.

Esse ténue equilíbrio condal, conseguido à custa do notório enfraquecimento da figura real, foi mantido durante grande parte do século X graças ao desinteresse do lado islâmico. Nas lutas que vitimaram insanavelmente o lado cristão, foi recorrente o recurso a tropas islâmicas por forma a desequilibrar os pratos da balança para um dos lados da contenda. Como dois séculos e meio antes os últimos monarcas visigóticos haviam feito. E com os resultados conhecidos...

Foi necessário esperar pelo aparecimento de um protagonista como al-Mansur para se revelar toda a fraqueza do sector leonês. Entre 977 e 1002, aquele chefe militar muçulmano comandou mais de 50 expedições a território nominalmente vinculado aos cristãos. Pela primeira vez, o Islão não se limitava a efectuar razias cirúrgicas com vista à manutenção das distâncias entre blocos; a máquina de guerra montada visava à aniquilação das estruturas administrativas leonesas, razão dos violentos ataques a Zamora, Coimbra, Sahagún, Compostela, Pamplona etc. Um empreendimento bélico dessa dimensão, apesar de posto em prática sazonalmente (mas com uma cadência imparável), necessitou de pontos de apoio e de concentração. É nessa perspectiva que se pode entender a célebre Cava de Viriato, em Viseu. Helena Catarino demonstrou recentemente que o imenso conjunto foi um acampamento militar islâmico: formando um colossal octógono (com cerca de 30 hectares de área), era reforçado por muros de terra e por fosso, constituindo uma realização sem equiparação na restante península, mas com paralelos tipológicos em cidades-acampamentos do mundo islâmico, de concreto Samarrã (Iraque), sede do poder abássida no século IX. A confirmar-se uma sintonia cronológica com o poderio de al-Mansur (o que não é, ainda, evidente), provar-se-á o papel de Viseu como ponto de concentração militar, com certeza aproveitando as privilegiadas ligações terrestres da cidade com os restantes centros do noroeste.

A principal acção militar conduzida por al-Mansur no actual território português foi dirigida a Coimbra, que foi tomada em 987 (aparentemente com alguma dificuldade, mas contando com o apoio dos dois filhos do conde Gonçalo Moniz, Froila e Veila) e só voltou a desfrutar o estatuto de capital quando dom Afonso Henriques ali instalou a corte (1131). Apesar dessa aparente perda de importância administrativa, os novos senhores islâmicos reservaram à urbe um papel de grande preponderância: verdadeira marca de fronteira, a cidade foi objecto de uma deliberada colonização, com recurso a contingentes populacionais árabes ou arabizados, tutelada cenograficamente pelo magnífico palácio-fortaleza de planta quadrangular que ocupava o local mais elevado do aglomerado. O elemento civilizacional, que havia faltado na primeira conquista islâmica de Coimbra, era agora uma prioridade no novo quadro, constituindo esse vector a razão do intenso fenómeno moçarábico da cidade do Mondego na segunda metade do século XI e princípios da centúria seguinte.

1035-1096: NOVOS DESAFIOS, NOVAS RESPOSTAS O colapso do modelo condal de Afonso III, consumado com as visões do fim dos tempos protagonizadas pelos exércitos de al-Mansur, levou à ascensão de uma nobreza de condição social inferior, possivelmente antigos dependentes dos condes, com jurisdição sobre parcelas de território mais pequenas e específicas, que lograram sobreviver às vagas de destruição islâmica. No século XI, esses "infanções" foram os protagonistas de uma verdadeira "revolução feudal" – como se lhe referiu José Mattoso –, responsáveis primeiros pela definição social e jurídica que, em pouco tempo, deu corpo ao Condado Portucalense e ao próprio reino de Portugal.

A verdadeira "reconquista" do território (entendida como efectiva posse militar de zonas até então claramente vinculadas ao opositor civilizacional, acompanhando-se os feitos militares por tentativas de povoamento estável) ocorreu num período substancialmente diferente daquele que, século e meio antes, havia sido caracterizado como de "repovoamento". A real ocupação de al-Mansur em áreas que, anteriormente, haviam sido deixadas numa fronteira flutuante determinou que, uma vez reorganizado o lado cristão e encurtadas as "terras de ninguém" entre os dois blocos, a vertente militar fosse uma real prioridade. Existiram, contudo, novas realidades que importa destacar. A primeira foi a ascensão da nobreza inferior, mais complexa e multifacetada do que os velhos condes, mas também mais realista quanto a sua margem de manobra num Estado a caminho de forte centralização. A segunda foi a radical mudança na arte da guerra, abandonando-se as razias e presúrias cirúrgicas em benefício de prolongados cercos que resultaram em conquistas efectivas.

Em 1055, dom Fernando, o Magno, rei de Castela a partir de 1035 (e de Leão dois anos depois), iniciou sua vitoriosa campanha das Beiras pela conquista de Seia. A marcha triunfante continuou nos anos seguintes, incorporando-se sucessivamente Lamego (1057), São Martinho de Mouros (1058), Penalva (1058), Viseu e, finalmente, Coimbra (1064), culminando um longo cerco, de intensa actividade de guerra no território ocidental Entre-Douro-e-Mondego. Em boa verdade, o caminho havia sido preparado por outras presúrias "privadas" ou semiprivadas nas décadas anteriores, como a que Gonçalo Trastamires empreendeu contra Montemor-o-Velho em 1034. Mas a disponibilidade militar demonstrada pelo renovado reino de Leão e Castela permitia levar o conceito de conquista para outra dimensão, não só controlando de forma sustentada os novos territórios como também fixando aí povoadores vinculados à autoridade real.

Em Coimbra, Fernando I entregou o governo a um moçárabe, o célebre e carismático dom Sesnando, homem de carreira na corte taifa de Sevilha e marido de dona Loba Nunes, filha do último conde de Coimbra, assim se transmitindo simbolicamente o poder. Foi esse homem que concebeu a defesa de Coimbra através de obras no sistema militar da cidade, mas também por meio de uma rede de castelos a sul do Mondego, de Montemor-o-Velho a Miranda do Corvo, passando por Soure, onde as marcas dessa fase ainda estão bem patentes num dos troços principais da muralha, que integra aximezes proto-românicos, Arouce e Penela. E foi seguramente ele que escolheu outros representantes da comunidade moçárabe para ocupar os principais cargos de direcção da cidade, incluindo a cátedra episcopal, entregue a dom Paterno em 1080 (depois de ter passado, ao que tudo indica provisoriamente, por três outros moçárabes, Julião, Domingos e João). O programa político de dom Sesnando assentava numa efectiva tolerância religiosa entre os próprios cristãos (em particular os vindos do norte, de sentido leonês e, a breve trecho, romano-cluniacense, e os que seguiam a tradição moçárabe) como base da organização social e do verdadeiro povoamento e controlo do curso final do Rio Mondego. Tal programa, viável no reinado de Fernando I, acabou por se esboroar no caminho para o Estado português, onde a influência cluniacense foi determinante para suprimir as bolsas de resistência moçárabe, especialmente em Coimbra e em Lisboa, focos de grande actividade dessa velha tradição cristã hispânica.

A par dos progressos no campo militar, a sociedade cristã do século XI complexificou-se, passando a caracterizar-se por uma maior ligação ao território, então já organizado em *terras*, unidades menores do que as *civitates* e comandadas por um tenente oriundo da nobreza local. Os laços estabelecidos entre nobres e mosteiros são uma das faces visíveis dessa realidade. A aproximação às instituições religiosas como forma de prestígio perante os restantes estratos da sociedade foi uma atitude fomentada pelos condes de Afonso III, como se comprova pela ligação de dona Mumadona ao Mosteiro de Guimarães ou da família condal conimbricense ao de Lorvão. Mas, no século XI, ela foi uma das opções mais sustentadas encontrada pelos infanções e outros membros da baixa nobreza para materializar sua ascensão. Arnóia, Santo Tirso, Paço de Sousa, Rendufe, São Simão da Junqueira, Pendorada, Vilar de Frades etc. são algumas das poderosas instituições dos séculos XII e XIII que foram fundadas, ou refundadas, nessa época. Em todo caso, a figura real estava invariavelmente presente, mesmo no nível religioso, tendo saído da corte de Fernando I da década de 50 as determinações para a mais abrangente e efectiva reforma monacal antes da entrada triunfante de Cluny e da liturgia romana (consumada no Concílio de Burgos, em 1080).

Independentemente dessa deliberada centralização – na qual se deve incluir a outorga de forais a cavaleiros vilãos, como forma de diversificação do povoamento –, a organização do território continuou a ter vários actores, alguns dos quais desconhecidos e outros certamente agindo por conta própria, como Anaia Vestrariz, documentado já em inícios do século XII na zona de Góis. E os bispos foram vozes activas nesse processo, como se constata pela notável acção do prelado bracarense dom Pedro (1070-1091), que logrou mesmo empreender obras em importantes castelos, como o de Lanhoso.

Arquitectonicamente, o século XI é um período de grandes alterações, passando-se do pré-românico ao proto-românico. Os castelos construídos por dom Sesnando revelam as preocupações que caracterizaram as fortalezas românicas, adaptadas à guerra de cerco e, por isso, dotadas de cisternas e poços para armazenamento de água. As igrejas que pontuaram o território, por seu turno, anunciavam também o novo estilo, porém tardando em perder algumas soluções pré-românicas, como a incorporação de capitéis de calcário, as arcaturas cegas (que aparecem na capela-mor da Igreja de Arnoso) ou a contrafortagem exterior de pendor asturiano (Telões). Outros casos, todavia, marcam uma transição mais brusca, como o reconstruído claustro de São João de Almedina (Coimbra) ou o projecto "de peregrinação" da Catedral de Braga, promovida pelo bispo dom Pedro e sagrada a 28 de agosto de 1089. Com esse prelado, a paisagem monumental do território hoje português abriu-se às experiências internacionalistas do românico, que em pouco tempo se impôs peremptoriamente sobre o trilho "hispânico" pelo qual o ocidente peninsular havia caminhado desde praticamente a queda do Império Romano.

O reino comandado por Fernando I de Castela e Leão inaugurou outro tempo na história da (Re)conquista peninsular e da própria organização das possessões cristãs setentrionais, da administração à arte. O trajecto até Toledo, Lisboa, Évora, Silves e, principalmente, Sevilha e Granada iria ainda ser longo e recheado de pormenores que continuamente alimentam as principais páginas da historiografia dedicada à Idade Média. Mas o caminho para essas retumbantes conquistas estava plenamente aberto quando o principal sucessor de dom Fernando, seu filho Afonso VI, doou o Condado Portucalense ao borgonhês dom Henrique.

BIBILOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. "Arte da Alta Idade Média", in: *História da Arte em Portugal*, vol. 2. Lisboa, Alfa, 1986.

ALSINA, Fernando López. "Aproximación Histórica: la Galiza e la Idade Média", in: *Galícia no Tempo*. (Catálogo de exposição.) Santiago de Compostela, Xunta de Galícia/Arcebispado de Compostela/Diócesis de Galícia, 1990, p. 163-169.

ASTRAY, Manuel Recuero. *Orígenes de la Reconquista en el Occidente Peninsular*. La Coruña, Universidade de Coruña, 1996.

AZEVEDO, Rui de. "Período da Formação Territorial", in: *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. 1. Lisboa, 1937, p. 7-64.

BARROCA, Mário. "Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho", in: *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*, vol. IV. Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, p. 101-145.

_____. "Da Reconquista a Dom Dinis", in: *Nova História de Portugal*, vol. I. Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Coord. José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 21-161.

_____. "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XIII)", in: *Portugália*, Nova Série, vol. XI-XII. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990/1991, p. 89-136.

BRANCO, Maria João Violante. "Portugal no Reino de León: Etapas de uma Relação (866-1179)", in: *El Reino de León en la Edad Media*, vol. IV. León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1993, p. 533-625.

CASARIEGO, J.E. *Crónicas de los Reinos de Asturias y León*. Introdução e notas J.E. Carriego. León, Everest, 1985.

CATARINO, Helena. "Notas sobre a Presença Árabe em Portugal: Conquista e Transformações Urbanas", in: *Actas dos XI Cursos Internacionais de Verão de Cascais* – de 28/6 a 10/7/2005, vol. 1. Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2005, p. 29-46.

_____. "Notas sobre o Período Islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as Escavações na Universidade de Coimbra", in: *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro:* Séculos VIII a XIII. Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes. Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 195-214.

_____, FILIPE, Sónia. "*Madinat Qulumbriya*: Arqueologia numa Cidade de Fronteira", in: *Al-Ândalus:* Espaço de Mudança – Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 73-85.

CONDE, Manuel Sílvio Alves. "Fronteira, Guerra e Organização Social do Espaço: O Vale do Tejo, entre Muçulmanos e Cristãos (Séculos IX-XIII)", in: *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro:* Séculos VIII a XIII. Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes. Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 43-52.

FERNANDES, A. de Almeida. "Portugal no Período Vimaranense (868-1128)", *Revista de Guimarães*. Barcelos, Ed. Minho, 1973.

FERNANDES, Hermenegildo. "Fronteiras e Reconquista", in: *Portugal Islâmico:* Os Últimos Sinais do Mediterrâneo. (Catálogo de exposição.) Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 269-276.

FERNANDES, Paulo Almeida. "A Igreja de São Pedro de Lourosa e a sua Relação com a Arte Asturiana", in: *Arqueologia Medieval*, n. 10. Porto, Campo Arqueológico de Mértola, Afrontamento, 2007 (no prelo).

_____. *A Igreja Pré-Românica de São Pedro de Lourosa*. (Dissertação de mestrado em arte, património e restauro). Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

_____. "Antes e Depois da Arqueologia da Arquitectura: Um Novo Ciclo na Investigação da Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha", in: *Artis*, n. 5. Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006, p. 49-72.

_____. "Eclectismo. Classicismo. Regionalismo. Os Caminhos da Arte Cristã no Ocidente Peninsular entre Afonso III e al-Mansur", in: *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro:* Séculos VIII a XIII. Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes. Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 293-310.

_____. "Visigótico ou Moçárabe? O Núcleo de Arte da Alta Idade Média da Cidade de Lisboa", in: *Construindo a Memória:* As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo. Coord. José Morais Arnaud e Carla Varela Fernandes. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, p. 264-283 e 292-293.

MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses. "Castelos da Reconquista na Região de Viseu", in: *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII (Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica). Porto, Adecap, 2000, p. 113-127.

MATTOSO, José. "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", in: *História de Portugal*, vol. I. Dir. José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 439-565.

_____. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. Lisboa, Livraria Guimarães Editores1982.

PERES, Damião. "A Reconquista Cristã", in: *História de Portugal*, vol. I. Dir. Damião Peres. Barcelos, Portucalense Editora, 1928, p. 435-479.

PICARD, Christophe. *Le Portugal Musulman:* VIIIe-XIIIe Siècle – L'Occident d'al-Andalus sous Domination Islamique. Paris, Maisonneuve et Larose, 2000.

REAL, Manuel Luís. "Inovação e Resistência: Dados Recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular", in: *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (Lisboa, 1992). Barcelona, Institut d'Estudis Catalans/Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa, 1995, p. 17-68.

_____. "Mosteiro de Fráguas no Contexto do Pré-Românico da Beira Interior (Portugal)", in: *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro:* Séculos VIII a XIII. Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes. Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 275-292.

_____. "O Convento da Costa (Guimarães). Notícia e Interpretação de Alguns Elementos Arquitectónicos Recentemente Aparecidos", in: *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1981, p. 461-476.

_____. "O Disco de Sabante e a Influência da Arte Asturiana na Área Galaico-Portuguesa", in: *Carlos Alberto Ferreira de Almeida:* In Memoriam, vol. II. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 261-274.

_____. "O Românico Português na Perspectiva das Relações Internacionais", in: *Românico:* Em Portugal e na Galiza. Lisboa, Fundación Pedro de la Maza/Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 31-48.

_____. "Portugal: Cultura Visigoda e Cultura Moçárabe", in: *Visigodos y Omeyas:* Un Debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media (Mérida, abril de 1999), Anejos del Archivo Español de Arqueología, vol. XXIII. Madri, CSIC, 2000, p. 21-75.

TEIXEIRA, Ricardo Jorge. *De Acquae Flaviae a Chaves:* Povoamento e Organização do Território entre a Antiguidade e a Idade Média. (Dissertação de mestrado em arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.)

TORRES, Cláudio. "A Sé Catedral da Idanha", in: *Arqueologia Medieval*, n. 1. Lisboa, Afrontamento, 1992, p. 169-178.

ZOREDA, Luis Caballero. "Aportaciones de la Lectura de Paramentos a la Polémica sobre la Sé de Idanha-a-Velha", in: *Al-Ândalus:* Espaço de Mudança – Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 266-273.

O MEDITERRÂNEO EM VÉSPERAS DA ISLAMIZAÇÃO

Cláudio Figueiredo Torres | Campo Arqueológico de Mertola, Director

Mértola, vista aérea da Matriz
Esta igreja medieval, situada na vila de Mértola, resulta da adaptação ao culto cristão de uma mesquita construída no século XII. Destacam-se os traços arquitectónicos religiosos muçulmanos, os vestígios romanos e pré-romanos ainda visíveis, o portal renascentista e o interior manuelino.

Para os lados do Sol Posto, no Extremo Ocidente do Mediterrâneo, a tradição situava a Atlântida, um dos mitos mais perenes da antiguidade. Essa ilha de todos os sonhos, alimentada pelos textos platónicos e por todas as lendas posteriores, onde uma sociedade opulenta se teria afogado na própria luxúria, pode hoje ser localizada, com pouca margem de erro, na quase ilha ibérica, como era vista a península pelos navegadores chegados do leste, bordejando a costa magrebina.

A visão do disco solar, bola de fogo mergulhando num longínquo e abrasado horizonte onde fazia correr rios de ouro, sempre despertou a imaginação das antigas civilizações mediterrâneas em sua eterna procura de metais preciosos. Aliás, os mitos têm sempre algum grão de verdade histórica. O celebrado reino de Tartessos, situado na região de Sevilha e Niebla, era abastecido por estanho e ouro vindos do noroeste ibérico através da antiga Via da Prata e ainda pela exploração das jazidas metalíferas dos *chapéus de ferro* dos contrafortes da Serra Morena. Não podemos também esquecer que o ouro do antigo Sudão – Níger actual –, depois de percorrer os trilhos saarianos, chegava por sua vez aos portos magrebinos de Tanger e Ceuta, onde era trocado por brocados e vidros manufacturados pelos artesãos de Babilónia, Tiro ou Memphis. Contrapondo-se às partes do Oriente, tradicional casa dos deuses e fonte de luz e vida, o Extremo Ocidente era o lugar dos mortos a quem era atribuída a guarda dos metais preciosos escondidos nas entranhas da terra. Em suas aventurosas incursões às brumas do ocaso, onde os atlantes marcavam o fim das terras conhecidas, os mareantes fenícios e gregos foram apenas precedidos por Hércules, o herói semideus capaz de trazer do Jardim das Hespéridas os cobiçados pomos de ouro.

Essa corrida aos metais, essa busca do oeste, marca toda a história do Mediterrâneo, tendo sempre por contraponto e face positiva o sol nascente, de onde irradiam os braços de Amon, as quadrigas de Apolo, a cabeça resplandecente de Mitra e de onde se ouve a voz irada de Jeovah. É para lá que se viram todos os sacerdotes, para onde se dirigem todas as preces, seja Meca ou Jerusalém.

Toda a história do Mediterrâneo, desde os tempos mais antigos, está relacionada com esse pendular Ocidente-Oriente em que a troca de mercadorias se confundiu com a expansão de técnicas e de deuses. Ao contrário das religiões camponesas em que cada divindade se adapta aos ciclos de fertilidade da terra, para assegurar o milagre da germinação e uma boa colheita, as grandes religiões monoteístas surgiram sempre no seio de comunidades de mercadores, herdeiros dos antigos fenícios, homens de negócios de Damasco, Antioquia e do Mar Vermelho. O politeísmo agrário enraizado nas terras férteis do Nilo ou da Mesopotâmia prolongou-se pelo cristianismo popular e camponês em que cada santo, muitas vezes no papel de demiurgo local ou regional, intercede directamente, como especialista, no controlo das chuvas e na saúde e bem-estar dos crentes.

Nos primeiros tempos de expansão do cristianismo, seguindo um caminho que começara a ser percorrido nos últimos anos de afirmação do Império Romano, as primeiras representações iconográficas estili-

zaram-se ou geometrizaram-se, chegando mesmo algumas correntes mais radicais do mundo bizantino a enveredarem por um iconoclasmo que, de certa forma, anunciava e acompanhava a linguagem plástica do Islão nascente.

Na expansão do cristianismo para o Ocidente destacam-se nitidamente duas vias principais. Por um lado, a indicação, primeiro, e depois a imposição imperial que tornou o cristianismo religião obrigatória, o que favoreceu sobretudo as classes dirigentes, consolidando os centros episcopais e os mosteiros rurais onde prevaleceu certo revivalismo naturalista do império perdido. Os senhores da terra, ainda instalados em seus palácios rurais e habituados a acatar e a impor os discursos do poder, rapidamente adaptaram seus santuários de culto ao imperador em capelas ou igrejas dedicadas ao nazareno.

O outro caminho da expansão cristã, mais lento, mas certamente mais profundo, acompanhou as rotas do comércio marítimo, fundiu-se nos velhos ritos populares dos mistérios órficos, penetrou no seio de escravos e excluídos, associou-se a outros movimentos de salvação e culto dos mortos, implantou-se solidamente nos bairros portuários, alongando-se pelos trilhos dos mercadores e almocreves. Foram assimilados outros cultos muito em voga no momento, como, por exemplo, o mitraísmo, que passaram a integrar os atributos dos muitos santos e outras divindades que proliferavam no hagiológio cada vez mais complexo das heterodoxias cristãs que povoavam naquela época todo o Mediterrâneo.

O cristianismo áulico bizantino e romano, que ditava a ortodoxia, movia-se em torno das cortes imperiais ou papais, hierarquizando-se numa rígida multiplicidade de personagens e intermediários. Suas cerimónias e paramentos eram envolvidos num brilhante e colorido naturalismo vegetalista em que os modelos, apesar das diferenças de estilo, pretendiam atingir a grandiloquência do antigo império. Nesse ambiente aristocrático, a corte da igreja terrena reproduzia necessariamente a celestial, num sistema imutável de valores, povoado de brocados e pedras preciosas, em que uma pirâmide de heróis e santos era encimada por uma tríade divina.

Nos meios mercantis das cidades do Próximo Oriente, como Damasco, Sidon ou Alexandria, entre comerciantes e embarcadiços, tornavam-se dominantes os valores do indivíduo que, por seu esforço pessoal, pode enriquecer e portanto ascender socialmente. A valorização individual criava também um relacionamento directo com a divindade, reforçando o poder abstracto e esotérico de um exacerbado monoteísmo. Era inevitável uma profunda divisão entre os poderes hierárquicos e conservadores da igreja imperial e o mundo criativo e inovador dos negócios. Assim, sob a ária de influência das grandes rotas mediterrâneas e em cidades portuárias como Alexandria, onde proliferavam prósperas comunidades judaicas e heresias cristãs, onde ainda se mantinham abertas escolas filosóficas herdeiras de Plotino, era previsível que as tendências religiosas se aproximassem da ideia de um só Deus absoluto e uma só natureza abstracta. O cristianismo alexandrino e, em breve, a maior parte das igrejas norte-africanas, ao rejeitarem a trindade, e adoptando as correntes monofisitas do cismático Eutiques, acusavam as cortes papal e bizantina de politeístas, o que curiosamente foi repetido uns tempos mais tarde pelos muçulmanos.

Na Cirenaica, nas principais cidades magrebinas e sobretudo na Península Ibérica dos séculos VI e VII proliferaram as heresias cristãs donatistas e priscilianas, hostis ao catolicismo oficial do Império Bizantino, que antecederam e, de certa forma, prepararam a próxima expansão islâmica.

A expansão do Islão, tal como antes sucedera com o cristianismo, seguiu dois caminhos principais: por um lado, a conquista militar, que afectou directamente os poderes políticos; por outro, sobretudo, as rotas

do comércio e do intercâmbio marítimos, que rapidamente influenciaram e converteram as populações mais pobres das cidades. Mais importante do que o poder das armas, a irresistível expansão do Islão atravessou todo o Mediterrâneo, acompanhando sobretudo os circuitos urbanos e mercantis utilizados pelas rotas marítimas. A nova religião, ao libertar o crente de uma pesada hierarquia eclesiástica, já nesse momento a caminho da feudalização, alimentava o individualismo criativo do mercador, permitindo-lhe resolver suas dúvidas existenciais em comunicação directa com a divindade suprema.

O mundo rural continuou mais conservador e apegado a suas velhas crenças, embora a investigação arqueológica mais recente nos tenha mostrado que durante o século XI, antes dos impérios magrebinos dos séculos XII e XIII, alguns pequenos templos rurais foram durante um tempo compartilhados entre as comunidades muçulmana e cristã. Nos mesmos espaços sacralizados, sempre houve uma sabedoria natural em sua utilização. Apesar de peculiares atritos e mesmo de violências, parece ter prevalecido certo equilíbrio na convivência de comunidades de cultos diferentes.

11 Em fins do século XV, a conquista de Granada pelos Reis Católicos lançou em toda a Península Ibérica e em seu imaginário uma alegoria de sonho e esplendor, em que a Alhambra brilhava como o refúgio das artes e da música, como o paradigma dos palácios das *Mil e Uma Noites*. A partir desse momento, nada foi como antes na arquitectura palatina ibérica e sobretudo nas artes decorativas do *mudejarismo* que, por todo lado e sobretudo para as bandas do sul, substituiu ou revigorou um gótico rebuscado e decadente. Inspirados nos pátios e pórticos dos palácios e alcáçovas, foram criados volumes justapostos e abertos espaços interiores mais luminosos em seus painéis de azulejaria multicolor em que se reflectem as fantasias de uma sociedade cortesã que, de certa forma, pensou ter conquistado o paraíso.

Na parte ocidental do al-Ândalus não tivemos, porém, qualquer centro urbano, qualquer alcáçova que pudesse ombrear com Granada, Córdova ou Sevilha. Por razões geoistóricas, o al-Gharb foi sempre uma zona marginal, sem grandes palácios nem monumentos, longe das maiores aglomerações que, naturalmente, foram surgindo ou crescendo nas terras férteis do Guadalquivir. Na última centena de anos alguns investigadores portugueses tentaram localizar nos Paços da Vila de Sintra um possível palácio andaluz. Hoje sabemos que esse belo conjunto arquitectónico, tal como agora se apresenta, embora com fundações anteriores, é sobretudo uma criação *mudejar* e romântica. Como a maioria de nossos monumentos, também ele é um conglomerado de várias épocas, o resultado de muitos ajustes e emendas, como sempre tem acontecido por essas bandas, em que, por falta de outros meios, sobretudo financeiros, sempre se recorreu ao acrescento, ao compromisso. É essa a dinâmica histórica que, felizmente, tem caracterizado essa nossa região mais marginal, permitindo a sobrevivência de insólitos monumentos em que se acumulam e entrecruzam de forma criativa os mais variados e desencontrados estilos e técnicas. Por falta de importância e de protagonismo, por afastamento dos caminhos principais e, muitas vezes, na ausência de interesses directos, o compromisso parece ter sido ajustar em vez de remodelar ou construir de novo. Esse fenómeno, comprovado pela investigação mais recente, foi particularmente sensível durante os períodos conturbados da primeira islamização, ou seja, entre os séculos VIII e XI.

Em vez de grandes invasões ou da deslocação de milhares de soldados árabes e berberes que em 711 a historiografia tradicional anuncia teriam entrado na Península Ibérica vindos do norte de África, cremos hoje que o fenómeno da islamização, sobretudo nessa parte ocidental, não é repentino nem, sobretudo, cas-

trense, mas sim uma lenta transformação social que se estendeu ao longo de muitas dezenas de anos. Os acontecimentos de inícios do século VIII foram muito mais do que actos de conquista militar: enquadram-se, nas devidas proporções, no processo de formação de um modelo de Estado e devem ser relacionados, principalmente, com a abertura a novos mercados e com uma nova circulação de gentes, produtos e ideias. Mais importantes para a islamização do que os soldados transportados em 711 sobre o Estreito de Gibraltar foram certamente os comerciantes vindos de Tunis, Beirute ou Alexandria que, por esses tempos, podiam começar a instalar-se de forma permanente, fazendo prosperar comunidades de levantinos, por vezes já antigos e assíduos clientes dos portos e cidades do al-Ândalus. Os mares tinham sido pacificados, como não acontecia desde os tempos áureos do Império Romano, e as rotas do Oriente mediterrâneo, do Golfo Pérsico e dos mares da Índia começaram a trazer milhares de mercadores, já nessa época convertidos ao Islão. As populações autóctones, sobretudo os citadinos, habituados a transaccionar com os mercadores da costa libanesa, foram aprendendo a nova língua internacional e convertendo-se à nova religião, de tal forma que, em fins do século XI, cerca de metade dos habitantes do Gharb-al-Ândalus estaria já islamizada, falando árabe e praticando a religião muçulmana. Sabemos também que esse processo de islamização foi acelerado mais tarde, com as invasões almorávidas e almôadas e a clara afirmação de um fundamentalismo religioso que, de certa forma, reagia e respondia a outro movimento de sinal contrário que, por esse tempo, animava as hostes da Reconquista em sua cruzada contra os "infieis". Mais do que duas religiões (um cristianismo senhorial em expansão pela Europa, capitaneado pela Ordem de Cluny, contra um mundo muçulmano que atingira a ocidente os limites de sua capacidade de aglutinação), enfrentavam-se nessa época na Península Ibérica duas formações sociais antagónicas (uma sociedade feudal contra uma sociedade tributária), duas culturas (um conjunto de jovens e belicosos senhores da guerra, oriundo das terras montanhosas e húmidas do norte, contra o velho mundo mediterrâneo).

Porém o que hoje mais nos interessa é compreender o período imediatamente anterior, ou seja, o al-Ândalus antes de fins do século XI e sua parte mais ocidental, onde durante quatro séculos conviveram, aparentemente sem grandes litígios, as três religiões do Livro: um islamismo triunfador e politicamente dominante, um cristianismo em desânimo repartido por várias heresias (arianismo, monofisismo, donatismo, monotelismo, priscilianismo etc.) e um conjunto de prósperas comunidades judaicas fixadas nas principais cidades portuárias, onde continuavam a controlar uma parte significativa das transacções internacionais.

Para quem investiga a primeira expansão do islamismo, torna-se cada vez mais claro que, a partir do século VIII, todos os centros mercantis eram zonas tendencialmente islamizáveis. Nessa época, toda a economia mediterrânea se confundia de forma indissociável com um espaço dominado por uma formação social tributária, organizada em múltiplas células urbanas perfeitamente auto-suficientes, em que a língua árabe, substituindo o grego e o latim, servia de principal elo. De tal forma isso é notório que, na Córdova califal, as elites cristãs lamentavam o facto de os jovens se recusarem a falar latim, preferindo falar e escrever em árabe.

III Nos anos 70 do século XX, quando foram iniciados os trabalhos arqueológicos de Mértola, o objectivo era descobrir os árabes, aquela civilização que durante cinco séculos tinha dominado o sul de Portugal e sobre a qual pouco ou nada se sabia. E afinal, em vez de árabes, em vez de tropas berberes que se teriam fixado nas serranias do baixo Alentejo, em vez de antigos nómadas do deserto, sedentarizados nas hortas algarvias, viemos encontrar simplesmente comerciantes, artesãos e camponeses. Viemos encontrar comunidades de pastores, a apascentar seus rebanhos nos mesmos baldios, a habitar as mesmas casas, a comer das mesmas hortas e pomares – como já o tinham feito seus antepassados em épocas bem antigas, em alguns casos em tempos anteriores à própria romanização. Essa foi a resposta insofismável de muitos anos de investigação no terreno, de muita prospecção e de várias escavações em povoados abandonados.

Nas cidades, nos aglomerados urbanos, como Mértola, o fenómeno é diferente. Naturalmente que durante os primeiros tempos de controlo político do Emirato de Córdova se instalaram nas cidades contingentes militares certamente constituídos por mercenários berberes ou eslavos, comandados por chefes ligados directa ou indirectamente a famílias ou tribos orientais. Formaram-se pequenas elites de estrangeiros ou sobretudo de conversos que ocuparam as alcáçovas e zonas mais protegidas, cobrando impostos à população. Porém, a quantidade e variedade de artefactos recolhidos na investigação arqueológica e oriundos do exterior, a introdução de algumas técnicas arquitectónicas e decorativas denotando a chegada de outras gentes, de outras modas, não são certamente obra desses soldados sempre recrutados nas orlas do mundo civilizado. O processo claro de orientalização e islamização que atingiu nessa época as cidades do al-Ândalus não ficou a dever a esses militares e sim, como antes vimos, a uma pacificação das rotas marítimas, que permitiu a circulação de comerciantes e artesãos que se fixaram nos centros urbanos, junto dos portos ou dos principais centros políticos. Ao contrário do militar, preparado para ver no desconhecido um inimigo, o mercador, na lógica do próprio interesse, vê no outro um cliente. Um cliente com o qual tem de aprender a comunicar-se para lhe vender seu produto e para o convencer a manter relações comerciais.

Ao inverso da cidade, constantemente agitada por essa dinâmica de inovação, no mundo rural nos deparamos com uma teimosa continuidade, com tradições que muitas vezes se mantêm arreigadas durante séculos. Nessas zonas mais agrestes do Baixo Alentejo, por exemplo, são inúmeros os povoados de cume onde uma rápida prospecção de superfície nos permite confirmar uma ocupação humana desde pelo menos a segunda Idade do Ferro (séculos IV e III a.C.). Esses são os factos da história longa, da história de comunidades camponesas em que o tempo não é contado da mesma maneira, em que os ritmos se confundem com os ciclos da vida.

Na estrutura arquitectónica das casas, nos materiais e técnicas construtivas, nas formas de utilizar e viver os espaços interiores e exteriores da habitação, nos saberes e hábitos artesanais e alimentares, fomos também encontrar em níveis arqueológicos dos séculos XI e XII muitos elementos idênticos ou perfeitamente identificáveis com a vida actual das comunidades camponesas. O que, de certa forma, é compreensível, dado que, de modo geral, a actividade de seus habitantes foi sempre a pastorícia até aos tempos modernos. Nessas comunidades serranas em que, historicamente, além de pastores, os homens se dedicavam à pequena mineração, à caça e à pesca, o papel da mulher tornou-se socialmente mais relevante. Esse facto, entre outros indícios, vem reflectir-se em seu controlo completo das hortas circundantes, da maioria das técnicas artesanais, e é notório sobretudo no destaque que, no conjunto da habitação, é acordado à cozinha, como centro cívico do espaço familiar. Foram esses pormenores de ocupação do espaço, as técnicas de olaria e tecelagem, as formas e modos de cultivar e cozinhar que, a pouco e pouco, fomos encontrando em vez de armas ou outros vestígios guerreiros utilizados por ocupantes militares árabes ou colonizadores berberes. E, no entanto, embora pouco perceptíveis, os dados arqueológicos não afastam alguns sinais da islamização, concretizados em artefactos importados, que, por sua durabilidade, se resumem quase a recipientes cerâmicos. Durante os períodos conturbados que se seguiram à derrocada da máquina políti-

co-militar do Império Romano e que se prolongaram sob o longínquo e desorganizado poder protofeudal do reino de Toledo, as comunidades camponesas consolidaram seus sistemas de defesa, organizando o território em espaços de controlo colectivo. Se entendermos o processo de islamização como, sobretudo, a instalação de uma rede comercial interurbana, como o reforço de cada cidade como pólo agregador de seu território, também poderemos compreender como nessa época foi incentivado o processo de autonomia das comunidades camponesas e foram abertos os caminhos aos mercadores para o acesso aos mais afastados povoados do interior serrano. Por outro lado, o novo poder muçulmano, ao contrário da rígida hierarquia feudal assente na posse da terra e daqueles que nela trabalhavam, de uma forma geral não interferiu directamente na gestão territorial, interessando-se apenas pela cobrança dos tributos e mantendo intactos os poderes tradicionais. As comunidades rurais, e mesmo as pequenas cidades e seu termo, mantiveram sua autonomia, continuaram a escolher seus representantes, seus anciãos ou homens bons. Depois da Reconquista do século XIII, foi ainda com esses anciãos, mandatários das *aljamas* (comunidades), únicos conhecedores dos terrenos e de seus limites, que os novos senhores negociaram a repartição das herdades e a apropriação dos baldios.

Por conseguinte, a partir do século XI, apesar de a islamização estar de facto consolidada apenas nos centros urbanos, toda a sociedade, mesmo a rural, estava sob sua influência, mais económica e ideológica do que política ou militar. Nesse momento, em quase todo o Gharb al-Ândalus a língua árabe era já dominante no comércio e na vida citadina, ao contrário das zonas rurais, onde eram ainda maioritários os falares romances e um moçarabismo religioso repartido por várias correntes cristãs pouco respeitadoras da ortodoxia romana. Aliás, é curioso destacar que na transição do século XI para o XII, e passado quase meio século da conquista de Coimbra, a poderosa comunidade moçárabe da cidade, que parece ter sido sempre maioritária na região, opôs-se terminantemente à imposição de Roma de nomear um bispo que lhe fosse afecto, aliando-se sintomaticamente aos muçulmanos na defesa de seu antigo prelado. E de facto esses cristãos moçárabes, como as comunidades judaicas, implantados fortemente nas principais cidades, além de romance, falavam árabe, estavam impregnados de sua cultura e principalmente tinham toda a sua vida virada para as rotas do Mediterrâneo, para os contactos comerciais com as outras cidades e portos do sul.

De facto, podemos dizer que a islamização do ocidente ibérico foi sobretudo veiculada por mercadores orientais, nessa época maioritariamente seguidores de cultos cristãos heterodoxos ou judaicos. Ou seja, essas comunidades pré-islâmicas presentes em todos os portos foram os primeiros veiculadores das novidades religiosas, das ideias novas, das coisas que vinham do Oriente, e entre elas também, e obviamente, a palavra corânica. Nos arquivos da sinagoga Geniza do Cairo, foram recentemente recolhidos inúmeros documentos, entre os quais milhares de cartas escritas em árabe – que era a língua franca da época –, datáveis do século XI e pelas quais ficamos a saber o relacionamento comercial existente entre várias empresas familiares espalhadas por todo o Mediterrâneo. Ficamos a conhecer os produtos mais solicitados, a maneira de os transportar de porto para porto e principalmente a forma criativa de ultrapassar as dificuldades de transporte entre as cidades cristãs do norte e os entrepostos muçulmanos a sul. Por exemplo, um mercador judeu, cidadão de Faro, seria cristão em sua passagem por Génova, assim como muçulmano ao lançar ferro no porto de Tunis. Ao longo do Mediterrâneo, como já tinha sucedido com a história conturbada dos povos árabes da Síria até ao Iémen, esses grupos mais ou menos nómades nas orlas dos desertos ou espalhados pelos portos de todos os mares, foram judeus e foram cristãos, antes de serem muçulmanos.

Todo o território do al-Ândalus até ao tempo dos impérios magrebinos (século XII) e mesmo durante as tentativas califais de unificação foi sempre um mosaico de grandes e pequenas células urbanas em que o poder militar era exercido por um alcaide ou governador dependente dos equilíbrios políticos regionais e o poder económico era manobrado por influentes mercadores. Tanto aquele quanto esses pertenciam quase sempre a importantes famílias locais que se revezavam nos principais cargos. Dessa forma, apesar de toda a sociedade estar perfeitamente integrada numa formação social islâmica, em vários territórios mais afastados ou de difícil acesso mantiveram-se até ao século XI alguns bastiões sob o controlo de senhores feudais que, obstinadamente, foram resistindo às imposições e à tributação do Estado califal.

Não podemos dizer que o al-Ândalus foi apenas um jardim de flores e música, um oásis de paz e progresso no mundo conturbado e agressivo de seu tempo. Não podemos nem devemos mitificar essa civilização como uma espécie de paraíso perdido de onde foi expulso o choroso Boabdil, último rei de Granada. Durante toda a sua história, como em todo o Mediterrâneo, sucederam-se guerras e agressões, até mesmo actos de intolerância e violência gratuita. E no entanto não é fácil encontrar uma sociedade que, de forma tão criativa, conseguisse fazer a síntese de tantos saberes, transmitindo para o futuro a imagem de temperança e sobretudo de capacidade de fazer conviver os que eram diferentes, de resolver de forma inteligente as tensões que naturalmente surgiam entre os mais variados cultos e seitas religiosas. Nesse primeiro período da islamização, a história do Mediterrâneo estava afinal intrinsecamente ligada às formas de olhar o outro, de respeitar o diferente. É a história de uma cultura milenar em que era vital o equilíbrio hábil de tensões e de saberes.

São essas experiências históricas e ensinamentos que muitas vezes, no redemoinho paranóico dos dias de hoje, somos levados a esquecer. Continuamos a insistir na imposição de nossos modelos civilizacionais aos outros, a afirmar nossa superioridade civilizacional, esquecendo que foi nossa cultura ocidental que há muito poucas dezenas de anos criou e alimentou o holocausto de milhões de europeus.

Só a mais triste incultura e ignorância histórica pode justificar ataques desenfreados de poderosas máquinas de guerra contra países e populações que o colonialismo afastou do chamado progresso contemporâneo, contra o berço de civilizações que, de certa forma, são a razão de ser das ciências e dos saberes actuais. Esses massacres só virão exacerbar os fundamentalismos, fazendo esquecer que foram precisamente povos muçulmanos que pela primeira vez criaram a arte de conviver pacificamente com os diferentes, que sempre acolheram as mais variadas comunidades cristãs, que abrigaram milhares de judeus quando a Europa católica os queimava nas fogueiras da Inquisição.

O SUL ENTRE A CRUZADA E A JIHAD (SÉCULOS XI-XIII)

Santiago Macias | Campo Arqueológico de Mertola

Mértola, vista da vila
Situada na confluência do Guadiana com o pequeno afluente Oeiras, a vila de Mértola desempenhou um papel importante no sul peninsular, em especial nos séculos XII-XIII. Conquistada por D. Sancho II em 1238, passou pouco depois para os domínios da Ordem de Santiago.

CONJUNTURA POLÍTICA Em 1091 d.C./484 H. morreu o conde Sisnando b. David. Natural da região de Coimbra, de onde seus pais eram originários, a vida do conde Sisnando atravessou boa parte do século XI e dividiu-se numa intensa actividade que o levou tanto ao sul quanto ao norte peninsulares. Símbolo de uma forma de diálogo entre dois mundos cada vez mais diferentes, Sisnando desempenhou cargos importantes na corte de al-Mutadid e de dom Fernando I até se estabelecer em definitivo na região que o vira nascer.

Na fase final de sua vida, Sisnando tomou opções definitivas em relação ao campo em que se situava. Foi-lhe dado o controle da região central de Portugal após a conquista de Coimbra (1064/456). Segundo um relato da época, teria dito de viva-voz no decurso da campanha que levou à conquista de Toledo: "O al-Andalus pertencia aos cristãos, até que foram vencidos pelos árabes, que os obrigaram a refugiar-se na Galiza, a região menos favorecida pela natureza. Mas agora que é possível, desejam recuperar o que lhes foi tomado pela força. Quando não tiverem dinheiro nem soldados, iremos apoderar-nos do país sem esforço". Estava lançado, de uma vez por todas, um certo espírito de cruzada contra o sul islâmico.

O século XI representou um ponto de viragem decisivo na história do al-Andalus. Do ponto de vista político, foi uma época fértil em convulsões: o assassinato do califa Hisham II (1013/403-404), a queda do califado de Córdova (1031/422) e a fragmentação do território do al-Andalus em múltiplos reinos de taifa (*muluk al-tawaif*), pequenos estados (frequentemente de existência efémera) politicamente independentes. Um dos mais importantes, dominado pelos Banu Abbad, de Sevilha, conseguiu estender seu domínio a todo o sudoeste peninsular, cujo território controlou durante mais de 50 anos. O progresso dos reinos cristãos tornou-se, contudo, evidente, tendo sido conquistados os sítios-chave de Coimbra (1064/456) e Toledo (1085/477).

O reino abádida, à frente do qual se encontrava o rei-poeta al-Mutadid, face à constante pressão cristã, recorreu à ajuda do emir almorávida Yusuf b. Tashfin (1061/453-1106/500). Essa atitude de al-Mutamid marcou o início de uma fase na história do al-Andalus. O centro de decisão transferiu-se, de forma praticamente definitiva, para o norte de África, cabendo ao al-Andalus um papel de segundo plano nesse contexto. O próprio emir acabou por se colocar à frente do exército que veio a defrontar e derrotar as tropas de Afonso VI de Leão e Castela na Batalha de Zalaca (1086/479).

Os reinos muçulmanos peninsulares, receosos do crescente poder de Yusuf, tinham, entretanto, feito uma aliança com Afonso VI, o qual enviou um exército em seu socorro. Essas tropas viriam, no entanto, a ser derrotadas pelos almorávidas, acontecimento que provocou a queda de al-Mutamid (1091/484), arrastando consigo o reino abádida. Os almorávidas procederam de seguida à deportação de toda a família real ("Meteram-nos num barco que os levou a África, como se se tratasse de um comboio fúnebre") para Marrocos, onde al-Mutamid veio a morrer, na cidade de Agmat, em 1095/488.

Durante duas décadas o Gharb (o ocidente da Península Ibérica) esteve sob a alçada de Sir b. Abi Bakr, chefe almorávida que conduziu operações em todo esse território entre 1090/483 e 1117/511, data do assalto, saque e abandono de Coimbra. Essa campanha foi a última digna de registo ocorrida no Gharb em toda a primeira metade do século XII, período marcado pelo progressivo enfraquecimento do poder almorávida. Essa situação teve como consequência o aparecimento, no Gharb, das segundas taifas. A motivação religiosa surgiu, nessa região, como capa de interesses políticos bem vincados e desenrolou-se ao mesmo tempo em que teve lugar a investida cristã de 1139/534-1147/542, a qual fez avançar os limites do emergente reino de Portugal até à linha do Tejo.

O líder na revolta do Gharb foi Ibn Qasi, um *muwallad*, originário de uma importante família de Silves, que se dedicara em sua juventude ao estudo dos teólogos muçulmanos e começou a pregar uma vida de ascese. A subida de Ibn Qasi ao poder, em Mértola, em 1144/539, provocou, uma vez mais, a autonomização do Gharb como corpo político: a revolta de Abu Muhammad Sidray b. Wazir em Beja e a de Ibn al-Mundir em Silves, ocorridas logo a seguir, confirmam essa tendência, reforçada com a submissão desses a Ibn Qasi. Al-Mundir conquistou de seguida Huelva e Niebla, ao passo que Ibn Wazir alargava esses domínios a Badajoz.

Apeado do poder, Ibn Qasi deslocou-se ao norte de África para solicitar a ajuda dos almóadas, os quais lhe viriam a entregar o governo da cidade de Silves (1147/542). O reinado de Ibn Qasi viria a terminar a breve trecho: o pacto que estabeleceu com Afonso Henriques levou a população de Silves a assassiná-lo em 1151/546.

Foi durante esses acontecimentos que duas cidades de importância estratégica, Santarém e Lisboa, foram conquistadas e passaram, em definitivo, para as mãos dos cristãos (1147/542). A conquista de Lisboa é narrada em termos expressivos na carta a Osberno. Ali se descrevem a cidade e seus arredores, os factos ocorridos antes e durante a conquista e, quase ao jeito de uma moderna reportagem, todo o dramatismo que a tomada de uma cidade envolve.

A segunda metade do século XII foi marcada tanto pela influência que os almóadas exerceram no sul da Península quanto pelas campanhas militares cristãs, que se tornaram mais assíduas e devastadoras. O norte cristão e o sul islâmico travavam então uma luta de morte.

Uma das personagens-chave nesse processo foi o cristão Geraldo Sem-Pavor, que desenvolveu actividade de relevo entre fins de 1162/557 e 1173/568-569. Évora, Beja, Trujillo, Cáceres e Juromenha foram alguns dos sítios que conquistou, em acções que tiveram lugar num âmbito regional muito marcado. A falhada tentativa de conquista de Badajoz determinou um ponto de viragem na vida desse aventureiro, que viajou para Marrocos e se colocou a serviço do califa Abu Yaqub Yusuf. Geraldo Sem-Pavor mantinha, contudo, contactos secretos com Afonso Henriques, facto que veio a ser descoberto e lhe custou a vida.

Pouco depois, em 1184/579, teve lugar a importante ofensiva conduzida por Abu Yaqub Yusuf, que tentou reconquistar Santarém. O califa, ferido durante os combates, acabou por perecer antes de chegar a Évora. Sua morte é, nas versões mais discretas, atribuída a uma doença que contraiu depois de ter sitiado a praça de Santarém.

Se deixarmos de lado as razias levadas a cabo por Sancho I, em 1189/584 (um sério aviso do que estava por vir no século seguinte), e as que Abu Yusuf Yaqub al-Mansur conduziu em retaliação nos anos subsequentes, verificaremos que os acontecimentos decisivos se desenrolaram entre 1217/613 e 1250/647. O sentimento de luta e a necessidade da guerra santa estão bem patentes nas palavras do *sufi* al-Shaqqaq, que saiu de Sevilha confessando ao místico Ibn Arabi: "Vou para a fronteira a fim de combater os inimigos até à minha morte". Partiu por isso para Juromenha, onde se juntou ao exército. Não tardou muito para que os cristãos do novo reino de Portugal terminassem a conquista do que restava do Alentejo e de todo o Algarve.

ESPAÇOS URBANOS Apesar dos cinco séculos e meio da presença islâmica no Gharb al-Andalus, a verdade é que os principais testemunhos arqueologicamente identificáveis dizem respeito ao período que vai de meados do século XII a meados do século XIII. A estrutura da maior parte dos povoados é anterior a esse período, mas a verdade é que só nos derradeiros séculos de domínio muçulmano ganhou solidez a forma de organização de muitos deles.

As cidades do Gharb comportavam os seguintes núcleos:

Nas proximidades da cerca e em local estrategicamente mais defensável, implantava-se o alcácer (*qasr*), célula de funções eminentemente militares, e a alcáçova (*qasaba*). Esse sítio, quase sempre sobreposto à anterior acrópole romana, formava um verdadeiro mundo à parte, fechado sobre si. Entre as alcáçovas mais celebradas podemos citar o Palácio das Varandas, em Silves, cantado pelo poeta al-Mutadid.

Ao lado desse núcleo do poder estendia-se a cidade envolvente (*madina*, nome que só é aplicável às cidades mais importantes), normalmente amuralhada, onde se situavam os mercados, os banhos, os espaços religiosos etc. e onde habitava toda uma população de comerciantes, artesãos, hortelãos e camponeses. Nas cidades do Gharb, boa parte da vida era passada ao ar livre, nas praças, ruas e mercados. Era nesses locais públicos que todos os dias se encontravam e conviviam os membros das diferentes comunidades. Moçárabes, judeus e muçulmanos partilharam, durante muitos séculos, espaços que só viram seus dias chegarem ao fim com os rigores e o sectarismo que acompanharam a Reconquista.

Nos povoados mais importantes, a cidade expandia-se, com frequência, para lá de seus muros, criando os arrabaldes. Também fora das muralhas, e sempre longe do contacto com os vivos, ficavam os cemitérios (*maqbara-s*), normalmente reocupando antigos espaços funerários.

Trabalhos arqueológicos recentes têm dado visibilidade às formas de ocupação dos aglomerados urbanos, em particular às que estão relacionadas com as formas de habitar. Mértola e Silves lideram a lista, pela extensão e importância das respectivas escavações. Tanto numa quanto noutra têm sido trazidos à luz do dia conjuntos habitacionais que proporcionam abundantes dados sobre urbanismo, sistemas construtivos e hábitos do quotidiano. A essas duas antigas capitais regionais devem juntar-se as casas islâmicas escavadas em Lisboa e em Tavira.

Casas, ruas e sistemas de saneamento apresentavam já uma planificação urbana cuidada. As redes viárias dos bairros organizavam-se segundo um esquema definido de forma algo tosca, mas onde os eixos delineados em linhas perpendiculares entre si são, e após as escavações arqueológicas, perfeitamente definíveis. As habitações dispunham, com pequenas variações, de um mesmo esquema base. Um pátio central recebia as águas da chuva e a luz do sol que iluminava os compartimentos a sua volta (salões e alcovas, cozinhas, latrinas etc.). Os sistemas construtivos pouco se alteraram em séculos e deparamos nessas casas com a cal, a taipa, as telhas mouriscas e os pavimentos argamassados pintados com almagre, que são comuns na arquitectura tradicional da região. Essa casa-tipo, com área útil variável, tem suas raízes no Mediterrâneo e encontra-se difundida por todas as cidades do al-Andalus.

ESPAÇOS MILITARES Das muralhas que outrora rodearam essas cidades não restam mais do que vagas memórias. Poucas são as pedras sobre as quais se pode dizer, com segurança, que foram aparelhadas pelas mãos dos alarifes muçulmanos.

Nesse grupo incluímos a Porta da Vila (Faro), provavelmente mandada construir durante o domínio dos Banu Harun sobre a cidade, em pleno século XI. Marcando a antiga abertura para o porto de abrigo da cidade, é ainda bem visível nesse arco em ferradura com aduelas de cromatismo alternado, inspiradas nas da Grande Mesquita de Córdova, a procura de uma monumentalidade que não é alheia a um programa político de prestígio. A governação daquela família de origem autóctone foi muito elogiada por sua moderação e pelas obras realizadas em Faro.

A maior parte das muralhas que subsistem no Gharb integra-se, contudo, noutro contexto. Elas datam da segunda metade do século XII ou dos inícios do século XIII e sua construção relaciona-se com a pressão crescente da Reconquista. O mundo da guerra instalava-se, de vez, nas cidades do sul. Essas muralhas, de cronologia almóada, utilizavam apenas a terra como material de construção. Ao contrário da taipa *civil*, que apenas utilizava terra humedecida e apisoada, a taipa *militar* era constituída por uma argamassa com muita cal, vertida em grandes cofragens de madeira que só eram removidas depois de seca a obra. Conservam-se ainda troços de muralha de taipa de Paderne, Salir, Loulé, Juromenha, Moura, Alcácer do Sal ou Silves, preservados nos dois primeiros casos pela inexorável decadência daqueles povoados e nos restantes pelo aproveitamento de torreões e panos de muralha de época islâmica nas fortificações de cronologia mais recente.

Nalgumas dessas estruturas (Salir, Moura e Alcácer do Sal, designadamente) são ainda visíveis reticulados traçados a cal, destinados a imitar os silhares de pedra das muralhas romanas. Data também desse período a introdução de inovações como a barbacã, de origem oriental, e a torre albarrã, avançada em relação à linha da muralha.

ESPAÇOS RELIGIOSOS Entre os séculos XI e XIII muitas foram as mudanças no panorama religioso do Gharb al-Andalus. Até ao período califal, as igrejas, as mesquitas e as sinagogas faziam parte da paisagem urbana do sul. Temos até informações escritas dispersas sobre as igrejas moçárabes: para além da descrição que nos foi deixada da Catedral de Faro (dizia-se que suas colunas de prata eram tão largas que um homem não as podia abarcar), merecem ainda menção alguns vestígios arquitectónicos de grande qualidade artística, com particular destaque para as peças encontradas em Lisboa e para os capitéis da Igreja de Santo Amaro, em Beja.

Em pleno século XII, al-Idrisi referia-se nestes termos à Igreja do Corvo, importante local de peregrinação, situada no extremo sul do território: "Essa igreja não conheceu mudança alguma desde a época dos primeiros cristãos (...). A igreja é servida por padres e religiosos. Possui um tesouro e muitos objectos preciosos. A maioria dessas riquezas foi recolhida em diferentes lugares do Gharb e é empregue, na totalidade ou em parte, nas necessidades do estabelecimento".

A conquista de Lisboa, em 1147/542, ilustra bem a importância que as comunidades cristãs tinham no Ocidente. Que outro sentido podemos atribuir às invocações de "Maria boa, Maria boa", feitas pelas habitantes da cidade, enquanto mostravam a cruz aos sitiadores nórdicos? Que outro significado tem a presença de um bispo moçárabe, que seria assassinado pelos conquistadores cruzados? Que outra leitura tem a afirmação do príncipe norueguês Sigurd, que dizia no início do século XII que Lisboa era meio cristã, meio pagã (leia-se muçulmana)?

Tal situação mudou de forma total na segunda metade do século XII. A Reconquista e a intolerância dos almóadas criaram outro quadro político, cultural e religioso. As torres das igrejas perderam visibilidade nas cidades do Gharb e um novo surto de fervor religioso percorreu o Islão peninsular.

Sobre as mesquitas que fizeram parte do panorama urbano das cidades do Gharb, os dados são escassos e pouco expressivos. Era em volta das mesquitas que se faziam os negócios e se instalavam os principais mercados. Os tratados de *hisba* fornecem coloridas descrições da animação que percorria esses locais de comércio. São bem conhecidas, por exemplo, as restrições que existiam à venda de aves, coelhos ou azeite nas zonas contíguas às mesquitas. Pelo contrário, era perto dos templos que se transaccionavam os perfumes, os tecidos de luxo, as sedas e os brocados importados de paragens longínquas. Aí se vendiam também as cerâmicas vindas de prestigiados centros oleiros.

As únicas mesquitas onde ainda são identificáveis elementos do edifício original são as de Idanha-a-Velha, de época emiral, a de Loulé e a de Mértola. Nesta última, a sua persistência ter-se-á apenas ficado a dever à decadência no pós-Reconquista da região onde a actual vila se insere. Sem recursos para a edificação de uma nova igreja, não teve o clero local outra solução que não fosse adaptar o templo já existente.

A mesquita de Mértola, cuja fonte de inspiração teria sido a de Tinmal (Marrocos), data da segunda metade do século XII, tendo sido consagrada ao culto cristão após a Reconquista. A igreja actual corresponde a uma grande campanha de obras que o edifício sofreu em meados do século XVI. Sua síntese arquitectónica confere a essa igreja-mesquita um irresistível exotismo.

No desenho de Duarte Darmas, de inícios desse século, é ainda perfeitamente clara a estrutura da antiga mesquita: um amplo espaço quadrangular, coberto por telhados múltiplos assentes em fiadas de colunas. O templo de Mértola tinha cinco naves, cada uma com um telhado de duas águas, duas dezenas de colunas portantes e um minarete adossado à fachada noroeste. Dele restam ainda os muros exteriores, o *mihrab* (o nicho que indica o local da oração) e quatro pequenas portas (três abertas ao antigo pátio da mesquita e outra ao exterior) em que o arco em ferradura, levemente peraltado, é enquadrado por um alfiz.

De planta poligonal, o *mihrab* conserva uma decoração em estuque com três arcos cegos polilobados rematados por uma cimalha moldurada por dois cordões do infinito, tema que se repete no topo do conjunto.

Nos territórios do Gharb são ainda conhecidos, para além da referência de Osberno à mesquita de Lisboa, o minarete de Loulé (a actual torre sineira da Igreja de São Clemente), a lápide fundacional do minarete de Moura (século XI) e a provável localização de templos muçulmanos em Elvas e Tavira. A recente descoberta de um *ribat* perto da localidade de Arrifana vem diversificar e enriquecer o panorama dos edifícios religiosos islâmicos existentes em Portugal, embora seja prematura a afirmação de que o *ribat* em questão tenha sido mandado edificar por Ibn Qasi.

ESPAÇOS FUNERÁRIOS Situados fora dos povoados, e sobrepondo-se normalmente a antigas necrópoles romanas e tardo-romanas, os cemitérios islâmicos bordejavam os principais caminhos de acesso às cidades. A Reconquista e a expansão urbana das povoações fizeram desaparecer esses espaços de inumação, a ponto de não subsistir qualquer vestígio ou memória de sua presença.

Não é difícil a identificação das inumações muçulmanas, pela evidente diferença em relação aos enterramentos cristãos. O rito funerário praticado pelos muçulmanos obrigava à deposição do corpo no túmulo em decúbito lateral direito, com a cabeça orientada a sul/sudoeste e a face virada para o nascente. As

pernas permaneciam ligeiramente flectidas e as mãos, recolhidas na zona púbica. A fossa era sempre intencionalmente estreita para firmar o corpo lateralmente. A inumação sem espólio cultual constituía também norma nessas necrópoles, sendo raros os casos comprovados a escapar a essa regra – para além de Gibralfaro (Málaga), há espólio desse tipo (constituído por candis) em enterramentos mais antigos da necrópole de santa Eulália.

Temos exemplos claros de que a heterodoxia ou atitudes de sincretismo não eram admitidas. Quando, nos inícios do século X, Abd al-Rahman III conseguiu finalmente tomar Bobastro (929/317) e esmagar de forma definitiva a revolta andaluza, fez abrir a sepultura de seu chefe, Ibn Hafsun, para mostrar que estavam deitados de costas, de acordo com o modo de inumação dos cristãos, atestando dessa forma que tinham renegado o Islão e abraçado a fé cristã. Conta o cronista Ibn Hayyan: "Onde seu maldito cadáver foi descoberto enterrado indubitavelmente ao modo cristão, uma vez que se encontrou deitado de costas, de cara virada a oriente, com os braços sobre o peito, como fazem os cristãos".

À semelhança do que se praticava nos cemitérios cristãos, a procura de um local privilegiado para sepultura foi também comum no al-Andalus: buscava-se preferencialmente a proximidade de *qubbas* ou *rawabit*, dos túmulos de santos e dos ascetas.

De forma dispersa, alguns dos cemitérios islâmicos do Gharb têm sido postos à luz do dia. Os mais importantes até hoje escavados são os de Mértola e Santarém, contendo cada um deles várias centenas de inumações. Outras *maqbara-s* estão referenciadas em Moura, no Castro da Cola e em Vale do Boto (Castro Marim). Foram ainda escavados os cemitérios de Loulé, de Silves e da Quinta do Lago (Loulé).

A toponímia e os textos escritos dão ainda conta da existência de cemitérios em Lisboa e em Elvas. Por seu turno, as cerca de meia centena de lápides recolhidas um pouco por todo o sul de Portugal (e onde se incluem inscrições de Beja, Alcácer do Sal e Évora, entre outros sítios de menor importância) podem fornecer pistas para a localização e o estudo de outras necrópoles.

UMA MATRIZ CULTURAL MEDITERRÂNICA Têm sido produzidos, ao longo das últimas décadas, milhares de páginas sobre o legado do Islão no âmbito da cultura peninsular. Tornou-se hábito vermos desfilar pelos catálogos das exposições astrolábios e cofres de marfim, livros de medicina e globos celestes, a magnificência dos trabalhos de metal e de cerâmica. Um olhar mais atento sobre a história do Gharb al-Andalus revela-nos, contudo, outra realidade – a do pequeno mundo camponês, também ele tributário do passado islâmico. Um estudo recente sobre o célebre *Tratado de Agricultura* do agrónomo toledano do século XI Ibn Bassal chega a algumas conclusões interessantes. Constata-se que são quatro as espécies arbóreas dominantes: a figueira, a videira, a amendoeira e a oliveira. Por ordem decrescente de importância enumera-se uma dezena de espécies de árvores de fruto, entre as quais se destacam a romãzeira, a macieira e a ameixeira. Seguem-se as hortaliças: berinjela, cabaço, cebola, fava, pepino, alface e couve-flor. Só depois vêm o trigo e a cevada. Essa ordem alimentar, com suas verduras, frutas e óleos vegetais, mostra hábitos dietéticos bem diferentes do norte ibérico, onde então predominavam as farinhas e as carnes.

O panorama agrícola dos campos do al-Andalus, com toda a sua variedade de vegetais, cores e aromas, não é, decerto, uma criação islâmica. Mas foi entre os séculos VIII e XIII que se transmitiu, quantas vezes a partir do Oriente, e se aprofundou o legado cultural mediterrânico. Embora normalmente se refira como *contributos da islamização* na agricultura a chegada das picotas e dos laranjais a nossas paisagens, é bem mais importante a permanência de um sistema agrário de policultura tipicamente mediterrânico que foi sobrevivendo, em áreas cada vez mais diminutas, até aos nossos dias.

O lento trabalhar das azenhas, a exploração tradicional de hortas e pomares, as artes da construção naval e da pesca e mesmo algum contacto entre o sul de Portugal e o norte de África foram-se mantendo até aos nossos dias. As mãos que reparam as redes de pesca, as mãos que lavram, que tecem ou que moldam os adobes encontram-se e repetem-se em Portugal, no norte de África e nas franjas mais arcaicas à volta do Mediterrâneo.

BIBLIOGRAFIA

AL-HIMYARI. *La Péninsule Ibérique d'après le "Kitab al-rawd al-mitar d'al-Himyari"*. Ed. Évariste Lévi-Provençal. Leiden, E.J. Brill, 1938.

AL-IDRISI. *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Ed. Reinhardt Dozy e Michaël de Goeje. Amsterdã, Oriental Press, 1969.

ALVES, Adalberto. *Al-Mutamid:* Poeta do Destino. Lisboa, Assírio & Alvim, 1996.

HERNANDEZ BERMEJO, J. Esteban. "Dificultades en la Identificacion e Interpretacion de las Especies Vegetales Citadas por los Autores Hispanoarabes. Aplicacion a la Obra de Ibn Bassal", in: *Ciencias de la Naturaleza en al-Andalus: Textos y Estudios.* Madri/Granada, CSIC, 1990.

CATARINO, Helena. "O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica – Povoamento Rural e Recintos Fortificados", in: *Al-Ulya*, nº 6, 3 vol. Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1997-1998.

COELHO, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. 2 vol. Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

GOMES, Rosa Varela. *Silves (Xelb):* Uma Cidade do Garb al-Andalus – Território e Cultura. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002.

_____. *Silves (Xelb):* Uma Cidade do Garb al-Andalus – A Alcáçova. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2004.

_____, Gomes, Mário Varela. *O Ribat da Arrifana:* Aljezur, Algarve. Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 2004.

GÓMEZ, Emilio Garcia, Lévi-Provençal, Évariste. *Sevilla a ComienzosaII:* El Tratado de Ibn Abdón. 2ª ed. Sevilha, Servicio Municipal de Publicaciones, 1981.

GUICHARD, Pierre. *Al-Andalus:* Estructura Antropológica de una Sociedad Islámica en Occidente. Barcelona, Seix Barral, 1976.

GUTIÉRREZ, Sonia. *La Cora de Tudmir de la Antigüedad Tardía al Mundo Islámico:* Poblamiento y Cultura Material. Madri/Alicante, Casa de Velázquez, 1996.

IBN ARABI. *Les Soufis d'Andalousie*. Int. e trad. R.W.J. Austin. Paris, Editions Orientales, 1979.

IBN HAYYAN. *Crónica del Califa Abdarrahman III an-Nasir entre los Años 912 y 942 – al-Muqtabis V*. Trad. e índices por Maria de Jesus Viguera e Federico Corriente. Saragoça, Anubar Ediciones, 1981.

LOPES, David. "O Cid Português: Geraldo Sempavor", in: *Revista Portuguesa de História*, tomo I. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1941, p. 93-111.

_____. "Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano". Sep. do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, vol. III e IV. Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

MACIAS, Santiago, Torres, Cláudio (coord.). *Mértola:* O Último Porto do Mediterrâneo. 3 vol. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2005.

_____. *Portugal Islâmico:* Os Últimos Sinais do Mediterrâneo. Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine. *Villes d'al-Andalus:* L'Espagne et le Portugal à l'Époque Musulmane (VIIIe-XVe Siècles). Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996.

OLIVEIRA, José Augusto de (ed.). *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936.

PICARD, Christophe. *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe siècles):* L'Occident d'al-Andalus sous Domination Islamique. Paris, Maisonneuve & Larose, 2000.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986.

TORRES, Cláudio. "O Garb al-Andaluz", in: *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. vol. I. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992b, p. 363-415.

_____, Macias, Santiago. *O Legado Islâmico em Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

A formação e consolidação de Portugal (séculos XII a XV)

José Custódio Vieira da Silva | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas | Universidade Nova de Lisboa
Joana Ramôa

Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha | Detalhe do Claustro Régio ou Joanino, de inícios do século XV. O preenchimento das bandeiras das arcadas é em estilo manuelino, dos inícios do século XVI.

Entre 1179, ano em que o papa, pela bula *Manifestis Probatum*, reconhecia a dom Afonso Henriques (1109?-1185) o direito de usar o título de rei, e 1385, ano em que o rei dom João I (1357-1433) foi elevado ao trono nas cortes realizadas na cidade de Coimbra, decorreram mais de 200 anos, durante os quais Portugal se formou, alargou e consolidou seu território e se foi estruturando como Estado.

A passagem do Condado Portucalense a reino, conseguida pelo primeiro rei, dom Afonso Henriques, em luta contra o imperador de Leão, a quem aquele condado pertencia, foi concretizada em 1143. O referido reconhecimento papal, obtido em 1179, bem mais tardio mas diplomaticamente indispensável para a efectivação daquela independência, veio apenas consagrar uma situação de facto.

Quanto ao alargamento do território, até então confinado praticamente às terras de Entre Douro e Minho, processou-se à custa da conquista das terras mouras estendidas para sul. Processo longo, descontínuo, feito de avanços e recuos, desenrolou-se durante os reinados dos primeiros cinco reis de Portugal, tendo-se finalizado, em 1249, com a conquista do Algarve (a região mais meridional do país) precisamente pelo quinto rei, dom Afonso III (1210?-1279).

Finalmente, a consolidação, em nível territorial, do reino português, realizou-a o rei dom Dinis (1261-1325), filho de dom Afonso III, através do Tratado de Alcanises, celebrado com Castela a 12 de setembro de 1297 e com o qual se fixavam os limites físicos do país, de forma praticamente definitiva, até aos dias de hoje.

*

A formação de Portugal, tanto como Estado independente quanto na definição de seus limites geográficos, foi conduzida através de demoradas lutas, primeiramente contra o reino de Leão, depois contra os mouros do sul. Tal factor introduziu, desde logo, uma forte marca guerreira e militar na história e na paisagem portuguesas.

Um dos marcos mais importantes dessas lutas (e que, de algum modo, as pode simbolizar em todas as suas dimensões) foi a conquista da cidade de Lisboa por dom Afonso Henriques, com a ajuda de cruzados vindos do norte da Europa, a caminho da Terra Santa. Em 25 de outubro de 1147, cinco meses após os barcos daqueles guerreiros nórdicos terem ancorado no Rio Tejo, frente à cidade, impondo a seus habitantes um cerco prolongado, os mouros vencidos começaram a abandonar Lisboa. Era um sábado. Cinco dias depois, concluía-se o êxodo imposto, ficando a cidade completamente livre, à mercê dos conquistadores.

Os pormenores dessa conquista chegaram ao nosso conhecimento através do relato feito por um cruzado anglo-normando, que constitui um documento verdadeiramente excepcional pela minúcia da descrição, pelo rigor e objectividade e pela identificação das personagens. A conquista da cidade de Lisboa, senhora de um território vasto, rico e produtivo e entreposto comercial de assinalável importância, constituiu, na opi-

nião do historiador José Mattoso, sobretudo uma demonstração de como a relação de forças entre cristãos e muçulmanos se modificava a favor dos primeiros.

Esse facto esclarece também outro fenómeno de alcance mais alargado, isto é, o de que o rei de Portugal (e os dos outros reinos cristãos peninsulares) possuía, por esse momento, uma capacidade política que lhe permitia estruturar um dispositivo militar com objectivos muito precisos de ocupação dos espaços disponíveis a sul, até aí na posse de reinos mouros muito enfraquecidos por divisões internas.

Esse dispositivo militar apresentava duas faces muito visíveis: a primeira era constituída por uma rede complexa de fortificações (os castelos); a segunda, por uma organização específica de monges-guerreiros (as ordens militares).

Os castelos, pensados como estruturas aptas a resistir a assaltos e a operações de cerco, eram construções de planta mais ou menos regular, constituídas por uma linha de muralhas espessas e com uma altura média de 8 a 12 metros, delimitando um pequeno pátio. Os muros rematavam-se por um caminho de ronda (o adarve) e por um parapeito com ameias estreitas, destinadas a proteger os guerreiros. A espaços, dispunham-se torreões encostados às muralhas, com a função de proteger a base dos muros e dissuadir quaisquer tentativas de escalamento dos mesmos.

No interior do recinto erguiam-se diversas estruturas arquitectónicas destinadas à guarnição militar, sobressaindo, no pátio, o poço ou a cisterna, para o indispensável aprovisionamento de água. Por essa época, fazia sua aparição a torre de menagem: de três ou quatro andares, erguendo-se isoladamente no pátio e sobressaindo sobre todas as restantes estruturas, permitia o comando dos demais organismos do castelo.

As ordens militares – associações de monges guerreiros – desempenharam um papel crucial no apoio, primeiramente, à conquista do território, e, depois, a sua defesa e manutenção. A primeira, e mais influente, foi a dos Templários, a quem se deve, aliás, a introdução da torre de menagem nos castelos, sinal maior das várias novidades militares por eles trazidas da Terra Santa. O seu primeiro mestre em Portugal, Gualdim Pais (1118?-1195), foi responsável pela construção de um importante conjunto de castelos, como o de Tomar (1160) e o de Almourol (1171). Após os Templários (salvos da extinção em Portugal pelo rei dom Dinis, que os metamorfoseou em Ordem de Cristo), outras ordens militares – dos Hospitalários, de Avis, de Santiago – ganharam protagonismo, contribuindo, de forma decisiva, para o esforço militar exigido em permanência a um reino em processo de formação.

A par da organização militar, a consistência do novo país passava também por uma aposta na dimensão cultural, tirando partido da organização religiosa, da influência e do poder de algumas de suas instituições mais proeminentes. Era o caso, na cidade de Coimbra, do Mosteiro de Santa Cruz, de cónegos regrantes de santo Agostinho, protegido por dom Afonso Henriques desde a sua fundação, em 1131. Sob a orientação de são Teotónio, seu primeiro prior, rapidamente se tornou o mais importante centro cultural e religioso do país, constituindo-se inclusivamente como um dos locais mais importantes da produção e difusão de iluminura românica em Portugal. Prestou, para além disso, um apoio constante e inequívoco ao rei e à independência do novo reino, chegando mesmo o seu *scriptorium* a funcionar como chancelaria régia. Nele estudou santo António de Lisboa, antes de se mudar para a ordem franciscana, que se havia entretanto instalado em Portugal.

O outro grande centro (que acabou por suplantar, inclusivamente, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra), nascido a sul da cidade de Leiria e ocupando extensas terras doadas por dom Afonso Henriques, é o

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: fundado em 1153, povoou-se de monges cistercienses, enviados pelo próprio são Bernardo, a pedido do rei de Portugal, convertendo-se num dos mais imponentes mosteiros da ordem em toda a Europa.

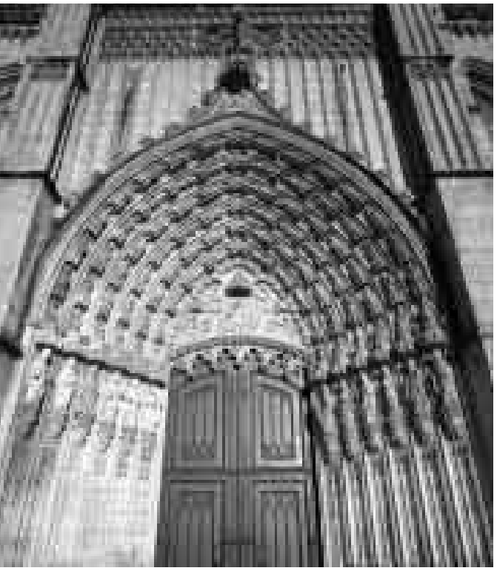
Nesse caso, interessava a dom Afonso Henriques, por um lado, captar a atenção e o favor de uma das personagens de maior peso na Europa cristã, cuja palavra era escutada pelo papa, pelos reis e outros poderosos da época; por outro, aproveitar as potencialidades e o desenvolvido domínio de técnicas relacionadas com a agricultura, a mineração, a hidráulica etc., que os monges cistercienses cultivavam com primor, de forma a povoarem, desenvolverem e administrarem o extenso território onde se instalavam. A influência religiosa, cultural e política dessa poderosa instituição, que se prolongou praticamente durante toda a sua existência, é um dos fenómenos de maior significado na história do país. Aliás, a grandeza e a originalidade do programa arquitectónico medieval desse Mosteiro de Alcobaça (ainda hoje bastante bem conservado) servem à perfeição para enquadrar algumas imagens da paisagem cultural e artística desse primeiro momento de formação e alargamento de Portugal.

A arte românica, com efeito, acompanha de perto os tempos iniciais de constituição do próprio país, de tal forma que se poderá afirmar que Portugal é românico em sua origem.

Predominam, por entre as diversas experiências arquitectónicas que pontuam sobretudo o norte e o centro do país, as pequenas igrejas rurais, denunciadoras da multiplicidade de comunidades diminutas e dos pequenos poderes que as controlam. Muitas vezes ligadas a uma reocupação continuada de lugares cuja força telúrica se sacralizara desde tempos remotos ou denunciadoras do processo de repovoamento em curso, marcavam então a organização de um território que procurava, nessa fase histórica, a ordem e a estabilidade. Erguidas entre meados do século XII e princípios do século XIII, eram, em sua maioria, igrejas simples de uma só nave coberta de madeira e abside de proporções modestas. Como sintetiza Maria Adelaide Miranda, a época de construção desses edifícios deu mostras de grandes dificuldades económicas e de uma população diminuta, em que os esforços com a guerra e o repovoamento não deixaram capacidade para os grandes programas.

Havia, apesar de tudo, propostas arquitectónicas mais avantajadas, que contemplavam, em geral, igrejas de planta em cruz latina, de três naves cobertas de madeira e cabeceira constituída por uma abside e dois absidíolos semicirculares abobadados. Pertencentes a mosteiros beneditinos e localizadas numa zona restrita entre as cidades de Braga e do Porto, estavam associadas a algumas das mais poderosas linhagens dos primeiros tempos da nacionalidade, que sobre eles exerciam seu patronato. Uma das mais imponentes é a Igreja do Mosteiro Beneditino de Paço de Sousa, a cujos patronos – a linhagem dos Sousões – pertencia a figura de dom Egas Moniz (m. 1146), aio do rei dom Afonso Henriques. A esse mosteiro, que muito protegeu, legou parte de sua fortuna e aí se fez tumular.

A afirmação mais consistente da arquitectura românica, no nível do desenvolvimento e da complexidade do respectivo programa arquitectónico, processou-se, porém, na construção de sés catedrais: Braga, Lisboa, Coimbra e Porto foram as primeiras cidades a erguer um dos símbolos máximos da consistência do poder episcopal e da recorrente afirmação urbana na ordenação do território. A necessidade de sacralização ritual das urbes recém-conquistadas aos mouros apressava também essas construções, que adoptavam os programas românicos então em vigor. Só mais tarde, num segundo momento e já com o território do país consolidado, outras sés – em Évora, Viseu, Lamego e Silves – foram construídas.



Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha | O mosteiro gótico, situado na Batalha, distrito de Leiria, foi construído por ordem de D. João I em 1386. Inclui a igreja em forma de cruz latina, a Capela do Fundador, a Sacristia, o Claustro Real, a Sala do Capítulo, o Dormitório primitivo, o Claustro de D. Afonso V e o Panteão de D. Duarte. Em 1388 foi entregue por D. João I à Ordem de S. Domingos de Gusmão.

Castelo de Almourol | Situado a 18 m acima do nível das águas, numa pequena ilha no curso do rio Tejo, o Castelo de Almourol é um dos monumentos militares medievais mais representativos da Reconquista, evocando simultaneamente a memória dos primórdios do reino de Portugal e a Ordem dos Templários.

As catedrais de Lisboa e Coimbra são as que apresentam ainda hoje os programas românicos mais consistentes e mais bem conservados. Em ambas terá trabalhado o mesmo arquitecto, Roberto, de que se desconhecem, no entanto, quer a proveniência quer a formação. Edifícios imponentes e muito afirmativos no contexto urbano, suas fachadas ostentam, para além da robustez da pedra aparelhada de todas as paredes, uma ausência de aberturas, uma coroação de ameias e, no caso mais evidente de Lisboa, duas torres na fachada principal que dão a essas sés a imagem de autênticas fortalezas, apelativa dos tempos de luta contra os mouros, mas também símbolo do papel da igreja, fortaleza espiritual a cuja protecção contra o mal os cristãos se confiam.

O seu programa construtivo estruturava-se numa planta de cruz latina, com o corpo, todo abobadado, organizado em três naves (a central com abóbada de berço e as laterais com abóbada de aresta) e transepto; a cabeceira era, em ambas, constituída por uma abside e quatro absidíolos. Vale a pena ainda referir a ampla zona de tribunas que, na Sé de Coimbra, não só lhe dá um insuspeito equilíbrio como aproxima seu programa do das igrejas de peregrinação, como a de Santiago de Compostela. Aliás, como muito bem sublinha Manuel Luís Real, o românico catedralício português tem de ser entendido como um processo de pesquisa de novas sínteses, com tendências europeizantes.

A arquitectura românica, porém, não se esgotou em seu papel estruturador do território ou ilustrativo de uma composição social catalisadora de outras forças económicas e políticas. Ela foi também portadora de visões, de sonhos, de mensagens simbólicas expressas na escultura que lhe povoa os capitéis, arquivoltas e tímpanos – tão mais importante quanto da escultura avulsa poucos exemplares sobreviveram.

A escultura românica vive com e na arquitectura, de cujo espaço se apoderou, fazendo bloco com ela, dissimulando vazios, ora em alto-relevo ora em incisões finas potenciadoras de grafismos lineares e geometrizantes. Portadora de visões e de revelações, essa escultura, mais do que a procura da realidade imitada em cópia fiel, buscou antes as coisas ocultas e o mundo do fantástico, o sobre-humano, a luta simbólica do bem em confronto eterno com o mal. O mundo zoomórfico, de modo particular, enriqueceu-se com toda uma teoria de animais *monstruosos* de que fazem parte o dragão, o grifo, o basilisco, a harpia, a hidra, a sereia.

Esse mundo românico completou-se, de algum modo, com as artes da cor e dos metais, representadas pela iluminura e pela ourivesaria, que têm, nos já referidos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria de Alcobaça, os centros mais importantes quer de produção quer de entesouramento, por ofertas de reis, rainhas, grandes senhores.

*

A consolidação do território de Portugal foi concretizada, como anteriormente dissemos, pelo rei dom Dinis, em cujo reinado se definiu a fronteira do reino e, a par e como consequência disso, se cuidou de sua protecção, construindo-se novos castelos e reparando-se os existentes. Seu longo reinado de 46 anos, entre 1279 e 1325, foi, aliás, cenário de um conjunto de bem-sucedidas políticas que, tanto em nível interno quanto externo, o colocaram como um dos reis de mais intensa e conseguida actividade. Dom Dinis foi também poeta de excelentes recursos e o trovador peninsular que deixou maior número de composições, nas quais revela características de forte pendor provençal, denunciadoras do ambiente culto em que nasceu e cresceu. A fundação da universidade portuguesa em Lisboa, entre 1288 e 1290, é outro indicador importante da dimensão multifacetada que o seu reinado atingiu e que se completa, de algum modo, com a adopção obrigatória da língua portuguesa nos documentos oficiais.

A arquitectura gótica, que se sucedeu às construções românicas, se bem que detectável em algumas experiências relativamente isoladas ainda na primeira metade do século XIII, como é o caso da Igreja de Alcobaça, iniciada em 1178, ou do claustro da Sé Velha de Coimbra, começado em 1218, só no reinado de dom Dinis verdadeiramente se afirmou. Para isso muito contribuiu a entrada em Portugal das ordens mendicantes (no fim ainda do primeiro quartel do século XIII), particularmente os franciscanos e os dominicanos, responsáveis por importantes modificações na religiosidade dos leigos e pela introdução de novas propostas de entendimento do homem e do mundo. Insistindo na prática de virtudes individuais e numa instrução religiosa baseada na teologia, sua implantação verificou-se sobretudo nas cidades, em oposição à escolha que as anteriores ordens monásticas (sobretudo os beneditinos da reforma de Cister) haviam feito das zonas ermas do campo, buscando aí o isolamento e a fuga ao contacto com o mundo profano e laico.

A acção de franciscanos e dominicanos, com efeito, teve como alvo preferencial as populações marginais das cidades mais populosas. Essa opção esteve na origem, por vezes, de conflitos e rivalidades com o clero diocesano, que só foram ultrapassados a partir do fim do século XIII, quando os primitivos eremitérios, muito simples, passaram a ser substituídos por igrejas góticas de dimensões apreciáveis, erigidas ao pé das muralhas das urbes mais cosmopolitas, entre os mais pobres.

Acompanhar, por consequência, a implantação das comunidades mendicantes no espaço português é, de certa forma, traçar o mapa das cidades mais desenvolvidas. Esse mesmo mapa permite observar outra evidência: é no centro e sul do país, onde o românico se não chegara a implantar, que a arquitectura gótica lançou seus alicerces. Criou-se, assim, uma curiosa dualidade de paisagem: ao norte românico opõe-se o

sul gótico; ao período de formação do país, em cores românicas, sucedeu-se sua consolidação e seu desenvolvimento, no brilho e esplendor da luz gótica.

O ideal de simplicidade e pobreza radical praticado por franciscanos e dominicanos reflectiu-se inteiramente em suas edificações. Apesar de, em alguns casos, a grandeza de dimensões dos edifícios parecer contrariar esse programa (só possível pelo apoio que os reis e alguns nobres passaram a dispensar a essas novas ordens religiosas), sua simplicidade e modéstia tornaram-se a nota dominante.

As igrejas de dominicanos e franciscanos adoptaram, em planta, a cruz latina, com três naves e um transepto muito pronunciado. A cabeceira desses templos é a zona de maior densidade arquitectónica, constituída por três a cinco capelas escalonadas, de planta poligonal. A cobertura interior dessas igrejas reflecte a austeridade que presidiu a essas construções; na verdade, apenas a cabeceira é coberta com abóbadas de ogivas, enquanto as naves e o transepto se cobrem, por sistema, com um tecto de madeira, originando não só os pilares esguios do interior como a inexistência, por desnecessários, de arcobotantes.

A arquitectura mendicante revela-se, assim, em suas linhas mais definidoras, como um projeto de grande clareza e simplicidade de formas, visível quer na planta desses edifícios, quer nos próprios materiais, em geral pobres, quer ainda na parca escultura, reduzida aos capitéis de folhagem muito simples.

O exemplo mais bem-sucedido desse programa mendicante, que outras ordens religiosas também adoptaram, foi atingido na Igreja da Graça em Santarém (em cujo interior se guardam os restos mortais de Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil): a inserção plena na malha urbana, a clareza do traçado, a elegância de proporções, a suave e homogénea difusão da luz, mostram até que ponto esses programas, apesar da relativa economia de meios, conseguiram atingir um patamar estético de grande qualidade. Ao mesmo tempo, confirmam o papel de certa forma estruturante que a acção das ordens mendicantes desempenhou na sociedade portuguesa, sucedendo-se, em sua influência cultural, aos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça.

Existem, no entanto, outras experiências arquitectónicas, desenvolvidas ao longo do século XIV, que diversificam o modelo mais comum introduzido pelos mendicantes. Há muito apelidadas, por Mário T. Chicó, de igrejas fortificadas, sua diferença assoma sobretudo na manutenção de um prospecto militar, pelo aspecto compacto e pelo coroamento de todos os muros com ameias. Duas dessas construções estão directamente relacionadas com a ordem militar dos Hospitalários ou de Malta: é o caso da Igreja do Mosteiro de Leça do Balio, próximo da cidade do Porto, sede da ordem em Portugal na primeira metade do século XIV, e da Igreja da Flor da Rosa, no Alentejo, província do sul, na segunda metade do século XIV, construída quando a ordem mudou sua sede para ali próximo, na vila do Crato. Se a Igreja de Leça do Balio aprofundou o lado militar dessas construções com a implantação de uma poderosa e alta torre militar, no lado direito da sua fachada principal, a Igreja da Flor da Rosa levou ao limite essa mimetização, uma vez que o edifício religioso se confunde com um conjunto de torres de habitação que integra o complexo fundado pelo prior dom Álvaro Gonçalves Pereira, em 1365.

De algum modo, essas experiências arquitectónicas relacionadas com ordens militares são representativas, a par da manutenção de uma das memórias mais simbólicas ligadas à formação de Portugal, de sua institucionalização definitiva, num momento em que as funções de apoio ao rei na conquista e defesa do território contra os mouros, que as tinham feito nascer, há muito haviam deixado de ter expressão prática.

É em Lisboa, porém, que se encontra a obra trecentista que melhor define a evolução atingida, através de sucessivas experiências, pela arquitectura gótica. Dois abalos telúricos, em 1337 e 1344, arruinaram de tal forma a cabeceira românica da Sé lisboeta que levaram o rei dom Afonso IV (1291-1357), filho de dom Dinis, a empreender sua reconstrução, projectando-a, inclusivamente, como espaço de recebimento de sua sepultura. O modelo adoptado foi o de uma cabeceira com charola, isto é, um deambulatório com capelas radiantes, programa complexo que, em Portugal, apenas havia sido empregue na Igreja do Mosteiro de Alcobaça. À complexidade do programa ter-se-á de juntar também a qualidade estética do mesmo, revelando-se o seu arquitecto como um perfeito conhecedor das soluções mais evoluídas da arquitectura gótica europeia.

Com essa obra de qualidade reconhecida e com a escolha da Sé de Lisboa para acolher sua sepultura, o rei dom Afonso IV deixou entrever toda a importância política (para além da social e económica) que Lisboa ganhava definitivamente no contexto do país e, por tal, o novo papel que começava a desenhar-se – o de cidade-cabeça do reino. A esse propósito, é muito significativo o lamento do rei dom João I de Castela quando, após um cerco prolongado à cidade de Lisboa, entre maio e setembro de 1384, na perspectiva de alcançar o trono português, se viu obrigado, por via da peste que dizimava seu arraial, a levantar o cerco e regressar a Castela: seu lamento era tão mais profundo quanto sua percepção de que, conquistada a cidade, ficaria todo o reino também conquistado: "Tal cidade como essa, a qual cobrada como eu espero, por aqui cobro todo o reino".

A emergência de Lisboa como cidade primeira e principal do reino, na segunda metade do século XIV, foi, afinal, um dos fenómenos que melhor atestaram a consolidação do país, realizada de forma continuada pelos reis portugueses desde a conquista definitiva do Algarve – a província mais ao sul, em 1249.

Sé-Velha, Coimbra | Magnífico exemplar da arquitectura românica em Portugal, a Sé-Velha corresponde ao período de maior esplendor das oficinas românicas da cidade. Foi construída durante o reinado de D. Afonso Henriques que, após a Batalha de Ourique (1139) se declarou rei de Portugal e escolheu Coimbra como capital do reino.

Mosteiro de Alcobaça, interior
O mosteiro de estilo gótico inicial, situado em Alcobaça, foi construído no final do século XII para a Ordem de Cister e sucessivamente aumentado entre os inícios do século XIV, com a construção do grande claustro gótico e o século XVIII, com a construção da grandiosa biblioteca, noviciado, etc.

Cabe dizer, de qualquer modo, que o referido rei de Castela não desistiu de seus propósitos de conquista do trono português. Por isso, no ano seguinte ao do cerco de Lisboa, reuniu novo exército, com o qual entrou no país para realizar o mesmo objectivo: conquistar o reino através da tomada de sua cidade-capital.

Dessa vez, porém, o rei de Portugal, avisadamente, foi esperá-lo aos campos de Aljubarrota, situados próximo da cidade de Leiria, no centro do país, para forçar o embate.

Era o dia 14 de agosto de 1385.

Se bem que mais numeroso e bem equipado, o exército do rei de Castela sucumbiu, aproximava-se já a noite, perante o de Portugal. Com essa vitória, consumou-se a independência do país, completou-se o primeiro grande ciclo de sua história.

No dia da batalha de Aljubarrota, véspera da festa de Nossa Senhora da Assunção, o rei de Portugal, na iminência do embate e diante da dimensão de tudo o que estava em jogo, invocou a protecção da mãe de Cristo, prometendo-lhe, em caso de vitória, a construção e dedicação de um mosteiro. Foi o que, perante a sorte favorável das armas, se apressou a cumprir. Dessa forma nascia, bem próximo do local da batalha e como *ex-voto* de uma promessa assim cumprida, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória ou da Batalha.

O significado e o alcance de sua construção não se esgotaram, no entanto, no cumprimento honesto daquele voto. O mosteiro corporizava também, e desde o início, a consagração de dom João I como rei de Portugal. Com efeito, a vitória militar obtida através da protecção da Virgem Maria – "Nossa defensora e destes reinos", como se lhe referiu o próprio monarca – era entendida como o assentimento divino na legitimação definitiva de dom João I como rei. A fundação do mosteiro, por consequência, assumia-se também como sinal visível e símbolo da nova dinastia que nele se iniciava e que ganhou maior visibilidade quando o rei decidiu construir uma capela para a guarda de seu corpo e dos de sua linhagem – a Capela do Fundador. Aliás, a necessidade sentida por dom João I, nos primeiros tempos de sua governação, de afirmar recorrentemente sua ascendência real para legitimar, sob o ponto de vista do direito hereditário, o poder de governar que nas cortes de Coimbra, em 1385, lhe havia sido entregue transparece na inscrição afirmativa – *filho del-rei dom Pedro* – mandada gravar no elmo que encima seu brasão de armas posto sobre a porta lateral da Igreja do Mosteiro da Batalha.

A Igreja (e o Mosteiro, em seu conjunto) da Batalha corporizou, na monumentalidade de seu projecto e na riqueza de suas propostas estéticas, a importância que dom João I lhe atribuiu. Sob o ponto de vista estético, incorporou a linguagem do tardo-gótico que seu segundo arquitecto, mestre Huguet, lhe introduziu, colocando-se a arte portuguesa a par do que de mais actual se realizava na Europa; sob o ponto de vista monumental, apresenta dimensões grandiosas, só ultrapassadas pela Igreja do Mosteiro de Alcobaça, de que se aproxima também pelo programa de abobadamento integral do edifício.

Longos anos demorou a construção desse complexo monástico de Santa Maria da Vitória ou da Batalha, de que algumas partes não chegaram sequer a ser concluídas: referimo-nos às emblemáticas Capelas Imperfeitas, pensadas pelo rei dom Duarte (1391-1438), filho de dom João I, para lugar de sepultura de seu corpo e panteão de sua linhagem, a exemplo do que o próprio pai fizera com a Capela do Fundador. Também por isso, a influência exercida na arquitectura gótica portuguesa pelas propostas da obra batalhina foi duradoura, prolongando-se por todo o século XV e rematando, de forma esplendorosa, com os programas vibrantes e ardentes da arte manuelina.

A par da arquitectura gótica, a escultura do mesmo período reflecte, de forma directa e intensa, a mudança clara que o homem medieval experimentou em seu relacionamento com o mundo e a natureza. Transformações de ordem variada estão na origem dessa mudança de atitude e de referentes estéticos: o mundo, criação de Deus, passou a ser olhado como um lugar de beleza e harmonia que competia ao homem fruir e desenvolver. Por isso, aos temas apocalípticos, às visões e aos monstros da arte românica sucedeu-se, gradualmente, a serenidade de um naturalismo visível quer na temática, quer no tratamento das formas.

Os motivos vegetalistas estilizados e de feição geometrizante que a escultura românica utilizara foram substituídos, na arte gótica, por folhagem tratada com um naturalismo fresco e primaveril, reflexo do novo entendimento do mundo e do papel que o homem nele devia desempenhar.

Foi ao longo do século XIV que, correspondendo ao momento de consolidação do território e da organização do país, a escultura gótica atingiu a imitação total da natureza: na igreja matriz da Lourinhã, próximo de Lisboa, no deambulatório da catedral lisboeta, no coro fernandino da Igreja de São Francisco de Santarém, as folhas de hera, as parras de videira e outras espécies da flora campestre desdobram-se em dois andares e enchem-se de um viço definitivamente naturalista. Quando mestre Huguet tomou conta das obras do Mosteiro da Batalha, introduziu na decoração vegetalista os enrolamentos nervosos, as folhas espinhosas e carnudas do cardo que, na expressão poética de J. Huizinga, anunciam os tons cálidos do outono. Foi, então, o momento de, na época manuelina, a decoração arquitectónica explodir numa multiplicidade temática em que à folhagem até ali usada se acrescentaram os frutos da azinheira, da romãzeira, do cardo etc., reaparecendo, entre outros temas zoomórficos, as sereias e os dragões que o românico já utilizara. Foi, de certa forma, a celebração orgíaca de uma arte em momento final.

As novidades da escultura gótica não se restringiram, no entanto, aos motivos naturalistas dos capitéis. A escultura de vulto e autónoma adquiriu maior importância, ganhando as imagens uma serenidade cuja expressão, uma vez mais, traduzia o humanismo da visão e do pensamento góticos. Cristo deixou de ser o juiz implacável e severo para se tornar misericordioso, aproximando-se, sem que sua divindade fosse posta em causa, da humanidade à qual se havia igualado.

Ao longo dos séculos XIV e XV, como resultado de um conjunto de crises de variada procedência, foi o dramatismo da morte de Cristo que, entre os temas escolhidos, adquiriu nova coloração: o *Cristo Morto*, peça guardada no Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra), resume exemplarmente o sentido do sofrimento, do patético e da solidão de um Deus que, na morte, foi abandonado, em definitivo, à sua condição de simples mortal.

No entanto, a novidade maior dos temas da escultura gótica foi o destaque dado à representação da figura da Virgem como mãe de Cristo. Essa devoção reflectia, uma vez mais, o sentido humanista da época gótica e, inclusivamente, o novo lugar ocupado pela mulher na sociedade e no imaginário medievais como, em outro nível, as cantigas de amigo e as cantigas de amor confirmam.

No caso português, uma das expressões mais convincentes desse novo olhar residiu nas Virgens da Expectação ou, mais popularmente, Senhoras do Ó – o nome retirado do começo das antífonas do Advento –, de que as mais notáveis são as que saíram das mãos de mestre Pêro (ou de sua oficina), escultor sediado, no século XIV, na cidade de Coimbra: de pé, expectantes, com a mão direita sobre o ventre prenhe que esconde o filho nascituro, essas representações da mãe de Deus são um dos exemplos mais impressivos das novidades que a época gótica apadrinhou e que encontram nas manifestações artísticas uma concretização exemplar.

Essa preocupação pelo humano encontrou outra manifestação de grande impacto na feitura de grandes arcas funerárias com os lados preenchidos com iconografias variadas, denunciadoras de mentalidades e

gostos individuais e com a estátua do encomendante – o jacente – sobre a tampa. Bispos, reis, grandes senhores concorreram entre si para a feitura desses verdadeiros monumentos, cuja finalidade maior era a perpetuação da memória individual, através da representação da imagem social que melhor retratasse e encarnasse as virtudes do defunto.

O expoente máximo, em Portugal, dessa manifestação memorial são as arcas tumulares do rei dom Pedro (1320-1367) e de dona Inês de Castro (?-1355), pela excelência e novidade de seus programas iconográficos que, mesmo a um nível europeu, são dotados de uma originalidade insuspeita. A representação de maior impacto talvez seja a da *Roda da Fortuna*, na arca de dom Pedro, representação que é, no dizer de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, preciosa fonte monumental para a história e cultura de seu tempo e, em seu género, uma realização sem par na Europa: a contemplação filosófica dos altos e baixos da vida humana, a decidida afirmação da precariedade do bem-estar e da fragilidade da existência, que culmina na dramática representação do jacente amortalhado, é não só uma representação plástica de muito elevada qualidade estética como também definitivamente inédita. Com efeito, dom Pedro escolheu, como cenas e figurantes dessa grande dramatização da existência humana, a própria história de amor – um amor apaixonado e arrebatado vivido com dona Inês de Castro para além dos limites e das conveniências sociais, ou, como afirma o cronista Fernão Lopes, "porque semelhante amor qual el-rei dom Pedro houve a dona Inês raramente é achado em alguma pessoa", só um remate trágico, como o da morte encomendada de dona Inês, lhe poderia dar a transcendente dimensão final.

Sentido do indivíduo, valor dado à representação do humano, eis algumas das dimensões que pontuam esse discurso, representativo do tempo e do modo góticos. Nele se encaixa, de forma transcendente, o aparecimento desses monumentos funerários medievais, particularmente dos jacentes: eles eram a mais expressiva memória pessoal e afirmação simultânea da respectiva linhagem; eles transmitiam, pelas insígnias que cada um transportava, a imagem social que, melhor do que quaisquer palavras, cada personagem entendia deixar de si.

Nesse contexto, a época de afirmação de Portugal não poderia ter remate mais paradigmático do que o conjunto de seis painéis que constituem o chamado *Políptico de São Vicente* (ou *Painéis de São Vicente de Fora*), guardado no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, e atribuídos ao pintor Nuno Gonçalves, activo na segunda metade do século XV: remate de uma época de afirmação, ele testemunha também a mudança então em curso em Portugal. O impressionante conjunto de retratos que lhe dão consistência, representativo de uma sociedade mergulhada em plena expansão marítima, é único em nível europeu.

A qualidade do traço, a gama rica de cores e o brilho dos dourados, a composição densa que privilegia, sem concessões a quaisquer outros artifícios, as inúmeras personagens, dispostas naquilo que parece ser uma reprodução encomendada dos extractos mais representativos da sociedade portuguesa, só são ultrapassadas pela dimensão impressionante em que se constitui essa autêntica galeria de retratos. Rostos individualizados de uma expressividade exemplar, olhar ausente (a maior parte) ou fixo no espectador (em atitude desafiadora) perfilam-se em muralha opaca que sintetiza, em termos absolutos, toda a composição. Os *Painéis de São Vicente* constituem, mesmo em termos da pintura europeia da época, um dos reflexos mais conseguidos do individualismo e do humanismo que caracterizaram essa sociedade.

Apesar (ou por isso mesmo) de ser um retrato de conjunto.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. "A Roda da Fortuna/Roda da Vida do Túmulo de Dom Pedro, em Alcobaça", in: *Revista da Faculdade de Letras*, VIII. Porto, 1992, p. 255-263.

_____. "O Românico", in: *História da Arte em Portugal*. Vol. 3. Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

LOPES, Fernão. *Crónica de Dom João I*. Porto, Livraria Civilização, 1983.

_____. *Crónica de Dom Pedro*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2007.

MARQUES, A.H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1964.

MATTOSO, José. *Dom Afonso Henriques*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

_____. *Identificação de um País:* Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325. Vol. I: Oposição. Vol. II: Composição. Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

MIRANDA, Maria Adelaide. "Imagens do Sagrado na Iluminura e Ourivesaria Românicas em Portugal", in: *El Arte Romanico en Galicia y Portugal / A Arte Românica em Portugal e Galiza*. La Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 184-205.

_____, SILVA, José Custódio Vieira da. *História da Arte Portuguesa:* Época Medieval. Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. Dom Dinis. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

REAL, Manuel Luís. "O Românico Português na Perspectiva das Relações Internacionais", in: *El Arte Romanico en Galicia y Portugal/A Arte Românica em Portugal e Galiza*. La Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 30-48.

SILVA, José Custódio Vieira da. "A Flora na Arte Manuelina: Representações e Significados", in: *Revista Camoniana*, vol. 13. Bauru, Edusc, 2003, p. 205-218.

_____. "Arte Gótica em Portugal: Algumas Reflexões", in: *O Sentido das Imagens:* Escultura e Arte em Portugal (1300-1500). Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000, p. 43-53.

_____. "As Viagens da Época de Dom Manuel e os seus Reflexos nas Artes Plásticas", in: *Revista Camoniana*, vol. 18. Bauru, Edusc, 2005, p. 127-144.

_____. "Memória e Imagem: Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV)", in: *Revista de História da Arte*, 1. Lisboa, Instituto de História da Arte/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Edições Colibri, 2005, p. 46-81.

Os judeus em Portugal

Judiaria, na vila de Castelo de Vide

Maria José Ferro Tavares | Universidade Aberta. Lisboa

"...digo a respeito de Jerusalém, que será povoada,/e das cidades de Judá, que serão/reconstruídas/e de suas ruínas fá-la-ei ressurgir..." (Is., 44, 26)

QUANDO VIERAM OS JUDEUS PARA PORTUGAL? Quando chegaram os judeus ao território português é uma questão sem resposta precisa. As crónicas judaicas recordam o cativeiro da Babilónia como o marco de sua presença na Hispânia. No entanto, o momento certo é-nos desconhecido. Sabemos apenas que chegaram aqui numa das peregrinações de suas múltiplas diásporas. Essa a que me refiro *teve lugar na conquista de Jerusalém e na destruição do Segundo Templo por Tito, em 70 d.C., e no arrasamento da cidade e proibição de nela os judeus habitarem, com Adriano, em 132 d.C.,* após o esmagamento da revolta de Bar Kokba, fortemente marcada pela crença dos judeus na vinda do Messias. Jerusalém transformara-se em *Aelia Capitolina* e seu território passava a estar vedado à presença de judeus.

Foi por essa época que seu povo se dispersou pelas margens mais longínquas do Mar Mediterrâneo, tendo chegado à Península Ibérica, a *Sefarad*, onde encontramos marcas de sua presença no levante peninsular desde o século II. Por isso, os judeus peninsulares são designados judeus sefarditas, em oposição aos judeus asquenazes, que vivem na Europa central.

Sua presença no território que viria a ser Portugal está comprovada pelas duas lápides encontradas no Algarve, perto de Lagos, e datadas do século VI, o que não é de estranhar, se pensarmos que, por esse momento, uma parte do sul da península se encontrava nas mãos dos bizantinos. A referência a mercadores sírios e judeus aparece na documentação escrita. A unificação feita pelos visigodos e, mais tarde, pelos muçulmanos fê-los dispersar pelo território, sobretudo a sul do Douro. De facto, no que respeita a Portugal, é no território de Coimbra que encontramos as mais antigas referências escritas a sua presença. Datam dos séculos VIII e IX. No entanto, em Mértola, os arqueólogos encontraram uma lápide com a menorá, o candelabro de sete braços, que pode ser atribuída à sepultura de algum seguidor de Moisés. Porém, a escrita latina e o facto de a lápide se encontrar truncada na identificação do morto não nos permite ter certezas. Nesse caso, a presença dos judeus recuaria ao século V.

COMO SE ORGANIZAVAM OS JUDEUS SOB OS REIS DE PORTUGAL? *Os judeus pertenciam ao rei* – significa isso que era o monarca que permitia que eles vivessem, ou não, no território. Viver no local significava ter a permissão para residir, possuir casa e constituir família com um seu correligionário, trabalhar e negociar, exercer um ofício, seguir sua religião, ser julgado segundo sua lei, o Talmude, ser sepultado segundo seu ritual. Essa permissão era dada às comunidades através de uma *carta de privilégio que outorgava a uma comunidade seus foros, liberdades e direitos* e a cada indivíduo adulto pela carta de contrato. Podemos associar os reis de Portugal ao título com que Afonso VI de Leão se atribuía: rei das três religiões.

No início, os judeus viviam dispersos entre os cristãos, tão diminuto devia ser seu número. Integrados na comunidade como vizinhos, a maioria dedicava-se à agricultura, como os cristãos, completando essa actividade com a compra e venda de produtos ou o empréstimo de dinheiro. No entanto, sua actividade económica de negociantes e artesãos obrigava-os a deslocarem-se em negócios pelo reino, por isso as cartas de foral dadas pelos soberanos aos concelhos não esqueciam de os mencionar, muitas vezes, como mercadores itinerantes, protegendo-os de ataques e de roubos e dando-lhes a possibilidade de se irem queixar às autoridades cristãs dos desacatos feitos sobre suas pessoas e bens.

Cedo, alguns deles constituíram-se como uma elite de cortesãos que financiavam o rei e recolhiam os impostos. Eram os almoxarifes-mores do reino, cargo em que se distinguiram alguns membros da família Ibn Yahia ou Negro, durante o governo dos primeiros reis de Portugal. Foi entre esses que dom Afonso III, em fins do século XIII, escolheu o rabi-mor, cargo que, com raras excepções, permaneceu, ao longo dos tempos, nessa família, passando de pais a filhos mais velhos, que eram cooptados na função ainda em vida do progenitor.

O rabi-mor era um judeu cortesão de confiança do rei. Vivia na corte e era a ele que o monarca recorria quando necessitava de tributos extraordinários para financiar uma guerra, o casamento do filho primogénito ou o dote de um ou mais filho(s)(as). Era, de facto, o rabi-mor quem convocava a assembleia das comunidades dos judeus no reino e negociava o empréstimo a fazer à Coroa ou o financiamento acordado.

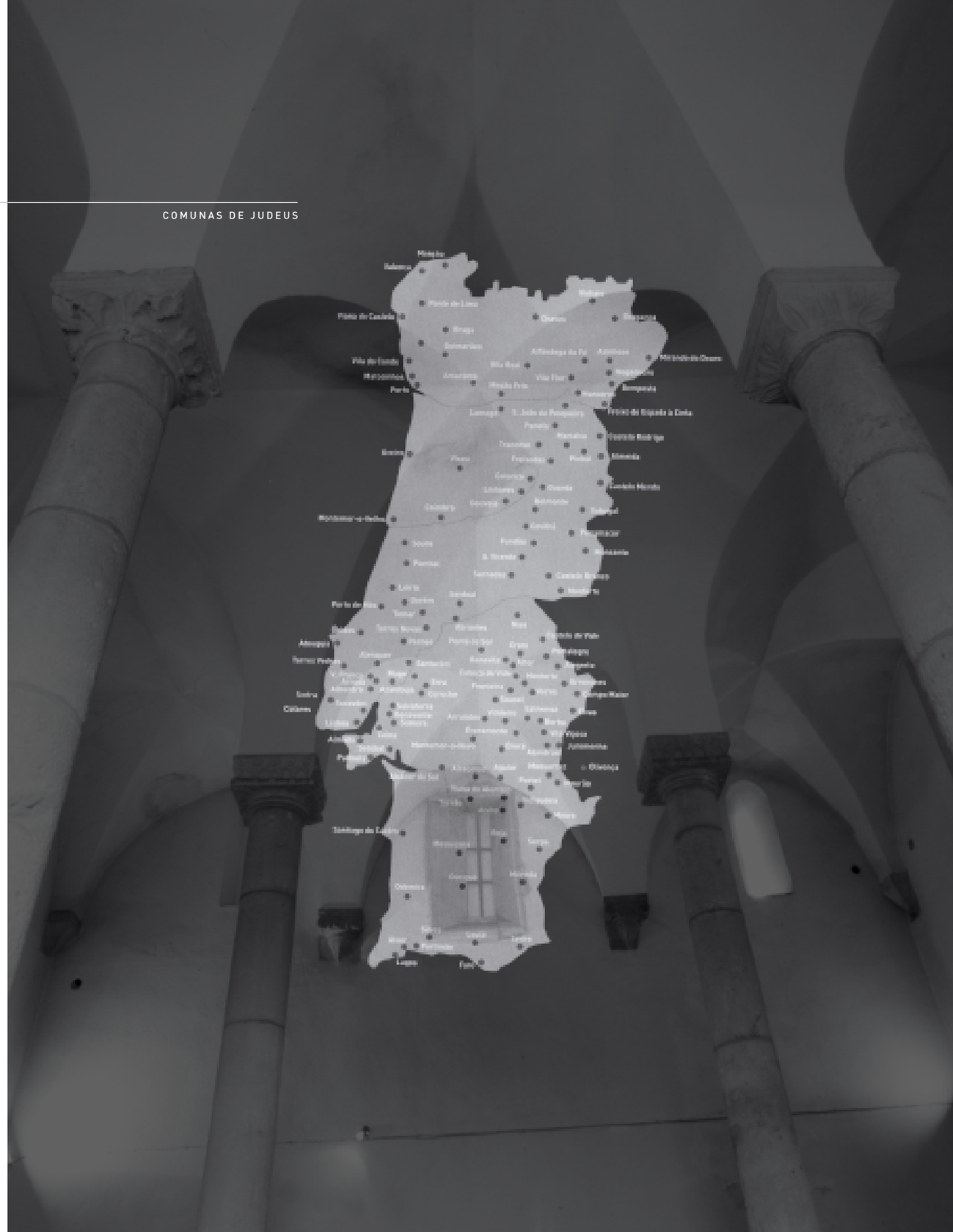
Competia-lhe ser não só o representante de seus correligionários junto do rei, mas também o juiz, o corregedor na corte para os judeus. Julgava os casos que subiam à corte, depois de despachados pelos rabis ou juízes das comunidades, segundo o direito judaico, sempre que o judeu fosse réu. Em caso de apelação, decidia o monarca. Tinha chancelaria e selo próprios, tabelião, alcaide e cadeia que acompanhavam a corte sempre que essa se deslocava pelo reino. A escrita era o hebraico, até que dom João I obrigou ao uso do português e dos caracteres góticos na chancelaria judaica.

O cargo de rabi-mor permaneceu até meados do século XV, tendo sido o último rabi-mor de Portugal mestre Abraão Negro, físico do rei, que faleceu na conquista de Arzila, em 1472. Na década de 60 desse século o cargo fora dividido em duas funções distintas, o corregedor-mor e o contador-mor do reino para os judeus, que seriam atribuídos a mestre Abraão. No entanto, ainda no tempo desse rei e posteriormente à morte daquele, encontramos mestre Abas, físico do duque de Bragança, designado como rabi-mor.

As comunidades de judeus organizavam-se em comunas. Seu centro era a sinagoga: casa de oração, câmara de vereação da comunidade, tribunal e escola. À frente dela estavam um ou dois rabis nomeados, inicialmente, pelo rei e a título vitalício. Em meados do século XIV, dom Pedro I ordenou que os rabis fossem eleitos, assim como os homens-bons da câmara de vereação da comuna. A ordenação aplicava-se às comunidades mais populosas, como Lisboa, Santarém e Évora, mas depressa se estendeu à maior parte das comunidades do reino. Os rabis presidiam à câmara de vereação da comuna e julgavam os feitos entre judeus ou em que esses fossem réus. Para além dos rabis e dos vereadores da câmara, havia ainda o tesoureiro, o almotacé que vigiava os preços das coisas e dos serviços, os repartidores dos impostos, o carcereiro, o tabelião, o escrivão etc. Alguns rabis exerciam a função de professores nas escolas para crianças. Outros eram designados doutores da lei e ensinavam no *midrash*, o Talmude. Esses últimos não deviam ser em grande número, podendo sua actividade ser itinerante.

A comuna era, assim, um microconcelho, constituído pelos membros da comunidade judaica, que ocupava o espaço do concelho cristão e que interagia com esse no que respeitava ao lançamento de impostos,

Mapa das comunas judaicas de Lisboa e no fundo, a sinagoga de Tomar



à repartição do direito de aposentadoria sempre que o rei lá permanecesse e a serviços diversos, como acompanhamento de presos, reparação de muralhas ou tabelamento de preços, através da audição de seus membros, oficiais de determinadas artes ou ofícios.

A base da comuna era a judaria ou judiaria, a rua ou ruas onde os judeus residiam. Em seu centro, localizava-se a sinagoga, em edifício construído para o efeito, como as sinagogas da judaria grande de Lisboa, ou de Miragaia, no Porto, ou de Évora, por exemplo. Outras vezes, em comunidades mais pequenas ou mais pobres, a casa de oração era estabelecida numa casa de habitação adaptada ao efeito. Tal aconteceu na Guarda. Excepção parece ter sido a sinagoga de Tomar, casa de oração de uma comunidade pequena que cresceu à sombra da Ordem de Cristo e dos membros da família real que foram administradores dessa ordem militar, como o infante dom Henrique ou dom Manuel, futuro rei de Portugal.

Normalmente, a sinagoga era caracterizada por um edifício de dois pisos, o de baixo destinado à sinagoga dos homens e o superior, à sinagoga das mulheres, que assistiam separadas às leituras da Torá ou *Pentateuco*. Noutros casos, a sinagoga das judias era autónoma, tendo leitor próprio. Situava-se no centro do espaço comunitário, não podendo interferir o som de suas orações com as cerimónias religiosas das igrejas das proximidades. Nas imediações ficava o *mikkvat* ou balneário para as abluções de purificação ritual, como aquele que ainda hoje encontramos em Tomar.

A comuna necessitava sempre de obter a autorização do rei para erguer uma sinagoga ou para alargar a existente. Por vezes, a essa permissão tornava-se necessário o consentimento do bispo da diocese. Como o espaço onde os judeus residiam era solo do concelho cristão, deviam pagar o dízimo à igreja ou um tributo acordado com a igreja da freguesia a que o território comunal pertencia, como o real de prata que cada judeu adulto de Santarém pagava anualmente à Igreja de São Martinho.

O espaço da judaria tinha uma localização específica. No início os judeus tinham tendência a fixar-se nas proximidades da Rua Direita, junto à porta da alcáçova onde residia o alcaide ou o rei, ou da praça. Era a zona das lojas e tendas que os atraía, dadas as afinidades económicas com artesãos e mercadores. Mais tarde, o crescimento financeiro da burguesia cristã trouxe consigo certa rivalidade e antagonismo que levou, com o exacerbamento dos ódios por causa da peste negra, ao encerramento das ruas onde os judeus viviam. Não se podendo fechar a Rua Direita, os reis autorizaram a transferência das judarias para zonas limítrofes onde o espaço pudesse ser delimitado. Tal aconteceu em Braga, em Guimarães, em Silves, por exemplo, onde os habitantes judeus tiveram de abandonar as zonas nobres do concelho e trocá-las por outras zonas marginais ao comércio, perto das muralhas, da Rua Direita e de uma das portas do concelho.

Nas proximidades das judarias ficavam templos cristãos, por vezes cercando-as, como acontecia em Lisboa, em que a judaria grande ou velha ficava rodeada pelas Igrejas da Madalena, de São Nicolau e São Julião. Tal não seria de estranhar se pensarmos que a distribuição do espaço se fazia pela repartição das freguesias, e aquela se encontrava num espaço nobre da cidade de Lisboa. Ou a judaria de Alfama, que ficava nas proximidades da Igreja de São Pedro, cujos paroquianos de queixavam das orações na sinagoga de Alfama. Não eram as únicas: a de São Vicente encontrava-se numa das extremidades da judaria da Guarda, assim como as de São Martinho e São João de Alporão e a Capela de Santo Ildefonso acompanhavam a judaria de Santarém.

Também no século XIV, com dom Pedro I, surgiram as primeiras leis que obrigavam as comunas de maior densidade populacional a terem portas que fechassem sua(s) judaria(s) durante a noite. No entanto, muitas delas só foram encerradas ao longo do século XV e outras nunca tiveram portas. Em alguns casos, o aumento do número de habitantes judeus levou a que esses residissem entre os cristãos, promovendo dom João II, já nas décadas de 80 e 90 dessa centúria, ao alargamento das judarias para que aqueles a essas pudessem acolher-se. A conversação entre cristãos e judeus era frequente, pelo que dom Afonso V determinaria que, nos locais onde essa era mais evidente, as janelas baixas se fechassem, deixando apenas uma fresta gradeada por onde entrasse o ar e a luz, mas evitasse a proximidade, entendida como perniciosa, entre os indivíduos das duas religiões.

Tal como o concelho cristão, a comuna era auto-suficiente para seus habitantes. Assim, nela havia, para além da sinagoga, seu pólo nevrálgico, escolas para crianças e escolas midráshicas ou *midrash*, bibliotecas, como em Lisboa, hospitais, por vezes termais, como nessa cidade, forno de cozer pão, tabernas, açougues, balneários, cadeia, estalagem, cemitério. Já nos fins do Quatrocentos, algumas comunas tiveram sua tipografia, como Lisboa, Faro ou Leiria. Havia ainda, dependentes da sinagoga ou dos magistrados comunais, as confrarias para assistência aos mais pobres da comunidade e a arca para as esmolas.

Nas comunidades maiores, como em Lisboa, o bairro dos judeus dividia-se por zonas profissionais: a rua dos mercadores, a ferraria, a gibitaria, a sapataria, a tinturaria, os pelames ou as alcaçarias etc. Algumas, as mais populosas, tinham sua mancebia, ou seja, o espaço em que mulheres judias se prostituíam, uma vez que ao judeu estava interdita a frequência da mancebia dos cristãos.

Em fins do século XV, quando ocorreu o édito de expulsão dos judeus do reino de Portugal, a maior parte dos concelhos tinha sua comuna ou sua judiaria. De facto, nem em todos os locais os judeus tiveram sua comunidade com rabis e câmara de vereação. Tinham a rua dos judeus ou judaria e nela, numa casa de habitação, tinham estabelecido sua sinagoga. Dependiam da comuna mais próxima para as actividades judiciais, o pagamento dos impostos, para enterrar seus mortos etc.

Tal acontecia, por exemplo, com os judeus de Azurara ou de Arrifana, nos arredores do Porto, que iam enterrar seus mortos no cemitério da comuna dessa cidade; ou os do Tojal e de Sacavém, que sepultavam seus entes falecidos no cemitério da comuna de Lisboa. O cemitério ficava sempre num espaço do arrabalde do concelho, no exterior da comuna. Assim, o cemitério dos judeus de Lisboa ficava próximo das olarias, no Rossio, e o de Évora, num campo no caminho para Montemor-o-Novo.

QUE TRIBUTOS PAGAVAM? Os judeus eram obrigados ao pagamento de tributos colectivos e individuais, taxas, serviços e outras imposições que sobre eles recaíam, como direito a habitarem em terras do reino de Portugal, fossem elas do rei, da igreja ou do concelho. Os tributos colectivos como o serviço real e o serviço novo tinham no século XIV substituído as peitas, impostos que eram a contrapartida para sua residência no reino, e as peitas foreiras, talvez os impostos sobre os foros das casas onde residiam, entregues ao rei sob a forma de um arrendamento colectivo. Os serviços incidiam sobre as pessoas, na forma de uma capitação que recaia sobre todo indivíduo adulto, a que acrescia um tributo sobre toda espécie de trabalho, agrícola, artesanal, de compra e venda, de empréstimo, de rendimentos ou outro. A esses juntava-se ainda o genesim, ou o tributo que lhes permitia ter escola e ensinar sua religião e tradição. Eram os impostos ordinários, pagos anualmente à Coroa.

Mas, para poder aqui residir, ter casa, exercer uma profissão, comprar e vender bens móveis e imóveis, emprestar a crédito, investir nas rendas reais, cada judeu adulto tinha necessidade de estar habilitado para o fazer, munindo-se para o efeito de uma *carta de contrato, inscrita na chancelaria e que ele pagava ao rei.* Na segunda metade do século XV, esse direito a fazer contratos entre si, com cristãos ou muçulmanos, era

Detalhe do pórtico do Mosteiro de Santa Cruz, Coimbra
O mosteiro medieval foi originalmente construído em 1131 pela Ordem de Santo Agostinho com a protecção de D. Afonso Henriques. No século XVI foi remodelado em estilo manuelino no, destacando-se por albergar os túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I

adquirido em bloco pelas comunas, provavelmente através de um arrendamento desse direito, sendo essas depois ressarcidas desse investimento pelo judeu que atingia a idade adulta.

Com as conquistas do norte de África, passaram a pagar uma taxa para os ferreiros de Ceuta.

Além desses tributos devidos à Coroa, os judeus eram objecto, como os outros súbditos, fossem cristãos ou muçulmanos, de impostos extraordinários. Os pedidos e os empréstimos eram lançados sobre as comunas em alturas de aperto financeiro do monarca: uma guerra, um casamento ou qualquer outro empreendimento que envolvesse somas importantes, como a armada para o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Os judeus eram de todos os súbditos os que, em geral, mais pagavam. As verbas eram acordadas entre o rei e as comunas nas assembleias gerais convocadas pelo rabi-mor, uma espécie de cortes judaicas.

Para além dos tributos ao rei, os judeus contribuíam nos impostos e serviços municipais, pagando para a reconstrução das muralhas, colaborando com pessoas ou dinheiro no transporte de presos, participando no direito de aposentadoria que o rei, a família real ou a nobreza tinham, dispensando-lhes as casas, as roupas, a alimentação de pessoas e animais.

A comuna era também credora de impostos, pagos por seus membros, assim como à igreja era devido o dízimo dos produtos ou uma taxa sobre o solo da freguesia onde a comuna se tinha instalado.

QUAL O PAPEL DOS JUDEUS NA ECONOMIA PORTUGUESA? Foi essencialmente na economia que a acção da minoria judaica se tornou importante, desde os primórdios do reino. De facto, a partir de nossos primeiros monarcas, como o próprio cargo de almoxarife-mor indica, os mais ricos foram utilizados como "banqueiros" dos soberanos, quer no financiamento das guerras contra o Islão ou contra Leão e Castela, quer nas conquistas do norte de África e nas descobertas marítimas, mais tarde. Emprestavam dinheiro que, muitas vezes, os monarcas pagavam em isenções fiscais, honras e privilégios sociais.

Essa elite emparceirava socialmente com a nobreza e a burguesia pelo que, a par do dinheiro, sua riqueza se traduzia na posse de grandes propriedades, quintas nos arredores das cidades, onde tinham seus paços com pomares, herdades, vinhas, adegas, moinhos. Assim se apresentavam os Negro ou Ibn Yahia com seus paços e quintas nos arredores de Lisboa e de Santarém, os Navarro, também nos arredores de Lisboa, ou os Abravanel, em Lisboa e no Alentejo. A terra e a propriedade urbana, assim como as casas torreadas na comuna, como para os poderosos cristãos, definiam-lhes estatuto social e poder. Nelas trabalhavam judeus mas, sobretudo, cristãos, apesar das ordenações canónicas e régias o proibirem, pois o soberano exceptuava. Utilizados pelos reis no povoamento do país, os judeus podiam adquirir bens rurais e urbanos, como aqueles 3.500 maravedis investidos em casas, herdades e vinhas que os judeus de Bragança foram obrigados a comprar para se fixarem. Era o que acontecia com o povo comum. Lavradores cultivavam herdades de cereais, vinhas, pomares e olivais. Transformavam os produtos da terra nos moinhos e azenhas, nas adegas e nos lagares do rei, de um nobre ou eclesiástico ou do concelho, que aforavam e exploravam trabalhando para correligionários seus como para cristãos e muçulmanos. Se as vinhas lhes permitiam produzir o vinho *kosher* ou judengo que utilizavam nas casas e nas tabernas das judarias, os cereais e o azeite eram produtos que se destinavam em algumas regiões à exportação, como os dos grandes produtores da região de Santarém de que são exemplo os Crescente, no século XV, cujos olivais foram avaliados, na época da expulsão, em 800 mil reais. Criavam gado vacum, ovino e caprino que vendiam nas feiras e mercados ou transaccionavam em Castela, passando-os muitas vezes clandestinamente. A maioria destinava-se aos açougues das comunas para serem mortos segundo o ritual judaico.

Se a agricultura era uma forma de sobreviverem, a verdade é que nunca foi seu único ofício. Os judeus exerciam várias profissões, raramente uma única. À agricultura, para aqueles que tinham um pedaço de terra próprio ou aforado, juntava-se o ofício. O trabalho manual, a arte, fosse ela de sapateiro, de alfaiate, de tecelão, de ourives, de prateiro, de ferreiro, pergaminheiro, iluminador etc., juntava, na maior parte dos casos, a produção na oficina à venda na loja ou tenda, quer na judaria, quer na praça ou na Rua Direita da cristandade, ou nas zonas específicas ao lado de cristãos. Seu peso na vida do concelho era de tal modo importante que as autoridades municipais pediam privilégios ao rei para que alguns desses oficiais se lá radicassem, vivendo muitas vezes entre os cristãos ou com porta de casa que abria para a cristandade. Mas não era só através do privilégio que se via o papel económico que eles desempenhavam: era no facto de serem consultados pelos mesteirais cristãos na afixação de salários e preços dos produtos.

As artes também os fizeram chegar à corte, à família real, às autoridades eclesiásticas. Assim, mestre José foi ourives da rainha dona Leonor Teles e um seu homónimo foi-o do rei dom Duarte e de sua mulher; Moisés Latam foi alfaiate de dom Afonso V; os Sampaio de Tomar foram ourives da Ordem de Cristo e de dom Manuel, duque de Beja, por exemplo.

Entre as artes, distinguia-se o exercício da medicina. Físicos e cirurgiões, os judeus desempenharam um papel importante num reino onde, no século XV, perto de 80% dos médicos eram seguidores da lei de Moisés. A medicina, tal como qualquer outra arte, era estudada com um mestre experiente e mais velho. A aprendizagem traduzia-se no conhecimento dos tratados médicos muçulmanos, como as obras de Avicena, numa prática obtida no ver fazer e repetir com o mestre e num exame realizado pelo físico ou cirurgião-mor, muitas vezes um judeu. Só após a aprovação nesse exame podia exercer a arte da física ou da cirurgia. Alguns frequentaram a universidade portuguesa com a permissão do rei, como mestre Abraão Negro, físico de dom Afonso V e seu rabi-mor, e seu filho Guedelha.

O mesmo se passava com todas as outras artes, aprendidas na prática da oficina, junto de um mestre e outros companheiros, no interior da judaria ou na cristandade. Só depois o artesão podia abrir oficina própria e ter assalariados por sua conta.

A maior parte da população judaica portuguesa tirava o rendimento familiar dos ofícios, e apenas cerca de 10% a 20% se dedicava ao comércio de grande trato. Isso não significa que aqueles não fossem negociantes. Eram-no em suas tendas e lojas, nas feiras que frequentavam ou na venda itinerante como almocreves, vendendo e comprando produtos e levando notícias de aldeia em aldeia.

Uma minoria nos concelhos e nas grandes cidades dedicava-se ao comércio de panos de linho, de sedas e veludos, de têxteis importados da Flandres, de Inglaterra, de Castela. Eram os mercadores que expunham seus tecidos nos alpendres das praças, das Ruas Direita ou das Ruas dos Mercadores. Outros se dedicavam ao negócio das especiarias: pimenta, cravo, gengibre, canela, açúcar. Designavam-se especieiros. Também sua especificidade, como a dos mercadores ou dos ourives, lhes permitia ter tenda aberta nas zonas nobres da cristandade. Esses grandes mercadores importavam suas mercadorias de locais mais longínquos da cristandade e do Islão, utilizando em suas viagens de negócios a vantagem de poderem ter no perímetro do Mediterrâneo as comunas de correligionários seus, onde permaneciam um tempo, negociavam e sabiam as novidades, servindo, por vezes, de informadores dos reis de Portugal ou, como diríamos hoje, espiões. Sob a capa de negociante, o rabi Abraão de Beja ou José de Lamego foi, sob as ordens de dom João II, a Ormuz, Aden e Cairo, andou pela Índia, pelo Egipto e pelo Golfo Pérsico. Isso continuou a acontecer mesmo após a expulsão dos judeus de Portugal.

Aos tecidos juntou-se o açúcar da Madeira no século XV. Os soberanos utilizavam os mercadores da minoria como rendeiros desse produto, monopólio da Coroa, permitindo-lhes a compra aos senhores de engenho e a venda na Flandres ou nos mercados italianos. Mas não seria só o açúcar a ser comercializado por eles. A pimenta africana e o marfim juntavam-se aos escravos no monopólio da Coroa concedido a mercadores judeus, como os Abravanel ou Palaçano. Esses tinham passado do serviço dos infantes dom Fernando e dom Henrique, respectivamente, para a corte de dom Afonso V, até à queda em desgraça dos primeiros no tempo de dom João II.

Mas os judeus não viviam apenas do artesanato, da mercancia ou da medicina. A maior parte, consoante suas capacidades económicas, aliava uma ou duas dessas profissões a uma terceira: o empréstimo de dinheiro. O investimento no crédito a juro – fosse ele a particulares, fosse ao rei – ou no arrendamento dos direitos reais, das igrejas, da nobreza ou municipais era sempre um investimento monetário com retorno para o judeu e para o senhor do direito. Avalizava esse retorno os bens imóveis do rendeiro judeu, quando concorrente isolado, ou da sociedade de judeus ou de judeus e cristãos, assim como os bens dos fiadores judeus e cristãos.

O arrendamento dos direitos reais era por vezes adjudicado a um rendeiro principal que tinha outros subrendeiros espalhados pelo reino. Era o caso de dom José Negro, no tempo de dom Dinis, conhecido por uma cantiga de escárnio e maldizer, ou de dom Juda Aben Menir, rabi-mor de dom Fernando e tesoureiro-mor do reino, ou de David Negro, seu parceiro e futuro rabi-mor de Castela, no tempo de dom João I de Castela. No século XV, foram célebres os arrematadores das rendas reais e das tenças, como os Abravanel, os Negro, Guedelha Palaçano, Isaac Toledano, Moisés Latam, entre outros.

Sua importância na economia do reino foi tal que o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende os imortalizaria: *"Estes são os do cuidar/sem os poderdes negar/os maiores oito senhores./Será primeiro Latam,/o segundo Samuel,/o terceiro Salomão,/o quarto será Faiam/o quinto Abravanel./Namorado e Palaçano/Galite, também Jacé,/pois que cuidam todo o ano,/mas cuidam em dar seu pano/mais do que vale à fé./Cuidam no arrendamento,/quando cuidam de encampar,/E cuidam que é perdimento,/quando cuidam que por cento/30 é pouco ganhar"*.

Foi esse aspecto da economia judaica, o do empréstimo de dinheiro a juro e arrendamento dos direitos reais, que acabou por marcar o judeu com o rótulo de usurário. Não porque fossem os únicos, mas porque a eles pertencia o maior número de credores. Aliás, esse aspecto da rivalidade económica entre a crescente burguesia cristã e os judeus aparecia bem vincado nas cortes do século XIV, tanto mais que a legislação canónica e a ordenação geral do reino proibiam o empréstimo a juro imoderado. Os reis que beneficiavam-se dos lucros que os judeus obtinham dos empréstimos respondiam sempre que esses não eram os únicos a emprestar dinheiro, juntando-se-lhes os cristãos e muçulmanos, e procuravam atalhar o uso do juro exagerado e ilícito, sob fortes perdas para os prevaricadores, fossem eles de que religião fossem.

No que respeitava aos arrendamentos dos direitos reais, os soberanos apreciavam o trabalho dos rendeiros da minoria, afirmando que o povo os preferia aos rendeiros cristãos, que eram mais espoliadores do povo do que os judeus. Com o intervalo de um século, dois monarcas, dom Fernando e dom João II, tiveram a coragem de o afirmar em cortes e de manter os judeus nos arrendamentos, contra o desejo da burguesia cristã que os pretendia afastar. Dom João II apenas os excluiu das rendas eclesiásticas, designadas de pé-de-altar, uma vez que algumas autoridades eclesiásticas tanto protestavam contra o empréstimo e as rendas judaicas.

Com o crescimento das cidades e a afirmação do poder económico da burguesia cristã, aumentou a rivalidade dessa para com a minoria judaica. A usura foi o primeiro ataque desferido numa época de fomes, maus anos agrícolas, guerras e pestes. Acusados de destruir os cristãos com os empréstimos a juros elevados e o empobrecimento deles com a perda dos bens hipotecados, os judeus viveram momentos difíceis mas tiveram sempre o apoio real, que entendeu que a melhor maneira para os proteger era endurecer a legislação sobre os contratos usurários e a respectiva penalidade. Estávamos na centúria do Trezentos.

No século XV, os protestos dos mercadores cristãos dirigiram-se contra os mercadores italianos e flamengos, a que juntaram os judeus que, muitas vezes, constituíam sociedades com eles para investir nos monopólios da Coroa. Assim, as vozes nas cortes começaram a fazer-se ouvir contra o comércio do açúcar, o trato de África, arrematados sempre por essas sociedades de mercadores, banqueiros estrangeiros e judeus portugueses. A essas juntava-se o coro dos que protestavam contra os arrendamentos dados a judeus.

No fim do Quatrocentos, começava-se a fechar o cerco à economia das gentes da minoria. Agora eram os mesteirais que viam nos artesãos judeus o inimigo a abater, pelo que procuravam restringir toda a sua

actividade aos muros da judaria. Também sem efeito. Apesar das convulsões sentidas no reinado de dom João II – as pestes; o crescimento do antijudaísmo com a vinda de conversos castelhanos, perseguidos pela Inquisição de Espanha, e de judeus, com a expulsão desse povo do reino vizinho pelos Reis Católicos, em março de 1492; a morte do príncipe herdeiro dom Afonso, tudo isso entendido como castigo divino pelo apoio dado pelo rei aos judeus –, a verdade é que o Príncipe Perfeito conseguiu evitar os levantamentos do povo miúdo contra a minoria, responsabilizando as autoridades municipais por tudo o que de mau pudesse acontecer às gentes da minoria.

MARGINAIS OU INTEGRADOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA? Num tempo fortemente marcado pelo peso do factor religião, temos de caracterizar todas as religiões como marginais umas às outras. Ou seja, a interdição, em todas elas, de casamentos mistos, isto é, com infiéis, impedia a miscigenação de pessoas, só ultrapassada pela conversão dos indivíduos da minoria à religião dominante e maioritária, fosse ela qual fosse.

Mas se, religiosamente, os judeus viviam à margem da sociedade cristã, o que se viria a traduzir por residirem num espaço próprio, a judaria, que, a partir de meados do século XIV, se passou, nos maiores concelhos, a fechar por portas que encerravam ao pôr-do-sol e abriam ao nascer do sol, e por um vestuário específico que, no caso português, foi primeiramente uma roda e depois uma estrela de seis pontas, cosida no exterior das roupas, a verdade é que a convivência social entre cristãos e judeus se fazia entre pares, na horizontal. Ou seja, dentro da mesma profissão, no mercado ou na feira, no campo ou no concelho, na corte, os laços de proximidade afirmavam-se a ponto de alguns cristãos chegarem a designar judeus como herdeiros, com o aval do soberano, e vice-versa. Esses laços tornavam-se preocupantes aos olhos da igreja que, ainda na segunda metade do século XV, condenava a presença de uns e outros em festas religiosas, como as romarias, ou nas festas de baptismo ou casamento.

Socialmente, os judeus sempre se definiram como naturais de Portugal e vizinhos dos concelhos, até fins do século XIV, passando, a partir de dom Duarte, o direito de vizinho de um concelho a ser pertença exclusiva dos cristãos, concedido aos indivíduos da minoria através do privilégio real. Essa mudança seguia a noção de judeu "infiel", que foi acompanhada por outros estereótipos, como o do judeu "impuro", "agente do demónio" ou "cego e surdo" ao chamamento de Deus por sua recusa em ver em Cristo o messias prometido a eles. A minoria tornava-se "perigosa" para a sociedade cristã, nomeadamente para as almas mais fracas, entre as quais se incluíam as mulheres, porque as podia desviar do caminho da salvação. Daí a necessidade de proibir o contacto mais íntimo entre pessoas de credos diferentes, não só através do encerramento das judarias, mas também pelo uso de distintivos, a roda ou a estrela de seis pontas cosidas no exterior do vestuário das gentes da minoria.

No entanto, apesar da marginalização imposta pelo direito canónico e pelas ordenações do reino, não podemos deixar de concluir por sua relatividade em nível social, económico e cultural. A despeito da diferenciação, definida pela religião e pela tradição, havia uma identidade que os caracterizava: a naturalidade, o português como língua oficial do reino e das comunas e a aculturação. De facto, os judeus portugueses assimilaram a cultura da maioria cristã, bem presente nas cantigas de amor de Vidal, judeu de Elvas, no século XIV, ou nas trovas de Judas Negro, trovador de dona Filipa de Lencastre, ou ainda de um David, poeta cortesão presente no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende.

Distinguiram-se como astrólogos: os cálculos de mestre Guedelha Negro para medir a altura da estrela polar são-nos conhecidos pelos apontamentos do rei dom Duarte; da mesma forma, mais tarde, foi um judeu, mestre José Vizinho, a medir a latitude no Equador, a mando de dom João II, ou Abraão Zacuto a escrever as tábuas das declinações solares em hebraico, que aquele traduziu para português.

Acompanharam a invenção da imprensa e criaram no reino três tipografias hebraicas: em Lisboa, Faro e Leiria. Artistas, deixaram a marca de seu engenho em alfaias religiosas ou outras.

A EXPULSÃO O último quarto do século XV foi marcado pelo início da decadência do povo judeu em Portugal. Depois de terem atingido o mais alto expoente social, económico e cultural, os judeus foram confrontados com uma série de acontecimentos que iria alterar o convívio e suas relações com a maioria cristã, pelo menos nos grandes centros urbanos, como Lisboa, Évora e Porto. As pestes sucessivas, a entrada da Inquisição em Espanha, a fuga dos conversos para Portugal, perseguidos pelo estigma da heresia, a expulsão dos judeus de Espanha, em março de 1492, sua entrada em Portugal com a permissão de dom João II e a morte do príncipe herdeiro fizeram o povo miúdo virar-se contra os judeus como os causadores de todos os males.

Desconhecemos se a expulsão que foi imposta por dom Manuel fora já pensada por seu antecessor, como sugeria o viajante alemão Jerónimo Munzer em sua narrativa da viagem e estada na corte portuguesa. A verdade é que a correspondência trocada pelo Venturoso e os Reis Católicos demonstra que o édito de expulsão resultou de uma imposição da princesa espanhola, viúva de dom Afonso, que entendia que tudo o que acontecera em Portugal tinha origem no castigo de Deus por ter o reino recebido os conversos e os judeus castelhanos e pelo desejo do rei de Portugal de casar com a filha dos Reis Católicos que, na época, ainda não era a herdeira do trono de Espanha.

Assim, a 4 de dezembro de 1496, dom Manuel promulgava em Muge o édito de expulsão de judeus e mouros. A carta foi divulgada pelo reino, lida na câmara do concelho pelo arauto real, presentes os juízes, os vereadores e o rabi da comuna, que, depois da proclamação, a recebeu e levou à sinagoga para ser lida a toda a comunidade.

Até setembro de 1497, quando dona Isabel entrou no reino, os judeus foram sendo convidados a converterem-se, "livremente", através da concessão de privilégios, ou à força. A 19 de março, sábado de Ramos e talvez a Páscoa judaica, o rei mandou retirar as crianças a seus pais e, no sábado seguinte, véspera da Páscoa cristã, fez conduzir à pia baptismal adolescentes, jovens e adultos que se encontravam nos estaus em Lisboa, preparando-se para embarcar. Até setembro, cerca de 100 mil judeus portugueses e espanhóis eram baptizados de pé em todo o reino. Poucos foram os que conseguiram partir livremente sem receber as águas do baptismo. Entre esses contam-se o ancião David Negro e Abraão Zacuto.

A construção da visão planetária do mundo: os descobrimentos marítimos portugueses

Jorge Couto | Faculdade de Letras | Universidade de Lisboa

Promontório de Sagres, cabo de São Vicente, Algarve
Antigo *"Promontorium Sacrum"* romano - dedicado ao deus Saturno, o cabo foi famoso pela escola náutica que o Infante D. Henrique lá teria instalado no século XV (Escola de Sagres), impulsionando os Descobrimentos portugueses. Estudos recentes demonstraram que foi, sobretudo, um local de experimentação de novos métodos de construção naval e de navegação.

O presente texto pretende, muito sinteticamente, apontar os motivos essenciais que tornaram possível que os "rústicos do Ocidente", ou seja, os portugueses, que no início do século XIV se encontravam confinados ao extremo ocidental da Europa, se tivessem transformado nos pioneiros da exploração do Atlântico Sul, aperfeiçoando ou introduzindo inovações decisivas na arte de navegar.

Substituíram o medieval método de rumo e estima, limitado ao hemisfério norte, pelo método de navegação astronómico, que permitiu sulcar os oceanos em todas as latitudes, contribuindo, assim, decisivamente, para ultrapassar o Equador, descobrir a ligação entre os Oceanos Atlântico e Índico – considerada inexistente por gerações de eruditos e geógrafos –, abrir a possibilidade de efectuar reconhecimentos geográficos nos litorais dos continentes africano, asiático e americano, operar a transferência do centro do poder económico, tecnológico e geopolítico europeu do Mediterrâneo para o Atlântico e, finalmente, contribuir para construir uma visão planetária do mundo, substituindo a tradicional concepção de terra plana pela de globo terrestre.

OS ANTECEDENTES Concluído o processo de Reconquista do território peninsular com a anexação do Algarve (1249), os monarcas portugueses dedicaram-se fundamentalmente, durante cerca de um século, ao incremento do povoamento interno e ao fomento das actividades económicas de seu reino.

O interesse português pela exploração geográfica e económica do Atlântico surgiu, pelo menos, no reinado de dom Afonso IV (1325-1357). Segundo a *Relação* de Giovanni Boccaccio, o rei de Portugal e mercadores italianos organizaram, em 1341, uma expedição às Ilhas Canárias, da qual não obtiveram resultados práticos, devido à resistência de seus habitantes, os guanches, bem como à ausência de interesse económico. Dessa iniciativa resultou o descobrimento do arquipélago da Madeira.

A peste negra (1348), que dizimou cerca de um terço da população europeia, as guerras que assolaram a Europa (a Guerra dos Cem Anos e quatro guerras entre Portugal e Castela, sobretudo a de 1383-1385), as convulsões sociais e crises de subsistência que atingiram a Europa de meados do século XIV às primeiras décadas do Quatrocentos inviabilizaram todos os projectos expansionistas.

Somente após a assinatura do tratado de paz com Castela, em 1411, que pôs fim à guerra luso-castelhana, iniciada em 1383, reuniram-se condições propícias para a formulação de projectos de expansão territorial. Nesse mesmo ano, o rei dom João I (1385-1433) propôs ao regente do reino vizinho que as respectivas hostes empreendessem conjuntamente a conquista do reino de Granada, último bastião muçulmano na Península Ibérica. A recusa castelhana levou os círculos governativos lusitanos a procurar soluções alternativas, acabando por escolher a cidade de Ceuta, posição estratégica fundamental que controlava, do lado norte-africano, as ligações entre o Mar Oceano (o Atlântico) e o Mediterrâneo.

A conquista de Ceuta, concretizada em agosto de 1415, proporcionou a Portugal, entre outras vantagens, o domínio de um porto estratégico que permitia controlar parcialmente o Estreito de Gibraltar e, por conseguinte, a navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Além do mais, possibilitou a criação de diversas armadas vocacionadas para a guerra de corso, que tinha por alvo sobretudo a navegação muçulmana, efectuando surtidas contra as povoações costeiras de Granada e da Berberia. A armada do infante dom Henrique alargou, gradualmente, seu raio de acção ao litoral atlântico de Marrocos e às Canárias, de que resultou o redescobrimento do arquipélago da Madeira (1419-1420) pelos escudeiros henriquinos João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira e Bartolomeu Perestrelo.

A ETAPA HENRIQUINA (1422-1460) Por volta de 1422, o infante dom Henrique, governador da Ordem de Cavalaria de Cristo, começou a enviar navios – barcas e barinéis, dotados de vela redonda – destinados a dobrar o Cabo Bojador, que constituía então o limite do litoral africano ocidental conhecido pelos europeus. Após 12 anos de porfiados esforços e 14 infrutíferas tentativas, Gil Eanes conseguiu ultrapassar, em 1434, o grande obstáculo ao progresso da navegação no Atlântico. A façanha do navegador henriquino marcou o início de um processo de reconhecimento geográfico do litoral atlântico africano que foi concluído, em 1488, pela armada de Bartolomeu Dias. No decurso das tentativas para dobrar o referido cabo, Diogo de Silves descobriu, em 1427, sete das nove ilhas do Arquipélago dos Açores.

Quando os navios portugueses atingiram o Cabo Branco (1436), ficaram, devido a suas características e ao regime de ventos, impossibilitados de prosseguir sua missão com eficácia e segurança. O infante e seus conselheiros mais próximos – navegadores, construtores navais e cartógrafos – empenharam-se intensamente na concepção de um navio especialmente vocacionado para o reconhecimento geográfico.

A solução encontrada (c. 1440-1441) foi a caravela, um tipo de navio desenvolvido a partir das primitivas embarcações de pesca ou de carga (do século XIII), a qual foi dotada de forro liso, leme de cadaste e mais uma ou duas velas de aparelho latino, de forma triangular. Essas transformações permitiram que o navio adquirisse a capacidade de bolinar, ou seja, navegar em ziguezague no caso da existência de ventos contrários, bem como explorar o curso dos rios mais profundos. Portugal ganhou, assim, um tipo de navio veleiro extremamente eficaz, facto que lhe proporcionou uma enorme vantagem competitiva face aos concorrentes europeus. As caravelas de maior tonelagem dispunham de coberta e um pequeno castelo na popa, podendo locomover-se, também, a remos, dispondo geralmente de uma tripulação de 20 a 25 homens.

A utilização da caravela foi fundamental para o processo de reconhecimento dos litorais africano, asiático e americano, bem como para a exploração dos oceanos, tendo-se revelado como um elemento decisivo para a construção da imagem global do mundo que, até então, nenhum povo ainda havia conseguido obter.

Durante a fase henriquina, que se prolongou até 13 de novembro de 1460, os navios portugueses avançaram no descobrimento da costa ocidental de África até à Serra Leoa.

A ETAPA DO ARRENDAMENTO (1469-1475) O governo de dom Afonso V (1448-1481) modificou a orientação da política expansionista portuguesa e adoptou como estratégia prioritária a anexação militar do norte de África, subalternizando a vertente de exploração geográfica e comercial da África negra.

Alguns anos após a morte do infante dom Henrique, o rei, com o objectivo de concentrar todos os esforços no prosseguimento da conquista das cidades norte-africanas, arrendou a um particular, em 1469, a empresa dos descobrimentos e o monopólio do comércio com a Guiné. Pouco depois (1471), conquistou Argila – feito imortalizado nas famosas e belíssimas *Tapeçarias de Pastrana* – e ocupou Tânger, abandonada por seus habitantes aterrorizados com a queda da cidade vizinha.

O contrato de arrendamento conferia a Fernão Gomes, grande mercador de Lisboa, o exclusivo das actividades comerciais a sul do Bojador, com algumas excepções. Em troca da concessão do quase exclusivo dos "*Tratos de Guiné*", por um prazo de cinco anos, o arrendatário ficou obrigado a pagar anualmente 200 mil reais à Coroa e mandar descobrir 100 léguas de costa por ano. Em 1º de julho de 1473, o monarca prorrogou o prazo de validade do contrato por mais um ano.

Na vigência do arrendamento da empresa dos descobrimentos, os navegadores de Fernão Gomes iniciaram a exploração do litoral africano na Mata de Santa Maria, na actual Libéria, chegaram à Costa da Mina – Golfo da Guiné (João de Santarém e Pêro Escobar, em 1471-1472), ultrapassaram o Equador (Lopo Gonçalves, em 1473-1474) e alcançaram o Cabo de Santa Catarina (Rui de Sequeira, em 1475).

A decisão tomada por dom Afonso V, em dezembro de 1474, de aceitar o testamento de Henrique IV que o nomeava governador do reino de Castela e lhe impunha o casamento com a herdeira legítima do trono, conduziu ao início da guerra entre o rei de Portugal, apoiado pelos partidários castelhanos de dona Joana, com Fernando de Aragão e Isabel de Castela, irmã do falecido monarca.

Os rivais ibéricos aproveitaram o conflito (1475-1479) para disputar a Portugal o domínio dos mares da Guiné e Mina, cujo direito exclusivo ao comércio, navegação e posse das terras, portos e ilhas existentes nos mares situados a sul do Cabo Bojador havia sido reconhecido à Coroa de Portugal pelo papa Nicolau V (1447-1455), através da bula *Romanus Pontifex* (8 de janeiro de 1455), com base na prioridade lusitana na descoberta daquelas terras, mares e gentes.

Os reinos de Castela e Aragão organizaram, normalmente a partir de Sevilha, expedições destinadas a atacar as ilhas e paragens africanas. Em 1476, uma esquadra de 30 navios, comandada por Carlos de Valera, atacou e saqueou Santiago de Cabo Verde. Dois anos depois, uma poderosa expedição de 35 navios castelhanos zarpou com destino ao Golfo da Guiné, atraída pelo comércio do ouro. Detectada na paragem da Mina pelas armadas de Jorge Correia e de Mem Palha, a frota castelhana foi desbaratada e os navios sobreviventes, aprisionados e trazidos para Lisboa como reféns.

Muito provavelmente por influência do herdeiro do trono, o príncipe dom João, que no período final do reinado do progenitor assumiu um papel de grande relevo na condução dos destinos de Portugal, dom Afonso V concordou com o início de conversações tendentes a restabelecer a paz com Castela.

O Tratado das Alcáçovas, celebrado a 4 de setembro de 1479, consignou uma nova viragem na orientação da política portuguesa e consagrou a supremacia da vocação atlântica em detrimento da opção peninsular. Sinal claro dessa alteração constituiu a renúncia do rei lusitano a suas pretensões ao trono de Castela, às Ilhas Canárias e ao reino de Granada. Em contrapartida, Castela reconheceu a Portugal o direito à conquista do reino de Fez, ao domínio do senhorio da Guiné, a partir do Cabo Bojador, com todos os seus mares adjacentes, ilhas e costas descobertas e por descobrir, com seus tratos, pescarias e resgates, e à posse das ilhas da Madeira, dos Açores, das Flores, de Cabo Verde e de quaisquer outras que viesse a descobrir. Nesse acordo, confirmado pelo Tratado de Toledo (6 de março de 1480), verifica-se uma primeira delimitação de

áreas de influência entre as duas principais potências ibéricas. Portugal dá prioridade a suas conquistas norte-africanas, ao domínio das ilhas atlânticas, excepto as Canárias, e ao controlo da navegação e do comércio a sul do Bojador, enquanto Castela reforça seu posicionamento continental.

Para garantir a exclusividade da navegação e do comércio com a África ocidental e impedir navios flamengos, castelhanos e franceses de se intrometerem na área de jurisdição portuguesa, foi promulgada a Carta Régia de 6 de abril de 1480. O diploma ordenava a captura de todos os navios não autorizados que fossem encontrados em águas interditas, bem como o lançamento ao mar de todos os seus tripulantes. Diogo Cão foi um dos capitães de caravela que mais se distinguiram no patrulhamento das costas da Guiné e Mina.

A ETAPA JOANINA (1481-1495) Ao subir ao trono, dom João II (1481-1495), que passou à posteridade com o cognome de Príncipe Perfeito, concentrou esforços no reforço da presença lusa no Mediterrâneo, na consolidação do domínio naval e económico do Atlântico a sul do Bojador e no delineamento e execução do Plano das Índias.

O herdeiro do trono dirigia, desde meados de 1474, por delegação do pai, os "feitos das partes da Guiné e investigação dos mares, terras, gentes e cousas dela". Profundo conhecedor de todos os aspectos relacionados com a expansão atlântica, o governante reservou para a Coroa a direcção da empresa dos descobrimentos e o monopólio dos mais importantes produtos do comércio com os povos africanos (ouro, escravos, malagueta, marfim, cavalos, algodão, conchas, tapetes, manilhas de latão, bacias de barbeiro, gatos-de-algália, pedras preciosas e contas).

Pela primeira vez, um monarca lusitano assumiu pessoalmente a direcção da empresa dos descobrimentos, conferindo-lhe um carácter eminentemente nacional que até então não detinha. O Príncipe Perfeito fixou as metas decisivas para a estratégia de expansão da Coroa de Portugal: alcançar, por via marítima, as regiões orientais produtoras das especiarias e estabelecer uma aliança com o preste João, isto é, com o imperador da Etiópia. Para concretizar esses ambiciosos projectos, o rei tomou medidas de natureza política, diplomática, militar, económica e administrativa; ordenou a realização de explorações marítimas, terrestres e fluviais; promoveu o aperfeiçoamento e a descoberta de métodos de navegação, de construção e artilharia navais e de guerra no mar; e recorreu à espionagem, à contra-informação e à política de sigilo. A actuação concertada de dom João II em várias frentes e domínios revela que possuía concepções geopolíticas muito avançadas para seu tempo e defendia estratégias que abrangiam três áreas marítimas – o Mediterrâneo, o Atlântico e o Índico – e três continentes – Europa, África e Ásia.

Para assegurar o monopólio do acesso ao ouro da Mina, indispensável ao financiamento da política de fortalecimento da autoridade régia e do projecto expansionista, o rei começou por enviar, pouco depois de sua ascensão ao trono, uma poderosa armada, comandada por Diogo de Azambuja, com a missão de edificar, na Aldeia das Duas Partes, uma feitoria-fortaleza – o Castelo de São Jorge da Mina, inspirado no modelo de Arguim – dotada de uma guarnição e de agentes comerciais.

Em 1482, o soberano incumbiu Diogo Cão de prosseguir o reconhecimento da costa ocidental africana, a partir do Cabo de Santa Catarina. Cão descobriu, no ano seguinte, a foz do Rio Zaire, implantando na extremidade da margem esquerda o padrão de são Jorge. Uma das novidades do período joanino consistiu precisamente na colocação de padrões de pedra com as armas de Portugal esculpidas, forma de assinalar a soberania do reino lusitano nas terras descobertas.

O navegador prosseguiu ao longo da costa africana até alcançar o Cabo Lobo, já no território de Angola, aí colocando o padrão de santo Agostinho. Iniciou, então, a viagem de regresso ao reino, onde aportou no decurso do primeiro trimestre de 1484. Diogo Cão deve ter-se convencido de que havia alcançado o cabo terminal de África, porque o doutor Vasco Fernandes de Lucena, na *Oração de Obediência* ao papa Inocêncio VIII (1484-1492), proferida em 11 de dezembro de 1485, comunicou ao pontífice que os navegadores portugueses já haviam chegado às proximidades do Promontório Prasso, topónimo da geografia ptolomaica que designa o extremo meridional conhecido da África oriental.

Os resultados da viagem de 1482-1484 contribuíram para reforçar a convicção portuguesa de que era viável atingir a Ásia através da circunavegação de África. No mesmo ano do regresso de Diogo Cão, dom João II recusou financiar o projecto de Cristóvão Colombo de alcançar o Oriente pelo Atlântico central e pela circunavegação do globo terrestre. O Príncipe Perfeito possuía suficientes informações para concluir – acertadamente – que a rota para o Índico, pelo Atlântico sul, era a mais curta, proporcionando, por conseguinte, melhores taxas de rentabilidade económica na exploração do comércio das especiarias.

Em 1485, dom João II incumbiu Diogo Cão de descobrir o extremo austral do continente africano. No decurso de sua segunda viagem, o navegador joanino prosseguiu o reconhecimento do litoral africano até à Serra Parda (1486), na Namíbia, mas não conseguiu encontrar a ponta meridional de África.

Paralelamente às expedições marítimas, o rei não descurou a exploração de África por via terrestre, seguindo a política iniciada por seu tio-avô, o infante dom Henrique, de enviar homens de sua confiança a efectuar reconhecimentos no interior do continente africano, com objectivos de natureza estratégica, económica e religiosa.

Dom João II conferiu, ainda, acentuada importância ao estabelecimento de relações amistosas com vários reinos da África ocidental. Laços especiais de aliança foram criados com os reis do Benin e do Congo e com dom João de Bemoim, rei dos jalofos (Senegal), alguns dos quais se converteram ao cristianismo e tornaram-se vassalos (com o título de primos) do rei de Portugal.

Além de frutuosas relações comerciais e da difusão da religião cristã, o monarca, devido a sua concepção geográfica de África (cerca de 1.600 quilómetros mais estreita do que a realidade), entrevia a possibilidade de, através dos reinos africanos ocidentais, entrar em contacto com o preste João. Para explorar essa hipótese, dom João II enviou emissários através de todos os meios possíveis: deserto, savana, florestas equatoriais e curso dos rios. A partir de Cantor (no Rio Gâmbia) partiram, entre outros, Gil Vaz, Vicente Anes, Rodrigo Rabelo, João Colaço e Pêro Reinel como seus embaixadores ao Mandimansa (imperador do Mali e rei dos mandingas) por se conjecturar que esse reino teria fronteiras com o do imperador da Etiópia (Abissínia). Para eliminar os obstáculos à navegação nos rios da Senegâmbia, considerados braços do Nilo, o rei encarregou Gonçalo de Antas de destruir os rápidos do Felu (Senegal) e do Cantor, projecto que não se chegou a concretizar devido a dificuldades técnicas. Por seu turno, Diogo Cão, no regresso de sua segunda viagem, subiu o curso do Rio Zaire até às Cataratas de Ielala, a 160 quilómetros da foz.

Dom João II adoptou, também, a política de capturar alguns indígenas, sobretudo mulheres, ensinar-lhes o português, dar-lhes ricos presentes e, nas viagens seguintes, deixá-los em alguns pontos da costa com a missão de se internarem no continente e de obterem informações sobre a localização do preste João. Foi, ainda, o mesmo objectivo que o levou a procurar descobrir um misterioso príncipe Ogané, a quem os reis do Benin reverenciavam e enviavam presentes quando ascendiam ao poder.

O desenvolvimento de um novo método de navegação constituiu uma das prioridades estratégicas do Príncipe Perfeito desde o período em que era herdeiro do trono, uma vez que se tratava de um instrumento indispensável para a exploração do hemisfério sul, dado que o processo utilizado no hemisfério norte – o secular método de navegação de rumo e estima – se baseava na observação da Estrela Polar, revelando-se, por conseguinte, inadequado para a arte de marinharia a sul do Equador.

Mestre José Vizinho, Duarte Pacheco Pereira, mestre Rodrigo, o licenciado Calçadilha (dom Diogo Ortiz, posteriormente bispo de Tânger e de Viseu), entre outros, foram encarregados de encontrar um novo processo global de navegação. O método de navegação por latitudes – ou método de navegação astronómico, vulgarmente designado na época por "pesar o sol ao meio-dia" –, obtidas pela observação meridiana do sol, foi experimentado com sucesso no Golfo da Guiné por mestre Vizinho e por Duarte Pacheco Pereira. Esses cosmógrafos efectuaram, ainda, o levantamento hidrográfico, por latitudes, da costa ocidental africana, destinado à elaboração de cartas náuticas graduadas. Como resultado desse trabalho teórico e experimental apareceram as primeiras tábuas anuais de declinação solar, provavelmente de autoria dos mestres Vizinho e Rodrigo, seguindo-se, alguns anos depois, as tábuas quadrienais, de cuja elaboração participou Abraão Zacuto.

No início de 1487, o Príncipe Perfeito e seu círculo de peritos e conselheiros acreditavam firmemente na existência de uma passagem de sueste que permitiria a navegação entre o Atlântico e o Índico. Opinião contrária perfilhavam os cosmógrafos europeus, designadamente o florentino Paolo Toscanelli – inspirador do plano de Cristóvão Colombo de alcançar o Oriente pelo Atlântico central –, que, baseados nas obras dos geógrafos clássicos, sobretudo Pompónio Mela e Cláudio Ptolomeu, consideravam os dois oceanos incomunicáveis.

O insucesso relativo da segunda viagem (1485-1486) de Diogo Cão, que lhe valeu o ostracismo, levou dom João II a agir rapidamente. Para esclarecer a viabilidade da abertura do caminho marítimo para a Índia, o rei armou, em 1487, uma nova flotilha de três caravelas, cujo comando confiou a Bartolomeu Dias, a quem ordenou que procurasse descobrir a tão almejada via de acesso ao Oriente. Paralelamente, organizou uma missão por via terrestre destinada a recolher informações estratégicas e económicas sobre o mundo asiático e a estabelecer contactos com a Etiópia.

Já anteriormente a 1487, o soberano ordenara a Pedro de Montarroio e a frei António de Lisboa que se deslocassem ao Oriente, por via terrestre, a fim de obterem informações sobre o preste João das Índias, sobre as rotas comerciais do Índico e sobre as regiões produtoras das especiarias. No entanto, os enviados régios não passaram de Jerusalém, alegando o desconhecimento da língua árabe.

Em 1487, dom João II escolheu dois servidores de espírito aventureiro e, sobretudo, que dominavam perfeitamente o idioma arábico: Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva. Ao primeiro foi atribuída a tarefa de averiguar a possível existência de uma passagem entre o Índico e o Atlântico, de efectuar um aprofundado reconhecimento das duas margens do Índico, ou seja, da África oriental e da Índia ocidental e, finalmente, de obter informações sobre as regiões produtoras e os centros de comercialização das especiarias (pimenta, cravo e canela). Afonso de Paiva, por seu turno, foi incumbido de se dirigir à Etiópia para entregar missivas ao preste João, em que se enumeravam as regiões ocidentais africanas visitadas pelos navegadores portugueses e se inquiria se algumas delas ficavam nas proximidades de seus domínios. O monarca lusitano sugeria ao soberano etíope a criação de estreitos laços políticos, religiosos e económicos entre

os dois reinos destinados a reforçar as posições cristãs em África e a combater eficaz e conjuntamente o inimigo comum: o Islão. Propunha, ainda, o estabelecimento de relações comerciais frutuosas entre Portugal e a Abissínia.

Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva partiram de Santarém, a 7 de maio de 1487, com destino, respectivamente, à Índia e à Etiópia. Depois de escalarem as cidades mediterrânicas de Valência, Barcelona e Nápoles, dirigiram-se para a Ilha de Rodes, último baluarte cristão no Levante, onde se disfarçaram de mercadores. Já com a nova identidade, aportaram a Alexandria e depois ao Cairo, integrando-se numa caravana originária de Fez e Tremecém, iniciando a viagem com destino a Adém, local em que se separaram definitivamente. Afonso de Paiva faleceu antes de chegar à Abissínia, mas Pêro da Covilhã efectuou um importantíssimo reconhecimento dos grandes mercados das especiarias da Costa do Malabar (Cananor e Calecute), do Golfo Pérsico (Ormuz) e da costa oriental de África. Em sua viagem até Sofala (actual Moçambique), obteve informações sobre a comunicabilidade entre o Índico e o Atlântico e sobre as rotas marítimas que ligavam a África oriental ao Mar Vermelho, ao Golfo Pérsico e à Índia ocidental.

Pêro da Covilhã regressou ao Cairo em princípios de 1491, tomando então conhecimento de que Afonso de Paiva não conseguira chegar à Etiópia, retornara à capital do império mameluco e lá falecera. Preparava-se para iniciar a viagem de regresso a Lisboa quando soube, por vias que se desconhecem, que se encontravam naquela cidade dois judeus portugueses que o procuravam secretamente. Tratava-se do rabino Abraão de Beja e do sapateiro José de Lamego, que tinham sido enviados por dom João II para contactarem seus dois espiões e para cumprirem outras missões.

As instruções reais determinavam que Covilhã e Paiva somente retornassem ao reino se tivessem cumprido todos os objectivos fixados. Como o segundo morreu sem visitar o preste João, Pêro da Covilhã recebeu ordens para redigir um relatório que condensasse todas as informações recolhidas e, seguidamente, para cumprir a tarefa que se encontrava em falta, ou seja, entregar as mensagens régias ao imperador da Etiópia. Cumprindo as determinações do Príncipe Perfeito, o espião régio elaborou uma pormenorizada memória em que salientava o papel fulcral de Calecute como grande pólo comercial da Índia, onde se vendia pimenta, canela e cravo; descrevia as cidades asiáticas e africanas orientais que visitara; e informava que os navios portugueses que sulcavam o Atlântico poderiam dirigir-se para o Índico, atingir Sofala ou uma grande ilha que os muçulmanos chamavam da Lua (Madagáscar) e, a partir daí, rumar para as mais importantes cidades da Índia. Os preciosos elementos recolhidos pelo aventureiro português foram enviados ao rei, por volta de 1491, através do sapateiro José.

Pouco depois do regresso de Diogo Cão, o rei ordenou a preparação de uma nova frota destinada a alcançar a ponta meridional de África e nomeou Bartolomeu Dias para a dirigir. A expedição era constituída por três caravelas, comandadas, respectivamente, pelo capitão-mor, tendo por piloto Pêro de Alenquer, um dos mais prestigiados técnicos de marinharia de fins do Quatrocentos, por João Infante e por Diogo Dias. Os irmãos Dias, aliás, capitanearam duas caravelas da armada de Cabral, tendo, por conseguinte, participado ambos na Semana de Vera Cruz como o refere explicitamente Pêro Vaz de Caminha. O mesmo aconteceu com Alenquer, que desempenhou exactamente a mesma função.

As parcas fontes existentes para a reconstituição da viagem de 1487-1488 resumem-se ao mapa de Henricus Martelus Germanus (c. 1489), a um capítulo da *Década Primeira da Ásia*, de João de Barros, e a anotações manuscritas em latim, atribuídas a Cristóvão Colombo, em algumas obras, designadamente na

Imago Mundi, do cardeal Pierre d'Ailly, bem como a uma passagem do *Esmeraldo de Situ Orbis*, de autoria de Duarte Pacheco Pereira.

A frota zarpou do Tejo em agosto de 1487, cerca de três meses depois de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva terem iniciado sua viagem. A expedição prosseguiu o reconhecimento do litoral africano, ultrapassou os limites meridionais até então conhecidos (o Cabo do Padrão e a Serra Parda, na Namíbia) e reconheceu diversos acidentes geográficos, de 4 de dezembro de 1487 (Terra de Santa Bárbara) a 6 de janeiro de 1488 (Serra dos Reis). Devido aos ventos contrários, muito frescos, as caravelas afastaram-se da costa e engolfaram-se no oceano.

Durante perto de quatro semanas navegaram sem avistar terra, motivo que levou Bartolomeu Dias a ordenar aos pilotos que rumassem para nascente. Como a expedição continuasse a não encontrar a costa, porque, sem o saber, já havia ultrapassado largamente a extremidade sul do continente africano (35 graus de latitude sul), mudou de rota para norte, atingindo Angra dos Vaqueiros e, a 3 de fevereiro de 1488, Angra de São Brás (Mossel Bay).

A frota prosseguiu a exploração da costa, alcançando, em março, o Penedo das Fontes, e já sulcando as cálidas águas do Índico atingiu o Rio do Infante, assim baptizado por ter sido reconhecido pela caravela São Pantaleão, comandada por João Infante.

As caravelas iniciaram nesse local a viagem de regresso e, a 16 de maio, reconheceram a Ponta de São Brandão (Cabo das Agulhas), descobrindo a declinação magnética nula, e, pouco depois, ancoraram no Golfo de Dentro das Serras, junto do Cabo das Tormentas, rebaptizado por dom João II de Cabo da Boa Esperança, devido às amplas perspectivas que sua descoberta abria aos portugueses.

O descobrimento da passagem de sueste pela expedição comandada por Bartolomeu Dias veio coroar 66 anos de denodados esforços desenvolvidos por três gerações de reis e príncipes; de capitães, pilotos, mestres e marinheiros; de cartógrafos e cosmógrafos; de mercadores e construtores navais; de diplomatas e guerreiros, unidos em torno do ambicioso projecto de desvendar o Atlântico e reconhecer o continente africano.

A descoberta da passagem de sueste possibilitou o acesso dos navios portugueses ao Oceano Índico, ao Mar Vermelho, ao Golfo Pérsico e ao Oceano Pacífico. Permitiu, também, aos portugueses entrar em contacto e estabelecer relações, ora amistosas ora conflituosas, com os vários reinos da costa oriental de África; com as diversas unidades políticas hindus e muçulmanas da Costa do Malabar (Calecute, Cochim, Cananor, Decão); com os povos da Arábia, da Pérsia e da Etiópia; com Ceilão e Malaca; com os reinos do Bengala, do Pegue e do Sião; com as populações das numerosas ilhas do Pacífico (Java, Timor, Celebes e Molucas); e, finalmente, com a China (1516) e o longínquo Japão (século XVI).

A viagem de Bartolomeu Dias permitiu a abertura da rota do Cabo, confirmada pela primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499). O acesso directo dos portugueses às regiões produtoras das especiarias provocou, também, como provaram Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein, uma deslocação do centro da economia-mundo europeia do Mediterrâneo para o Atlântico.

Essa expedição contribuiu, ainda, para desacreditar as concepções de mundo greco-latinas e medievais, permitindo o aparecimento de uma visão moderna. As teorias de Aristóteles, Lactâncio, Ptolomeu e d'Ailly foram postas em causa pelo experimentalismo dos navegadores portugueses do Quatrocentos. As concepções de Terra plana, de inabitabilidade das regiões equatoriais e das terras que envolviam os mares, sendo os oceanos apenas grandes lagos entre os quais a comunicabilidade era impossível, foram completamente demolidas pelas viagens joaninas. Como afirmou o grande expoente do experimentalismo português, Duarte Pacheco Pereira, as desvairadas opiniões dos filósofos e doutores foram desmentidas pela "experiência que é a madre das cousas, nos desengana e de toda dúvida nos tira".

O TRATADO DE TORDESILHAS Na última década do século XV, verificou-se uma intensa competição entre Portugal e Castela para ganhar a disputa pelo estabelecimento de uma rota marítima que ligasse a Europa à Ásia. Essa rivalidade encontra-se na origem do complexo processo que conduziu, num primeiro momento, à divisão do Atlântico entre os dois reinos, pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, de que resultou, subsequentemente, a partilha do Novo Mundo e, numa segunda fase, do Oceano Pacífico e da Ásia, pelo Acordo de Saragoça, em 1529.

A descoberta da ligação entre o Mar Oceano e o Índico contribuiu decisivamente para que a política régia portuguesa apostasse em definitivo na rota do Cabo – considerada mais viável, próxima e segura – e relegasse para segundo plano a opção pelo Atlântico ocidental, cuja exploração fora deixada à iniciativa de particulares, desde 1484, oferecendo, assim, involuntariamente, a Castela a rota do poente.

Os resultados da expedição de 1487-1488 inviabilizaram a possibilidade, que até então se encontrava em aberto, de dom João II conceder apoio à alternativa defendida por Cristóvão Colombo, razão pela qual o genovês abandonou definitivamente Portugal, tendo conseguido expor aos reis de Castela e Aragão as vantagens de seu plano, que esses aprovaram através das Capitulações de Santa Fé, em 17 de abril de 1492.

O estabelecimento de relações privilegiadas com o Cataio (China), o Cipango (Japão) e a Índia trouxeram indiscutíveis vantagens políticas e diplomáticas aos referidos monarcas. Por outro lado, os lucros provenientes das actividades comerciais com a Ásia permitiram minorar as consequências negativas – nomeadamente fiscais – da expulsão de dezenas de milhares de judeus pelo édito de 30 de março de 1492, melhorar a situação económica dos reinos de Castela e Aragão, bem como as finanças régias, fortemente endividadas pelos elevados custos de financiamento das longas campanhas militares granadinas e, finalmente, entrar em competição com dom João II pela primazia na descoberta do caminho marítimo para o Oriente, sem violar o Tratado de Alcáçovas e proporcionando-lhes a única "possibilidade legal de romper o cerco marítimo português".

A primeira expedição de Cristóvão Colombo (1492-1493) – de que resultou a descoberta de cinco ilhas das pequenas e grandes Antilhas, consideradas pelo navegador como pertencentes a um grande arquipélago adjacente à Ásia – veio pôr em causa o equilíbrio laboriosamente alcançado entre Portugal e Castela na partilha de áreas de influência no Atlântico.

O conhecimento das explorações colombianas desencadeou uma febril actividade diplomática que envolveu Castela, Roma e Portugal. Logo que receberam notícias das descobertas efectuadas por sua armada, os Reis Católicos apressaram-se a solicitar a confirmação pontifícia. Através do breve secreto *Inter Coetera* (*I*), de 3 de maio de 1493, Alexandre VI (1492-1503) concedeu-lhes a posse das novas ilhas e terras descobertas ou por descobrir nas bandas ocidentais, situadas, segundo se dizia, na direcção dos índios, desde que não pertencessem ao domínio temporal de nenhum soberano cristão.

Ciente de que a inexistência de um compromisso de delimitação luso-castelhano daria origem a um infindável foco de conflitos entre os reinos ibéricos, que contrariava seus interesses, Colombo aconselhou os Reis Católicos a optar por um novo critério de divisão do Atlântico, propondo uma raia (meridiano) que

passasse 100 léguas a ocidente dos arquipélagos atlânticos, ficando o poente para Castela e a parcela oriental para Portugal.

O papa Borgia (Rodrigo Borgia, natural de Valência), pessoalmente próximo de Fernando de Aragão, acolheu favoravelmente as pretensões dos Reis Católicos, aprovando um conjunto de documentos que dava satisfação a suas pretensões. O mais significativo foi a bula *Inter Coetera* (*II*), que doava perpetuamente à Coroa de Leão e Castela todas as ilhas e terra firme, descobertas ou por descobrir – desde que, até 25 de dezembro de 1492, não pertencessem a nenhum príncipe cristão –, localizadas a ocidente e sul de uma linha imaginária, traçada desde o extremo norte até ao extremo sul, 100 léguas a oeste das ilhas dos Açores e de Cabo Verde.

A evolução negativa, para seus interesses, do quadro internacional, no início de 1494, forçou os reis de Castela e Aragão a negociar com o monarca lusitano. O Príncipe Perfeito, por seu turno, aproveitando habilmente a conjuntura favorável em que a guerra não interessava a nenhuma das partes, propôs a seus rivais uma negociação directa entre as respectivas cortes, independentemente das concessões papais.

No decurso das conversações, a parte lusitana concordou com a substituição do paralelo das Canárias por uma raia, mas exigiu seu afastamento para 370 léguas, alegando que esse era o espaço marítimo indispensável de que necessitavam os navios oriundos da costa africana, de Cabo Verde, da Madeira e dos Açores para efectuar a viagem de regresso ao reino, não tendo aceite as sucessivas contrapropostas castelhanas de 270 e de 350 léguas.

A fase final das conversações decorreu rapidamente, tendo-se alancado, no que diz respeito à partilha do Mar Oceano, os seguintes compromissos: substituição do princípio da prioridade no descobrimento pelo das demarcações fixas, para o que se estabeleceu um meridiano situado 370 léguas a ocidente do arquipélago de Cabo Verde como linha de delimitação dos hemisférios ibéricos no Atlântico, ficando as ilhas e terra firme, descobertas ou por descobrir, que se situassem na parte oriental para Portugal e na ocidental para Castela; acordo de ambos os reinos em não recorrer ao papa para modificar o texto do tratado, bem como em pugnar por sua confirmação sem a introdução de quaisquer alterações e, finalmente, em não mandar efectuar explorações, resgates ou conquistas fora das respectivas zonas de jurisdição.

Os Reis Católicos assinaram, a 5 de junho, as procurações que concediam poderes a seus plenipotenciários para firmarem o tratado com Portugal, assinado em Tordesilhas, a 7 do mesmo mês, encontrando-se entre os signatários, pela parte portuguesa, Duarte Pacheco Pereira. O acordo foi ratificado por Isabel e Fernando, em Arévalo, a 2 de julho, e por dom João II, em Setúbal, a 5 de setembro de 1494.

A interpretação das posições adoptadas por dom João II relativamente à fixação da linha divisória das áreas de influência luso-castelhanas no Atlântico tem dado origem a acesas controvérsias. Da aplicação da primitiva proposta castelhano-aragonesa, bem como do meridiano de 100 léguas fixado pela bula pontifícia, resultaria, em ambos os casos, a total exclusão da presença portuguesa do hemisfério ocidental. Pelo contrário, as duas versões do paralelo das Canárias e o meridiano de 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, marcos divisórios sucessivamente defendidos pelo Príncipe Perfeito, garantiam a inserção de uma significativa parcela do continente americano na área de soberania lusitana.

Esses dados levaram muitos autores a defender que a atitude do soberano foi motivada pela preocupação de reservar para Portugal os territórios situados no ocidente austral (Brasil) de que teria conhecimento. No entanto, outros, por seu turno, admitem que dom João II apenas possuía uma fundada crença na existência

de terras nessa região do globo, enquanto, finalmente, alguns sugerem que o objectivo do monarca consistia exclusivamente em garantir o monopólio do caminho marítimo da Índia pelo Atlântico sul, assegurando suficiente espaço marítimo para descrever com segurança a volta pelo largo, indispensável para que as naus dobrassem a ponta meridional de África e alcançassem o Índico.

A tenacidade com que o Príncipe Perfeito defendeu como linha divisória entre as áreas de soberania dos dois reinos no Mar Oceano – em primeiro lugar, o paralelo das Canárias, e em segundo lugar, quando essa solução se tornou inviável devido à irredutível oposição dos Reis Católicos, o afastamento da raia para 370 léguas – só se justifica pelo duplo objectivo de, por um lado, "a todo o transe libertar de intromissões alheias a navegação portuguesa no Atlântico meridional – com a via marítima para o Oriente já aberta devido ao descobrimento da passagem de Sueste" –, e, por outro, incorporar à Coroa portuguesa as terras situadas no austro (Brasil), que bordejassem a margem ocidental do Mar Oceano, "de cuja existência dom João tinha suficientes indícios".

O meridiano de 100 léguas afastava-se tanto da costa africana – quase cortando o extremo oriental do actual território brasileiro e proporcionando uma tão significativa margem de manobra para as naus descreverem a volta pelo largo no Atlântico sul – que a intransigente exigência do afastamento de mais 270 léguas da linha divisória para oeste, em troca de concessões territoriais no continente africano, não poderia ter ficado a dever-se unicamente à preocupação de garantir espaço marítimo. Pelo contrário, diversas fontes, todas de origem castelhana, apontam no sentido de que, possuindo fortes indícios sobre a real possibilidade da existência de ilhas ou terra firme nas regiões austrais situadas a ocidente de África, dom João II tenha agido determinadamente de modo a alcançar uma solução negociada que preservasse os aspectos vitais para os interesses portugueses, à cabeça dos quais se encontrava o Plano das Índias.

A viabilização do projecto indiano tornava imprescindível prevenir a eventualidade de as terras austrais existentes, situadas ao longo da rota pelo largo, ficarem na posse de Castela, situação que poria em sério risco o exclusivo domínio lusitano do Atlântico sul e a segurança da rota do Cabo. Naturalmente que a preocupação prioritária do monarca não foi a de obter territórios ocidentais – que posteriormente corresponderam ao Brasil –, mas sim a de impedir que seus concorrentes peninsulares neles se estabelecessem, conferindo, desse modo, uma autonomia acrescida ao caminho marítimo da Índia, reforçada pela hipotética criação de alguma base de apoio no hemisfério ocidental a sul do Equador. Como concluiu o insuspeito historiador americano Samuel E. Morison, biógrafo de Colombo, se forem descobertos "os documentos das negociações de Tordesilhas, pode ficar a saber-se que dom João II possuía mais conhecimentos do que parece, ao assinar o tratado de 1494 e o pacto de 1495" e que "sua suspeita da existência de um território como o Brasil correspondia a uma convicção...".

Independentemente da discussão em torno das reais intenções de dom João II e da possibilidade de ele ter conhecimento "da existência de terras no quadrante sudoeste do Atlântico", facto que justificaria sua obstinação no afastamento do meridiano de Tordesilhas para 370 léguas, o certo é que essa atitude negocial proporcionou a Portugal não só o senhorio do Atlântico sul mas também a faixa territorial brasílica compreendida entre a Baía do Maracanã (no litoral oriental do Pará) e a Cananeia (na costa paulista).

Em síntese, sem as concepções geopolíticas do Príncipe Perfeito, muito avançadas para seu tempo e sua determinação e habilidade político-diplomática – bem patenteadas nas conversações que conduziram à assinatura do Tratado de Tordesilhas –, Portugal não teria tido qualquer presença no Novo Mundo, cuja

Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa | O mosteiro dos Jerónimos foi construído por ordem de D. Manuel I (1495-1521) no início do século XVI. Ponto mais alto da arquitectura manuelina, reúne elementos do gótico e do renascimento. Originalmente doado à Ordem de S. Jerónimo, foi declarado património cultural da humanidade pela UNESCO em 1984.

consequência última seria a inexistência do Brasil tal como o conhecemos: desde sua designação, passando pelas fronteiras, composição étnica, língua, até às características culturais, civilizacionais e idiossincráticas de seu povo que tanto o individualizam. (idiossincratica e individualizam não é redundante?)

A ETAPA UNIVERSAL: DO CABO DA BOA ESPERANÇA AOJAPÃO, PASSANDO PELO BRASIL (1497-1543) Pouco depois de ter sido aclamado rei, em 27 de outubro de 1495, dom Manuel I (1495-1521) submeteu à discussão do conselho régio, reunido em Montemor-o-Novo, a concretização da projectada viagem à Índia. Apesar do parecer desfavorável da maioria de seus conselheiros, o monarca decidiu prosseguir a empresa oriental.

O Venturoso, após ter tomado essa resolução, encarregou Bartolomeu Dias de dirigir os trabalhos finais de construção dos navios destinados à Índia, tarefa que esse desempenhava desde o início por escolha de dom João II. As naus foram equipadas com aparelho redondo – os mastros grande e do traquete (proa) com velas redondas duplas e o da mezena (ré), com vela latina –, pelo que não só eram menos velozes do que as caravelas como também praticamente não bolinavam. Tinham, no entanto, a vantagem de possuir tonelagem mais elevada, o que possibilitava o transporte de tripulações, guarnições militares, passageiros e maior quantidade de carga, além de dispor de alto bordo e castelos inseridos no casco, sendo esse reforçado por cintas que corriam da popa à proa. As estruturas das naus conferiam-lhes uma acrescida capacidade de resistência face às violentas tempestades que ocorrem com frequência no Atlântico austral na latitude aproximada de 37 graus, altura da passagem da extremidade meridional de África pelo largo.

Esses trabalhos prévios são comprovativos de que as grandes viagens portuguesas de descobrimento não se fizeram ao acaso – "indo a acertar" –, como escreveu, em 1537, o matemático Pedro Nunes, no *Tratado da Esfera*..., porquanto foram precedidas de cuidada e prolongada preparação.

A 8 de julho de 1497, zarpou do Tejo a expedição destinada a descobrir o caminho marítimo para a Índia, comandada por Vasco da Gama e formada por quatro navios dirigidos por alguns dos melhores pilotos da época (Pêro de Alenquer, João de Coimbra, Pêro Escobar e Afonso Gonçalves), sendo a primeira armada composta de naus a cruzar o Atlântico sul.

A partir da ilha de Santiago (Cabo Verde), a esquadra navegou para sueste até à latitude aproximada da Serra Leoa com a finalidade de vencer os ventos ponteiros do sul que, no verão, fazem sentir sua influência até cerca de 10 graus a norte do Equador, para ganhar barlavento a nascente, iniciando aí a volta pelo largo em arco para oeste, e alterando, pouco depois, o rumo para sudoeste. Atendendo às características da navegação à vela nessa estação do ano, chega-se à conclusão de que, sem a realização dessa manobra, os pilotos "ensacariam a pequena frota a norte do Cabo de São Roque, impedindo-a de montar a protuberância nordestina do Brasil", inviabilizando, por conseguinte, o prosseguimento da viagem em direcção ao Cabo da Boa Esperança.

A armada gâmica revelou uma precisão e uma segurança notáveis na descrição da rota indirecta em dupla curva (bordada a sueste e arco por oeste), hoje praticada pelos veleiros modernos que, no verão, pretendem montar o Cabo de São Roque (no litoral do Brasil).

No decurso de agosto de 1497, a frota de Vasco da Gama, ao navegar ao largo da costa oriental do Brasil, detectou indícios da existência de terra no poente, que foram registados, nos seguintes termos, pelo autor da *Relação da Viagem*, que não era marinheiro: "Indo na volta do mar ao sul quarta do sudoeste, achámos muitas aves, feitas como garções, e, quando veio a noite, tiravam contra o sudoeste muito rijas, como aves que iam para terra...".

Depois de uma longa viagem, recheada de peripécias, Vasco da Gama atingiu finalmente o porto índico de Calecute, a 20 de maio de 1498).

A 10 de julho de 1499, fundeou no Tejo a nau Bérrio, primeira embarcação da armada de Vasco da Gama a regressar a Lisboa, trazendo a notícia – e as provas – do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, facto que desencadeou, desde logo, uma febril actividade por parte da Coroa portuguesa nos domínios diplomático, organizativo e militar, destinada a estruturar a primeira ligação comercial oceânica euro-asiática.

A divulgação desse evento – que suscitou grande admiração e curiosidade na Europa – teve importantes repercussões internacionais sobretudo em Castela e Veneza, os dois estados europeus cujos interesses eram mais duramente atingidos pela nova situação. O rei de Portugal certamente não desconhecia que o sucesso da frota de Vasco da Gama provocaria profunda decepção em Castela, uma vez que os Reis Católicos estavam empenhados, desde 1492, em atingir esse mesmo objectivo. A ciência dessa realidade, bem como a conveniência em obter um rápido reconhecimento internacional dos direitos portugueses à rota do Cabo, levaram dom Manuel I a actuar muito rapidamente junto das cortes castelhana, imperial e pontifícia.

A 12 de julho, dois dias após o acontecimento, o Venturoso apressou-se a escrever a Isabel e Fernando para comunicar-lhes o feliz sucesso da empresa, não esperando sequer pela chegada do comandante da expedição. Na missiva, salientava-se a existência de grandes e ricas cidades; sublinhava-se a descoberta dos circuitos mercantis orientais e de minas de ouro; realçava-se a carga de especiarias (canela, cravo, gengibre, noz-moscada, pimenta e outras) e de pedras preciosas (incluindo rubis) trazida pelo navio comandado por Nicolau Coelho; e forneciam-se informações – que posteriormente se verificaram ser erróneas – sobre a natureza cristã das populações "índias", embora com reservas sobre a ortodoxia de suas crenças e ritos.

O monarca lusitano informou também, em diferentes datas, o imperador Maximiliano I, o papa Alexandre VI, o colégio dos cardeais e dom Jorge da Costa, cardeal de Portugal e influente membro da Cúria romana, das novas da Índia. Numa missiva datada de 28 de julho de 1499, dirigida ao primo, o imperador Maximiliano de Habsburgo, dom Manuel I utilizou, pela primeira vez, além dos títulos herdados de seu antecessor, o de "senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia", forma simbólica de afirmar perante os outros príncipes cristãos o direito português ao monopólio de acesso ao Índico, baseado na primazia da descoberta e nas antigas concessões papais.

O relato que, depois de 29 de agosto, Vasco da Gama transmitiu a dom Manuel I sobre o complexo quadro geopolítico vigente nas fachadas africana e asiática do Índico, bem como as preciosas informações fornecidas por Gaspar da Índia, induziram o monarca a concluir que a implantação portuguesa no Oriente iria deparar com significativas dificuldades devido à existência de uma numerosa e influente comunidade muçulmana que controlava as redes comerciais índicas, tendo recebido com visível hostilidade a frota portuguesa que aportou a Calecute.

O entendimento de que a penetração comercial lusitana nos circuitos mercantis orientais encontraria séria oposição esteve na base da decisão real, provavelmente a conselho de Vasco da Gama, de enviar uma grande armada que demonstrasse o poderio militar de Portugal e que funcionasse como importante suporte das pretensões lusas em estabelecer uma feitoria e uma missão na capital do Samorim. O poder de fogo da esquadra deveria, ainda, exercer uma função dissuasória face ao surgimento de eventuais resistências.

Os preparativos para o envio da segunda armada da Índia decorreram rapidamente e desenvolveram-se em várias frentes. A diplomacia lusitana encetou, com êxito, diligências junto de Roma no sentido de alcançar concessões apostólicas que permitissem desenvolver acções evangelizadoras, fundar conventos e organizar eclesiasticamente a Índia. Paralelamente, dom Manuel I procurou obter em Castela até 1.500 marcos de prata destinados à aquisição de produtos orientais.

Um documento de significativa importância – o "apontamento das coisas necessárias às naus da armada" –, redigido entre meados de setembro e 4 de novembro de 1499, contém minuciosas recomendações destinadas à organização da viagem. Seu autor salienta a necessidade de se elaborarem os regimentos destinados às duas figuras-chave da expedição – Vasco da Gama, então indigitado para o cargo de capitão-mor, e Bartolomeu Dias, responsável pela flotilha de caravelas destinada a Sofala – e refere a vantagem de se nomear um sota-capitão (segundo-comandante), de se designarem, com antecedência, os restantes capitães e os respectivos escrivães, mestres e pilotos, bem como de se elaborarem as instruções para os capitães, o feitor e os escrivães. Esse memorando alude, também, à indicação dos clérigos, frades e artilheiros, à dotação de cartas de marear para todas as embarcações, ao fornecimento de apetrechos, mantimentos, armas e munições destinados à esquadra e, ainda, ao envio de cartas e presentes aos reis de Calecute e Melinde e a outros soberanos não especificados.

Por carta régia de 15 de fevereiro de 1500, o soberano nomeou para o cargo de comandante da frota Pedro Álvares de Gouveia (Cabral), secundogénito de Fernão Cabral, senhor de Belmonte e corregedor da Beira, embora anteriormente tivesse escolhido Vasco da Gama para exercer aquela função. A preparação da armada mereceu os maiores cuidados, tendo o escrivão António Carneiro ouvido o almirante da Índia e registado seus conselhos, que foram utilizados na elaboração do regimento real.

Os documentos preparatórios da viagem da armada de Cabral que chegaram a nossos dias – num total de 14 – denotam preocupações relacionadas com o estabelecimento de alianças com vários soberanos da região índica (em especial os senhores de Calecute e Melinde), com um plano de ataque à navegação muçulmana no Índico, participação no comércio das especiarias orientais, estabelecimento de uma feitoria em Calecute e desenvolvimento de actividades missionárias na Índia. Os referidos documentos estão, contudo, incompletos, não possuindo, curiosamente, os fólios iniciais referentes à travessia do Atlântico sul que interessam directamente à questão do descobrimento do Brasil.

Não chegaram a nossos dias os regimentos entregues aos capitães dos restantes navios, sabendo-se, todavia, que foram elaborados vários, designadamente o destinado a Bartolomeu Dias, conforme se deduz da leitura das notas apostas nas margens e no reverso do "borrão" das instruções adicionais entregues a Cabral. No entanto, conservaram-se as minutas integrais dos regimentos dados aos escrivães da receita (Martinho Neto e Afonso Furtado) e da despesa (Gonçalo Gil Barbosa e Pêro Vaz de Caminha) da feitoria que dom Manuel projectava estabelecer em Calecute e cuja direcção tinha sido confiada a Aires Correia.

A 9 de março de 1500 zarparam de Belém as 13 velas (nove naus, três caravelas e uma naveta de mantimentos) que formavam a segunda armada da Índia, capitaneada por Cabral, Sancho de Tovar (que comandava a nau El-Rei, estando investido no cargo de sota-capitão), Simão de Miranda de Azevedo, Aires Gomes da Silva, Nicolau Coelho, Nuno Leitão da Cunha, Vasco de Ataíde, Bartolomeu Dias, Diogo Dias, Gaspar de Lemos, Luís Pires, Simão de Pina e Pêro de Ataíde.

A esquadra transportava cerca de 1.500 homens, incluindo a tripulação, a gente de guerra, o feitor, os agentes comerciais e escrivães, o cosmógrafo mestre João, um vigário e oito sacerdotes seculares, oito religiosos franciscanos, os intérpretes, os indianos que tinham sido levados para Lisboa por Vasco da Gama e alguns degredados.

A 14 desse mês, a armada passou ao largo do arquipélago das Canárias e a 22 alcançou as ilhas de Cabo Verde, tendo o capitão-mor optado por não se deter nessas ilhas para efectuar a aguada prevista nas instruções. No dia seguinte, sem que tivesse ocorrido qualquer tempestade, desapareceu a nau de Vasco de Ataíde, tendo sido infrutíferas todas as tentativas para a encontrar. É provável que a intensa cerração que se faz sentir nessa região, conjugada com nuvens de poeira oriundas da costa saariana, que provocam má visibilidade, tenham estado na origem do naufrágio.

Entre os dias 29 e 30, a esquadra encontrar-se-ia a 5 graus a norte, iniciando a penetração na zona das calmarias equatoriais – que levou dez dias a transpor –, tendo a corrente equatorial sul afastado sua rota cerca de 90 milhas para oeste. A 1 grau e 1/4 a norte do Equador, a frota encontrou vento escasso, iniciando, então, de acordo com as recomendações de Gama, a volta pelo largo em busca do alísio de sueste, rumando muito provavelmente para sudoeste, devido ao regime de ventos que ocorre na região. Ultrapassada a linha equinocial, por

volta de 10 de abril, a rota foi corrigida para su-sudoeste, passando a frota a cerca de 210 milhas a ocidente do arquipélago de Fernando de Noronha.

Nessa época do ano – em que vigora a monção de sueste (de março a setembro) no trecho da costa nordestina compreendido entre o Cabo Calcanhar (5º S) e o Rio de São Francisco (10º 31' S) – atenua-se o efeito de arrastamento para oeste a partir da latitude do Cabo de São Roque (5º 29' S) devido à divisão, nas imediações desse acidente geográfico, da corrente equatorial sul em dois ramos: a "corrente das Guianas" (que prossegue para oeste e nas proximidades da orla marítima inflecte para noroeste) e a "corrente brasileira" (que se dirige para o quadrante sudoeste, descendo ao longo da faixa litorânea com um afastamento da ordem das 120 a 150 milhas, permitindo, assim, um aumento da velocidade dos navios).

Na terça-feira, 21, segundo o testemunho do célebre escrivão cabralino, os membros da tripulação encontraram alguns sinais de terra: "Muita quantidade d'ervas compridas a que os mareantes chamam botelho e assim outras, a que também chamam rabo d'asno". Apesar de, nessa latitude (cerca de 17 graus a sul), dispor de vento favorável – que sopra francamente de leste – para atingir mais rapidamente seu objectivo prioritário, que era alcançar a monção do Índico, o capitão-mor alterou deliberadamente o rumo para oeste em busca de terra.

A 22 de abril toparam, pela manhã, "com aves, a que chamam fura-buchos(...) e, a horas de véspera (entre as 15 horas e o sol-posto)", tiveram "vista de terra, isto é, primeiramente d'um grande monte, mui alto e redondo, e d'outras serras mais baixas a sul dele e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs nome o Monte Pascoal e à terra, a Terra de Vera Cruz".

Após esse achamento, a armada fundeou a cerca de 6 léguas (19 milhas) da costa. No dia imediato (quinta-feira), os navios mais ligeiros (caravelas), seguidos pelos de maior tonelagem (naus), procedendo a operações de sondagem, ancoraram a cerca de 0,5 légua (milha e meia) da foz do posteriormente denominado Rio do Frade.

Depois de percorrerem cerca de 10 léguas (quase 32 milhas), os pilotos ultrapassaram a Barra do Buranhém, encontraram "um arrecife (a Coroa Vermelha) com um porto dentro, muito bom e muito seguro (a Baía Cabrália), com uma mui larga entrada", onde lançaram as âncoras, tendo as naus fundeado a cerca de 1 légua do recife, por terem atingido o local pouco antes do pôr-do-sol. Afonso Lopes, piloto do capitão-mor, sondou o porto, tendo, no decurso dessa operação, capturado dois mancebos que se encontravam numa almadia, conduzindo-os para a nau capitânia com o objectivo de os interrogar.

No sábado, 25 de abril, as embarcações de maior tonelagem penetraram na baía, aí fundeando. Concluídas as tarefas de marinharia, reuniram-se todos os comandantes na nau de Cabral, sendo Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias incumbidos pelo capitão-mor de devolver à liberdade, com presentes, os dois nativos aprisionados na véspera e de desembarcar o degredado Afonso Ribeiro, que tinha por missão obter informações mais detalhadas sobre os autóctones.

Na praia encontravam-se perto de 200 homens armados com arcos e flechas, tendo-os deposto a pedido de seus companheiros, que se encontravam nos batéis. A partir de então começaram progressivamente a estabelecer-se relações cordiais entre os marinheiros lusos e os tupiniquins, traduzidas em trocas de objectos (carapuças, manilhas e guizos por arcos, flechas e adornos de penas) e na colaboração prestada pelos indígenas nas operações de abastecimento de água e lenha.

No domingo, dia de Pascoela, o capitão-mor mandou armar, no ilhéu da Coroa Vermelha, um altar destinado à celebração da missa. A primeira cerimónia cristã no Brasil, à qual assistiram a tripulação e cerca de 200 tupiniquins que se encontravam na praia fronteiriça, foi presidida por frei Henrique de Coimbra, guardião dos franciscanos, que, num improvisado púlpito, também se encarregou da pregação, dissertando sobre o significado da quadra pascal e do achamento daquela terra.

No mesmo dia, o comandante reuniu em conselho com todos os capitães da esquadra que concordaram com sua proposta de mandar ao rei o navio auxiliar com a "nova do achamento" da Terra de Vera Cruz e, também, com a missão de a explorar mais detalhadamente na viagem de regresso. Foi ainda deliberado que se não capturasse nenhum indígena para o enviar ao reino, optando-se por deixar dois degredados com a missão de aprender a língua e recolher informações sobre a terra. Terminada a reunião, o capitão-mor foi efectuar um reconhecimento das margens do Rio Mutari, autorizando a tripulação a folgar, circunstância que foi aproveitada por Diogo Dias para organizar um baile, ao som de gaita, no qual participaram portugueses e ameríndios.

Nos dias imediatos procedeu-se à transferência da carga da naveta de mantimentos para as outras 11 embarcações, à conclusão do aprovisionamento de água e lenha, à construção de uma grande cruz, à prossecução das tentativas para obter mais informações sobre os habitantes da terra e à criação de um clima de cordialidade com os tupiniquins, alguns dos quais foram convidados a tomar refeições e a pernoitar nas naus.

O cosmógrafo, bem como os pilotos das naus do capitão-mor e do sota-capitânia, respectivamente, Afonso Lopes e Pêro Escobar, aproveitaram a permanência em terra para armar na praia o grande astrolábio de pau – mais fiável do que os pequenos astrolábios de latão utilizados a bordo – com o objectivo de tomar a altura do sol ao meio-dia, comparar os cálculos das léguas percorridas e estimar a distância a que se encontravam do Cabo da Boa Esperança. A medição da latitude da Baía Cabrália (que está actualmente fixada em 16º 21' S), efectuada a 27 de abril por aqueles três técnicos, deu o resultado de 17 graus a sul, tendo, por conseguinte, uma margem de erro inferior a 40' por excesso.

Na carta que enviou a dom Manuel I, o mestre João Faras, além de recomendações de natureza náutica, procedeu à primeira descrição e a um esboço de representação da cruz, ou seja, da constelação austral (Cruzeiro do Sul). Não eram inteiramente coincidentes as opiniões dos autores de dois dos relatos sobre o descobrimento do Brasil relativamente à natureza da nova terra. Pêro Vaz de Caminha considerava-a uma ilha, uma vez que no encerramento da *Carta* a dom Manuel datou-a de "Porto Seguro, de vossa ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500". O bacharel mestre João, por seu turno, referiu que "quase entendemos por acenos que esta era ilha, e que eram quatro, e que de outra ilha vêm aqui almadias", datando sua missiva de "Vera Cruz no primeiro de maio de 1.500".

A 1º de maio, sexta-feira, o capitão-mor procedeu à escolha do sítio onde devia ser erguida a grande cruz construída em madeira da terra, de forma a, de acordo com o escrivão cabralino, "melhor ser vista". Esse facto denota a preocupação em assinalar aquela excelente aguada para as armadas vindouras, tal como o havia feito Vasco da Gama na costa de África, em 1497, ao mandar carpinteirar uma cruz de um mastro grande para mais eficazmente sinalizar a Angra de São Brás.

Assim, foi organizada seguidamente uma procissão que transportou a cruz, em que foram pregadas as armas e a divisa reais, até às proximidades da foz do Rio Mutari, onde a implantaram, seguindo-se a celebração da segunda missa na Terra de Vera Cruz. Concluídas as cerimónias litúrgicas, o comandante da expedição ordenou a partida para Lisboa da naveta de mantimentos, comandada por Gaspar de Lemos,

enviando ao rei papagaios, arcos, flechas e outros objectos fornecidos pelos tupiniquins, bem como as missivas dos capitães, do feitor, do cosmógrafo e do escrivão sobre o "achamento da terra nova".

No sábado, 2 de maio, a esquadra cabralina zarpou do ancoradouro brasílico com destino à Índia, deixando, todavia, em terra, dois grumetes que tinham desertado nas vésperas da partida e igual número de degredados.

A rota traçada pela armada de Cabral, analisada à luz das características das correntes que se deslocam ao longo do litoral brasílico durante a monção de sueste e da orientação dos ventos na época do ano em que sulcou o Atlântico sul, bem como do quadrante a partir do qual os vigias do cesto da gávea avistaram terra, provam a "clara intenção de, atingida a latitude de uns 17 graus, e estando segura a rota pelo largo, se arribar a poente", ou seja, buscar intencionalmente terra nessa área do Atlântico.

O navio de Gaspar de Lemos efectuou, na viagem de retorno a Lisboa, um reconhecimento do litoral brasílico compreendido entre Porto Seguro e o Cabo de São Jorge, identificado com o actual Cabo de Santo Agostinho (8 graus de latitude sul), em Pernambuco, numa extensão superior a 150 léguas, o que permitiu obter a confirmação de que se tratava, de facto, de um continente. O traçado geral da faixa costeira explorada, uma legenda alusiva ao descobrimento, os topónimos correspondentes aos limites atingidos, encontrando-se o do norte assinalado com uma bandeira das Quinas, foram, na sequência da expedição cabralina, inseridos no padrão cartográfico real. Dom Manuel I tomou, assim, conhecimento, entre junho e julho de 1500, dos sucessos protagonizados pela segunda armada da Índia até 1º de maio, inclusive, bem como da existência no poente, em sua área de demarcação, de uma grande terra austral.

CONCLUSÃO

No reinado de dom Manuel I (1495-1521), as prioridades concentraram-se essencialmente no Oriente e no norte de África. Os resultados da expedição de Vasco da Gama abriram outra era na expansão portuguesa e, consequentemente, europeia, que passou do ciclo atlântico-africano – vigente na maior parte do Quatrocentos – para uma fase interoceânica de dimensão essencialmente euro-afro-asiática – com ligações de cariz secundário ao Brasil – em que a rota do Cabo assumiu uma função estruturante. Essas profundas modificações implicaram um reequacionamento da posição do Atlântico que, no contexto da estratégia lusitana, se transformou de centro nevrálgico em meio para atingir o Índico e, poucos anos depois, o Pacífico.

No período inicial, compreendido entre 1499 e 1509, a Coroa adoptou diferentes orientações relativamente à implantação lusitana no Oriente. No entanto, a partir do mandato do segundo governador do estado da Índia, Afonso de Albuquerque (1509-1515) optou claramente por um modelo de intervenção que assentava na obtenção da hegemonia naval por parte das armadas portuguesas, apoiada na posse de posições-chave para o domínio das principais rotas marítimas: Ormuz (Golfo Pérsico), Malaca (Pacífico) e Adém (Mar Vermelho). Desse ambicioso plano de conquista dos estreitos vitais que asseguravam a ligação do Índico com os restantes espaços orientais, Albuquerque apenas não obteve sucesso no assalto a Adém. A conquista de uma série de praças orientais em que avultaram Ormuz (1507), no Golfo Pérsico, Goa (1510), na costa da Índia, e, sobretudo Malaca (1511), no Estreito da Malásia, abriu aos portugueses o acesso às requintadas civilizações asiáticas, entre elas a China (1517) e o longínquo Japão (1543).

A ideia imperial manuelina, inspirada por Duarte Galvão, tinha como objectivo essencial a destruição do Islão. Numa primeira fase, o domínio português do Índico permitiria controlar as rotas comerciais orientais, vedar aos muçulmanos o acesso aos grandes entrepostos índicos e, desse modo, estrangular economicamente o "sultão do Cairo", isto é, o imperador mameluco, cujas principais fontes de receita provinham das taxas cobradas nas alfândegas do Cairo e de Alexandria sobre as especiarias e os produtos de luxo originários do Oriente. A segunda etapa consistiria em estabelecer uma rede de alianças com soberanos locais antimuçulmanos, entre os quais se destacava o imperador da Etiópia, com a finalidade de criar uma confederação política, militar e religiosa destinada a conquistar Jerusalém, tomar o Egipto e arrasar Meca e Medina. Paralelamente ao ataque concertado ao Islão pelo Oriente, dever-se-ia retomar o processo de expansão militar no norte de África, com o objectivo de conquistar ou vassalizar Marrocos.

Para pôr em prática esse projecto imperial, dom Manuel I actuou em várias direcções. Reservou uma importante parcela do comércio dos produtos e das linhas comerciais mais rentáveis para a Coroa, como meio de obter os recursos indispensáveis ao financiamento da empresa messiânica; tomou decisões relativas à expansão militar no Oriente e no norte de África e desencadeou os processos de aproximação a soberanos hindus, cingaleses e malaios, ao monarca etíope e ao imperador chinês com vista a criar um quadro generalizado de alianças antimuçulmanas.

Se o projecto imperial pretendido pelo rei Manuel I só parcialmente foi executado, os resultados de um século de reconhecimento geográfico (1434-1543) e de expansionismo português tiveram consequências do maior alcance para a humanidade, assentando numa combinação vencedora de pioneirismo, visão estratégica, espírito de aventura, persistência, inovação técnica (construção e artilharia naval, instrumentos náuticos) e aposta em novos conceitos (método de navegação astronómico, comunicabilidade entre o Atlântico e o Índico, rota do Cabo). Os navios portugueses desvendaram todos os oceanos, colocaram em contacto todos os continentes, promoveram em larga escala trocas de produtos intercontinentais, provocaram um enorme intercâmbio de plantas e animais, fomentaram intensas trocas civilizacionais e linguísticas, desencadeando, em suma, a primeira grande vaga de globalização.

Uma língua que veio de longe

Cabo da Roca, Sintra | Com uma altitude de 140 metros acima do nível do mar, o Cabo da Roca é o ponto mais ocidental do continente europeu, uma verdadeira finisterra. Como escreveu Luís de Camões, é o local "Donde a terra se acaba e o mar começa" (in Os Lusíadas, Canto VIII, 78).

Ivo Castro | Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

O que mais facilmente salta à vista, quando comparamos a língua do Brasil com a de Portugal, é a quantidade de aspectos que as distinguem e, muitas vezes, quase separam. Pronúncias mais abertas e inteligíveis numa margem do Atlântico do que na outra, as mesmas coisas designadas por outros vocábulos, o mesmo vocábulo designando outras coisas, frases construídas com arquitectura deslocada, as dificuldades momentâneas de entender e as maneiras de restabelecer a compreensão, as influências de outras línguas que se fazem sentir aqui, mas não ali – tudo isso desprende um sabor a diversidade que envolve quem se detém para reflectir sobre sua língua e sobre o modo como ela existe e aceita ser usada. Não admira que, de tais materiais, emane certo sentimento de dissociação (a que o tempo, com lentidão implacável, talvez venha a dar razão).

Mas a detecção de diferenciais supõe um pano de fundo unitário. Só numa paisagem contínua de semelhanças se tornam notáveis as intermitências. Saltam pouco à vista, contudo, os aspectos que são comuns e partilhados pela prática linguística dos dois países, talvez porque não sejam portadores de incertezas futuras e porque permanências e continuidades não precisam de explicação mais complicada do que a inércia (entendida em sentido físico, não comportamental). Saltam pouco à vista, mas por toda a parte se podem recolher evidências dessas continuidades e permanências. Fixemo-nos no território brasileiro e busquemos alguns exemplos, num domínio em que as línguas se comportam de modo particularmente arbitrário: a escolha e atribuição do nome próprio a pessoas e a lugares (sendo arbitrária a escolha, ganha mais peso a coincidência).

Um brasileiro que resida em *Araraquara* ou *Curitiba* ou que vá a banhos nas Praias de *Itacoatiara* ou *Ipanema* sabe que se encontra em terras com nomes provenientes das línguas antigas do Brasil pré-colonial, nomes que elas sempre tiveram ou que adquiriram em tempos mais recentes. Por outro lado, quem resida em terras com nomes como *Nazaré* (nos estados do Amapá e da Bahia), *Alcântara* (no Maranhão e no Rio de Janeiro), *Atalaia* (no Pará, em Pernambuco e em Alagoas) ou *Viana* (no Maranhão e no Espírito Santo) poderá saber, ou não, que esses nomes não são originários do território brasileiro, mas foram trazidos por colonos europeus vindos de Portugal, colonos que não trouxeram apenas nomes de terras, mas toda uma língua, com suas componentes e funcionalidades. A aclimatação geral dessa língua ao novo território constituiu um processo complexo e demorado, que tem acompanhado as mudanças da sociedade e da cultura, e se afirmou desde cedo como processo autónomo da evolução que a mesma língua continuava a ter em sua terra de origem. Não poderia ser de outro modo: no Brasil, a língua portuguesa integrou e assimilou as influências linguísticas do índio autóctone e do escravo africano, a que se adicionaram nos dois últimos séculos contributos de numerosas colónias imigrantes da Europa, do Médio e do Extremo Orientes. De modo geral, todos trouxeram algo de seu para o português que adoptaram como língua da nação, num processo de miscigenação linguística, étnica e cultural profundamente caracterizador, que estará presente em tudo o que vai ser dito a seguir.

É provável que a escolha de nomes portugueses seja obra, em muitos casos, dos fundadores das novas povoações, que nelas fizeram gosto em manter o nome de sua terra nativa. Em alguns casos, chegaram mesmo a marcar a novidade da fundação por meio de uma qualificação: em *Santarém Novo*, não é importado apenas o topónimo *Santarém*, mas também o próprio processo formativo do nome, abundantemente usado em Portugal (e em geral por toda a Europa). Ao lado de *Montemor-o-Novo*, *Idanha-a-Nova*, *Torres Novas*, encontram-se terras de mais antiga fundação, chamadas *Montemor-o-Velho*, *Idanha-a-Velha*, *Torres Vedras* (*vedra*, do latim *vetera*, é um equivalente arcaico de "velha"). Outro tipo de decalque observa-se nos nomes que descrevem aspectos da paisagem ou da habitação: nos dois países existem *Praia Grande*, *Areias*, *Ponta da Areia*, *Ponta Delgada*, *Ponta Grossa*, *Outeiro*, *Vila Velha*, *Meia Praia*, não sendo seguro que o nome brasileiro tenha sido motivado directamente por um homónimo português. Muito mais provável é que, perante realidades físicas semelhantes, a língua, actuando independentemente aqui e ali, tenha chegado aos mesmos resultados. Algo parecido ocorreu com os abundantíssimos nomes religiosos que recobrem os dois países: que se evoca na cidade brasileira de *São Miguel* – a ilha açoriana ou o santo padroeiro da terra? Se for verdadeira a segunda resposta, estamos perante uma repetição da história: também nos Açores, a ilha deveu seu nome à devoção que o infante Dom Pedro tinha por São Miguel.

Por vezes, é forte a suspeita de que a nomeação de terras foi directamente inspirada por realidades demográficas lusitanas: segundo o *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará*, do padre José Monteiro de Noronha[1], em meados do século XVIII havia no litoral do Pará sete povoações. Quatro delas chamavam-se *Colares*, *Porto Salvo*, *Penha Longa* e *Cintra* (hoje *Maracanã*). Pois bem, tendo em conta que esses quatro topónimos correspondem a povoações portuguesas vizinhas, situadas em torno da Serra de Sintra e muito próximas de Lisboa, será arriscado admitir que tenha sido gente dessa pequena área a povoar e nomear aquelas terras paraenses? Migrações colectivas do mesmo género ocorriam frequentemente de uma província portuguesa para outra, com idênticos decalques toponímicos.

Nem sempre os nomes eram atribuídos a povoações acabadas de fundar, havendo casos de lusitanização de nomes índios. Antonio Porro, editor do roteiro do padre Noronha, dá interessantes exemplos disso: a antiga aldeia de *Guaricuru* passou a ser *Melgaço*, *Arapijó* passou a *Carrazedo*, *Maturá* a *Porto de Mós*, *Pirauiri* a *Pombal* (op. cit., pp. 79-90). Como seria de esperar, também se registou em tempos mais recentes o movimento inverso, no sentido da reindianização: a antiga *Parajó* foi denominada *Vila Viçosa*, e agora é *Cametá*; a antiga *Aricaria* passou a *Sousel*, antes de retornar à denominação original; a aldeia paraense de *Itacoatiara* passou a aldeia dos *Abacaxis*, depois a *Serpa* e de novo a *Itacoatiara*; *Vila do Conde* é hoje *Murucupí*, e assim por diante. Mutações dessas, provocadas por sentimentos colectivos de afinidade ou rejeição, também ocorreram em Portugal: no sul, são várias as redenominações tendentes a eliminar do topónimo a referência aos galegos. Antes, a actual *Póvoa de Santarém* chamava-se *Póvoa da Galega* e o actual *Montijo* era *Aldeia Galega do Ribatejo*.

Observa-se, assim, além das coincidências toponímicas entre Brasil e Portugal, uma efectiva coincidência de procedimentos linguísticos. Sem sair do capítulo do onomástico, encontraremos mais uma prova dessa observação nos nomes de pessoas, tanto de baptismo quanto de família. Também aqui salta à vista uma diferença notável entre os dois países, que afecta especialmente os nomes de baptismo: esses, no Brasil, gozam de uma superior liberdade de escolha e de criação, que permite o aparecimento de formas muito originais, de numerosas variantes para o mesmo nome e de uma livre inclusão de nomes estrangeiros, como é próprio de Estado que tem acolhido muita imigração. Essas características, que qualquer observador facilmente apreende, não nos preparam para a sugestão de que os nomes mais usados, tanto de baptismo quanto de família, são afinal os mesmos em ambos os países[2]. Vejamos os dados disponíveis: em Portugal, os dois apelidos mais frequentes em nível nacional são *Silva* e *Santos* (dados dos assinantes de telefone fixo). Tanto no centro do Rio de Janeiro quanto no centro de São Paulo, o maior grupo de assinantes de telefone fixo chama-se *Silva*, logo seguido por *Santos*. Coincidência total, portanto. Nas dez posições seguintes encontram-se, com ligeiras variações de ordem, *Pereira*, *Ferreira*, *Costa*, *Rodrigues*, *Martins*, *Oliveira*, *Almeida* e *Gomes* (observação feita com os mesmos materiais e critérios). Isso revela um fenómeno que pede estudos quantitativos mais apurados, mas que com alguma cautela se pode apresentar assim: as famílias brasileiras e portuguesas com as características apontadas compartilham dos mesmos nomes, e em proporção muito semelhante. A cautela é devida, por nada garantir à partida que a mesma distribuição de apelidos se encontre entre outros segmentos da população brasileira. Do mesmo modo, não deve inferir-se que todos os *Silva* são de origem portuguesa e primos distantes dos *Silva* portugueses. Mecanismos diversos, que conviria conhecer melhor, podem ter levado a que imigrantes trocassem de apelido para melhor se integrarem na sociedade brasileira (por exemplo, uma família centro-europeia de nome *Lodric* chama-se hoje *Rodrigues*); é conhecido, também, o caso de escravos adoptarem o apelido dos senhores. As coisas podem, pois, ter acontecido assim. Mas para tal foi necessária uma condição de base: os apelidos que se ofereciam à adopção pelos não-portugueses, além de serem os mesmos, existiam no Brasil nas mesmas proporções que em Portugal.

Será necessário acrescentar que, nos nomes de baptismo, o panorama não difere? O nome de mulher mais frequente entre brasileiras e portuguesas é *Maria* (geralmente, *Maria de algo*), seguido de *Ana*. Correspondem-lhes, nos nomes masculinos, *José* e *António*. Depois, vêm mais ou menos os mesmos nomes até às frequências médias, nível abaixo do qual se começa a manifestar uma variação mais acentuada na escolha imaginativa dos nomes. Fixando-nos apenas nas grandes quantidades, podemos chegar a uma formulação deste tipo: os nomes de muitos brasileiros e das terras em que muitos deles vivem pertencem à língua que todos falam, uma língua que não nasceu no território brasileiro, mas para ele foi transportada. Uma língua que veio de longe.

Longe significa, nesse caso, o outro lado do Oceano Atlântico. Em termos absolutos, poderia remontar-se a um ponto de partida situado na Ásia Central, de onde o complexo linguístico conhecido por *indo-europeu* se difundiu em data incerta (seis ou sete milénios) para criar línguas aparentadas entre si, como o sânscrito, o iraniano, o arménio, o grego, o albanês e certos agrupamentos que se desenvolveram como novas famílias de línguas: o céltico, o eslavo, o germânico e o itálico. Quase todas as línguas da Europa são indo-europeias (com a excepção do basco, do húngaro e do finlandês): a uma primeira camada céltica, que tem restos na Bretanha francesa e nas Ilhas Britânicas (bretão, gaélico, galês, irlandês), sobrepuseram-se no norte as línguas germânicas (alemão, ramo escandinavo, neerlandês, inglês) e no sul as línguas derivadas do latim. Essas são, de oriente para ocidente, o romeno, o italiano, o francês e o provençal, o catalão, o espanhol, o galego e o português, colectivamente conhecidas por *línguas românicas*.

O que une essas línguas, além da contiguidade territorial, é um punhado de características pan-românicas, identificadas por Friedrich Diez, um dos primeiros linguistas que estudaram essas línguas como um grupo[3]. Segundo Diez, todas elas usam artigos derivados do pronome latino *ille*, todas formam a comparação com derivados dos advérbios latinos *plus* ou *magis*, todas conjugam os verbos com os mesmos auxi-

1 NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província* (1768). Ed. de Antonio Porro. São Paulo, Edusp, 2006, p. 22.

2 Sugestão apenas, pois se apoia em sondagens parcelares, sem segurança estatística nem avaliação sociológica. Castro, Ivo. "A Atribuição do Nome Próprio no Espaço Luso-Brasileiro", *Novi te ex Nomine. Estudos Filológicos Ofrecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. Ed. A. Boullón. Coruña, Fund. Barrié, 2004, p. 245-256. "Mais sobre Antroponímia Luso-Brasileira: Dados Cariocas", in: *Ciências da Linguagem: 30 Anos de Investigação e Ensino*. Braga, Universidade do Minho, 2005, p. 45-52.

3 VÁRVARO, Alberto. *Historia, Problemas y Métodos de la Lingüística Románica*. Barcelona, Sirmio,1988, p. 48.

liares, derivados de *esse, habere, tenere* (italiano *sono venuto*, castelhano *he venido*, português *tenho vindo*), todas marcam as pessoas verbais por meio de pronomes pessoais, todas possuem um novo futuro formado a partir do auxiliar *habere* (*amare habeo > amar hei > amarei*), todas têm advérbios formados com *mente*. Essas afinidades explicam, em parte, a facilidade com que imigrantes italianos e espanhóis se adaptaram ao português brasileiro e ele acolheu traços linguísticos de suas línguas de origem.

O aparecimento das línguas românicas está relacionado com o processo de desagregação do vastíssimo Império Romano e corresponde, portanto, aos primeiros séculos da Idade Média. Mas as características comuns anteriormente apontadas provêm de mudanças mais antigas, concluídas quando o latim ainda se mantinha bastante unitário, pois de outro modo elas não poderiam estar presentes nas modernas línguas, como estão. À medida que Roma perdeu influência sobre suas províncias e essas se isolaram, o latim falado de cada uma iniciou o próprio caminho, que umas vezes conduziu ao aparecimento das línguas dos novos Estados medievais e outras vezes a dialectos mais ou menos autonomizados. A diversidade de resultados a que a família românica chegou é demasiadamente grande para ser abordada com sintética brevidade. Concentremo-nos, por isso, no caso do português, que tirou partido de sua posição geográfica no extremo ocidental do continente para ser uma das línguas que mais facilmente exorbitaram do mapa da Europa.

A história do português começa por ser um capítulo da história do latim, como intuía Olavo Bilac com a conhecida metáfora de "última flor do Lácio". De facto, a principal componente linguística do português foi a língua de Roma, que a expansão imperial transportou para o território que lhe serviu de berço, o ângulo noroeste da Península Ibérica, correspondente à província espanhola de Galiza e às províncias portuguesas de Minho, Douro e Beiras. Não é errado classificar a língua portuguesa como uma forma evoluída do latim, retirando sua personalidade do modo particular como evoluiu e das associações que estabeleceu ao longo da vida com outras línguas. Comparado com as restantes línguas românicas, o português distingue-se por possuir ao mesmo tempo traços muito inovadores e outros de grande conservadorismo, a que não é indiferente sua colocação marginal no continente. Nem tudo o que era proveniente do centro do império chegava a tempo ao noroeste ibérico: certas novidades ficavam pelo caminho, assim como nem sempre surtia efeito a repressão das peculiaridades locais. É revolucionária, e não acompanhada pelas restantes línguas românicas – prova de que não tem origem dentro do latim –, a perda dos sons consonânticos *n* e *l*, quando colocados entre vogais: o latim *luna* mantém-se em romeno, italiano e espanhol (*luna*) e pouco muda em francês (*lune*), mas em português reduz-se a *lua*; de modo bastante semelhante, o *l* presente no verbo latino *colare* mantém-se em italiano (*colare*), espanhol (*colar*) e francês (*couler*), continua sob outra forma em romeno (*cura*), mas desaparece totalmente em português (*coar*). Não nos enganem os magros exemplos *lua* e *coar*, porque as duas consoantes caducas eram abundantíssimas em português e sua falta afectou a fisionomia de inúmeros vocábulos, além de trazer efeitos secundários com que não devemos alongar-nos, como as fusões e rejeições verificadas entre vogais que ficaram vizinhas devido à fuga do separador.

Ao lado dessas inovações, distingue-se o português por conservar certos traços linguísticos, tais como alguns ditongos latinos que a maioria das restantes línguas abandonou ou muito modificou: assim, o ditongo do latim *aurum* sobrevive no português *ouro* (e no romeno *aur*), ao passo que se condensou numa simples vogal no italiano e no espanhol *oro*, ou no francês *or*. Essa conservação de ditongo é típica do norte de Portugal e da Galiza, onde se formou a língua, mas perdeu-se nos dialectos do sul do país, onde a grafia *ouro* esconde uma pronúncia próxima da espanhola; foi essa a transmitida ao Brasil.

Inovação e conservação são definidas em relação ao pano de fundo, que consiste na formação da língua portuguesa como resultado da evolução particular de uma variedade do latim falado em determinadas condições geográficas e cronológicas. O ritmo e o modo como se processou a instalação dos romanos na Península Ibérica tiveram também influência decisiva sobre a formação das línguas ibero-românicas, e particularmente a do português. Foi uma empresa difícil e demorada: quase dois séculos decorreram entre a chegada romana à costa oriental da península (Ampúrias, 218 a.C.) e a pacificação final da região onde nasceria o português (campanha de Augusto, 27 d.C.). Vista de Roma, essa região era uma finisterra, como efectivamente ainda se denomina um dos cabos mais ocidentais da Galiza. Mas seria preciso passarem mais dois séculos antes de ali ser instituída uma província autónoma e de ser totalmente integrada ao império, com o nome de Gallaecia et Asturica, por ter sido povoada antes por galécios e ástures.

Esse facto tem segura relevância linguística. A tardia implantação do latim entre as populações prolongou a vida das línguas pré-romanas, muito para além de sua permanência em outras partes do império. A sobrevivência das línguas pré-romanas na Gallaecia, e em todo o norte peninsular, até pouco antes de ter tido início a desagregação do império, criou condições para que o latim local, sem ter tido tempo de sedimentar, fosse submetido a fortes pressões inovadoras do substrato. Nada de seguro se sabe dessas línguas, que não tinham escrita. Mas conjectura-se que fenómenos como o enfraquecimento e queda das consoantes intervocálicas, que afectam apenas as línguas nascidas na região (o galego e o português), podem ter surgido no latim aí falado devido a hábitos articulatórios das populações pré-romanas, que essas mantiveram quando passaram a falar latim.

É no plano do léxico que mais seguramente se pode comprovar o efeito do substrato. Os romanos chamavam a seus leitos *lectus*, termo que persiste em quase todas as línguas românicas (*letto*, *lit*, *lecho*, *leito*), ou menos frequentemente *stratum* (de onde *strat*, *strato*, *estrado*). Nunca se deitavam em *cama*: esse termo não é conhecido até à baixa latinidade, quando foi referido por Santo Isidoro de Sevilha de forma bastante pitoresca. Descrevendo certa peça de vestuário, que devia ser uma espécie de camisa de dormir, diz: "*Camisias uocari quod in his dormimus in camis, i.e. in stratis nostris*"[4]. Dizemos camisas porque com elas dormimos em camas, que são o mesmo que nossos estrados. Santo Isidoro era andaluz e apenas em línguas da Península Ibérica existe o termo *cama*. Daí a opinião unânime de se tratar de um termo pré-romano, que o latim assumiu e transmitiu às línguas que formou na Península. Outras palavras possuem uma distribuição análoga e são por isso atribuídas a uma ou outra língua de substrato da península: algumas, como *paramus* (pastagem de altitude), são de origem indo-europeia, enquanto outras remontam a camadas mais antigas, como *sarna* (moléstia cutânea) ou *arrugia* (mãe do moderno *arroio*). Igual antiguidade têm os nomes de muitos rios[5] e de povoações[6], que foram respeitados e mantidos pelos romanos. É esse, aliás, o aspecto mais relevante: a civilização romana impôs sua língua aos povos que dominou na Península Ibérica, mas tomou deles muitos elementos, que passaram a integrar o latim ibérico e permanecem nas línguas suas sucessoras. Estabeleceu assim um modelo de empréstimo e assimilação de dados de outras culturas, que continuaria a ser aplicado com êxito nos subsequentes contactos com a língua e a cultura de germanos e de muçulmanos. Certos elementos foram tomados conscientemente, como os topónimos e o vocabulário comum; outros de forma mais insensível, como os traços de pronúncia. Ao sabor dessas escolhas, surgem nas diversas províncias variedades de latim distintas entre si e correspondentes a diferentes substratos. Quando as províncias caíram em isolamento

4 ISIDORO. *Origines* 19, 22, 29. ERNOUT-MEILLET. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Paris, Klincksieck, 1932.

5 *Durius* (Douro), *Limia* (Lima), *Minius* (Minho), *Vacua* (Vouga), *Tagus* (Tejo).

6 *Bracara* (Braga), *Igaeditania* (Idanha), *Olisipo* (Lisboa), *Murtili* (Mértola).

e passaram a funcionar como espaços fechados, de que mais tarde sairiam os reinos cristãos, estavam criadas condições para que em cada uma surgisse um embrião de língua românica.

É momento de tratar de dois mitos, que frequentemente comparecem em conversas desse tipo: o lusitano e o germânico. Foi o lusitano um dos povos encontrados por Roma na Península Ibérica, ocupando um território que se julga ter ido desde a Bacia do Rio Douro até à do Tejo, correspondendo ao centro-sul de Portugal e prolongando-se pela actual Extremadura espanhola. Ficaram na história sua resistência à ocupação romana e o papel condutor de um herói, Viriato, de que os humanistas portugueses avidamente se apoderaram para idealizar a pré-história da nação: passaram a usar *lusitanos* como sinónimo de *portugueses* (António Ferreira, *Poemas Lusitanos*) e André de Resende, autor do *De Antiquitatibus Lusitaniae*, forjou com o mesmo sentido, e a partir de *Lusus*, companheiro ou filho de Baco, o termo *lusíadas*, que Camões adoptou para título de seu poema épico (sem, no entanto, uma vez o usar dentro do texto[7]). A ideia foi acarinhada pela ciência: desde Alexandre Herculano, passando por Leite de Vasconcelos, até Amorim Girão e Paiva Boléo, circulou a tese de que a nação portuguesa (aí se incluindo a língua e demais instituições) tivera sua origem no território dos lusitanos, deles assumindo a descendência ou, pelo menos, alguma motivação. Mais seguramente, aceita-se hoje que os lusitanos foram um povo indo-europeu, mas não celta. As poucas inscrições epigráficas que nos deixaram, em alfabeto latino, permitem esboçar uma descrição de sua língua: um vocábulo como *porcom*, alusivo a uma divindade frequentemente representada na estatuária como javali ou porco, exibe marcas de declinação indo-europeia (acusativo) e a presença de um *p-* inicial, que afasta a hipótese de ser língua de celtas. Nenhum vestígio foi até agora identificado, no entanto, das características iniciais associadas ao português primitivo: tanto quanto se sabe, não eram afectados *n* e *l* intervocálicos; em compensação, alguns ditongos revelavam tendência a monotongar-se. Em suma, o latim falado na Lusitânia, tendo tal língua por substrato, não poderia ter sido o ponto de partida para o português[8].

É essa uma comprovação adicional do que se sabe: o português nasceu num território situado a norte da Lusitânia, e dela claramente distinto, que abrangia toda a Galiza actual e o norte de Portugal até à Bacia do Rio Vouga (cidades de Águeda e Aveiro), limites conhecidos da província Gallaecia et Asturica. Daqui saiu, num primeiro movimento expansionista, durante o período da Reconquista cristã (séculos IX a XII), para ocupar o espaço que ainda hoje mantém no ocidente peninsular. Num segundo movimento, a partir do século XV, foi mais longe e transplantou-se para fora da Europa em direcção a terras da África, da Ásia e do Brasil.

Criou-se assim um contraste entre a área inicial e os novos territórios, que esta fórmula sintetiza: só quem nasce hoje a norte do Vouga fala uma língua autóctone. Isso exclui tanto o natural de Lisboa quanto o do Rio de Janeiro ou o de Luanda, mas inclui o natural de Aveiro, de Braga, de Vigo e da Corunha. Decorre de tudo o que temos dito que a língua românica surgida do latim falado no noroeste não é apenas aquilo a que hoje chamamos português, mas igualmente o galego, que na Espanha moderna dispõe do estatuto de língua nacional autónoma, em vários aspectos semelhante àquele que teve na Idade Média antes de a dominação castelhana lhe ter retirado competências sociais e culturais, agora restabelecidas. É matéria de discussão se o galego e o português alguma vez constituíram uma perfeita unidade idiomática; mais provavelmente foram um conjunto de dialectos saídos do latim pela mesma porta, mas rapidamente atraídos para direcções divergentes: o galego para a esfera castelhana e o português para a Reconquista do sul. A existência de centros de poder diferentes desde fins do século XI só podia ajudar nesse processo de afastamento entre Galiza e Portugal, que prevaleceu sobre forças de aproximação não desdenháveis: a existência

7 *Lusitano* (60 vezes), *Lusitânia* (6), Lusitânico (1).

8 SALINAS DE FRÍAS, Manuel. *Los Pueblos Prerromanos de la Península Ibérica*. Madrid, 2006, p. 133-135; CORREA Rodríguez, "Elementos no Indoeuropeos e Indoeuropeos en la Historia Lingüística Hispánica", in: *Historia de la Lengua Española*. Dir. Rafael Cano. Barcelona, Ariel, 2004, p. 45-46.

9 KREMER, Dieter. "El Elemento Germánico y su Influencia en la Historia Lingüística Peninsular", in: *Historia de la Lengua Española*. Dir. Rafael Cano. Barcelona, Arel, 2004, p. 133-148.

de uma extensa fronteira comum, profundas afinidades culturais, movimentos migratórios nas duas direcções e a grande literatura trovadoresca do século XII ao XIV.

Terá sido pelo século VI que começou a manifestar-se a individualidade dessa língua, que se distinguia dos romances vizinhos (a sul, oriundo do latim lusitânico; a leste, do ásturo-leonês) por particularidades como a perda de *l* e *n*, que esses não acompanhavam. Sendo analfabetos esses tempos, temos de esperar pela primeira documentação medieval para encontrar atestada na escrita aquela particularidade: *elemosias* (por *elemosinas, esmolas*) num documento do ano 882; *Froia* (por *Froila*) num documento de 919. Mas só se escreve o que anda na boca da gente há muito tempo.

Politicamente, no século VI dominava a península uma monarquia visigótica, a que foi anexado um reino de suevos cujo território recobria a antiga Gallaecia et Asturica. Os suevos e visigodos eram nações germânicas que, com a chegada à Península Ibérica, largamente se romanizaram. É certo que a estrutura das instituições administrativas e legais dos futuros reinos cristãos lhes deve muito e que a população hispana, pelo menos nas camadas mais elevadas, adoptou nomes germânicos que continuam (*Carlos*, *Fernando*, *Luís*, *Rui* são alguns dos nomes mais frequentes da língua portuguesa, todos de origem germânica). Devido ao uso, aliás romano, de designar uma terra pelo nome do proprietário, resultou que no norte da península abundam os topónimos germânicos, sem que isso queira dizer que fossem territórios densamente habitados por germanos, mas simplesmente por populações que tinham adoptado nomes da classe do poder. Esse parece ter sido o principal contributo linguístico dos hispano-godos. Lexicalmente, são de excluir os germanismos que se observam em várias línguas românicas, porque começaram por fazer parte do léxico latino (*guerra*, *elmo*, *sabão*); só aqueles que exclusivamente se encontram nas línguas peninsulares podem ser atribuídos a hispano-godos, mas são pouquíssimos (*espeto*, *estaca*, *luva*, *roupa*, *espora*, *enguiçar*, *íngreme*)[9].

Foi o latim popular das províncias, sem ajuda da dominação hispano-goda, que nesse tempo começou a compartimentar-se nas futuras línguas românicas. O processo já estava em marcha no norte da península antes da invasão muçulmana, em 711. Essas línguas viriam a ser o galego-português, o ásturo-leonês, o castelhano, o aragonês e o catalão. É possível que os contornos desses romances nascentes e suas linhas de separação não fossem muito vincados e que, de um extremo ao outro, dessem o aspecto de um *continuum* linguístico gradualmente diferenciado. Achavam-se, em todo o caso, feitas as opções linguísticas que viriam a constituir as várias línguas nacionais da península. Todas tiveram o berço a norte.

E no centro e sul? À semelhança do que acontecia na faixa norte, várias regiões protonacionais, com variedades românicas próprias, estariam em formação. Mas o mapa que poderia revelar sua distribuição foi completamente obliterado pela invasão muçulmana e só voltou a ser redesenhado, com novas premissas, nos séculos da Reconquista. Assim, aquilo que no centro e sul se contrapõe à faixa de pequenas nacionalidades setentrionais é um vasto território unificado pelo domínio muçulmano, o Andaluz. No início da ocupação, as comunidades moçárabes, constituídas por cristãos que mantiveram a identidade religiosa e cultural, criaram um ambiente fechado e saudosista adequado à conservação da língua; mas depois foram-se progressivamente diluindo na sociedade árabe e é improvável que os reconquistadores tenham encontrado alguém que ainda falasse romance. Mas o árabe, pelo menos aquele que era falado pelos camponeses, guardava alguns vestígios do romance extinto, que conseguiu transmitir ao português superveniente. Nos dialectos do sul, diz-se hoje *avelaneira* frente à forma *aveleira*, vinda do norte; na região de Lisboa, coexistem a pouca distância as aldeias de *Fontanelas* e de *Fontelas*: como é óbvio, a

primeira chama-se assim desde os tempos romanos, tendo atravessado as dominações visigoda, árabe e portuguesa sem perder o *n* intervocálico, que tem tanto para contar como as lápides romanas que de vez em quando aparecem nos alicerces das casas. De terras com história onomástica semelhante está cheio o sul de Portugal. *Fontelas*, por seu lado, conta outra história, não menos típica: posterior à Reconquista, é fundação de gente do norte que quis replicar no termo de sua migração o nome da terra onde nascera (lembra-se o leitor de ter assistido ao mesmo exercício de memória na toponímia brasileira?). Em tempo de romanos, chamara-se *Fontanellas*, mas sofreu a erosão consonântica do português primitivo: o *l*, por ser duplo, resistiu, mas o *n* não, de onde *Fontaelas* e depois *Fontelas*.

Tudo isso respeita à função de canal transmissor que a presença islâmica no sul da Península Ibérica desempenhou, como medianeira entre a antiguidade clássica e a Idade Média cristã. Mas a língua árabe teve ainda outro papel: à medida que o Condado Portucalense progredia na conquista dos territórios do centro e sul, e de caminho se convertia no reino de Portugal (1143), populações da área inicial galego-portuguesa transferiam-se para os territórios novamente adquiridos e impunham sua língua. No contacto que daí resultou, o árabe serviu de substrato e o português, de língua de domínio, pagando preço idêntico ao que o latim pagara nas mesmas circunstâncias: prevaleceu, mas com contributos da língua absorvida. Existe a convicção de que todos os arabismos presentes na língua portuguesa resultam da prolongada ocupação islâmica da Península Ibérica (do século VIII ao XIII, em Portugal, mas em Espanha dois séculos mais). Isso é verdade para numerosos vocábulos, que se encontram atestados desde a documentação mais antiga: *alcachofra*, *álcool*, *aldeia*, *algodão*, *almanaque*, *almirante*, *almofada*, *armazém*, *arrebatar*, *arroz*, *arsenal*, *assassino*, *atracar*, *auge*, *azar*, *azeite*, *balde*, *café*, *divã*, *droga*, *fulano*, *gazela*, *guitarra*, *jasmim*, *louco*, *marfim*, *máscara*, *mesquinho*, *mesquita*, *oxalá*, *pato*, *refém*, *sofá*, *sultão*, *tabaco*, *talco*. Esses 36 vocábulos, com uma ou outra excepção, fazem parte do léxico básico da língua e dispõem de frequências de uso e de reconhecimento muito elevadas. É nessa alta frequência que reside o principal contributo da língua árabe ao português, e menos nos totais absolutos dos empréstimos: a dívida do português ao árabe é grande não por serem numerosos os vocábulos emprestados, mas por serem vocábulos usados todos os dias. A lista anterior corresponde a menos da metade de idêntica lista elaborada por Federico Corriente para o espanhol, o que sugere que o português talvez não chegue a ter metade dos arabismos do espanhol, que são habitualmente estimados em 4 mil[10]. Claro que, se passarmos a registos mais cultos e técnicos, encontramos na lista de Corriente outros vocábulos que muitos portugueses reconhecem, mas que estão longe de fazer parte de seu uso quotidiano: *alaúde*, *alcova*, *arrecife*, *candil*, *cifra*, *marrano*, *nácar*, *naipe*, *tabique*, *zénite*. Uma subtracção é importante: nem todos os arabismos do português são consequência de contactos ocorridos na península. Muitos só estão atestados em português a partir do século XVI, o que obriga a supor que tenham sido importados durante a ocupação portuguesa de Marrocos ou em contactos havidos no Oriente. Sem a expansão ultramarina, esses vocábulos, alguns deles muito comuns, talvez não existissem em português: *açorda*, *alcateia*, *alcatra*, *alecrim*, *aletria*, *cáfila*, *cafre*, *cartaz*, *ceroulas*, *enxaqueca*, *faquir*, *garrafa*, *mameluco*, *monção*, *saloio*, *tarefa*, *tufão*[11]. Como é evidente, isso afasta-nos do período fundador da língua, que é o que mais nos interessa.

Em 1249 terminou a Reconquista portuguesa com a ocupação do Algarve. Portugal tinha o tamanho e o desenho que ainda hoje mantém, com fronteiras que são das mais antigas e estáveis de toda a Europa. No espaço adquirido a sul, repetiu-se o que sempre tinha acontecido antes: as populações ficaram, receberam os povoadores do norte (portugueses, mas também galegos e oriundos de outras províncias de Leão e Castela) e aprenderam sua língua, a que emprestaram muito de seu. O português que se instalou no sul não é uma língua unitária e estandardizada; é antes uma colecção de dialectos que espelha o diferenciado mapa linguístico que ainda hoje continua a caracterizar o norte de Portugal, terra de vales separados por montanhas, de pequenas propriedades e população dispersa. Em situações de colonização como essa, em que dialectos muito diferentes se misturam em novo território, porque os falantes deixam de viver separados como na terra natal, é costume produzir-se uma *coinê*, variedade híbrida que preserva os traços comuns a todos os dialectos e apaga os mais específicos de cada um deles. Quem conheça a paisagem portuguesa não deixará de reflectir que essa *coinê* de formas pouco marcadas é o complemento apropriado das planícies do sul, por contraste com o relevo vigoroso do norte. Na prática, o português do sul aparece dividido em poucos dialectos, pouco diferenciados e ocupando grandes extensões. O mapa dialectal conserva, ainda hoje, bem nítido o contraste entre o português da área inicial e o da área reconquistada. Se se pensou que o Brasil tinha sido colonizado apenas por alentejanos e algarvios[12], foi por não se encontrar, na boca de brasileiros, nenhum dos traços mais marcantes dos dialectos nortenhos: confusão entre *b* e *v*, sibilantes muito afiladas, aqueles ditongos que já eram antigos na Idade Média. Mas difícil seria que esses traços não tivessem atravessado o Atlântico, na boca de beirões, transmontanos e minhotos, sofrendo depois um apagamento semelhante ao que os eliminou no Alentejo e Algarve, vítimas de uma nova *coinê*, agora tropical. Algumas relíquias apontam nesse sentido: um traço que, em Portugal, apenas sobrevive nos dialectos do recanto nordeste (Alto Minho, Beira Alta, Trás-os-Montes) é uma africada palatal de complicada origem, que podemos representar aproximadamente por *tch*. Nada tem a ver, por sua origem, com o som idêntico no espanhol (*mucho*), nem do Brasil (*tia*). Mas estão detectadas no Brasil (em Mato Grosso e interior de São Paulo) ocorrências desse som exactamente nas mesmas condições e palavras em que ocorre em Portugal (*cocho*, *chuvarada*). Hoje som em vias de extinção, só poderia permanecer nos extremos opostos do território se em algum momento passado tivesse ocupado todo o espaço intermédio[13].

Terminada a Reconquista e o povoamento que a prolongou e consolidou, criados os dialectos do português, organizando-se a nação como Estado, um fenómeno interessante ocorreu então: ainda ebulientes da química que os produzira, os novos dialectos passaram a comportar-se como focos de inovação linguística, enviando em direcção aos dialectos antigos suas soluções niveladoras (processo de retribuição histórica que ainda hoje não cessou) e disponibilizando-se para servir de base à edificação da norma linguística requerida pelas funções renascentistas de uma língua nacional, que fosse também língua da literatura e da escola. Factores de natureza política (no fim do século XIV, os centros de decisão política e económica tinham sido transferidos do norte para Lisboa) ajudaram ao ascendente dos novos dialectos e ao aparecimento das superstruturas linguísticas que neles assentaram. É dessas que normalmente se fala quando se faz a história de uma língua, porque se apoiam na escrita, são mais fáceis de documentar e de descrever[14], nobilitam-se como veículo dos produtos do espírito e como matéria-prima da educação. Mas uma e outra (língua culta e língua de analfabetos) chegaram ao fim da Idade Média com sua formação cumprida e prontas para embarcarem na expansão ultramarina.

O português, quando chegou ao Brasil, não era uma língua nova e inexperiente. Vinha de longe, já tinha batido muito caminho e, sobretudo, estava habituadíssimo ao encontro com outras culturas e outras línguas, de cujas riquezas trazia os alforjes repletos. Sabia dar e receber. Estava preparado para o desafio de mais um novo mundo.

10 "El número de arabismos del iberorrom. (...) nunca alcanzó los dos millares, a menos de añadir derivados léxicos y topónimos de origen ár., de donde pueden resultar esos quatro o cinco mil de que a veces se habla." CORRIENTE, Federico. "El Elemento Árabe en la Historia Lingüística Peninsular", in: *Historia de la Lengua Española*. Dir. Rafael Cano. Barcelona. Ariel, 2004, p. 203; "La cantidad de arabismos léxicos en el español actual se ha cifrado entre 4.000 y 7.000, aunque la edición 22.ª del *Diccionario de la Lengua Española* de la Real Academia solo ofrece 1.300". FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. *Historia Social de las Lenguas de España*. Barcelona, Ariel, 2005, p. 72.

11 BENARROCH, Myriam. *Les Arabismes en Portugais au XVIe Siècle*. Dissertação de doutorado. Paris, Sorbonne Nouvelle, 2000.

12 Os portos de mar usados pelas navegações ficavam situados a sul (Lisboa, Setúbal, Lagos), mas a maior parte da população portuguesa vivia a norte. No entanto, há que ter presente o paralelo caso espanhol e «la presencia mayoritaria de los andaluces entre los emigrantes a América, los cuales representan más del doble de los colonos de otras regiones hasta el año 1600» RAMÍREZ Luengo, J. L., *Breve Historia del Español de América*, Madrid, 2007, p. 17.

13 ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. "Ecos Fonético-Fonológicos no Falar Cuiabano", in: *Vozes Cuiabanas: Estudos Lingüísticos em Mato Grosso*. Cuiabá, 2005, p. 82-89.

14 Entre outras descrições: NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, INL, 1952; TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa, 1980; CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. Lisboa, Colibri, 2006; e, proximamente, SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O Português Arcaico: Aproximação (Léxico, Morfologia, Sintaxe e Fonologia)*. Lisboa, IN-CM (no prelo).

TEXTOS E LEGENDAS EM INGLES Texts and credits in english

THE PREHISTORIC ORIGINS OF PORTUGAL

Luís Raposo | Dean of National Museum of Archaeology, Lisbon

There are certain countries in which the teaching of history starts "from the end to the beginning", that is, from present times to its origins; these are countries with a short history, in which the concept of 'past' can still – and should maybe - appeal to collective memory. In Old Europe, however, the contrary applies. The prevailing feeling is that history is continuous, that is, the conviction that the myriad of present-past events, attached to centuries and millennia, still echo continuously up to the present time, and are part of our civilization. José Leite de Vasconcelos was a Portuguese ethnographer and prolific author who wrote extensively on Portuguese philology and prehistory, from the 19th century to the 20th century. He was also the founder of the National Museum of Archaeology (called the National Museum of Ethnography at the time), made the following statement one of his main subjects of his work, asserting: "From a quick look I had at the data related to our civilization, from pre-historic times up to the present, we can clearly see that the times in which they are divided are connected to each other. Lots of our popular ceramics, even with their humble ornamentation, come from the Neolithic period; many of our settlements are situated on Proto-Historical foundations and have names that date back to the pre-Roman period; many of our customs in the country were taught or perfected by the Romans and Arabs; the coins we use nowadays are modified copies of medieval coins; these are ancient coins, and their origin dates back to the 7th and 6th centuries before Christ. We found ourselves unarguably bound to the past. By studying the past, we pay tribute to those whose heritage we enjoy today".

The observation of Mr. Leite is still valid today. In Portugal we feel we are heirs of a cultural and genetic heritage that leads us through times that only end at the beginning of the settlement of our land. That is also why it interests us to study history. We don't intend to see in the foreshadowing of the medieval state we became some time after. But, we will certainly find our own experiences, which in certain aspects, connect peoples from Portugal to continental Europe to the Mediterranean and North Africa; others, still, live their own experiences, especially when it comes to geography and environmental involvement, in a way that all particular situations and cultural endemism are made evident.

Let us start at the beginning of our origins. When did the first inhabitants appear? How did they get here? How did they live? The questions are elementary and rather obvious. The answers, however, will have to be complex and imprecise.

Firstly, it is important to know who are 'the first' that we talk about: certainly those who existed during the Ice Age and lived off hunting, fishing and gathering. But 'those', in a general sense, comprise the greatest part of human history. The period we call Paleolithic was such a remote time that its 'father', Jacques Boucher, in the 19th century referred to it as 'the night of times'. However, within the Paleolithic era are some important subdivisions and the knowledge we have of each on of these is quite extensive.

Let us rephrase our question more precisely: how did the Paleolithic begin in Portugal? Knowing that the first emergence of mankind is in Africa and that the first Europeans came from Africa, is it possible to believe, among other alternative routes already documented, that they came to Europe by crossing the Strait of Gibraltar? It's possible, but it wouldn't have been an easy undertaking. The Strait of Gibraltar has never dried up, even when the ocean receded. There are strong currents that make the crossing impossible with primitive navigation. Still, on the coast of Portugal, there is a cultural horizon of the Archaic-lower Paleolithic, called Pre-Acheulean, that many authors admit to be evidence of primitive human occupation, originated from North Africa. Evidence includes utensils made of broken rocks, smooth pebbles and sharp blades, the so called choppers and two-sided hand axes (chopping-tools), so primitive and so elementary that, in certain cases, it is hard to believe they were made by humans.

Everything is different, when we look at the next period: the Lower Paleolithic and the Acheulean. Here we are in the era of "elephant hunters", that is, a long period of hundreds of thousands of years (perhaps from between 500.000 to 600.000 years ago until 100.000 years ago), when the settlement of the Iberian Peninsula took place. The instruments used for hunting, all of them made to be used as hand weapons, since the 'handle' had not been invented, were hand axes (or 'does-everything', an expression invented by Leite Vasconcelos) and the 'hatchet' (typically African, it appears in Europe, more widely found on the Iberian Peninsula). Recent findings in Spain, next to Burgos (at the Atapuerca sites), made it possible for the first time to identify these hunters. They were called 'Homo Antecessor', because it is believed that they are the ancestors of all Europeans and their indirect presence (through utensils of broken rocks) is widely found in Portugal, in river valleys, especially around the Tagus. Here we found dozens of archeological sites, from the estuary up to the Spanish border. Some of the best known sites are the ones around Alpiarça, where occupation was identified within the stratigraphic layers and with pieces of exceptional technical-typological quality.

And once again we raise the question: could these "elephant hunters" (the ancient elephant or the forest elephants, common in southern Europe, like the rhinoceros, the hippo and many other relics typically found during the Ice Age or Pleistocene) have had their origin in North Africa, having crossed the Strait of Gibraltar? It is possible, given the predominantly western distribution of the European Acheulean, and, above all, the extraordinary presence of the African hand-hatchets in Portugal and in great part of Spain. The truth is that, throughout human history, this isolated subcontinent, secluded from the rest of Europe by the Pyrenees mountainous region, constitutes (except Cantabria and, to a smaller extent, the Catalan territory) a geographical and ecological area much more closely related to the north of Africa and the Mediterranean than to the north of Europe. The Acheulean, put this way, constitutes the first believable bond of a long chain that comes to historical times.

Gradually, imperceptibly, the Acheulean hunters became Neanderthals, that is, they went from the inferior Paleolithic to the Middle Paleolithic, from Acheulean to the Mousterian. Now, the territory is much more populated. They reach, regularly, the rocky low altitude massifs on the periphery of river basins. This makes life in caves possible for the first time - suitable places for preservation of remains, especially organic remains.

The Neanderthal man is the great character of the ancient European prehistoric period. He is not the first European, but is surely the first typically European human population, that is, the evolutionary process took place in Europe, facing different kinds of adverse conditions, resulting from extreme cooling and the clear geographical seclusion that occurred during the Ice ages. Everything has been said about him: stocky, clumsy, brute, without

charisma, muscular, strong, sensitive and endowed with e sense of spirituality. Apart from some exaggerations, that are a result of mirroring the present on the past, the Neanderthals have had great evolutionary success (they lived for more than 100.000 years, from 130.000-150.000 years ago until 30.000 years ago, during which they reached the near Orient) and developed new technical behaviors. Two examples: the handle covering of tools, which resulted in the regular use of spears with a greater penetrating capacity; and the manufacture of instruments made of broken stones (specially the shavers), through a complex series of operations that assumed the mental planning of a number of technical procedures, until the desired utensil is obtained. On the other hand, it is important not to forget that the Neanderthals were the first ones to bury their dead, sometimes with a funerary ritual that showed the great care attributed to children.

The Portuguese territory constitutes the western Finisterre of the Neanderthal universe and the most ancient human remains came from here: some teeth, arm and leg bones, found in two or three caves in Estremadura, one of them – the Columberia Cave in Bombarral – with traces of intense occupation, found in thousands of artifacts made of broken rocks and several hunted animals or simply gathered nearby and brought back to the place considered to be their home.

Dozens of places with traces of occupation during this period – Middle Paleolithic – are known. The ones in the Tagus valley are particularly important. In one of them, Vilas Ruivas in Vila Velha de Rodão, dwellings have been found (two wind protection arches, with fireplaces in the inside) that date from 50.000 years ago – one of the oldest finding of such kind in the whole Europe.

What happened to the Neanderthals? Did they go extinct? Did they crossbreed with the so called 'Modern Man'? A recent study showed that the south of Spain and Portugal were the main region where the last Neanderthals lived, perhaps 28 thousand years ago, when they had already ceased to exist 5000 to 10.000 years before that in the rest of Europe, replaced by the 'Modern Man' (Homo Sapiens, also called "Man of Cro-Magnon").

This last period is characterized by a new and diversified group of innovations, which some authors do not hesitate in naming "the revolution" of the Upper Paleolithic. In the technology field, the use of blades in new hunting tools appears. These blades are more effective and specialized. For the first time, bones are being used regularly (harpoons, spears, etc). The relationship among tribes is strengthened and that is can clearly be seen in the geographical division between sites. The artistic production begins, whether on rocky surfaces (rupestrian art) or on movable objects (movable art), in caves or outside.

A lot of information is known about this in the current Portuguese territory. In areas like Rio Maior, for instance, there are dozens of places that have been occupied by Homo Sapiens throughout their entire existence: the Upper Paleolithic, known as the 'Gravetense' culture and maybe, before that, the 'Aurinhacense' (both approx. 28.000 to 22.000 years ago); the Upper Paleolithic, similar to the 'Solutrense' (around 21.000-18.000 years ago); and the Final Upper Paleolithic, named by the 'Madalenense' 17.000-10.000 years ago. The 'Solutrense' instruments are particularly famous, namely the spears with sharp edges, shaped like a laurel leaf. They were great representatives of work with broken stones, manufactured during the maximum expansion of the last Ice Age, when the sea level was 100 meters below the current level (and long stretches of coastal lands existed, 30-kilometer wide, that are nowadays covered by the ocean), and ice and cold deserts covered Europe, forcing people and animals to take shelter in more southern regions, intensifying the mechanisms of adaptation necessary for survival, including the quality of the tools used for hunting.

One of the most recent and extraordinary discoveries from this period in Portugal was the 'Rupestrian Art' in the valley of Côa river, the most important Paleolithic outdoor sanctuary known in the world and declared a World Heritage site by Unesco. There was great discussion about whether this heritage should be made available to visitors or if it should be submerged by the reservoir of a dam that was under construction. We can clearly assert that this collection is of major importance; it has around 1000 thematic pictures, almost exclusively composed of animals (usually in classic styles, as seen in paintings in caves; sometimes very original, portraying the movement of animals), distributed throughout more than two dozen centers (the most important are 'Canada do Inferno', 'Ribeira de Piscos', 'Penacosa', 'Quinta da Barca', 'Fariseu' and 'Faia'). They are spread out along the river banks, along almost 20 kilometers, but present concentrations that maybe can be interpreted in terms of a structured universe, where privileged river crossings, confluences between water flows or rocky spurs, had a special symbolic meaning that is unknown to us. Regarding the 'Art of caves' (Well known are 'Altamira' or 'Lascaux', but Portugal has the most western example, in the Escoural cave, in Montemor-o-Novo'), and to cite one of its masters, André leroi-Gourhan, we may have to resign to never really understanding why the Paleolithic hunters produced something to which we attribute artistic value, but what is undoubtedly not arbitrary or random – and in this sense the valley of river Côa resembles a structured universe, a cave without a roof, a magical "world axis" inhabited by hunters who must have come from distant regions, like the extreme coast of Portugal. Recent discoveries document the human occupation of this region, in once case direct associated with a drawing on a panel, which made it possible by superposition of layers and chronometrical dating, to determine when the picture was made. These seem to cover the entire period of the Upper Paleolithic, since its most ancient times, the Gravetense.

The presence of Homo Sapiens in Portugal, during the Upper Paleolithic, is widely documented. (The most recent discoveries were made in the Algarve). And - equally noteworthy – we know something about their physical features, due to a recent finding (1998) of an almost complete child skeleton (4/5 years old) in Abrigo do Lagar Velho, in the Lapedo valley, Leiria. It's a discovery of extraordinary value because of its age, the degree of conservation, the documented funerary ritual and also some of physical characteristics. It has been verified that the child was buried or placed under a rocky shelter, wrapped up in a funerary shroud, with the body covered in red ocher and ornamented with personal adornments. This is a Sapiens child. When this child was alive, not only had the Neanderthals been extinct for thousands of years, but we also note the skeletal characteristics such as the ear structure, accentuated growth of the chin in the jaw, etc. But, according to discoverers, there are some traces indicating that a situation of hybridism must have happened between the Neanderthals and Sapiens. (for example the ratio between the tibia and the thigh bone, which gave the child a stocky appearance, as seen in Neanderthals). If that is what really happened, given the time gap between the child (24.000-25.000 years ago) and the last Neanderthal (28.000-29.000 years ago), we have now found a case of hybridism, resulting not from a love affair (certainly quaint but without any evolutionary meaning), but from extensive crossbreeding between the two populations, whose features can still be seen thousands of years later.

We return, now well-informed, to the question asked some paragraphs earlier: has a process of a generalized miscegenation taken place between Neanderthals and Sapiens in Portugal? The question remains unanswered, but we support the idea that not only the suggestions summarized above don't seem to be valid, but also all other clues go the opposite way and make us believe they are much more acceptable. Unless new data are collected, it is more sensible to conclude that the Neanderthals became extinct, without leaving any visible trace.

The Sapiens' extensive occupation of Portugal, mentioned previously, continued for thousands of years and to a certain extent until today, because we are still basically the same. But there have been some important modifications in the way we live; the first one the results of the changes in climate and landscape that occurs at the end of the Ice Age, about 10 thousand years ago.

Then, we move towards the Epipaleolithic and the Mesolithic (both terms are equivalent and that is the way we use them in this text). With global warming, there was a rise in sea level every year, every decade, every century. The estuary zones – rich in biomass (fish, mollusks, crustaceans...) – became wider and wider. On the continent, there was an increase in the amount of water – either in the form of water flows, or in the form of rain and atmospheric humidity. As a consequence, vegetation begins to grow and, not long after, becomes dense forests. With these forests came new small land animals as well as birds, adding more species to our fauna. This was the end of the ancient world of glacial hunters-gatherers, based on the hunt of large herbivores. And along with it, came the end of old ways of living and old cultural traditions.

During a long time the Mesolithic was thought to be a period of decline, a period in which hunter-gatherers, glorious in times gone by, would have no more than small rodents, some lizards or mollusks to hunt for their living. The 'shell mounds', so typical in this period (equivalent, although much older, to the Brazilian 'sambaquis'), were seen as the maximum expression of such poverty. However we see an opposite point of view, when Pierre Chaunu said that "if there was a golden age in the history of mankind, it was during the Mesolithic, when there was the development of sedentarism and perfect control of gathering and hunting". Some time before, J.G Rozoy had stated that this was the period of "carefree archers"; a time in which the means of living were still based on consumption of natural resources, the supreme value was laziness, and the hunting and fishing technologies reached their zenith with the systematic use of bows and arrows, harpooning, nets and fishhooks, on the bank of rivers and in vessels. It is possible that they may have set off on incursions into the open sea.

Portugal possess in its territory one of the most important Mesolithic 'shell mounds' in Europe, located in the Tagus valley (next to the village Ribatejana de Muge) and in Sado (next to the Alcácer do Sal). This is believed to be the result of the size of the estuaries and the privileged latitudinal position. The greatest collections of human physical remains from this period were found here: more than 300 hundred skeletons, in most cases almost complete, buried in shallow graves. The Mesolithic shell mounds were much more than mere garbage deposits. Nevertheless there was a huge amount of shells deposited on it. The largest shell mound of the Tagus River, called 'Moita do Sebastião', was 90 to 100 meters long, 75 meters wide and 2.5 meters high, adding up to a total volume of 6500 m^3; and other important ones, although smaller, were even higher ('Cabeço de Arruda', for instance, was 5 meters tall). The Neolithic and more recent shell mounds consisted mainly of deposits of segmented human communities, located in established settlements. The inhabitants complemented their diets with food collected from the sea which they would then process at the place of collection, leaving the remains that created these so-called 'shell mounds'. The Mesolithic shell mounds, however, were of great diversity: they were truly a place of life and death. Although they did not reach the level of a permanently inhabited site, they certainly were stable living bases, where the inhabitants would spend a good part of the year, gathering, processing and consuming different kinds of food (looking closely, the remains of continental fauna are more important and contribute to a greater caloric value of the diet than mollusks and other marine fauna). They also constructed dwellings with walls, silos, pavements and shelters (semicircular, 7 to 8 meters wide, covered in vegetation).

This is also where the dead were buried, according to well-defined funeral rituals: the body would be placed on its back, with everyday accessories and adornments, powdered with ocher and provided with shells to be opened - a kind of food for the after life. In certain cases, it was possible to determine the existence of a particular special distribution of the bodies and the segregation of some social segments of society (such as the children, who were buried separate from adults).

During almost a millennium, the Mesolithic people remained on the banks of the Tagus river, whereas in Estremadura and Alentejo there already were Neolithic peasant communities. This occurred because these human groups were successful and They lived in an environment of cultural seclusion – which was part of the unique way of life in Ribatejo, until very recently.

On the upper levels of some 'shell mounds' by the Tagus and Sado rivers pottery was already present – one of the most traditional markers of the Neolithic period (along with the polished stone). Even if we admit that this pottery was produced in the shell mounds themselves (it could also have been traded), and that this signaled a process of adopting a new way of life, the truth is that we can't deny that the "process of Neolithization" in Portugal contains an significant (some authors even say 'exclusive') external influx. In this part of the Atlantic there were none of the animals such as goats or sheep, or plants like corn and wheat that would start to be domesticated in the 5th or 6th millennium before Christ, in the villages during this Neolithic period. All that existed were humble hamlets without natural defenses, located very close to the water line. Additional proof of some kind of external contribution, possibly originated in the eastern Mediterranean is the pottery decorative theme, printed with different patterns, such as the 'berbigão shell' (also known as Cardium) – for which it is named Cardial pottery – commonly found in the western Mediterranean, in Europe and in North Africa.

The forms of this ancient Portuguese pottery are clear: vases with rounded bottoms, with or without a neck, but usually with the mouth of the vase a bit smaller – the opposite of plates and even glasses. They frequently presented handles with a vertical perforation, which suggests they were used hanging, to heat up stews, soups and other kinds of food. In the transition to the Middle Paleolithic, pottery, with some more diverse shapes, but still essentially round, is no longer decorated (plain pottery). But this is not the only change when the primitive farmers and peasants settle and spread throughout the territory.

A whole new social dynamic begins. One of its most noticeable characteristics is what we call the "Megalithic phenomenon", that is, the construction of collective tombs with giant (mega) rocks (lithos), with dolmens that still exist from north to south, especially in Alentejo. All communities' effort and the excesses of their production were used to build monumental dwellings for the dead. These dwellings were meant to represent a return to their mother-land (like some natural caves, namely 'Escoural' where, before, dur-

ing and after corpses continued to be buried – sometimes dozens or hundreds). The dolmen is exactly that: its stone skeleton (a hall and a sepulchral chamber) covered with an artificial mound of rocks and dirt, it should resemble a cavity where you enter for the "last journey", returning to the dust we all came from, accompanied by everyday objects, with idols and protective deities (like the dolmens of schist or decorated sandstone, which constitute an ex-libris of the Western Iberian Megalithic), and symbols of power, when appropriate. (a rare staff made of decorated schist, exclusively found in the Portuguese territory)

However, the way of life was also changing. As time went by, people start to build their villages on high grounds so that they would be more protected. During the transition to the Copper Age, in the beginning of the 3rd millennium before Christ, these places are already protected by walls, with two and three defensive lines. Vila Nova de S. Pedro (in Azambuja), Zambujal (in Torres Vedras) or Leceia (in Oeiras) are representatives of such fortified villages. Who and what were the inhabitants protecting themselves from? We have many signs to suppose they intended to protect themselves from, or simply impress tradesmen keen on the riches, particularly copper, which were easily obtained there, but rarely found in most of Europe. This is the first moment in history where we can admit that trade and commerce occur regularly between the western Iberian Finisterre and the Mediterranean, during the time when Egypt was in transition from the pre-dynasty phases to the Pharaonic period. From this point and at least up to the foundation of Medieval Portugal, through crusades and feudal landlords from Europe, the bond with the Mediterranean would never be broken. This is the space where our culture was formed.

But there are also some internal reasons that may justify the concern with defense. The productive processes diversified a lot in the transition from Ancient Neolithic to the Copper age. There has been a real 'revolution of secondary products', that is, the important role that products derived from animals begin to play: milk, cheese, skins, traction power, which resulted in new ways to work the land based on more powerful plows, etc.); and plant materials (basketry, weaving, etc). The metals – copper first for almost a millennium, and bronze later, were of secondary importance. It is relevant to highlight the importance of the symbolism and craft of copper, especially with Portugal and the south of Spain being the oldest areas in Europe where copper was used.

In the transition to the Bronze Age (2nd millennium before Christ) the cultural diversity in Portugal increases, creating a kind of dichotomy between 'north' and 'south' that will last for centuries and it is, to a certain extent, still present nowadays. The 'Mediterranean influences', 'the Atlantic influences' and the 'Continental influences' contributed to this dichotomy. The areas of regular contact increased dramatically in size. The 'Bell-shaped' culture, dating the end of the Copper Age, is evidence of growth. Its materials, the so-called "Bell-shaped group" (richly decorated pottery vases, sometimes in the shape of an inverted bell -hence the name-, buttons of bone and ivory, archer brassards and spears with a copper tip, from Palmela, first discovered in the catacombs of Quinta do Anjo, show an opulent cultural environment, dominated by the warrior. This could be seen in the materialization of armed peoples that, for the first time, had reached our territory coming from Atlantic Europe. These ideas are not widely accepted nowadays, since the "Bell-shaped" culture occurs not only in the Atlantic region but also in the Mediterranean region, particularly in the '"Spanish Levante". Also we don't know exactly what historical-anthropological reality corresponds to the so-called "cultures" of prehistory, which are no more than a collection of remains (particularly artifacts) that are found repeatedly and recurrently within "space-time beacons". It is considered much more of a cultural trend (or a social phenomenon, as anthropological researches may say) than an ethnically defined culture.

The Bronze Age constituted, in all of the Mediterranean, the times of heroic warriors and deified heroes. The Homeric poems summarize this well when they talk about a primordial time of "Gods with bronze swords". Unfortunately, in Portugal, there is not any kind of written record, direct or indirect, which informs us on these founding heroes. But we have some of their representations, registered on tombstones and steles. The funeral rituals had changed, then. There were no longer collective burials, used by primitive communitarian societies that went from the Neolithic (with dolmens and natural caves) up to the copper age (with graves with fake domes or *tholoi*, and the catacombs dug in rocks or "artificial caves"), and the individual mummification was adopted. The paving stones that covered these tombs have drawings of warrior weapons: the sword, the spear, the shield and an enigmatic object in the shape of an anchor, whose origin is unknown and is usually named "the thing". The memorial steles, on the other hand, are even more narrative, presenting the warrior, endowed with a detailed drawing (arms and hands open, arched legs), with all their warlike weaponry (shield, sword, spear and the dog itself) and personal accessories (brooch, tweezers, mirror). Human figures, male and female, are also portrayed, although in lower numbers, possibly representing enemies or wives. Some of them were in lying down, as if they were pretending to be dead or as a sign of submission.

This is also the time when the '*Castro Culture*' from the Iberian northwest is formed, (Portugal, Galiza and Astúrias), within a period of strengthening and centralization of the villages. The importance of the metal, the bronze, is very evident now. It happens to occur, usually outside the villages, but in their vicinity, what we call "Forger's hideout", that is, heaps of dozens, sometimes hundreds, of metallic pieces (mostly formed of axes), as they were taken from their molds (sometimes these were found along with the pieces). The metallurgical forgers hid their pieces and managed their stocks, fueling the market according to what was needed, controlling the prices as they pleased. The high prices and the prestige of metals were so huge that pottery pieces were manufactured bearing resemblance to them (metals), being a kind of substitute for them. Thus, vases with dark colors, shiny surfaces, decorated with buds of oranges appear. The buds seemed to have been welded one to the other, like the ritual vases made of metal, which were much rarer. The warrior aristocracy of the Bronze Age will be replaced with the "Warrior Democracies" of the Iron Age in the first half of the 1st millennium before Christ. Although there are many reasons, there is one decisive reason for this evolution: the extensive usage of metal - iron – in everyday activities. None of the metals (copper) or alloys (bronze) possessed characteristics that could make them instruments of social transformation. Iron, on the other hand, was very abundant and had greater hardness, being used even in tough jobs like mining and farming. It provided the democratization of metals, as prices became more accessible to all markets. Having known that iron had so many advantages over other metals, why had it not been used before? And, as usual, the answer will come from the verification that: "you can only see or miss something that you are prepared to see or to miss" (as said in a Marxist way, "men can only cause problems that he is able to solve") – principle that, applied to raw material, means that its usage implies the existence of societies that not only possess the necessary technologies for its extraction and transformation, but who are also aware of its usefulness and social benefit. Iron illustrates these circumstances well: its extraction is simpler than that of the copper and tin, but its use is substantially more complex, given the high temperatures required for fusion and the need to maintain this for extended periods of time. We understand that the work with iron presupposes that there has to be better technology knowledge, but, above all, it forces the increase of social segmentation, in which the main character is the metallurgist and all connected functions. Only in societies that were developing quickly to a proto-state model (and not only chieftaincy, based on a "great man" and on the memory of heroic ancestors, like during the Bronze Age) would have the social complexity that allowed it to find in the exploration and use of iron, an excellent vehicle for its development. Thus royalty is formed and power is exercised through oligarchic hierarchies that control the "raw material" and its entire processing, with iron as its main element.

The historic process we summarized above materializes in Portugal throughout the 1st millennium before Christ, and in some cases later. Sometimes its considered two successive phases, called the 1st and 2nd Iron Ages. It's an artificial division, but that intends to account for the occurrence of the initial era, when there was no contact between the Iberian Finisterrae and the Eastern Mediterranean world and another phase when exchanges become regular, bringing to the Portuguese territory Phoenicians, Greek and Carthaginians, all of them or just a few, since the goods transported by on civilization could be transported by another one.

The period described above is called Proto-history (with occasional incursions to the Bronze Age), that is, a time where there is no documented written data (or that we are unable to use), but written accounts – done by others - have reached us, almost always indirectly and, in most cases, from more recent times than those they seem to refer to in their descriptions.

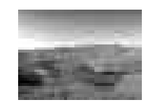
Handwriting is a historical source of major importance. It is important to highlight the occurrence in the south of Portugal, mainly in mountainous regions, between Algarve and Alentejo, of a pre-Latin writing, engraved in steles, apparently with a funerary meaning, in certain cases with some pictures of warriors, which date back to the 7th or even to the 8th century before Christ, and are considered to be one of the oldest European writings. It is called "southwestern writing", constituting one of the oldest variants of a group of unique written registers, popularly named "Iberian Writing".

Unfortunately, this writing still has to be deciphered, as most accounts about our Proto-history have come to us by second or third hand, written by Latin or Greek-Latin authors. They tell us about several peoples (Calaican, Vetons, Cónio and Lusitanians); they even mention some of their bosses (Viriathus), who, by the way, we are already knew about because of his portrayal in a monumental statue (the "Lusitanian Warriors")... but all of them relate to later periods, right before and during the Roman occupation, which will be described in another chapter.

Thus, giving up our search exclusively through archaeology and the ethno-historical identifications of particular peoples, we find ourselves still in the Iron Age, limited in our ability to identify "only" huge cultural areas that had come from an earlier period, now with influxes from the Mediterranean, as mentioned above. In the north, the Castro culture developed and reached its zenith; it's considered the real Pre-Classic European culture. Settlements became denser over time, more structured and developed hierarchical networks, with central villages, often so large and complex (with public buildings, such as baths, squares, spaces for Councils, streets, blocks, etc) that we call them "Citânia" (Safins, Briteiros, Sta. Luzia, etc.). In the center and in the south, urban centers emerged. They were always open to foreign trade and these places eventually became real trading centers, with colonies founded by Mediterranean agents. The Phoenicians were one of the most important civilizations. This historic reality is seen especially on the coast, from the Eastern Algarve (Tavira) to the mouth of the Mondego river (Santa Olaia), but the most indicative occurrence was along the estuary of the Sado river, with a connection between the great cosmopolitan center – Alcácer do Sal – and the nearby Phoenician colony, Abúl. But the exotic Mediterranean products also reached the Iberian interior, where we can find traditional continental and Celtic goods. Evidence of this has been registered and documented in villages and sanctuaries, such as in Aougada, in Alentejo.

On the eve of its incorporation into the Roman World, and its passage to what we usually name the 'Historic Epoch', the Iberian and European Finisterrae were a cross roads of cultures and peoples, primarily connected to the Mediterranean world. And this is the way it has always been since the most remote human occupation; maybe this is the most important teaching offered by the Pre-History to understand the origins of Portugal better.

Cromeleque dos Almendres, Evora | This Cromlech is one of the most important ones found in the south of Europe, not only because of its size and spatial distribution, but also because of its construction and state of conservation.



Ecological Park Vale do Côa | The Côa river valley is a unique site because it contains examples of outdoor artistic expressions from the Prehistoric era, specifically from the Paleolithic period. This is the largest collection of outdoors Paleolithic drawings found in the world.

ROMAN PORTUGAL

M C Lopes | Department of Archaeology, University of Coimbra

"Festina Lente" - (Make haste slowly). This saying, attributed to Augustus, the first Roman Emperor, summarizes the creation process of the mechanisms and the implementation of the structures that ensured the Roman presence in Hispania during more than seven centuries.

After landing in Ampurias, on the Catalan coast, in 218 B.C, to prevent the movement of Carthaginians on the Iberia Peninsula, the Romans, realizing the economical potential of exploration of the many resources – namely mining – and the chance to obtain war plunder, headed towards the center of the Peninsula. In the beginning of 2nd century B.C. they had already reached Portuguese soil. However, only after two centuries, in the year of 19 B.C, was the entire Peninsula added to the Roman Empire[1].

Until the middle of the 1st century B.C., or at least until the government of Julius Caesar in 61 B.C., there is very little known archaeological evidence and because most of it is fragmented and scattered it doesn't allow us to give a clear picture of the configurations and expressions that, over the course of time, assume a Roman presence in the extreme west of Hispania.

And not even after reading ancient authors - Apiano, Polibio, Diodoro, Posidónio, Estrabo, Titus Livy or Plutarch – for instance – have we been

able to find irrefutable indications of settlement throughout the territory during this period. Perhaps because these authors focused their accounts on the wars against Lusitania, the territorial expansion, describing the way Romans developed in the land and on the kindness or iniquity (according to the relater's point of view) to which the peoples of Hispania were subjected.

Although the precise territory in which the Lusitanians were located remains unknown, this confederate group of peoples is the best known of those who lived in Portugal when the Romans arrived.

Titus Livy, Plinius, Ptolomeus andEstrabo don't agree on the territorial boundaries and in epigraphic and archaeological sources, we can't find data that allows us to demarcate the territory precisely. Estrabo says the following about it: "to the north of the Tagus is Lusitania - the largest Iberian tribe – fought by the Romans for a long time" it is "a fertile land, crossed by long and short rivers" its territory is "bordered to the south by the Tagus river, to the north and west by the ocean and to the east by the "Carpetians, Vettons, Vacceans and Galaicos, well known tribes. He also adds, emphasizing the notoriety of the Lusitanians that "other tribes didn't deserve to be mentioned since they had little relevance".

The first battles between the Romans and the Lusitanians took place in 194 B.C., when the Romans defeated a group of Lusitanians who were returning from one of their frequent raids and devastations of fertile lands between the Guadiana and Guadalquivir.

With advances and retreats, these wars lasted until 139 B.C., the year in which Viriathus, an important military chief of the Lusitanians for eight years, was treacherously murdered by three of his trusted men. The harshness and cruelty of these wars affirm the difficulty, effort and investment and, sometimes, the ignominious behavior of some Roman generals to subdue these peoples.

Viriathus is known to have been one of the few survivors of the massacre committed by Roman general Servius Sulpicius Galba - in 150 B.C. – when 9.000 Lusitanians were treacherously killed, and 20.000 were imprisoned and sold as slaves. This massacre, which the Senate in Rome disapproved of because of its extreme violence, occurred when Galba, as a result of the peace treaty proposed by the Lusitanians after five consecutive years of intense and systematic devastations of their territory, managed to bring them together under the pretext of land distribution.

It is also known that Viriathus, as the military chief of an army that fought fiercely against the Roman army and shared victories and defeats, surprisingly (as he was in a position of advantage) decided to stop fighting in 140 B.C. and signed a peace treaty. In return, the Senate of Rome gave Viriathus the title of '*amicus populi romani*' (friend of the Roman people).

This treaty only put a brief stop to Lusitanian opposition against Rome because, considering it a humiliation, the Senate hurried to denounce it. A year later, ordered by Scipio, Viriathus would be murdered by three of his men, and Rome, taking advantage of the weakness of the Lusitanians, directed the conquest of Hispania elsewhere.

Now that the Alentejo had been conquered, or at least a large part of this region in the south of Portugal, the Romans, led by Decimus Junior Brutus, next attack the peoples who lived on the Atlantic coast and reach Minho in 138 B.C.

Weakened by the death of their charismatic commander, the Lusitanians find it difficult to oppose the territorial advances of the Romans and the uprisings that sources refer to as taking place at the end of the 2nd century B.C. and the first half of the 1st century B.C., delay the pace of pacification of Lusitania, but can no longer withstand the process of conquest. In this context, the resistance of Sertorius against Metelus (80-72 B.C.) appears as a serious impasse in this development, however, the foundation of the support structures for these military operations serve an important role in the process of permanent settlement and territorial appropriation.

The appointment of Julius Caesar as governor of Ulterior, in 61 B.C.[1], was the beginning of a coherent political organization of the Peninsula, establishing solid and stable social and power structures, capable of maintaining an integrated administration. In Portugal, evidence that can be attributed to this period is still rare and the founding of *Scallabis Praesidium Lulium* (Santarém) [2], established during the government of Caesar in Ulterior appears as the only evidence of this strategy to implement long-lasting administrational and government structures. Still, we don't know if the absence of remains is because they are simply still unknown or because Caesar's plan was only partially carried out, such as the registration of citizens to the tribes and leaving the implementation of the necessary changes for new political conditions for later.

For this reason, historiography's attribution of the founding of some cities or decrees of certain statutes to Julius Caesar has been questioned as these feats may have been accomplished by Octavianus, between the date of his victory over Anthony and Cleopatra in *Actium* in 31 B.C. and his proclamation as the only governor of the inhabited world under the name Augustus in 27 B.C., or even during his government after this period. There is no consensus about the date of the foundation of the Roman colony '*Pax Iulia* (Beja)[2].

The Hispania of Augustus results from his effort and care in avoiding hastiness and upheaval and a patient process of reorganization of the most western region in the empire.

It is a well-organized political structure, based on management principles and simple but effective organization, which translates into a rational administrative system, inspired on Rome, but adapted to the particularities of the province.

The success of this political process of Augustus implied, from that moment on, the fast dominion of territories in the northwest – Cantabri, Astures and Galaicos – and the establishment of the eastern sea boundaries and the implementation of administrative and governmental policies appropriate for the complex and heterogynous geographical and social space in Hispania.

Between 29 and 19 B.C., Augustus invested in conquering the northwest. In 26 B.C., he settled in Tarraco, from where he commanded the conquest.

Having finished the conquest, the emperor made the administrative reorganization of the Peninsula his priority. The institutionalization of the political and administrative structure and the functional organization implied the establishment and introduction of economic and religious models, customs and trends, technologies and every other aspect of the Roman "way of life", achieving a profound change in the previous configuration of Hispania.

The new administrative reality is based on province-city life, but later on *conventus*. The province was the space of adjunction of cities under the jurisdiction of a magistrate of the Roman people: the city was a political unit founded across the geography of peoples by transforming an ethnic unit into a city or by combining several units into a city, or was sometimes created from scratch. Either way, they were formed of a central urban nucleus and a rural territory variable in size, susceptible to be governed independently; the *conventus* was a jurisdictional circumscription that comprised several cities and whose denomination referred to the name of the city that served as the capital.

Augustus divided Hispania in three provinces: *Baetica*, *Lusitania* and *Tarraconensis*.

Lusitania, founded in 16 B.C., had its capital in *Colonia Augusta Emerita* (Mérida, Spain) and included, initially, all of what is now known as Portugal. But still during the reign of Augustus, Lusitania lost some territories north of Douro River to *Tarraconensis*. After Augustus founded the *conventus iuridici*, Lusitania was divided into three *conventus:* Emeritense, with the capital in *Emerita* (Mérida, Spain); Pacense, with the capital in *Pax Lulia* (Beja, Portugal) and Escalabitano, capital in *Scallabis* (Santarém, Portugal).

Augustus sees the city (*civitas*) as a vital organizational structure in the Roman Empire. The territory was formed of two physically distinct areas: *oppidium* – central urban area and *ager* – the rural space that includes the cemeteries located outside of the gates or the urban center. Its unity and cohesion is assured by the relations that are part of the process of appropriation and management of complementary spaces.

The city is the reference for the inclusion or exclusion of citizens or groups. It is what identifies the relationship with other urban agglomerates and what makes the relational system with other cities work, and it also evaluates how the provincial and central administration are doing. It is the center of local power (this is where we find the assembly of notables and where justice is practiced), the city also is the privileged space where collective manifestations take place – religious celebrations, spectacles, markets and so many other activities enjoyed by the public.

The city doesn't only represent a monumental landscape, but other sectors lend it a special active dimension, and its dynamics can be seen in material, social, symbolic and formal elements inherent in it.

And the *civitas* corresponds, on the one hand, to a new political-economic order, but, on the other hand, doesn't eliminate forms of coexistence with the previous elements; it forms a symbiosis that, due to its inherent complexity, produces unique organizational forms and peculiar processes of evolution and transformation.

According to Plinius, Lusitania had 45 *civitates*. Epigraphy has revealed city communities that Plinius didn't mention. Lusitania could, therefore, include more territories than Plinius had registered; either because they hadn't been constituted in his time or because they were of such little importance that they weren't worth mentioning. None of these new cities were in the plain lands of the south, where there are only a few *civitates*; those found here posses vast territories and are populated with *villae* (vast peasant/shepherd settlements). On the south coast, we also find luxurious dwellings that certainly belonged to wealthy owners who lived off the sea. Both areas were well serviced by a network of roads, facilitating access to the coast and the import/export trade.

In Roman Portugal, Augustus defined a network of statutory cities, which was expanded and structured throughout the 1st and 2nd centuries, either by elevating former *oppida* to a city status or by statutory mobility of old cities.

Pax Lulia (Beja) and *Ebora Liberalitas* (Évora) become the two largest cities in the southern part of Roman Portugal. We know of the *civitas* of Pax Lulia, founded as a colony by the Romans towards the end of the 1st century B.C. on the site where there was an important village and where now the city of Beja stands, that it measured 3000 km² and possessed a monumental center as it was one of the most important cities in Lusitania. Important structures have been preserved underground. Unfortunately, research has been met by disinterest of politicians and other authorities who are responsible for heritage preservation and have systematically impeded the preservation of the past of the only colony in the southwest Peninsula and access to its knowledge. Evora has benefited more from the politicians' good will and in addition to the well preserved forum temple – to worship the emperor (usually called "Diana's temple")-, the city has witnessed the recovery of important remains, like the thermal baths, houses or street alignments.

On the south coast, Mirbriga (Santiago do Cacém) shows in its acropolis well-preserved monumental structures and fundamental signs of the urban uniqueness of this city which was founded on the site of an ancient village. In addition to the temples and well-preserved thermal baths, there was also a circus. It was a place for entertainment, very common in Roman towns, but this is the only one found in Portugal.

In the Algarve, Ossonuba (Faro) and Balsa (Tavira) emerge as the most important cities on the south coast. In both, recent archaeological excavations have made it possible to exhume remains and information, which are being used to rewrite the history of these dynamic and multicultural cities during the Roman empire and prior to their arrival in the Peninsula.

In the north of Portugal it is the city of Bracara Augusta (Braga), founded by Augustus, that stands out. Despite little information on its morphology and architecture, it is known that this city, capital of *Conventus Bracaraugustano*, was surrounded with a wall and managed important resources distributed throughout its territory.

Tongobriga (Freixo, Marco de Canavezes) preserves unique and monumental remains found in Portuguese territory Tongobriga (Freixo, Marco de Canavezes) and is the most interesting case of a Roman city set on an indigenous village that reproduced indigenous structural models during the period of Roman rule. The bath house, totally sculpted in granite, known as "Pedra Formosa", is a formal example of such tradition. Its architecture follow the models found in '*castro villages*'.

The most excavated Roman city and, therefore also the best known and studied, without being the most important one, is Conímbriga (Condeixa-a-velha). Abandoned in the beginning of the Middles Ages, the city didn't suffer any kind of pressure or the recycling of materials from earlier buildings, thus preserving its public and private buildings.

Frequently published in articles and expositions, there is a collection of goods that allows us to understand that the *civitas* are neither a thing nor a space. The *civitas* is a body where we find many spaces – social-political space, political-administrative space, social-cultural space, economical space, space for cultivation, etc. -, each one of them with their time scales (of the time in which they were built) and their own pace.

Many other cities are known and some are – or have been – the object of studies. Recently, new urban agglomerates have been discovered, apparently with humble architecture and/or with the shared use of facilities, especially religious buildings. They are integrated and distributed over a tight network of urban communities, hierarchically organized in primary and secondary communities. These new urban communities are in "less Romanized" zones, especially in Beira Interior, where the *civitates*, like the *Igaeditania*, probably founded during the reign of Augustus, have undoubtedly smaller urban centers and smaller rural territories, and where there are hardly any luxurious *villae*.

The city is, obviously, the place where power is represented, symbolically represented in the public, religious and civilian buildings and other monuments with greater prestige built on the forum and in the city's prominent places.

Examples of this new symbolism, translated into monumental statuary, can be found in dedicated inscriptions, praising words in celebrations and tributes, monuments and exemplary decorative arts, and practices and places for worshiping, typical of urban centers. Often coexisting with ancient

practices and cults, proving that "living in groups" was what Estrabon intended to illustrate when he used the important sinoecism (the union of two independent villages under a single head) to characterize the relationship between the Romans and the Peninsula inhabitants.

But the mechanisms of consolidation of the *civitas* also extend to the rural space, the *ager*, organized in a network of establishments that supported the exploration of resources, the different categories of lands and the citizens responsible for their valorization.

Even considering the existence of other units that assured the exploration of resources, the *villa* is most evident materialization of the way agricultural resources were explored, introduced by the Romans. A *Villa* is a scattered rural settlement, in charge of a domain. It is primarily an agro-pastoral unit for private exploration and consists of two essential components: a group of residential buildings, warehouses and stables, and agricultural land.

In the south, especially in *Ebora*, *Pax Lulia* and on the south coast we find numerous richly built and decorated *villae*. The *villa* S. Cucufate (Vidigueira) is the best-preserved one. It is located in the territory of Pax Lulia; its surroundings are full of properties that belong to city officers of Represas and Torre de Cardeira, for instance. One of the properties in the rural territory in Ebora, Toruega is owned by a senator. It is evident that the rulers of the city possessed rural properties, and that they would exploit their *fundi* as an additional source of income.

If one can make a direct correlation between the properties and social status of its owner, the owner of Pisões (Beja), a large *villa*, situated six kilometers outside of the capital, with nice architecture and luxurious decorations, mosaic and marble floors, must have been an extremely wealthy man and expert in Roman culture. The same goes for the owners of Vale de Agueiro (Beja) and Monte de Salsa (Serpal), where statues have been found that are rarely seen outside the monumental area of the city, or the owners of Torre de Palma (Monforte) and Santa Vitória do Ameixal (Estremoz), whose huge dwellings were lavishly decorated with mosaics.

If the exploitation of the land provides substantial and financial gains to its rural owners, the sea provides, certainly, equally substantial gains to the owners of large and rich residences, nicknamed maritime *villae*, situated along the coast. Milreu, next to Faro, is somewhat set back from the coast and although it is connected to the trade in fish products, it can't be considered a typical maritime *villae*. Abicada (Lagos) and Cero da Vila (Vila Moura) are formal examples, although different, of these kinds of places and the abundant resources found here, as you can clearly see from the magnificent collection of sculptures in Milreu.

The number of *villae* known in the south of Portugal contrasts with the fact that very few of these places have been found in the center and in the north. The *villae* situated in the territory of Conímbriga, Rabaçal and Santiago de Guarda are rare examples of these monumental rural constructions in the center of Portugal. In the center-interior they are almost completely absent. We only find some when we head towards the plains of Castile. In the north they are practically unknown, and certainly never possessed the kind of wealth and architecture like the *villae* in the south.

Civitates and *villae*, fundamental structures of integration and participation in the functional structure of the Roman provinces have distinct representatives in the north and south of Portugal. This distinction is believed to have occurred due to the late conquest of the center and north or due to the diversity of resources. However, without diminishing the importance of these factors, we don't believe these determined why the people in the south showed a greater commitment to and fondness for the elements that standardized Roman culture and those in the north expressed conservativeness and divergence, and even resistance, especially in Mondego and north of the Douro.

Take as an example the epigraphic evidence found, and observe how even native epigraphs in the south have adjusted their style, decorations and writing to that of the Romans; in comparison, the epigraphs in the north of Portugal persist in maintaining their own artistic peculiarities.

Indigenous deities are very rare in the Algarve, Alentejo, and on the coast between the Tagus and Vouga. Endovecillus, whose sanctuary was situated next to Alandroal and Ataegina, and whose cult is also found in Serpa, Beja and Mértola is a rare example of an indigenous God worshiped in the south. In this region the worship of classic deities (Venus, Mars, Jupiter, Mercury, among others) and, in some cases, of eastern deities (Cybele, Isis, Serapis, Mythras) is another element of contrast with the region north of Tagus, where many hundreds of indigenous deities still exist.

Very little is known about the economy evolution during the most advanced centuries of Roman occupation in the center and north of Portugal. The exploration of mines in these areas, which was of major importance in the regional economy, seems to have been the most important product.

Três Minas, its mining guaranteed by army detachments, ceased operations by the end of 2nd or 3rd century. The gold mines in Jales (Vila Pouca de Aguiar) ceased to exist in the 1st century. In Beira Interior, especially in the region of Fundão, there seems to have been mineral exploration, but nothing is known of its economic importance during the Roman Empire. Apparently, it seems that mining activity loses economic power during the 3rd century. This way, we find another point of dissimilarity regarding to the economy evolution in the south of Portugal.

In this area, the 3rd century B.C. coincided with a moment of great economic development of the *villae* that will assert their prosperity throughout the 4th century. There is clear and abundant evidence of their integration into the inter-provincial maritime trade routes, especially in the Mediterranean. The adaptations in the fish salting and pickling industry and the significant increase in production are also noticeable. In the north, it is clear that in the 4th century the region undergoes a process of withdrawal, explained by the fact that they almost exclusively deal with products that are transported overland and come from the north and the interior, or are produced in the Douro valley, and only a very small number of items that come from the Mediterranean.

At this time, while the south affirms itself as a well-integrated area in the Empire, it is clear that the region north of the Tagus is experiencing difficulties in integrating and is unable to keep up with the pace of contacts and access to the products that promote the cultural schemes that the *civitates* in the south can't forego.

During the Roman Empire all inhabitants of what is now Portugal were, politically and administratively, citizens of the vast empire. For reasons related to the time of integration, the degree of cultural conservativeness, different opportunities in access, ambition and discrepancies in resources, the south became quickly integrated, transformed fast and followed, participated and benefited from the opportunities that the evolution of the Empire offered. The north, which was conquered later, observed a slower pace of integration, was reluctant to some changes and modifications were less profound and therefore less intense.

When the political and administrative order that the Romans had instituted in the western province in the empire succumbed to the authority that others, so-called barbarians, quickly imposed, the past was slowly, peacefully but definitely transferred to the present – to our present days. We can see this in the archaeological remains and in the many aspects of our culture; of course, more clearly in the south than in the north.

There was a time when historiography made us believe that the Romans left Portugal in a rush because of the powerful invaders coming from the north of Europe. As if seven centuries later the profiles of the peoples who inhabited this land were identical to those who had arrived here seven centuries before; as if the political and social structures resembled those during the reign of Augustus, disregarding the fact that archaeology could always prove that this line of thought didn't match the finds that have been made.

We know now that Roman influence waned slowly in the cities and the countryside. It was adapted, incorporated and developed by those who moved into this region at the beginning of the 5th century, and became part of a diversity of content that has been transmitted, transformed, renewed and recreated up to our present times.

1 In 197 B.C. the Romans had established two provinces, Ulterior and Citerior, and although these were considered areas in expansion, because they had no clearly defined boundaries, they played an important role in Rome and were used as reference by the government, at least in military sense, of the province.

2 See LOPES, 2003 and FARIA, 2006

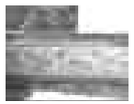
*Diodoro de Sicília tells us that the Lusitanians were the strongest among the Iberian peoples; they would carry small shields to war and wear stainless steel meshes that protected their bodies. Estrabo adds that "the Lusitanians are said to be skillful in ambushes and chases, fast, agile and stealthy".

* Florus, an author from the 2nd century B.C. is formal when it comes to the conquest of Hispania. "For this (win in Hispania), we battled for two hundred years after the first troops of Scipio arrived until the beginning of Caesar Augustus' reign, but with interruptions and no plan of action (*non continuo nec cohaerenter*), according to circumstances; and the beginning (we didn't fight) against the Hispanians, but in Hispania against the Phoenicians".

* Arruda and Viegas.

Roman Temple, Évora | The Roman temple in the city of Évora was known for a long time as the Diana Temple, named after the Roman Goddess of the hunt. Later studies have proven that it was a sanctuary to worship to empire. The temple was reintegrated in its current form about a century ago, after removing the medieval elements.

Ruins, Conimbriga | The most extensive Roman archeological site known in Portugal, Conimbriga has been inhabited since the 9th century B.C. This fortified city was built on top of the remains of an Iron Age village. Since 1962, the Monographic Museum of Conimbriga, has preserved the ruins. Highlights include the House of the Fountains, a large urban villa decorated with elaborated mosaics, the Forum and Thermal baths.



Ruins of Milreu, Estói | The Ruins of Milreu show traces of a 3rd century Roman villa. The characteristic mosaics of this archeological period have geometric shapes, ribbons and interlaced knots, ovular designs, arches, tendrils, flowers and checkered designs. The thermal baths were decorated with mosaics with images of fish.

THE SOUTH BETWEEN ROME AND ISLAM

Santiago Macias | Archaeological field of Mertola

With the fall of the Roman Empire, the north and the south began to emerge as autonomous realities. The differences that the normative discourse of the empire had softened now became clearer and the long forgotten regional tendencies were brought back to life. The northern and central regions, which correspond to the *Conventi Scallabitanus* (headquarters in Santarém) and *Bracaraugustanus* (headquarters in Braga), were strategically connected to the north of the Iberian Peninsula, with strong roots in Asturian-Leonese art. During the 5th through 8th centuries, the territories south of the Tagus (the Roman *Conventus Pacensis*) were in constant contact with the Mediterranean world.

The art during this period is integrated, almost without exception, in religious or funeral contexts (and sometimes both at once). Through the art, we can have an idea of the evolution of the forms that, throughout the Early Middle Ages, will lead to different directions. In the north, the road will lead to the development of Mozarab and pre-Romanesque art. In the south, the contacts with the Mediterranean Orient will pave the way for Islamic Art.

These differences, still only in their early stages in the Early Middle Ages, will be the founding principles of Portugal. The north and south started to consolidate differences that over time would deepen and become clearer. That what geography had determined (differences in topography, climate, and flora), man used to transform into culture; different ways of speaking, building, singing, growing agricultural products, or preparing food are the result of this. Mediterranean Portugal and Atlantic Portugal would from on be different and complementary worlds.

"While Spain is abandoned to the excess of barbarians and the plague causes no less damage, the riches and stored provisions in the cities are being extorted by the tyrannical tax collector and consumed by the soldier. Then the attack of the feared hunger arises: humans devour human flesh under the strains of hunger, mothers, they also, feed on the flesh of their children that they killed or cooked. The savage animals, accustomed to cadavers of sword, hunger, and plague victims also kill the stronger men and, fed with their flesh, spread out throughout all parts to annihilate the human species. It is through the four afflictions felt on the entire earth—iron, hunger, plague and savage animals—that what the Lord had announced through his Prophets is fulfilled."

This excerpt from *The Chronicle of Hydatius* is, without a doubt, the best known and most often quoted text. Hydatius (395-470) gives an account of the events in Hispania at around the year 410 and a testimony of the way in which the world is viewed and the way in which the events are viewed. The image is apocalyptical.

For many years, the beginning of the 5th century was viewed as a time of irreparable decline. Regular invasions of Germanic tribes introduced a new order in the Iberian Peninsula, changing the present reality. If we take a closer look at the territory, however, we get quite a different perspective, especially in the regions south of the Tagus.

Hydatius expresses trough his dialogue the concerns he has for the weakening ties of authority, ties that the Empire imposed, even though the era of the Pax Romana was already a fading memory. Throughout the 5th century, the political geography in Hispania changes in a radical and irreversible way. The local oligarchies respond to the void in Roman power and create

new decision-making centers. The province capitals are maintained and in turn regain their former lost importance. At times, as happened in Cordoba, the large Hispano-Roman land owners took the initiative and were able to maintain an independent government (until 572, when Leovigildo comes to control the region). García Moreno calls this process the "endemic problem caused by the rebellion of a large portion of the land-owning aristocracy founded in Andalusia", which took refuge at times in the city and at times in its fortified villages.

SOUTHERN CITIES | Throughout the 5th century, cities change and alter their functions. The great public buildings, sign of the Empire's power, lose their purpose and are adapted for new uses. The city itself has also changed. Theaters, amphitheaters, and forums see their space taken up by Christian basilicas or by housing areas. In worst case scenarios, the buildings were simply taken apart and the stones reused in new constructions. A sense of recycling will mark all of the Early Middle Ages. In cities such as Lisbon, we know of archeological findings from the second half of the 5th century of the first half of the 6th century, buildings such as the Roman Theatre or the Cassius public baths that were demolished and the stones reused in the construction of small houses. The adaptation of buildings to new functions was a common practice. This was also the case in Troy where two important structures had been identified to which a religious aspect had been attributed. In fact, both the so called baptistery and the basilica were the result of the adaptation of previously existing buildings.

It is true that until today archeology has revealed very little about the growth of the *Conventus Pacensis* throughout the Late Antiquity. Evidence is scarce and the architectural structures documented almost always refer to religious buildings. We can say without exaggerating that the excavations of this period are limited to the *villas*, basilicas, and buildings of the Roman elite. We should also include the necropolises, although these are not very carefully studied in the southeast of the peninsula. Therefore it is not strange that the main remains are ancient places of worship such as the basilica in Sines or in Mértola, the Church in Vera Cruz de Marmelar, or the important collection found in Beja or in its outskirts.

When we look at a map of the distribution of archeological remains uncovered south of the Tagus, we see that there are two forces:

1. The urban aspect of these remains, which seems to contrast with the basic perspective of a more rural society.

2. The importance of roads for the production and distribution circuit.

When referring to the first force, the references are the remains found in Beja, Mértola, or Sines, which attest to a continual occupation of these respective urban areas and/or their outskirts. It is hard to know for certain if the walled-in areas inherited from the Roman world were already occupied or if a part of the population would later on move close to what was left over of the *villas* or the castle areas similar to the *munyas* of the Muslim world. It can be assumed that of the 200 architectural decoration fragments registered in the Beja territory, almost 72% of them came from those three areas.

About the second force, we can highlight the connection between the main urban or rural sites of the Late Antiquity and the excellent roads. One of them connected the mouth of the Sado River to Mérida. It crossed the Alto Alentejo and passed through Évora. Another connected the Alentejo coast and Andalusia via Beja. An ancient path secured a north-south contact between Évora, Beja, and Mértola. It was this harbor city that established a link with the Mediterranean through the Guadiana River.

Cities have a lasting importance and mark the geography of a territory. The city of Beja inherits an important legacy during the Roman rule. There are many references to its diocese throughout the 6th and 7th centuries. This walled city was full with architectural elements that have hardly deteriorated. The city's tradition as an important center and a place for the diffusion of knowledge continued during the Muslim rule with a local religious elite of *ulemas* that would ensure a prestigious transmission of knowledge.

Sines, in turn, has an important collection of buildings from the Early Middle Ages which justifies even in the midst of Muslim rule a closer description by al-"imyarı, who refers explicitly to the monuments inherited during the "Diocletian" era. But from what we know through the artifacts from the Municipal Museum, these artifacts actually came from a great basilica used at least from the 5th to 8th centuries. The reason for the existence of such a building is still not clear, but the location of the harbor, one of the rare refuges on the western coast south of the Sado River, would have built and strengthened such legends as the one about the mysterious St. Torpes, whose relics are said to have arrived by sea. Even in the 18th century the greatness of its basilica was celebrated as "the first of Europe and the second of Christendom."

At the same time, Mértola experiences during the Late Antiquity a period of particular glory that can be associated with the local bourgeoisie making profits from mines in this territory. The constructions that renewed the city throughout the 5th and 6th centuries (walls, basilicas, and a baptistery) are evidence of unprecedented investments.

The coastal characteristic of the Late Antiquity in the south gains greater evidence when we look at how ceramics of African and Oriental origin spread inland (especially the *terra sigillata* D light Samian or the Late Roman C). The following four locations are highlights on the Algarve coast: Torre de Ares, Marim, Loulé Velho and Cerro da Vila. On the Alentejo coast, the importance of the basilica in Sines and the late occupation of Miróbriga are manifested on the Ilha do Pessegueiro (Peach Island) and Courela dos Chãos, which are close to Sine. Tróia, at the mouth of the Sado river, has also undergone some important alterations throughout the 5th and 6th centuries, however, the partial findings of the work done there does not allow for an overall interpretation of the location yet.

Beja's polarity and the roles of the roads once again become evident when we register the places where the ceramics were found: beyond the harbor city of Mértola (and of Montinho das Laranjeiras on the way to Mértola), in Beja and in the important *villa* of St. Cucuphas, Monte da Cegonha, Cidade das Rosas and Horta de D. Maria), or in other words centered the ancient Roman Métola-Serpa-Beja road.

A significant part of these ceramics have there origin in what is now Tunisia and were produced between the 1st to 5th centuries. Older dishes have been found, for example, in the Roman Theater of Lisbon, where remains were found of amphorae made on the north and south coasts of Turkey, in Rhodes, and in Cyprus between the 5th and the beginning of 7th centuries.

BASILICAS AND BAPTISTERIES | The fragmentation of powers and its "regionalization" led to the emergence of local guilds and the development of artistic trends that mostly affected the ancient conventional and provincial capitals. Mérida's symbolic importance gains a reinforced leadership role, and throughout the 5th, 6th, and 7th centuries, the city becomes a focal point for cultural and artistic references, exporting their models throughout the entire south. It's particularly in sculpture (capitals, friezes, imposts, pilasters etc.) that we can see this progress. The presence of Oriental bishops in the city contributed to the arrival of other influences in these areas during the so called "Visigoth period." We find remains of the distribution of *foco emeritense* in Elvas, Juromenha, Vera Cruz de Marmelar, Serpa, Moura, Beja and even in more distant places such as Mértola and Sines. These sculptures are called the anti-Ionian tradition and we see a gradual tendency towards geometrization and the schematic in detriment to the representation of plants, which was almost lost in the 7th century.

The diffusion of artistic models on a regional scale didn't hinder the contact with more remote horizons. An example of this are the basilicas with double apses such as Casa Herrera (Merida), Torre de Palma (Monforte) and Mértola. These basilicas date back to 5th-6th centuries and are clearly inspired on north-African buildings, especially those found in present day Algeria and Tunisia. Only one of them, in Mértola, was built in an urban context. The other two are associated with rich Lusitanian agricultural explorations. The purposes performed by these buildings seem to be quite different from one another. Especially in the case of Mértola, which was associated with a baptistery in Casa Herrera and in Torre de Palma. None of them have evidence of the presence of martyr relics, which was usually more than enough pretext for the construction of these temples. We know, in fact, the importance that this had. It was a greedy objective and reason for a curious trade that came from the Orient to the Occident, throughout the Middle Ages.

There are not very many examples of religious structures built south of the Tagus in Portuguese territory. We can suppose, but not prove, the reasons for the basilicas in Sine and in Sto. Amaro (Beja) disappearing, even though the remains found in these places were given great importance. In Santo Amaro, architectural works were only started in later eras (9th-10th centuries), when the city had already been under Muslim rule for many years.

The church in Vera Cruz de Marmelar, with its three rectangular apses, underwent great changes in the 6th-7th centuries, but dates back to the 7th century. The most common practice was the adaptation of buildings to new functions. This is seen in places like Tróia, where two important structures for religious purposes were found. Actually, both the so-called baptistery and the basilica originated from the renovation of previously existing buildings, carried out during the 4th-5th centuries. The same idea was behind the new Christian functions attributed to the aquatic sanctuary of Milreu (Faro) or to the pagan temple in St. Cucuphas *villa*. Sometimes and when the places dedicated to the pagan gods were not as magnificent as the ones in Milreu or St. Cucuphas, it was the norm to adjust the internal space of the *villa* in order to create dignified places of worship. This was the case in Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) and in Monte da Cegonha (Vidigueira); the latter received a shrine, an obvious sanctification of the place.

Some of these buildings had a baptistery, which gave them the category of *ecclesia* or parochial church. There were a variety of baptismal fonts in the Portuguese territory. In Torre de Palma, there is a baptistery in a separate complex, made up of several rooms with a pool in a shape of a cross, where seemingly the larger space was used for adults and the smaller space for children. Tróia, as said above, reused a building that already existed, in which the baptismal font was build on a early Christian grave, placed beside a fountain. In the basilica of Monte da Cegonha, the baptismal location is a simple monolithic cube in marble that looks like it used to be the reservoir of a well or cistern.

The baptistery of Mertola, on the other hand, is a more elaborate structure. The far north end of the area between the walls is marked by the presence of a vast level platform that measures about 50 by 35 meters, around 1750 m^2. Located near the court, this religious complex is made up of a baptistery and its respective complements and was built during the 5th and 6th centuries.

Noteworthy is the fact that its baptismal font had an octagonal shape, a fact that points once again to the connections Mértola had with the Mediterranean. Octagonal fonts similar to the one in Mértola (5th-6th centuries) are found in Barcelona, Provence, and throughout the Vale do Ródano in north Italy and on the coast of Dalmatia.

The most important fact of the baptistery in Mértola is, however, the magnificence of its mosaics, in which the iconography indicates a Mediterranean cultural influence, similar to those found on the north and south shores of the great sea. Bellerophon killing Chimera, angry lions, falconers, hares, ostriches, and leopards. Many of the animals on the mosaic in Mértola are not native to the area. African or Oriental artists must have come during this era (5th-6th centuries) to contribute to the city's important renovation of the court region. Similar mosaic designs have been found as far as Greece, Libya, or Jordan.

The connections that Mértola had with the Byzantine world would have facilitated these contacts and contributed to its inclusion in the circle of artistic production of that time. It is thought that the riches brought by mining in the region financed the renovations. In other words, the regionalization of the powers and the concentration of riches in the hands of local oligarchies certainly played a distinct role in remodeling such structures as this one.

THE NECROPOLISES We left the necropolises and their definite connection to the Sacred for last. We currently have a long list of Early Middle Ages necropolises in southern Portugal. The greatest highlights are the ones in Mértola (5th - 7th centuries), set in an urban area, and Silveirona (1st half of the 6th century), set in a rural area, although gaps in the records make it hard to interpret this last one.

When arriving in any village in the Roman or early Christian era, you had to go through the cemeteries because the city wall separated the world of the dead from the world of the living, protecting them from the darkness and chaos of the outside. It was also this fear that caused the burial of Christians during the Early Middle Ages to be as close as possible to the walls of the funeral basilicas. The important religious dignitaries and the influential people of the cities would be buried within the protected space, preferably close to the altar. Anybody who couldn't pay for a plot on sacred ground would be buried on the outside.

This practice is clearly seen in the funeral basilica in Mértola, where several burials on its inside throughout the 5th, 6th, and 7th centuries show that somehow there is an intense demand for privileged places, far from harmful effects. The council's prohibition of burials within the churches was not usually enforced. During the 7th century, Julian from Toledo refers to this ongoing custom when he says that he wished the Christians were buried in the *apud memorias martyrum*. It is also mentioned that mass celebrated for the dead was only allowed within the basilicas or close to the martyrs' relics and not away from it (LXVIII canon of the II Braga council – 572). The texts refer to several martyrs in the territories south of the Tagus. Amongst them are Engrácia and Sisenand, in Beja; Liberata and Mâncio, in Évora. However, there is not much evidence about where these martyrs were worshiped.

The ways of protecting the dead were varied and pagan traditions were frequently used. Common practices included paying obols to Charon (by putting a coin in the corpses' hand or mouth) as a practice for the banquet's rituals, a tradition that the Church condemned through the LXXIX canon in the II Braga council of 572. It also wasn't allowed to take food to the tombs of the dead or to offer sacrifices in their honor. The early Christian burials, which still included some cult offerings from pagan traditions such as lachrymatories and small recipients for food or perfumes, placed the body with the head facing west so that the person could face the dawning Sun on Judgment Day. The flasks, regardless of their contents, were necessary to help the corpse in his way beyond the tomb.

Other ways of honoring the dead that were approved by the Church became widely used and exist until today. The connection between the prayer rituals that followed death on the 3rd, 9th, 30th, and 40th days and the perspective of death that existed in ancient medicine was explained in the following way: "When a man is dead, on the 3rd day, he transforms and takes on his recognizable form. On the 9th day, the body dissolves except for the heart which is preserved until the 40th day when it also disappears with the rest." It is for this reason that the liturgy of the dead is celebrated on the 3rd, 9th, and 40th day. The anthropology of death would conceal itself behind the customs used in both the Christian and Muslim tradition, in which the prayer on the 40th day remained important. The idea of a combat or ordeal that the soul has to bear in the hereafter after its departing is common in both the Orient and the west.

A tombstone was made in memory of the dead person. Most of the names inscribed (Donata, Faustianus, Rufina etc.) show us that the population was mostly native. However, it's important to mention that in Mértola Greek communities from the Oriental Mediterranean were also present. We are sure that these groups of merchants played an essential role in transmitting the Levant artistic works.

CLOSING | As the Middle Ages progress, two realities became evident in the southwest of the peninsula. On the one hand, the permanent occupation of the territory that has a lineage with roots in the Late Roman Empire. The other side was continually more open to contact with the Orient.

We don't see in this region the abandonment of any of the "urban" areas throughout the Early Middle Ages nor during the first years of the Muslim rule. It is true, however, that the areas have undergone changes between the 5th and 10th centuries and that it is not possible to postulate a *strictu sensu* continuity of the urban areas, which has already greatly changed its function. This idea is accepted without excluding other hypothesis. There is the probability of landowners leaving these cities in favor of their farms or *munyas* that where located around Beja, Évora or Faro.

As for the reason for occupation of the rural areas, though there is insufficient archeological evidence, the most accepted idea is that the agricultural areas continued to be inhabited during the Late Antiquity and the Early Middle Ages, even through their purposes changed. The ancient *villas* disappear and make room for small scale explorations and a more simple occupation.

Another highlight is that connections with the Mediterranean experienced a renewed strength during the 5th and 7th centuries. In an early Christian Mértola epigraph, incomplete and undated, two birds of paradise with peacock tails can be identified. This decoration of oriental origin would be wide-spread in Islamic art. Decorations of realistically painted plants (so realistic that the image looks like real rose branches budding) on the tombstone were very common in the mosaic decorations of Ravenna and were spread throughout the entire Mediterranean basin. The use of this ornament continued throughout the Muslim rule and was widely used.

Somehow, the paths traced since Ancient times continued to be open, and an *avant la lettre* Orientalization was by now very obvious. The works borrowed from the Middle East and North Africa were already familiar to the people of Mértola, presupposing that the Muslim rule would have meant much more than an abrupt break in the adaptation to new ways and attitudes.

BIBLIOGRAPHY

AL-HIMYARI, 1938 - *La Péninsule Ibérique d' après le "Kitab al-rawd al-mitar d' al-Himyari"* (ed. Évariste Lévi-Provençal), Leiden, E.J. Brill

ALARCÃO, Jorge, 1985. *Sobre a romanização do Alentejo e Algarve* in "Arqueologia", n° 11, Porto, GEAP, pp. 99-111

ALARCÃO, Jorge, 1995. *Os monumentos cristãos da villa de S. Cucufate* in "IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica", Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, pp. 383-387

ALBA CALZADO, Miguel, 2000 - *Datos para la reconstrucción diacrónica del paisaje urbano de Emerita : las calles porticadas desde la etapa romana a la visigoda* in "Excavaciones arqueológicas en Mérida. Memoria 2000, n° 6, Mérida", Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, pp. 371-396

ALFENIM, Rafael; LOPES, Maria da Conceição), 1995. *A basílica paleocristã/visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira)* in "IV Reunió d' Arqueologia Cristiana Hispànica", Barcelona, Institut d' Estudis Catalans, pp. 389-399

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1986. *Arte paleocristã da época das invasões* in "História da Arte em Portugal", vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 9-35

ALMEIDA, Fernando de, 1954. *Pedras visigóticas de Vera Cruz de Marmelar*, Lisboa

ALMEIDA, Fernando de, 1962. *Arte Visigótica em Portugal*, Lisboa

ALMEIDA, Fernando de, 1966-1967. *Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitânico* in "Arquivo de Beja", XXIII-XXIV, Beja, pp. 224-240

ALMEIDA, Fernando de, 1968-1970. *Sines visigótica* in "Arquivo de Beja", vol. XXV-XXVII, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 17-29

ALMEIDA, Fernando de; CAEIRO, José, 1978. *Pé de altar visgótico na Abóbada (Serpa)* in "Actas das III Jornadas Arqueológicas"; Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 339-344

ALMEIDA, Maria Amélia Fresco, 1987. *Escultura arquitectónica e funerária dos séculos IV a VIII a sul do Tejo*, 4 vols., dissertação de Mestrado em História da Arte (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa), Lisboa

CABALLERO ZOREDA, Luis; ULBERT, Thilo, 1975. *La basilica paleocristina de Casa Herrera en las cercanias de Merida (Badajoz)*, Madrid, Ministério de Educacion y Ciencia

CASTELO-BRANCO, Fernando, 1963. *Aspectos e problemas de Tróia de Setúbal*, sep. de "Ocidente", vol. LXV, Lisboa

COUTINHO, Hélder, 1997. *Terra sigillata clara do Montinho das Laranjeiras – 1990 e 1991*, Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim

CUNHA, Mélanie Wolfram Espanha da, 2004. *Silveirona. Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia – setenta anos depois*, dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa), Lisboa

DELGADO, Manuela, 1992. *Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente* in "Arqueologia Medieval", n° 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 125-133

DEUS, Manuela de et al., 2004. *Sarcófago do Cerro do Faval (Ourique): intervenção de emergência* in "Revista Portuguesa de Arqueologia", vol. 7, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 451-465

DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura, 1999. *Ânforas e sigillatas tardias (claras, foceenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do Teatro Romano de Lisboa* in "Revista Portuguesa de Arqueologia", vol. 2, n° 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 83-95

DIOGO, António Dias; SEPÚLVEDA, Eurico de, 2000. *As lucernas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa* in "Revista Portuguesa de Arqueologia", vol. 3, n° 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 153-161

DIOGO, António Dias, 2000. *As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa* in "Revista Portuguesa de Arqueologia", vol. 3, n° 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 163-179

DIOGO, António Dias e TRINDADE, Laura, 2000. *Vestígios de uma unidade de transformação do pescado na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa* in "Revista Portuguesa de Arqueologia", vol. 3, n°1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.181-205

FARIA, António Marques de, 1988. *On finds of suevic and visigothic coins in the Iberian Peninsula and their interpretation* in "Problems of medieval coinage in the Iberian Area", 3 (ed. por Mário Gomes Marques e D.M. Metcalf), Sociedade Numismática Scalabitana/Instituto de Sintra, pp. 71-88

GARCÍA MORENO, Luis, 1998. *Historia de España Visigoda*, 2a ed., Madrid, Ed. Cátedra

GODOY FERNÁNDEZ, Cristina, 1995. *Arqueología y liturgia. Iglesias hispánicas (siglos IV al VIII)*, Barcelona, Universitat de Barcelona

HAUSCHILD, Theodor, 1986. *Arte visigótica* in "História da Arte em Portugal", vol. 1, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 149-169

IDÁCIO, 1974. *Chronique*, 2 vols. (introdução, comentário, texto crítico, tradução e índice por Alain Tranoy), Paris, Les Éditions du Cerf

JORGE, Ana Maria, 2002. *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (IIIe-VIIe siècles)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia

LOPES, Virgílio, 2003. *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvores do cristianismo*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.), 1993. *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola

MACIEL, Manuel Justino, 1996. *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo*, Lisboa, ed. do autor

MALONEY, Stephanie, 1995 *The early christian basilica complex of Torre de Palma (Monforte, Alto Alentejo, Portugal)* in "IV Reunió d' Arqueologia Cristiana Hispànica", Barcelona, Institut d' Estudis Catalans, pp. 449-458

MARIN, Manuela, 2001. *Los Ulemas de Beja : formación y desaparición de una elite urbana* in "Elites e redes clientelares na Idade Média" (ed. Filipe Themudo Barata), Évora, Edições Colibri/CIDEHUS, pp. 27-44

MARQUES, Mário Gomes, 1995. *Ensaios sobre história monetária da monarquia visigoda*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática

PUERTAS TRICAS, Rafael, 1975. *Iglesias hispánicas (siglos IV al VIII) - testimonios literarios*, s.l., Ministerio de Educacion y Ciencia

QUARESMA, José Carlos, 1999. *Terra sigillata africana D e foceense tardia das escavações recentes de Miróbriga (Chãos Salgados, Santiago do Cacém)* in "Revista Portuguesa de Arqueologia", vol. 2, n° 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 69-81

REAL, Manuel, 1995. *Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Tardia no Ocidente Peninsular* in "IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica", Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, pp. 17-68

REAL, Manuel Luís, 2000. *Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe* in "Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardia y la Alta Edad Media - Anejos de Archivo Español de Arqueología", XXIII, Madrid, CSIC, pp. 21-75

SCHLUNK, Helmut; HAUSCHILD, Theodor, 1978. *Die Denkmäler der frühchristlichen und westgotischen Zeit. Hispania Antiqua I*, Verlag Phillipp von Zabern, Mainz am Rhein

SOARES, Joaquina, 1980. *Estação romana de Tróia, Setúbal*, C. M. de Grândola e Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal

VIVES, José, 1963. *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, Madrid-Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas

Mértola mosaics, Beja

Trojan Fresco, Setúbal | Classic fresco painted in the early Christian basilica of Troy. Both the basilica and the so-called baptismal font seemed to have been adapted, in the 4th or 5th century, from pre-existing buildings.

THE WESTERN PENINSULA BETWEEN OVIEDO-LEON AND CORDOBA. A "CHRISTIAN-CENTRIC" PERSPECTIVE

Paulo Almeida Fernandes | Portuguese Institute for the Management of Architectonic and Archaeological Heritage (IGEESAR, I.P.)

Before Portugal was able to rise from the crisis of the Christian (Re)conquista, the western territory of the Iberian Peninsula was the target of endeavors by the kings of Oviedo and Leon to bring order to the region. These cities concentrated their first efforts in occupying and populating those areas not dominated or conquered by Muslims. This long process, which occurred between the Islamic invasion (711) and the founding of the county of Portucale (1096), was everything but a linear dynamic of hostility between separate civilizations or a progressive and incessant territorial adjustment in the northern world. On the contrary, it was a historic period full of separations, advances and documented retreats, of sometimes strange alliances, of the rise and fall of lineages, of the decline and reconstructions of surprising centers and regions.

711 - 791: NO MAN'S LAND | The striking arrival of the Muslims on peninsular territory resulted in the following phenomenon that is often incomprehensible to historiography: the formation of a "no man's land." The Muslims deliberately chose not to occupy the entire peninsula and the Asturian people weren't able at first to dominate the areas close to the European mountains such as Bierzo, Galicia, or the central plateau up to the Douro river valley. In 739 and a little throughout the 40s, the hostile Berbers who lived in the center of the peninsula revolted and soon after this, Alfonso I began his first military advances. These were not real conquests, but rather raids and plunders with the intention of obtaining logistical support for the growing nation of Asturias.

For a long time, scientific studies rejected the idea of "desertion" and "depopulation" as a political choice made by the northern Christian stronghold. The more accepted theory states that the remaining communities had a great, almost indefinite autonomy, either as a result of the collapse of administrative methods used until then or because of the preservation of communicability between the North and the South.

This broader explanation doesn't only apply to the rural areas far from the main political and religious centers. On the contrary, it includes important cities such as Lisbon, which is a prudent recognition of an effective Muslim rule in the obscure 8th century. For example, during the 880s, Abd ar-Rahman I ordered that all the churches in the city be destroyed because its inhabitants were in some way related to the Asturian people. Also, some authors

admit that the same city, that a few years later would become the greatest city in the western Peninsula, was governed by a majority of Christian Mozarabs, under the rule of a Christian count, quite possibly under heavy tribute paid to the Islamic authorities based in distant Cordoba. And if this had happened on the Atlantic, in the commercially important and relatively populated city of Lisbon, what can we say about the remaining territory that makes up Portugal, especially north of the Tagus?

This more careful approach to the uniqueness of the territories provides a deeper understanding of the known facts. For example, we know that only Beja and Ossónoba (Faro) planned a response to the intentions of the Muslim conquest. The rest of the diocese centers surrendered under a pact. But up to what point did this fact, which is constantly repeated in historiography essays of the last century, lead to an effective rule (or recognition of the rule) of those cities? Barely two years after surrendering, Coimbra was violently attacked by troops connected to Cordoba, an act that makes it seem like the city declared itself autonomous from the royal world of Muslim Rule.

A greater complexity faced during the 8th century, (when there is a curious conversion to Christianity by Avezano, a Berber forced to remain in Galicia), continues to be the serious problems encountered in the characterization of architectural works. It is known that in Cordoba the first important works were only built after the arrival of Umayyad Abd ar-Rahman I, during the second half of the century. The lack of architectural works is common throughout the entire western Peninsula when referring to both the Asturias and the Muslims of Cordoba. There are no references to or remains of churches, but neither of mosques or, paradoxically, fortress walls (except for Silves), contrary to what would be expected in this new scenario. The lack of physical evidence has caused some researchers to create the hypothesis that a deliberate division of space had taken place in urban areas amongst the ancient and new powers, which may evidently not be true.

791 – 866: THE RISE OF ASTURIA AND GROWTH OF THE POPULATION | In 791, when Alfonso II came to power, the northern Christian region of the Peninsula entered into a new phase and took full control of the neighboring territories. Under this monarch, the Asturias kingdom began to have privileged contacts with Charlemagne's court, received some dissenting Muslims which were put in frontier areas or places difficult to control, and, most importantly, with the mysterious Beatus of Liébana, it conquered the territory in the name of Saint James, a martyr saint. Despite the constant local revolts (which delayed the incorporation of Galicia into the crown in Oviedo), and the survival of a religious heretic or heterodox remnants in the northeastern side of the peninsula, towards the end of the 8th century, Compostela became one of the symbolic centers of the Asturias kingdom and one of its greatest focuses.

Now that the (Re)conquista had been ideologically sanctioned and the existence of the kingdom had been legitimated in new and much more ambitious presumptions, the monarchs of Oviedo built a capital worthy of a state, similar to that of the disappeared Visigoth Kingdom. The new Toledo—transposition of the mythical Gothic capital to a new civilization spectrum, then under Muslim rule—was an urban city with the following noteworthy churches and monasteries: the cathedral dedicated to São Salvador and the 12 Apostles, the dynastic pantheon; the royal palace with its palatine chapel and the nearby summer residence, which incorporated the San Julián de los Prados chapel. And added under the reigns of the succeeding kings (Ramiro I and Ordoño I), the "marvelous" palatine-religious complex on Mount Naranco .

The first half and the middle of the 9th century saw an increase of private military initiatives driven by the Reconquista. In the early years, however, we see that a state monopoly was never declared in the military field and only in the following period, with the *repopulation of Alfonso III*, did the monarchy try to revert to himself the dividends of the expansion achieved by unknown and competent people. What is important, however, is to question the scope of the king in this process. We know that the Asturian chronicles gave Alfonso II the nickname 'Master of Coimbra', a region quite far from the Oviedo royal court, and that the monarch launched plundering attacks on Lisbon at the same time as he defended its frontiers from Islamic raids coming from Viseu, Pontevedra, and Lugo.

Asturia's early growing influence beyond its natural and immediate borders can be seen in the monastery Convento da Costa, in Guimarães, where excavations have uncovered the foundation of a crude construction but with clear similarities to the artistic works of Oviedo. But recently, the chronological reevaluation of some other architectural remains allowed us to hypothesize that this notable example from Guimarães was no more than a visible illustration of a broader process which is seen also in Sernancelhe, Provesende, or Miragaia. This proves the geographic scope of a reality which was completely unknown until recent years.

866 – 950: THE SEARCH FOR THE KINGDOM'S FRONTIERS AND THE "REPOPULATION" OF ALFONSO III | 866 is the year of the coronation of Alfonso III, the last and most important Asturian monarch. In the following year, D. Nausto was nominated Bishop of Coimbra, which would be fundamental in directing the religious destiny of the most important city in the Northern Christian region for the four following decades. And, in 868 Vímara Peres conquered Porto. These events were followed by a reformation in the political field and regional administration; Afonso III directed the destinies of the "new" territories to his trusted counts. But, over time, as the family relations began to mix with the royal lineage, this model proved to be disastrous, but served the interests of the monarchy at the end of the 9th century and the beginning of the next. The strategy to affirm these dominant families established a rule of lineage continuation by endogamy, which in turn would increase the political and administrative power in each generation. This favored only the first-born in detriment to the next born, who would practically disappear in the incomplete remains of the documentation.

In charge of the counties and with powers delegated by the *civitates* (although the documents reveal greater complexity in titles, powers, and missions, such as the *comissa*, the *mandationes*, and the *territoria)*, these counts partially overlapped with the first cities founded and separated part of their vast land assets for great areas of influence (Vímara Peres in Braga, Gonçalo Moniz in Coimbra...) but they always maintained a certain dispersion of their goods, a kind of regional reserve, so that they could influence directly upon the future of this or that certain area.

The western Peninsula was then organized into the following two large counties: Portucale, with its center of power in Guimarães, and Coimbra, centered around this same city. During the 11th century, these two territorial divisions united to form the county of Portucale. But during the previous century they had been hostile neighbors in constant opposition and with an active voice in the fortune of the Leonese monarchy itself. Figures of great prominence in the hierarchy of the kingdom were in charge of its future destiny, a higher aristocracy that aspired to rival with the king and masters of great riches and wealth as is shown by the donations that Mumadona Dias made to the monastery in Guimarães.

Important evidence of this intense period of organization and settlement has survived, revealing the artistic quality and sophistication achieved in the monuments built by the counts. The Braga and Guimarães region possesses a significant number of these monuments: in the archiepiscopal city, there have been records dating back to the 9th century about a large group of churches, including a cathedral with a cylinder cantilever (a specific typology of Asturian art), of which architectural remains have been found. The main monument, however, was located in the periphery of the city: the Chapel of São Frutuoso de Montélios First dedicated to S. Salvador, it was changed into a temple in memory of San Frutuoso towards the end of the 9th century, undergoing an expansive architectural reconstruction, especially in the area of the cross.

Here, a new vaulted ceiling was built to cover the central space and a frieze or arches axially traced by an *ajimez* were added to the tower. Inside, a double capital stands out; its second configuration dates back precisely to this era. Throughout the entire building, friezes and elements with a classicizing look can be seen, making this monument a highlight in the specific, spectacular, and prestigious current arts, dedicated to the classical formulas that ensure its quality, aspects supported by the idea of perfection that included the incorporation of limestone materials, some of which were imported from the Islamic South, contrasting strongly with the rigidity of granite.

On the outskirts of Braga, the mythical monastery of Dume, headquarters of one of the most important centers of stability of Christianity during the Suevi era, was expanded by the abbot-bishop Saint Martin.

In Guimarães, the city where the counts resided, the Convento da Costa was the target of a new architectural undertaking; the famous horseshoe arch, a set of uniquely original limestone friezes in main altar area, in addition to two fragments of ajimezes and a curious lipsanotheca (small wooden box to keep relics) have been preserved. The rural landscape in this specific geographical area reveals a large Asturian-Leonese population whose remains have been found in other locations, such as in Amares, Esporões (Braga), Sobreposta (Braga), Geraz do Lima, Areias de Vilar (Barcelos), Manhente (Barcelos), Lordelo (Guimarães), Corvite (Guimarães), São João da Ponte (Guimarães), Antime (Fafe), Arentim, São João de Rei (Póvoa de Lanhoso) and, in the southern region of Rates or Lagares, in Penafiel.

But it would be incorrect to think that the Asturian influence was only limited to the territories of Coimbra and Portucale. There are specific reasons to believe that those two counties were not the only areas incorporated by the Asturian crown in the western Peninsula. Not only were nobles constantly acting on their own behalf (as was seen in the beginning of the 9th century), but there were other powers that were seemingly in conflict with Alfonso III. This appears to have been the case in Viseu, the city where, according to the studies of Manuel Luís Real, the rebellious Bermudo Ordoñez, a brother of the monarch who he had condemned to be blinded and possibly exiled, established himself. Bermudo, supposedly accompanied by Diogo Fernandes, Rodrigo Tedonis, and Hermenegildo Gonçalves (the last one married to Mumadona Dias), created an actual court in Viseu, a semi-independent city from Oviedo-Leon and protected from the capital by an extensive network of castles that in 960 were handed over to the monastery in Guimarães, donated by its owner, D. Chamôa Rodrigues (or Flâmula), the daughter of one of the greatest supporters of Bermudo Ordoñez, Rodrigo Tedonis. Lamego is also worth studying because of the specificity of its territory, where it is known that the church of São Pedro de Balsemão was remodeled in the first half of the 10th century. Remains include a curious altar foot decorated with a typical Asturian cross and a fragment of an *ajimez*, a medallion or medal, and a cylinder impost.

Trancoso and Chaves constitute other apparent centers not linked to Portucale or to Coimbra. The first, strategically located in the mountains of Serra da Estrela, has a castle with a pre-Romanesque tower and an inscription of the year 912, which is the date of the foundation of the temple. The second one, on the Verín-Régua route, was re-conquered in 872 by enigmatic count Odoário and another nobleman, Odónio, who dedicated himself to erecting many churches in the region. However, some doubts still remain about the county's structural organization in this territory. On the other side, there are some families that are known to have held the title of counts, but did not ascend to the government of any known county. Ero and Diogo Fernandes, who resided between-Mondego-and-Douro, are the more obvious cases, but other ones exist, such as Oveco Garcia, who apparently lived in Coimbra. It is also important to keep in mind that the counts moved at a much higher level than many of the secondary nobles and the numerous communities of free men, which would form the demographic base of the future medieval districts.

It is in one of these regions that apparently wasn't linked to Portucale and Coimbra that the most impressive artistic testimony left by the Oviedo crown in Portuguese territory today can be found: the church of S. Pedro de Lourosa. The epigraphy dates back to 912, and although it was greatly affected by a disastrous remodeling, the temple follows with unusual exactness the planimetric model of the Asturian church defined in the times of Alfonso II in San Julián de los Prados and which continued to be used until the first decades of the 10th century (temple with three naves, three bays, transversal nave usually proceeded by *iconostasis*, the main altar divided into three with two floors and the western façade also with two floors. Set in peripheral Lourosa, this was by far the most important Asturian achievement with a typology of a two-floor western façade, giving this "Portuguese" monument truly surprising dimensions, greater than even the western structure of Santa Maria of Oviedo, with in its *narthex* the royal pantheon.

Furthermore, the building contains windows with horseshoe arches and numerous classicizing friezes, in which there is an arc axially interspersed with a large window, incorporated into the tower over the cross (as in Montélios), a volumetric option used in Islamic regions, which confirms that a greater complexity should be attributed to pre-Romanesque art on the peninsula. Slowly, the western slope of the Serra da Estrela became known. It was a landscape dotted with *villae* and small settlements, linked by a road to Viseu, Coimbra and Seia, this last one being the possible headquarter of *civitas*, where the mountain pass to the eastern side of the range began. On the eastern side of Estrela, the road to Idanha also reveals some important remains linked to Asturias – Centum Callas and Capinha fill in that repeated but inconsistent "gap", and in Idanha-a-Velha, the first two phases of construction of the monumental building that may have been a mosque, cathedral, or palace, reveal important ties to artistic confluence with the Asturian-Leonese realities (the Prazo of Numão church should also be included in this debate).

It's more difficult to identify the southern frontier of the kingdom under Alfonso III. Actually, it was only in the 11th century, with the change in dynasty that put Ferdinand I, the *Great* in control of Leon and Castile, that the frontier

between the two powers that led the Reconquista stopped being imprecise and remote. Up until then, the civil disputes had taken place in peripheral areas, more or less linked to regional centers which were also connected, in a greater or lesser degree to Oviedo-Leon or to Cordoba. Anyway, in the beginning of the 10th century, the Christian advance was surprising and brought Asturian power to basically the edge of the Tagus in the western territory. This fact was perpetuated in a forgotten passage in the *Crónica de Sampiro* (Chronicle of Sampiro) - *et usque ad flumen Tagum populando producit* – and has, today, interesting links to the territory. The main one, which took place in 937 and was documented, was the revolt of the Islamic governor of Santarém against Abd ar-Rahman, who surrendered many castles to Ramiro II. A few decades earlier, the Asturian count Guisando Braoliz had stopped in Lisbon (where there was an active Mozarab community) and deposited part of the sacred load that he brought from the eastern Mediterranean—the relics of Santo Adrião, his wife, Santa Natália, and other companions—in the monastery of Chelas.

These two episodes illustrate the degree of the relation and expectation with which the Asturian-Leonese monarchy viewed the line of the Tagus. On the other hand, it is known that the real estate owned by the monastery of Lorvão included numerous properties south of the Mondego and in artistic sense the remains found in Tomar, Idanha-a-Velha, and more concretely, São Gião da Nazaré, point to an effective expansion of Asturian-Leonese rule, and although little detail is known it's sufficiently important to be considered. Also Conímbriga should be included in this broad discussion, as the ancient roman city continued to be occupied after the invasion of 711 and the transference of the diocese to Coimbra. The identification of Islamic graves and their contextualization with late documented references (9th century), including the chronological doubts that still exist about some remains that for a long time were thought to belong to the Visigoth period but could, however, refer to later times (the result of stylistic studies conducted with other artifacts that have been found in the Paço de Coimbra, in the Lorvão monastery and in the Soure castle), are sufficient to illustrate the importance of this city in the middle of the Reconquista.

But this extraordinary advance for lands much farther south than until recently was known, occurred during a moment of progressive weakening and eminent retreat of the Asturian-Leonese kingdom. In 930, during the Battle of Simancas, there was a confrontation between the Leonese army, which was already buried in an incurable division and the caliphate state on its way to military and political assertion. The unpredictable outcome in favor of the Christian side maintained an apparent balance of forces. Once again, the annihilation of the Asturian-Leonese kingdom wasn't a priority for the Muslim part of the peninsula, and, although buried in civil wars, the model left by Alfonso III survived and succeeded in expanding its jurisdiction a little more , for a few more years...

950 – 1035: AL-MANSUR AND THE STATE LAW OF COIMBRA | The death of Ramiro II (950) determined the beginning of the Christian withdrawal in the western peninsula. Actually, since the death of Alfonso III in 910, royal rule had already suffered a serious setback when the kingdom was divided among his tree sons. The families of the counts came out profiting from this division as they became active players in the succession of the dynasty, supporting one or the other pretender to the throne that fit their private and immediate interests. In this process of general attrition in which the counts invariably intended to go beyond the boundaries of the missions and define new borders for their authority, Ramiro II was the exception who made it possible to unite the two great western political powers. Soon after his death, the war between Sancho I and Ordonho IV had various incidents in the west, including the invasion of Portucale by the Conimbriga army that managed to arrive at the gates of Guimarães (959). Sancho ended up being poisoned in Viseu, which opened a path for the rule of Ramiro III, notoriously supported by Coimbra against Portucale's intensions.

This fragile county equilibrium, which could only be achieved at the expense of a notoriously weak royal figure, was maintained during a great part of the 10th century thanks to the disinterest on the Islamic side. In the wars that irreparably victimized the Christian side, it was common for one of the sides to ask for help from Muslim troops as a way of gaining an edge on one of the contending sides, just as for two and a half centuries the last Visigoth monarchs had done. And we all know the results of that...

It was necessary to wait for the appearance of a protagonist such as al-Mansur to expose all the weaknesses of the Leonese side. Between 977 and 1002, this Muslim military chief commanded more than fifty expeditions to the territories connected to the Christian cause. For the first time, Muslims did not limit themselves to specific invasions in order to maintain the distances between the powers; now the war machine put in place wanted to annihilate the Leonese administrative structures, which was the reason for the violent attacks on Zamora, Coimbra, Sahagún, Compostela, Pamplona, etc. A war undertaking of this scope, although only fought seasonally (but at a relentless pace), needed points of support and assembly. And in this light we can understand the famous Cava de Viriato in Viseu. Helena Catarino demonstrated recently that the immense site was an Islamic military camp: it consisted of a colossal octagon of approximately 30 hectares, reinforced with walls of dirt and trenches, unparalleled to anything in the rest of the peninsula, but similar to the city-camps of the Islamic world, such as the one in Samarrā (Iraq), the headquarters of the Al-Abbas power in the 11th century. If it can be confirmed that the time frame coincides with al-Mansur's rule (which still hasn't been proven), one may be able to prove the role of Viseu as a point of military concentration, which certainly would have taken advantage of the city's road connections to the other centers in the Northeast.

The main military endeavor commanded by al-Mansur on what is now Portuguese territory was directed at Coimbra, which was conquered in 987 (apparently with some difficulty but with support of the two sons of count Gonçalo Moniz, Froila, and Veila) and it only regained its status as capital when King Afonso Henriques set up his court there in 1131. Despite this apparent lose of administrative importance, the new Islamic rulers continued to give the city a role of great importance. It was a true border mark and object of deliberate colonization with a constant inflow of Arabs and Arabized populations who were protected by the imposing and magnificent quadrangular palace-fortress set on the highest location of the city. The process of civilization that was lacking in the first Islamic conquest of Coimbra was now a priority under the new framework, which was the reason for the intense Mozarab activities undertaken in the city of Mondego in the second half of the 11th century and the beginning of the next.

1035 – 1096: NEW CHALLENGES, NEW ANSWERS | The collapse of the county model of Afonso III, consumed by apocalyptic visions created by the armies of al-Mansur, allowed for the ascension of socially inferior nobility, possibly old dependents of the counts, with jurisdiction over increasingly smaller parcels of land that had survived the waves of Islamic destruction. In the 11th century, these *infanções* were the forerunners of a true "feudal revolution", as referred to by José Mattoso, and were responsible for the first social and legal definitions which in short time gave rise to Portucale county and the kingdom of Portugal itself.

The true "reconquista" of the territory (the actual military possession of regions that up until then were clearly linked to the opposition, and accompanying the military endeavors by attempts to establish a stable population) took place during a period substantially different from what had been characterized as "repopulation" a century and a half before. Al-Mansur's actual occupation of areas that before had been left along a "floating" border, determined that once the Christian side had reorganized and the "no man's land" between the two sides was reduced, the military factor would be a real priority. There were, however, new realities that are important to highlight. The first was the ascension of inferior nobility, more complex and multi-faceted than the old counts, but also more realistic as to their margin of negotiation in a state on its way to strong centralization. The second was a radical change in the art of war, leaving behind the precision raids and plunders, in favor of prolonged sieges that resulted in full conquests.

In 1055, King Fernando, the *Magno*, king of Castile since 1035 (and of Leon two years later), began his victorious campaign of the Beiras by conquering Seia. The triumphant march continued in the following year, successfully incorporating Lamego (1057), São Martinho de Mouros (1058), Penalva (1058), Viseu and finally Coimbra (1064), culminating in a long siege of almost six months and nine years of intense war activity in the western territory between the Douro and Mondego. The truth is that the road had been cleared by other "private" or semi-private plunderers in the previous decades, such Gonçalo Trastamires against Montemor-o-Velho in 1034. But the military drive demonstrated by the renewed kingdom of Leon and Castile made it possible to take the concept of conquest to another level, not simply controlling the new territories in a sustainable way, but populating them with people loyal to the royal authority.

Fernando I handed over the government of Coimbra to a renowned and charismatic Mozarab, D. Sesnando, a man with a career in the *taifa* court of Seville and husband of D. Loba Nunes, daughter of the last count of Coimbra, thus symbolically transferring power. It was this man who conceived the defense of Coimbra by the efforts he had put into the military system of the city, but also by means of a network of castles to the south of Mondego de Montemor-o-Velho to Miranda do Corvo, passing through Soure, where the marks of this period are still very evident in one of the main ruins of the wall, which includes the pre-Romanesque *ajimezes*, Arouce and Penela. And it was surely he that chose other representatives from the Mozarab community to occupy the main leadership positions in the city, including the Episcopal chair, such as D. Paterno in 1080. The political program of D. Sesnando supported an effective religious tolerance between the Christians themselves (especially those coming from the North, from Leon and for a short time, Roman-Cluniac, and those that followed the Mozarab tradition), as the basis of social organization and the effective populating and control of the lower course of the Mondego River. This program, implemented during the reign of Fernando I, would end up being dismantled on the road to the Portuguese state, where the Cluniac influence was determinant in suppressing the pockets of Mozarab resistance, especially in Coimbra and Lisbon, which were centers of great activity of the old Hispanic Christian tradition.

Just like the progress made in the military field, Christian society in the 11th century became more complex and began to be characterized by a stronger territorial connection, at that time organized into *terras*, smaller units than the *civitates* and commanded by a lieutenant from the local nobility. The ties established between nobles and monasteries are visible aspects of this reality. Establishing closer bonds with the religious institutions as a form of prestige before other strata of society was an attitude encouraged by the counts of Afonso III as can be seen in the ties of D. Mumadona with the Guimarães monastery or of the Conimbra county family with that of Lorvão. But in the 11th century it was one of the most sustainable options found by the *infanções* and other members of the Lower Nobility to achieve their ascension. Arnóia, Santo Tirso, Paço de Sousa, Rendufe, São Simão da Junqueira, Pendorada, Vilar de Frades, etc. are some of the powerful institutions in the 12th and 13th centuries, which were founded or refounded around this time. At any rate, the royal figure was invariably present, even at a religious level, when the court of Fernando I in the 50's issued the resolutions for the most comprehensive and effective monarchical reform, before the triumphal entry of Cluny and the Roman liturgy (consummated at the Council of Burgos in 1080).

Independently of this deliberate centralization, which should include the decree of charters to village land owners as a way of diversifying settlement, the territorial organization continued to have various players, some of which are unknown and others who were certainly acting on their own, such as Anaia Vestrariz, documented already in the beginning of the 12th century in the Góis region. And the bishops were active voices in this process, as can be seen by the notable action by the Braga prelate D. Pedro (1070-1091), which built important castles such as Lanhoso.

Architecturally speaking, the 11th century is a period of strong changes, going from the pre-Romanesque to the proto-Romanesque. The castles built by D. Sesnando showed the concerns that characterized the Romanesque fortresses, adapted for sieges, and for this reason designed with cisterns and wells for storing water. The churches that dotted the territory during his term also announced a new style, but it took longer to lose some of the pre-Romanesque characteristics such as the incorporation of lime stone capitals, the blind arcade (found in the main chapel of the Arnoso church), or the exterior buttress of the Asturian style. Other cases, however, marked a more abrupt transition such as rebuilding the convent of São João de Almedina (Coimbra) or the "pilgrimage" project of the cathedral in Braga, sponsored by Bishop D. Pedro and consecrated on August 28, 1089. Under this prelate, the monumental landscape of the territory that is modern Portugal opened itself up for international Romanesque experiences, which in a short time imposed itself on the "Hispanic" trail that the western peninsula had walked since the fall of the Roman Empire.

The reign of Fernando I of Castile and Leon inaugurated a new era in the history of the peninsular (re)conquista and its organization of the northern Christian possessions, in everything from administration to art. The road to Toledo, Lisbon, Évora, Silves and especially Seville and Granada would still be a long one, filled with details that continually feed the main pages of history dedicated to the Middle Ages. But the road to these resounding conquests was certainly clear when the main successor of King Fernando, his son Afonso VI, handed over the county of Portucale to D. Henrique from Burgundy.

BIBLIOGRAPHY

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Arte da Alta Idade Média", *História da Arte em Portugal*, vol.2, Lisboa, Alfa, 1986

AZEVEDO, Rui de, "Período da formação territorial", *História da expansão portuguesa no mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, pp.7-64

BARROCA, Mário, "Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho", *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*, vol.IV, Braga, 1990, pp.101-145

IDEM, "Do castelo da Reconquista ao castelo românico (sécs. IX a XIII)", *Portugália*, nova série, vol. XI-XII, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990/91, pp.89-136

IDEM, "Da Reconquista a D. Dinis", *Nova História de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I (coord. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp.21-161

BRANCO, Maria João Violante, "Portugal no reino de León: etapas de uma relação (866-1179)", *El reino de León en la Edad Media*, vol. IV, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1993, pp.533-625

CABALLERO ZOREDA, Luis, "Aportaciones de la lectura de paramentos a la polémica sobre la Sé de Idanha-a-Velha", *Al-Ândalus. Espaço de mudança. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, pp.266-273

CASARIEGO, J. E. (introducción y notas), *Crónicas de los reinos de Asturias y León*, León, Everest, 1985

CATARINO, Helena, "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbî) e as escavações na Universidade de Coimbra", *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.195-214

IDEM, "Notas sobre a presença árabe em Portugal: conquista e transformações urbanas", *Actas dos XI Cursos Intenacionais de Verão de Cascais* (28/6-10/7 2005), vol. 1, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2005, pp.29-46

IDEM, FILIPE, Sónia, "*Madînat Qulumbriya*: arqueologia numa cidade de fronteira", *Al-Ândalus. Espaço de mudança. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, pp.73-85

CONDE, Manuel Sílvio Alves, "Fronteira, guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo, entre muçulmanos e cristãos (séculos IX-XIII)", *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.43-52

FERNANDES, A. de Almeida, *Portugal no período vimaranense (868-1128)*, sep. *Revista de Guimarães*, Barcelos, Ed. Minho, 1973

FERNANDES, Hermenegildo, "Fronteiras e reconquista", *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp.269-276

FERNANDES, Paulo Almeida, *A igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002

IDEM, "Eclectismo. Classicismo. Regionalismo. Os caminhos da arte cristã no Ocidente peninsular entre Afonso III e al-Mansur", *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.293-310

IDEM, "Visigótico ou moçárabe? O núcleo de arte da Alta Idade Média da cidade de Lisboa", *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, coord. José Morais Arnaud e Carla Varela Fernandes, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp.264-283 e 292-293

IDEM, "Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da *mesquita-catedral* de Idanha-a-Velha", *Artis*, nº5, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006, pp.49-72

IDEM, "A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana", *Arqueologia Medieval*, nº10, Porto, Campo Arqueológico de Mértola; ed. Afrontamento, 2007 (no prelo)

LÓPEZ ALSINA, Fernando, "Aproximación histórica: a Galiza e a Idade Média", *Galícia no Tempo*, Catálogo de exposição, Santiago de Compostela, Xunta de Galícia / Arcebispado de Compostela / Diócesis de Galícia, 1990, pp.163-169

MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, "Castelos da Reconquista na região de Viseu", *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII (Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica), Porto, ADECAP, 2000, pp.113-127

MATTOSO, José, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, 1982

IDEM, "Portugal no reino asturiano-leonês", *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp.439-565

PERES, Damião, "A Reconquista Cristã", *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, pp.435-479

PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe – XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000

REAL, Manuel Luís, "O Convento da Costa (Guimarães). Notícia e interpretação de alguns elementos arquitectónicos recentemente aparecidos", *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, pp.461-476

IDEM, "Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular", *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d'estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.17-68

IDEM, "O disco de Sabante e a influência da arte asturiana na área galaico-portuguesa", *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp.261-274

IDEM, "Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe", *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media* (Mérida, Abril de 1999), *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, vol. XXIII, Madrid, CSIC, 2000, pp.21-75

IDEM, "O românico português na perspectiva das relações internacionais", *Românico. Em Portugal e na Galiza*, Lisboa, Fundación Pedro de la Maza; Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp.31-48

IDEM, "Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal)", *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.275-292

RECUERO ASTRAY, Manuel, *Orígenes de la Reconquista en el Occidente peninsular*, A Coruña, Universidade de Coruña, 1996

TEIXEIRA, Ricardo Jorge, *De Acquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996

TORRES, Cláudio, "A Sé Catedral da Idanha", *Arqueologia Medieval*, nº1, Lisboa, Afrontamento, 1992, pp.169-178

Mosque-Cathedral of Idanha-a-Velha, Castelo Branco | Although built on the ruins of the Roman city, the *Civitas Igaeditanorum*, reusing early Christian materials, the main building of the cathedral in Idanha-a-Velha probably dates back to the 9th century. For a long time this building was considered to be of Visigothic origins, however, more recent studies attribute its construction to the Islamic period.

THE MEDITERRANEAN ON THE EVE OF ISLAMIZATION

Cláudio Figueiredo Torres | Dean of the Archaeological field of Mertola

Traditionally, Atlantis, one of the most persistent myths of ancient history, was placed in the extreme west part of the Mediterranean, where the sun sets. This dream island, an illusion encouraged by Platonic writing and the ensuing legends, where an opulent society was to have drowned in its own lust, can be situated, almost certainly on the island of Iberia, as the navigators from the east along the Magreb coast would see the peninsula.

The vision of the sun, a ball of fire sinking below a far-away and blazing horizon where it would make rivers flow with gold, always captured the imagination of ancient Mediterranean civilizations in their eternal search for precious metals. However, myths always contain a grain of historic truth. The celebrated reign of Tartessos, located in the area of Seville and Niebla, was supplied with tin and gold coming from the Iberian Northwest, via the old silver route and also by exploring ore-rich veins in the foothills of the Serra Morena. And we can't forget the gold from the former Sudan – now Niger – that after traveling across the trails of the Sahara, arrived in the Magreb ports of Tangier and Ceuta where it was exchanged for brocade and glass made by artisans from Babylon, Tiro or Memphis. Opposite to the Orient, the traditional home of the gods and the source of light and life, the extreme West was the land of the dead who were the keepers of the precious metals that hid in the bowels of the land. In their adventurous incursions into the mists of the west, at the known end of the world, the Phoenicians and Greek sailors had only been preceded by Hercules, a semi-god hero who was able to bring back the coveted golden apples from the Garden of Hesperides.

This race to find precious metals, the search for the west, would mark the entire history of the Mediterranean, and always had its negative and positive side, the Rising Sun from where the arms of Amon would spread, the chariots of Apollo, the shining head of Mitra and from where the angry voice of Jehovah could be heard. And that is where the priests pray to, where all the prayers are directed to, whether its Mecca or Jerusalem.

The entire history of the Mediterranean, since ancient times, is connected to this East-West pendulum in which the exchange of merchandise was mixed in with the expansion of other techniques and new gods. Unlike the rural religions in which each god adjusts to the cycles of fertility of the land to ensure the miracle of germination and a good harvest, the great monotheistic religions always emerged in communities of merchants, heirs of the old Phoenicians, the business men of Damascus, Antioqua and the Red Sea. Rural polytheism common in the fertile lands along the Nile or Mesopotamia extends itself in popular rural Christianity in which each saint, often in the role of a local or regional demiurge, intercedes directly, as a specialist, in controlling the rains and the health and well being of the believers.

In the early days of the expansion of Christianity, following a path that began in the final years of the Roman Empire, the first iconographic images take on stylistic or geometric elements that later represent even some of the most radical streams of the Byzantine world and lead to an iconoclasm that in a certain way is a precursor to the artistic language of the emerging Islam.

As Christianity expands west there are two very clear paths it follows: On the one side, there is the indication first and then the imperial imposition that makes Christianity mandatory, which favored above all the ruling classes, consolidating the Episcopal centers and the rural monasteries where a certain naturalist revivalism of the lost Empire prevailed. The masters of the land, that still lived in their rural palaces and were used to obeying orders and imposing power, quickly adapted their religious sanctuaries to the emperor in chapels or churches dedicated to the Nazarene.

The other path of Christian expansion, much slower, but certainly more profound, followed the route of the maritime trade, blending with the popular rituals of the Orphic mysteries, penetrating the bosom of slaves and marginalized people, associating itself with other movements of salvation and worship of the dead, settling firmly in port neighborhoods, and following the trails of the merchants and porters. Other very popular religious rituals of those times, such as the Mythras cult, began to absorb the attributes of many of the saints and other deities that proliferate in an increasingly complex hagiology of Christian heterodoxies that can be found all across the Mediterranean.

The Byzantine and Roman Christianity of the court, orthodox in nature, moved around the imperial or papal courts, structured in a hierarchy made up of a rigid multiplicity of characters and intermediaries. The ceremonies and canonicals were of a brilliant and colorful naturalism in which the models, despite the differences in style, tried to achieve the grandiloquence of the old Empire. In this aristocratic environment, the court of the earthly Church reproduced the heavenly, in an unchangeable system of values, inhabited by brocades and precious stones, in which a pyramid of heroes and saints is placed on top of a divine triad.

In the merchant circles in the cities of the Middle East, such as Damascus, Sidon or Alexandria, among traders and sailors, individual value becomes increasingly dominant, as people by their own efforts can achieve wealth and thus climb socially. The importance of the individual also creates a direct relationship with divinity, emphasizing the abstract power of an exacerbated monotheism. The deep divide between the hierarchical and conservative powers of the imperial church and the creative and innovative world of trade was inevitable. So under the influence of the great Mediterranean sea routes and in port side cities such as Alexandria where Jewish and heretic Christian communities prospered, and where one could still find Platonic philosophy schools, it was foreseeable that the religious tendencies would go in the direction of one absolute God of an abstract nature. As Alexandrian Christianity, and soon, most North African Churches, rejected the Holy Trinity and adopted the monophysitic tendencies of the schismatic Eutiques, they accused the papal and Byzantine courts of being polytheistic, an accusation that would interestingly enough be repeated later by the Muslims.

In Cyrenaica, in the main cities of the Magreb and above all on the Iberian Peninsula in the 6th and 7th century, the Donatist and Priscilian Christian heretics flourished. They were hostile to the official Catholicism of the Byzantine empire and in a certain way they paved the way for the next Islamic expansion.

The Islamic expansion, as occurred with Christianity earlier, also followed two specific routes: on the one hand, the military conquest that affected political power directly and on the other hand the trade routes and maritime exchange that influenced and converted the poorer populations in the cities. But even more important than the power of weapons, the irresistible advance of Islam crosses the entire Mediterranean following specifically the urban and trade routes used by the seafarers. The new religion that freed the believer from an oppressive ecclesiastic hierarchy that was well on its way to feudalism, feeds the creative individualism of

the trader, allowing him to resolve his existential doubts about direct communication with the supreme God.

The rural world remains more conservative and attached to its old beliefs, although more recent archeological findings have shown us that in the 11th century, before the Magreb empires of the 12th and 13th century, some small rural temples were shared for some time by Muslim and Christian communities. In the same sacred spaces, there was always a natural wisdom to their use. Despite natural attrition and even violence, there seems to have been a certain balance in the ability of communities of different beliefs to coexist.

II At the end of the 15th century, the conquest of Granada by the Catholic Kings created in the entire Iberian Peninsula and in its imagination, an allegory of dream and splendor, in which the Alhambra starred as a haven of arts and music, as a paradigm of the palaces of 1001 nights. From that moment on, nothing would ever be the same in Iberian palace architecture, particularly in the decorative arts of Mudejarism which, especially in the southern part of the peninsula, will replace or refresh the refined and decadent Gothic style. Inspired on the patios and porticos of palaces and castles, new spaces were created, open interior spaces with more light with colorful tile panels that reflect the fantasies of a courtly society that believed, in a certain way, to have conquered paradise.

There was no urban center or castle that could compare to Granada, Cordoba or Seville in the western part of *al-Andalus* (the Arab name for the southern part of the Peninsula). For various geo-historic reasons, the al-Gharb had always been a marginal region, without any grand palaces or monuments, far from the major agglomerations that naturally emerged or grew along the fertile land of the Guadalquivir. In the last 100 years some Portuguese researchers have tried to find in the Paços da Vila in Sintra a possible Andaluz palace. Today we know that this beautiful construction, as it stands now, built on older foundations, was above all a *mudejar* and romantic creation. As is the case with most of our monuments, it is also a mix of various periods, the result of many adjustments and improvements that have always occurred here because of a lack of other resources, particularly financial resources, one always had to resort to additions. It's this historic dynamic that fortunately has characterized our more marginal region, allowing the survival of many monuments that have accumulated and mixed in a creative way a variety of styles and techniques. Because of a lack of importance and a leadership role, located off the main roads and often because of a lack of direct interest, buildings were frequently adapted instead of redone or rebuilt. This phenomenon, proved by more recent research, occurred particularly in the turbulent era of early Islamization, between the 8th and 10th centuries.

Instead of massive invasions or the movement of thousands of Arab and Berber soldiers that according to traditional historiography were supposed to have entered the Iberian Peninsula from North Africa, we now believe that the phenomenon of Islamization, especially in the western part, was not sudden and not military, but instead a slow social transformation that took place over dozens of years. The events at the beginning of the 8th century, much more than an act of military conquest, fit in the process of forming a new state and should be linked, first of all, to the opening up of new markets and the dissemination of new people, products and ideas. More important in the process of Islamization than the soldiers that crossed the Strait of Gibraltar in 711, were the traders from Tunis, Beirut or Alexandria, who in this period, began to settle more permanently and created prosperous Levantine communities, who already were established and committed clients of the ports and cities of al-Andalus. The seas had become peaceful in a way they hadn't been seen since the glory days of the Roman Empire and the eastern Mediterranean routes, the Persian Gulf and the Indian ocean would bring thousands of traders, who at that point had already converted to Islam. Local populations, particularly those who lived in cities used to dealing with the traders from the Lebanese coast begin to learn a new international language and convert to a new religion, in such a way that by the end of the 11th century approximately half of the residents of Gharb-al- Andalus were already Islamized, spoke Arabic and practiced the Muslim religion. We also know that the process of Islamization was later accelerated with the Almoravid and Almohad invasions, when there is a clear affirmation of religious fundamentalism that in a way reacts and responds to another opposing movement that by then begins to move the troops of the Reconquista in their crusade against the infidels. But more than two religions, what we see in the Iberian Peninsula is two antagonistic societies opposing each other – a feudal society against a tax-based society; two cultures – young war lords from the wet and mountainous lands of the North against the old Mediterranean establishment; two religions - a feudal Christianity that was expanding across Europe, commanded by the Order of Cluny against a Muslim world that in the west would reach the limits of its adhesion.

However, what interests us more today is to understand the period immediately before this, al-Andalus before the end of the 11th century and its most western part, where during four centuries, apparently without any great conflict, the three religions of the Book coexisted: a triumphant and politically dominant Islam, a disheartened Christianity split into different heresies (Aryanism, Monophysitism, Donatism, Monothelism, Priscilianism, etc) and a number of prosperous Jewish communities that had settled in the main port cities, where they controlled a significant part of the international transactions.

To those who research the first Islamic expansion, it becomes increasingly obvious that from the 8th century all the trade centers are regions with a high potential of Islamization. In this period, the entire Mediterranean economy is inseparably linked with a space dominated by a confluent social formation, organized in multiple urban cells that are perfectly self-sufficient, in which the Arabic language, substituting Greek and Latin, served as the unifying link. This occurred to such an extent that in the Cordoba Caliphate, the Christian elite lamented the fact that young people refused to speak Latin and that they would prefer to speak and write in Arabic.

III In the 70s of the 20th century, when the Mertola archeological excavations began, the goal was to discover more about the Arabs, the civilization that during 5 centuries dominated the south of Portugal and of which very little was known. However, instead of Arabs, instead of Berber troops who had settled in the hills of Baixo Alentejo, instead of being nomads in the desert, tending to the Algarve fields, we discovered traders, artisans and farmers. We found communities of shepherds who herded their flocks in the same fields, who lived in the same houses, ate from the same orchards - as their ancestors had done in ancient times, sometimes even before the period of Romanization. This was the result of many years of studying the land, of many excavations of abandoned villages.

In the cities, in the urban areas, such as Mertola, the results were different. Of course in the early days of the political power of the Emirate of Cordoba, military contingents set up in the cities. These contingents were made up of Berber or slave mercenaries, under the command of leaders directly or indirectly connected to eastern families or tribes. Small elites emerged, made up of foreigners or converted locals who lived in the castles or more protected areas, and would extract taxes from the population. However, the amount and the variety of artifacts retrieved in the archeological research and some that had been imported from other countries, the introduction of certain architectural and decorated techniques that indicate the arrival of other people, of other customs, is certainly not the result of the arrival of soldiers that were often recruited along the shores of the civilized world. The clear process of Orientalization and Islamization that can be found during this period in the cities of Al-Andalus was not a result of the military troops but, as we have seen earlier, of the pacification of maritime routes that allowed traders and artisans to travel and settle in urban centers, in the ports or in important political centers. Unlike the military, who were prepared to find an enemy in the unknown, the trader, in his own best interest, saw in the other a potential customer. A customer with whom he has to learn to communicate to sell his product and to convince them to establish commercial relations.

Unlike the city, which is in a constant exciting dynamic of innovation, we encounter in the rural world a stubborn continuity of traditions that have often been engrained for centuries. In the more rural areas of the Baixo Alentejo, we find many settlements where a quick survey of the surface allows us to confirm that these regions have been inhabited since the second Iron Age. (4th and 3rd centuries B.C.) These are facts of a long history, a history of peasant communities where time isn't measured the same way, where rhythms become intertwined with life cycles.

In the architectural structure of the houses, the building materials and techniques used, in the way that interior and exterior living space is used, in the knowledge and habits of craft and food, we have also discovered in 11th and 12th centuries archeological sites a lot of identical or perfectly identifiable elements of current life in peasant communities. This is in a certain way understandable as, in general terms, the activities of its residents have always been rural, even in modern times. In these mountain communities, in which men dedicated themselves, in addition to herding cattle, to small-scale mining, hunting and fishing, the role of the woman become socially more relevant. This fact, in addition to other indicators, is reflected in their complete control of the surrounding crop land, of most craft techniques and stands out particularly in the way the kitchen is designated as the civic center of the family space. It's these details in the use of space, the techniques of pottery and weaving, the methods used to cultivate and cook that little by little were encountered more often than weapons or other warrior-like items used by the Arab military occupants or Berber settlers. Although almost imperceptible, archeological findings don't dismiss signs of Islamization, found in imported artifacts, mostly ceramic bowls, because of their durability. During the turbulent times that followed the defeat of the political-military machine of the Roman Empire, and that continued under the long and disorganized period of feudal power of the kingdom of Toledo, the peasant communities consolidated their self-defense system, organizing their land in spaces of collective control. If we understand the process of Islamization as, above all, the implementation of an interurban commercial network, with each city playing the role of an aggregating center in its region, we can also understand how in this period the process of autonomy of the peasant communities was encouraged, opening up ways for merchants to access the more remote settlements in the mountains. On the other hand, the new Muslim power, unlike the rigid feudal hierarchy established around the possession of land and those who work the land, doesn't interfere directly with the use of land, and is only interested in levying taxes and keeping the traditional powers in place. Rural communities and even small cities and their surroundings, maintain their autonomy, and continue to elect their representatives, their elders or good men. After the "Reconquista" of the 13th century it was still with these elders, representatives of the *aljamas* (communities), the only ones who knew the land and the boundaries, that the new masters negotiated the division of inheritances and the appropriation of land.

As a result, from the 11th century, although Islamization is only consolidated in the urban centers, all of society, even rural society, is under its influence, more in economic and ideological sense than in political or military sense. By then, in almost of the entire Gharb al-Andalus Arabic is the dominant language in trade and in city life, unlike in the rural regions where most people still speak Romance and practice a Mozarab religion divided among several Christian streams with little respect for Roman orthodoxy. It is interesting to highlight that in the transition from the 11th to the 12th century, and almost half a century after the conquest of Coimbra, the powerful Mozarab community in the city, which seemed to be the majority in the region, is vehemently opposed to Rome nominating a bishop, aligning themselves with the Muslims in defending their former prelate. It is these Christian Mozarabs, like the Jewish communities, who are firmly settled in the main cities and speak Arabic in addition to Romance, who were impregnated with the culture, as their lives were focused on the Mediterranean routes and the commercial contacts with the other cities and ports of the south.

We can say that the Islamization of western Iberia was primarily introduced by eastern merchants, most of whom were either followers of heterodox Christian beliefs or Judaism. So these pre-Islamic communities that could be found in all of the ports were the first bringers of new religious ideas, new ideas, of things that came from the Orient, among which we also found the words of the Koran. Many documents were recently retrieved from the archives of the Geniza synagogue in Cairo, among which thousands of letters written in Arabic – the lingua franca at the time- that date back to the 11th century and through which we have learned about the trade relations that existed between several family businesses spread across the entire Mediterranean. We learned about the most often requested products, the way they were transported from port to port and especially about the creative ways to get around the transportation difficulties between the Christian cities of the north and the Muslim towns of the south. For example a Jewish merchant, a resident of Faro, would pretend to be a Christian on his travel to Genoa and a Muslim in the port of Tunis. Along the Mediterranean, as had already happened during the turbulent history of the Arab people from Syria to Yemen, the more or less nomadic groups that lived on the edge of the deserts or spread out along the ports, were Jews and Christians, before they became Muslim.

The entire territory of Al-Andalus until the period of the Magreb Empires (12th century) and even during the caliphate attempts at unifications, had always been a mosaic of small and large urban cells where the military power was in the hands of an *alcaide* or a governor who depended on the regional political balance and the economic power that was in the hands of influential traders. Both belonged almost always to important local families who would take turns exercising the main functions. This way, despite the fact that all of society was perfectly integrated in an Islamic social form, in some more distant or remote areas, some regions remained under feudal control until the 11th century and stubbornly resisted the impositions and taxes levied by the caliphate state.

We can't say that Al-Andalus was only a garden of flowers and music, an oasis of peace and progress in a turbulent and aggressive world. We can't

nor should we mythicize this civilization as a kind of lost paradise from which Boabdil, the last king of Grenade, was expelled. During all of its history, as in the entire Mediterranean, there were wars and aggressions, even acts of intolerance and gratuitous violence. And yet it is not easy to find a society that, in such a creative way, was able to synthesize so much knowledge, transmitting to the future the image of moderation and above all the capacity to coexist with those who were different, to resolve intelligently the tensions that naturally occur between different religious beliefs and sects. In the first period of Islamization, the history of the Mediterranean is intrinsically linked to ways of looking at the other person, to respecting differences. It's the history of a thousand year old culture where a balance between tension and knowledge was key.

It's these historic experiences and teachings that we often forget, in our paranoid whirlwind of our days. We continue to insist on imposing our model of civilization upon others, affirming the superiority of our civilization, forgetting that our western civilizations only a few dozen years ago created and encouraged the holocaust of millions of Europeans.

Only the saddest lack of culture and historic ignorance can justify unbridled attacks by powerful war machines against countries and populations that colonialism pushed away from our so-called contemporary progress, against the cradle of civilizations who, in a certain way, are the raison d'être of science and modern knowledge. These massacres only exacerbate fundamentalists, making us forget that it was the Muslim people who for the first time created the art of peaceful coexistence with those who were different, who always welcomed the most diverse Christian communities and who took in thousands of Jews when Catholic Europe was burning them in the fires of the Inquisition.

Mértola, vista aérea da Matriz | This medieval church, located in the town of Mértola, is the result of adapting a 12th century mosque to a Christian church. The traces of Muslim religious architecture can still be seen, as well as Roman and pre-Roman traces. The entrance is of renaissance origins and the interior is in Manueline style.

THE SOUTH BETWEEN THE CRUSADE AND THE JIHAD (11TH-13TH CENTURIES)

Santiago Macias | Archaeological Field of Mertola

POLITICAL EVENTS | In 1091/484 H. (Islamic calendar) count Sisnando b. David died. Originally from Coimbra, where his parents were from, the life of count Sisnando covered a good part of the 11th century and his hectic life was divided between the time he spent in the south and in the north of the peninsula. In a certain way a symbol between two increasingly different worlds, Sisnando fulfilled important functions at both the court of al-Mutadid and of D. Fernando I, until he finally settled in the region where he was originally born.

At the end of his life, Sisando took some very definite decisions about the area in which he was located. He was given control over central Portugal after the conquest of Coimbra (1064/456). According to an account from that time he is supposed to have said out loud during the campaign that led to the conquest of Toledo: "Al-Andalus belonged to the Christians until they were conquered by the Arabs, who forced them to hide in Galicia, one of the most inhospitable regions. But now that it's possible, they wish to recover what was taken from them by force. When they have no more money or soldiers, we will take back the country without any effort." This was the beginning of a certain spirit of crusade against the Islamic south.

The 11th century was a decisive turning point in the history of Al-Andalus. From a political point of view it was a period with much upheaval: the assassination of Caliph Hisham II (1013/403-404), the fall of the Caliphate of Cordoba (1031/422) and the fragmentation of the territory of al-Andalus into multiple taifa kingdoms (*muluk al-tawaif*), small states (often of short-lived existence), that were politically independent. One of the most important ones, dominated by the Banu Abbad from Seville, managed to extend its reign throughout the entire southwest of the peninsula and maintain control over this region for more than fifty years. The advance of the Christian kingdoms became clear as they conquered the key locations of Coimbra (1064/456) and Toledo (1085/477).

Under constant Christian pressure, the Abadid kingdom, ruled by the king-poet Al-Mutadid asked the Almoravid Emir Yusuf b. Tashgin (1061/453-1106/500) for help. Al-Mutadid's decision marks the beginning of a new phase in the history of al-Andalus. The center of decision-making is transferred, for good, to the north of Africa, relegating al-Andalus to a secondary role. The emir himself leads the army that will face and defeat the troops of Afonso VI of Leon and Castile in the Battle of Zalaca (1086/479).

The peninsular Muslim kingdoms, uneasy with the increasing power of Yusuf, had made an alliance with Afonso VI, who sent an army to their rescue. These troops, however, were defeated by the Almoravids, an event that resulted in the fall of al-Mutadid (1091/484), dragging the Abadid kingdom down with him. The Almoravids then proceeded to deport the entire royal family ("they put us on a boat that took us to Africa, as if we were a funeral procession") to Morocco, where Al-Matudid died in the city of Agmat, in 1095/488.

For two decades the Gharb (the western part of the Iberian Peninsula) remained under the power of Sir b. Abi Bakr, the Almoravid leader who commanded all operations in this region between 1090/483 and 1117/511, the date of the attack, plunder and surrender of Coimbra. This campaign would be the last noteworthy one to take place in the Gharb in the entire first half of the 12th century, a period of progressive weakening of Almoravid power. This resulted in the emergence of the second taifas (autonomous political states). The religious motivation emerges, in this region, as a cover for very obvious political interests and unfolded at the same time as the Christian attacks of 1139/534-1147/542, during which the borders of the kingdom of Portugal advanced as far as the Tagus River.

The leader of the Gharb uprising was Ibn Qasi, a *muwallad* (a Spanish Muslim), descendent of an important family from Silves, who had dedicated himself in his youth to the study of Muslim theologians and began to preach a life of asceticism. Ibn Qasi's rise to power, in Mertola, in 1144/539, resulted once again in the Gharb becoming autonomous and establishing itself as a political entity. The uprising of Abu Muhammad Sidray b. Wazir in Beja and of Ibn al-Mundir in Silves, which occurred shortly afterwards, confirms this tendency, reinforced by their surrender to Ibn Qasi. al-Mundir conquered Huelva and Niebla next, while Ibn Wazir extended these domains as far as Badajoz.

Deprived of power, Ibn Qasi traveled to North Africa to request the help of the Almohads, who would hand him control of the city of Silves (1147/542). However, Ibn Qasi's rule would end soon: the treaty he established with Afonso Enrique's leads the residents of Silves to murder him in 1151/546.

It is during these events that two important strategic cities, Santarem and Lisbon, are reconquered and ended up, for good, under Christian power (1147/542). The conquest of Lisbon is told in lively terms in a letter to Osberno. It describes the city and its surroundings, the facts that occurred before and during the conquest and tells the dramatic events that occur in the reconquering of the city, almost in the style of a modern news report.

The second half of the 12th century is marked on the one hand by the influence of the Almohads in the south of the Peninsula and on the other hand by the Christian military campaigns that were becoming increasingly persistent and devastating. The Christian north and the Islamic south were embroiled in a war to the knife.

One of the key players in this process was the Christian Geraldo Sem-Pavor (fearless) who carried out some outstanding campaigns between 1162/557 and 1173/568-569. He conquered Évora, Beja, Trujillo, Cáceres and Juromenha, in regionally significant campaigns. His failed attempt in conquering Badajoz was a turning point in the life of this adventurer, who then traveled to Morocco and offered his services to Caliph Abu Yaqub Yusuf. Geraldo, however, maintained secret contact with Afonso Enrique's, which was discovered later and ended up costing him his life.

Shortly after this, in the year 1184/579, an important raid took place under Abu Yaqub Yusuf's command, who tried to reconquer Santarém. The caliph, who was injured in the battle, died before he reached Evora. In more discreet versions, the death of the Caliph is attributed to an illness that took his life after he had been under siege in Santarém.

If we leave aside the raids conducted by Sancho I in 1189/584 (a serious sign of things to come in the next century) and those that Abu Yusuf Yacub al-Mansur conducted in retaliation, we see that the decisive events took place between 1217/613 and 1250/647. The sense of fighting and the need for a holy war is very clear in the words of the *sufi* al-Shaqqaq who left Seville and confessed to the mystic Ibn Arabi: "I am going to the frontier to fight the enemy until I die." He then traveled to Juromenha where he joined the army. It didn't take long for the Christians of the new kingdom of Portugal to finish conquering what was still left of the Alentejo and all of the Algarve.

URBAN SPACES | After five and a half centuries of Islamic presence in Gharb al-Andalus, the main identifiable archeological testimonies relate to the period from the middle of the 12th century until the middle of the 13th century. The structure of most settlements predates this period, but most only solidify their organization in the final centuries of Muslim rule.

The cities of the Gharb that had an urban structure were organized along the following lines: near the wall and in a strategic location that was easily defended, there would be a fortress (*qasr*), which served mostly a military function, and the castle (*qasaba*). This location, almost always built on top of a former Roman acropolis, would be a world of its own, closed off from the rest. One of the most famous castles is the Palácio das Varandas (palace of the verandas), in Silves, referred to in song by poet al-Mutadid.

Along this center of power the city would extend (*madina*), a name used for the most important cities). Usually the city would have a wall, inside of which there would the markets, the baths, the religious spaces, etc. where the merchants, artisans, gardeners and farmers would live. In the cities of Gharb, a significant part of life took place outdoors, in the squares, in the streets and in the markets. In these public spaces the members of the different communities would meet and coexist. Mozarabs, Jews and Muslims shared, for many centuries, common spaces. This ended only with the inflexibility and sectarianism that was a result of the Reconquista.

In the more important settlements, the town would often expand beyond its walls, creating suburbs. The cemeteries were also located outside of the city walls, far from any contact with the living, often reoccupying ancient cemeteries.

Recent archeological studies have brought to light the way the urban areas were settled, and particularly the way people lived. Mertola and Silves are most significant because of the size and the importance of the respective excavations. In both locations, the discovery of residential houses has provided significant data about the city planning, construction methods and the habits of day to day life. These two old regional capitals can be added to the Islamic houses that have been dug up in Lisbon and Tavira.

Houses, streets and sewage systems show a degree of careful urban planning. The road network of the neighborhoods was laid out in a somewhat rudimentary form, but the axes that are laid out in perpendicular lines are perfectly visible, after archeological excavations. The residents were, with some minor variations, mostly build the same way. The open central patio allowed for the collection of rainwater and sunlight could penetrate to illuminate the rooms surrounding the patio (salons, bedrooms, kitchen, latrine, etc.) The construction methods changed little over the centuries and we find that these houses made with lime and mud, Moorish roof tiles and cemented floors painted in ochre, were common in the traditional architecture of the region. This type of dwelling, with an adjustable living space, originated in the Mediterranean and can be found in all cities of al-Andalus.

MILITARY SPACES | Little but memories are left of the walls that used to surround the cities. Very few stones have been found of which we know for a fact that these were placed by Muslim foreman.

One of the few remaining constructions is the Porta da Vila (Faro), probably built during the reign of Banu HArun, in the 11th century. In the horseshoe shaped arch that marks the ancient entrance to the port of the city, one can still see the alternating colors applied to the inside curves, inspired on the Great Mosque of Cordoba, in an attempt to seek out the monumentality that would grant it prestige. The reign of the local family was widely praised for its moderation and the works they built in Faro.

A large part of the walls that still exist in the Gharb, however, were built in a different context. Most walls date back to the second half of the 12th century or the beginning of the 13th century and their construction is linked to the growing pressure of the Reconquista. The world of war finally reached the cities in the south. These walls that date back to the Almohad period were made only with dirt. Unlike the clay used in the construction of houses, which was made with damp and packed dirt, the military clay was composed with a lot of lime, poured into big wooden support structures that would only be removed after the construction had completely dried. There are still preserved pieces of wall made from clay in Paderne, Salir, Loulé, Juromenha, Moura, Alcácer do Sal and Silves. In the first two locations the walls were preserved because of the complete decline of these settlements. In the other places the remains of the Islamic constructions survived because they were reused in more recent fortifications.

In some of the structures (specifically in Salir, Moura and Alcácer do Sal) the intricate lime outlines can still be seen, meant to imitate the building stones used in the Roman walls. Some of the improvements that were made also date back to this period, such as the loopholes, of eastern origin, and the watch tower, which is placed somewhat ahead of the wall.

RELIGIOUS SPACES | Between the 11th and 13th centuries many changes took place in the religious panorama of Gharb al-Andalus. Until the Caliphate period the churches, mosques and synagogues were part of the urban landscape in the south. We even have written information about Mozarab churches: in addition to the description that survived of the cathedral in Faro (it was said that its silver columns were so wide that a man could not wrap his arms around them), there are also some noteworthy architectural remains of great artistic quality, such as the pieces that have been found in Lisbon and the capitals of the church of Santa Amaro, in Beja.

In the 12th century, al-Idrisi made the following reference to the church of Corvo, located in the extreme south of the peninsula and an important pilgrimage site: "This church hasn't changed since the days of the first Christians (....) The church is served by priests and devotees. It possesses a treasure and many valuable objects A great part of its treasures were obtained from a different part of the Gharb and are used, entirely or partially, to meet the needs of the establishment."

The conquest of Lisbon, in 1147/542, illustrates well the importance of the Christian communities in the west. How else can we interpret the supplications of "Good Maria, Good Maria" by the residents of the city, while showing a cross to the northern besiegers? Or what about the presence of a Mozarab bishop who was assassinated by the conquering crusaders? Or how to interpret the statement made by the Norwegian prince Sigurd, who said at the beginning of the 12th century that Lisbon was half Christian, half pagan (meaning Muslim)?

This situation would change completely in the second half of the 12th century. The Reconquista and the Almohad intolerance would create a new political, cultural and religious framework. The church towers lost their visibility in the cities of Gharb and a new boom of religious fervor swept across the Islamic peninsula.

Reports about the mosques that were part of the urban landscape in the cities of the south are sparse and uninformative. Business was conducted around the mosque and it was also where the main markets were set up. The *hisba* treatises provide colorful descriptions of the lively atmosphere of these commercial areas. The restrictions, for example, on the sale of birds, rabbits or olive oil next to the mosques are well known. However, it was near the mosques where the trade in perfumes, luxurious fabrics such as imported silk and brocades would take place. This is also where the pottery from the famous pottery producing areas would be sold.

The only mosque where some identifiable elements of the original structure can be seen is the Mertola one. Its survival only happened because of the decline of this region after the Reconquista. Without any resources to build a new church, the local clergy was left with no alternative but to adapt the existing temple.

The Mertola mosque, which was inspired on the Tinmal mosque in Morocco, dates back to the second half of the 12th century and became dedicated as a Christian temple after the Reconquista. The current church is the result of a large renovation project it underwent in the middle of the 16th century. The architectural synthesis of the building lends this mosque-church an irresistible exotic touch.

The structure of the old mosque is perfectly clear in the design of Duarte Darmas, from the beginning of this century: a large quadrangular space, covered with cascading roof tiles set on rows of columns. The Mertola temple had five naves, each one with a gable roof, two dozens of supporting columns and a minaret set against the northwest façade. What still remains of this structure are the outside walls, the *mihrab* (the niche that indicates the place for prayer) and four small gates (three that open onto what would have been the mosque's courtyard and one that opens to the outside) in which a horseshoe-shaped arch is framed by an *alfiz*.

Built according to a polygonal floor plan, the *mihrab* preserves a decoration in stucco with three multi-lobed arches finished with a cyma framed by two ropes, a theme repeated on top of the building.

Other known Muslim remnants found in the Gharb, in addition to Osberno's reference to the Lisbon mosque, include the minaret of Loulé (currently the bell tower of the São Clemente Church), the founding stone of the Moura minaret (11th century) and the likely location of the Muslim temples in Elvas and Tavira. A recent discovery of a *ribat* near Arrifana may diversify and enrich the existing panorama of religious Islamic buildings in Portugal, although it is still a bit premature to state whether the *ribat* in question was commissioned by Ibn Qasi.

FUNERAL SPACES | Located outside of the villages and often set on top of ancient Roman or late Roman necropolises, the Islamic cemeteries were usually set by the side of the main access road into the cities. The Reconquista and the urban expansion of the settlements eventually caused these burial spaces to disappear, to the point where not a single remnant or memory of their presence exists.

It is not difficult to identify the Muslim burials, as the difference from the Christian burials was very obvious. The funeral ritual practiced by the Muslims required the body to be placed in the tomb on its right side, with the head pointing in a south/southwest direction and the face turned east. The legs would be slightly bent and the hands placed over the pubic area. The cavity was deliberately narrow to ensure the body stayed on its side. The burial without any religions items was also the norm in these necropolises, with only a few proven cases as the exception to this rule – although beyond Gibralfaro (Malago), some items have been found in older graves of the necropolis of Santa Eulália.

We have some clear examples that heterodoxy or syncretism wasn't allowed. When at the beginning of the 10th century Adb Al Rahman III finally manages to conquer Bobastro (929/317) and puts an end to the Andalusia uprising, he had the grave of his leader, Ibn Hafsun, opened to demonstrate that he was buried on his back according to the Christian tradition, attesting that he had renounced Islam and accepted the Christian faith. Chronicle writer Ibn Hayyan writes the following: "...where his cursed body was found undoubtedly buried in the Christian way, as he was found on his back, with his face turned to the east, his arms across his chest, the way the Christians do..."

It was common in al-Andalus to seek out a privileged spot for the burial, just like the Christians would in their cemeteries. People preferred to be buried near the *qubbas* or *rawabit*, the graves of saints and ascetics.

Some of the Islamic cemeteries in the Gharb have been dug up. The most important ones that have been excavated so far are those of Mertola and Santarem, each one contains several hundred graves. There are references to other cemeteries in Moura, Castro da Cola and in Vale do Boto (Castro Marim). Excavations have also been done in the cemeteries in Loulé, Silves and Quinta do Lago (Loulé).

Linguistic studies and written texts also point to the existence of cemeteries in Lisbon and Elvas. The fifty or so gravestones that have been found around the south of Portugal (and that include inscriptions of Beja, Alcácer do Sal and Évora, among other less important sites) may offer clues to identify and study other burial grounds.

A MEDITERRANEAN CULTURAL MATRIX | Over the last decades thousands of pages have been written about the legacy of Islam on the culture of the Peninsula. It has been common practice to see in catalogues of exhibits a parade of astrolabes, ivory chests, medicine books and globes, and the magnificence of work in metal and ceramics. However, a closer look at the history of Gharb al-Andalus shows us another reality, that of the world of farmers, also a legacy of the Islamic past. A recent study about the famous *Treatise about agriculture* by the 11th century agronomist from Toledo, Ibn Bassal, came to some interesting conclusions. It discovered that there are four dominant tree species: the fig tree, the vine, the almond tree and olive tree. Then in decreasing order of importance there are a dozen different kinds of fruit trees, such as the pomegranate tree, apple tree and plum tree. Then there are the vegetables: eggplant, gourd, onion, fava bean, cucumber, lettuce and cauliflower. Only then came wheat and barley. This order of food, with its vegetables, fruits and vegetable oils, shows dietary habits that are very different from the northern part of Iberia, where grains and meat were dominant.

The agricultural panorama of the fields of al-Andalus, with all its variety of vegetables of different colors and flavors is not an Islamic creation. But it was in the period between the 8th and 13th centuries that it was spread, often beginning in the east as the Mediterranean cultural legacy became more significant. Although often when people talk about the contributions of the Muslims to agriculture they refer to the arrival of guinea fowl and orange groves in our landscape, the permanence of an agricultural system of typically Mediterranean polyculture is far more important and it has survived, in increasingly smaller areas, until today.

The slow working watermills, the traditional exploration of vegetable gardens and orchards, the art of shipbuilding and fishing and even some contact between the south of Portugal and North Africa have been preserved even today. The hands that repair the fishing nets, the hands that toil the land, that weave or mould the adobe can be found in Portugal and in North Africa and on the archaic fringes of the Mediterranean.

BIBLIOGRAPHY

AL-HIMYARI, 1938 - *La Péninsule Ibérique d' après le "Kitab al-rawd al-mitar d' al-Himyari"* (ed. Évariste Lévi-Provençal), Leiden, E.J. Brill

AL-IDRISI, 1969 - *Description de l' Afrique et de l' Espagne* (ed. por Reinhardt Dozy e Michaël de Goeje), Amsterdam, Oriental Press

ALVES, Adalberto, 1996 - *Al-Mu'tamid poeta do destino*, Lisboa, Assírio & Alvim

CATARINO, Helena, 1997-1998 - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica - povoamento rural e recintos fortificados* in "Al-Ulya", n° 6, 3 vols., Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé

COELHO, António Borges, 1989 - *Portugal na Espanha Árabe*, 2 vols., Lisboa, Editorial Caminho

GARCIA GÓMEZ, Emilio; LÉVI-PROVENÇAL, É., 1981 - *Sevilla a comienzos del siglo XII - El tratado de Ibn Abdun*, 2a ed., Sevilha, Servicio Municipal de Publicaciones

GOMES, Rosa Varela, 2002 - *Silves (Xelb): uma cidade do Garb al-Andalus: território e cultura*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia

GOMES, Rosa Varela, 2004 - *Silves (Xelb): uma cidade do Garb al-Andalus: a alcáçova*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela, 2004 - *O ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve)*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur

GUICHARD, Pierre, 1976 - *Al-Andalus – estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, Barcelona, Seix Barral

GUTIÉRREZ, Sonia, 1996 - *La cora de Tudmir de la Antigüedad Tardía al mundo islámico. Poblamiento y cultura material*, Casa de Velázquez, Madrid-Alicante

HERNANDEZ BERMEJO, J. Esteban, 1990 - *Dificultades en la identificacion e interpretacion de las especies vegetales citadas por los autores hispanoarabes. Aplicacion a la obra de Ibn Bassal* in "Ciencias de la naturaleza en al-Andalus. Textos y estudios", Madrid-Granada, CSIC

IBN ARABI, 1979 - *Les soufis d' Andalousie* (int. e trad. por R.W.J. Austin), Paris, Editions Orientales

IBN HAYYAN, 1981 - *Crónica del califa Abdarrahman III an-Nasir entre los años 912 y 942 - al-Muqtabis V* (trad. e índices por Maria de Jesus Viguera e Federico Corriente, Zaragoza, Anubar Ediciones

LOPES, David, 1911 - *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, sep. do "Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa", vols. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional

LOPES, David, 1941 - *O Cid Português: Geraldo Sempavor* in "Revista Portuguesa de História", tomo I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 93-111

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.), 1998 - *Portugal Islâmico – os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Insituto Português de Museus

MACIAS, Santiago, 2005 - *Mértola – o último porto do Mediterrâneo*, 3 vols., Mértola, Campo Arqueológico de Mértola

MAZZOLI-GUINTARD, Christine, 1996 - *Villes d' al-Andalus. L' Espagne et le Portugal à l' époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes

OLIVEIRA, José Augusto de (ed.), 1936 - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa

PICARD, Christophe, 2000 - *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L' Occident d' al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larose

RIBEIRO, Orlando, 1986 - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4a ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa Editora

TORRES, Cláudio, 1992b - *O Garb al-Andaluz* in "História de Portugal" (dir. de José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 363-415

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, 1998 - *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores

Mértola, view of the town | Located at the confluence of the Guadiana with the small river Oeiras, the town of Mértola played an important role in the southern peninsula, particularly during the 12th and 13th centuries. Conquered by D. Sancho II in 1238, it soon was handed over to the Order of Santiago.

MEDIEVAL CHRISTIANITY - THE FORMATION AND CONSOLIDATION OF PORTUGAL (12TH-15TH CENTURIES)

José Custódio Vieira da Silva / Joana Ramôa
Faculty of Social and Human Sciences,New University of Lisbon

Between 1179, the year in which the pope, through the edict *Manifestis probatum*, granted D. Afonso Henriques (1109?-1185) the right to use the title of king, and the year 1385, the year in which D. João I was placed on the throne in the court of the city of Coimbra, more than 200 years had gone by in which Portugal was formed, expanded and consolidated its territory and began to structure itself as a state.

The transition from the County of Portucale to a kingdom, accomplished by the first king, D. Afonso Henriques, in his fight against the Emperor of Leon, who the county belonged to, was completed in 1143. The papal recognition obtained in 1179, much later but diplomatically essential to render the independence effective, only served to acclaim the situation.

The expansion of territory, which until then had only included the regions of Entre Douro and Minho, occurred as more of the Moorish land to the south was conquered. A long and often interrupted process of advances and retreats took place during the reigns of the first five kings of Portugal and was only finalized in 1249 with the conquest of the Algarve, the most southern region of the country, by the fifth king, D.Afonso III (1210?-1279).

Finally, the consolidation of the territory of the Portuguese kingdom was achieved by king D. Dinis (1261-1325), the son of D. Afonso III, in the treaty of Alcanises, signed with Castile on September 12th of 1297 in which the physical borders of the country were defined permanently, until today.

*

The formation of Portugal, both as an independent state and in the definition of its geographic boundaries, was achieved through lengthy battles, first against the kingdom of Leon, then against the Moors in the south. This has left, since those days, a strong warrior and military mark on the Portuguese history and landscape.

One of the most important marks of these battles (and one that can symbolize them all) was the conquest of the city of Lisbon by D. Afonso Henriques, with help from the crusaders from northern Europe, who were on their way to the Holy Land. On the 25th of October of 1147, five months after the boats of those northern warriors had anchored in the Tagus River, in front of the city, to begin a lengthy siege of its residents, the defeated Moors began to abandon Lisbon. It was a Saturday. Five days later the imposed exodus was complete and the city was completely free, at the mercy of the conquerors.

The details of this conquest have become known thanks to the account of an Anglo-Normandian crusader, who wrote an exceptional document, incredibly detailed, very thorough and objective, identifying the key players. The conquest of the city of Lisbon, owner of vast territory, rich and productive and an important commercial center, constituted, in the opinion of historian José Mattoso, a demonstration of how the forces between Christians and Muslims changed in favor of the former.

This fact also clarifies another more far reaching phenomenon, that the king of Portugal (and those of the other Christian kingdoms on the Peninsula) by now possessed the political capacity that allowed them to structure a military mechanism with very precise goals of occupying the available land in the south, that until then had been in possession of the Moorish kings now weakened by internal divisions.

This military mechanism presented two very visible sides: the first consisted of a complex network of fortifications – the castles; and the second, of a specific organization of monk-warriors - the Military Orders.

The castles, designed as structures that could resist attacks and sieges, were constructions of a somewhat regular design, made up of a line of thick walls and had an average height of 8 to 12 meters, forming a small patio. The walls were finished with a battlement and a parapet with indentations to protect the warriors. At regular intervals there were turrets sat against the walls, to protect the base of the wall and discourage any attempts to climb the walls.

Inside the enclosed space there were several structures designated to the military garrison, most importantly in the patio, a well or cistern for the provision of water. This is also where the keep would stand: a three or four story tall tower that stood isolated in the patio, overlooking all of the structures and providing the command of all the other areas of the castle.

The Military Orders - associations of warrior monks - played a key support role, first in conquering the territory and then in its defense and maintenance. The first and most influential order were the Templars, who were the ones that first introduced the keep to the castles, a sign of some of the military innovations they brought back from the Holy Land. The first master in Portugal, Gualdim Pais (1118?-1195) was responsible for the construction of an important collection of castles, such as in Tomar (1160) and in Almourol (1171). After the Templars (who were saved from extinction by king D. Dinis, who transformed them into the Order of Christ), other military orders, the Hospitalários, de Avis, de Santiago – gained patronage and contributed to the military efforts required in preserving a kingdom in the process of formation.

Just like the military organization, the consistency of the new country also underwent a challenge in a cultural sense, taking advantage of the religious organization and the influence and power of some of its more prominent institutions. That was the case in Coimbra, with the Santa Cruz Monastery of Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, under the patronage of D. Afonso Henriques since its founding, in 1131. Under guidance of São Teotonio, its first prior, it quickly became the most important cultural and religious center in the country, establishing itself also as one of the most important centers of the production and dissemination of Romanesque illumination art in Portugal. The order also provided constant and unequivocal support to the king and the independence of the new kingdom, its *scriptorium* even served as the royal chancellery. Here is where Santo Antonio de Lisboa studied, before he moved to the Franciscan Order that had established itself in Portugal by then.

Another important center (one that ended up superseding the Santa Cruz Monastery in Coimbra), was the Monastery of Santa Maria de Alcobaça. This monastery was founded south of the city of Leiria and owned vast territory donated by D. Afonso Henriques. Founded in 1153, the monastery was inhabited by Cistern Monks, sent by Saint Bernardo, requested by the king of Portugal, making it one of the most impressive monasteries of the Order in all of Europe.

It was in the interest of D. Afonso Henriques to gain the attention and win the favor of one of the most important people in Christian Europe, someone to whom the pope, kings and other powerful people at the time listened; on the other hand the king also wanted to benefit from the potential and knowledge developed in the areas of agriculture, mining, hydraulics etc. that the Cistercian monks excelled in, as they inhabited, developed and administered the large territory in which the lived. The religious, cultural and political influence of this powerful institution lasted during its entire existence and is one of the most significant phenomena in the history of this country. The grandeur and originality of the medieval architecture of the Alcobaça Monastery (still quite well preserved today) allow us to frame some images of the cultural and artistic landscape of the early days of the formation and expansion of Portugal.

The Romanesque art follows the early days of the country's constitution so closely that one could say that Portugal is Romanesque in its origin.

Among the most diverse architectural experiences that mark particularly the north and the center of the county the small rural churches predominate, indicators of the multiplicity of these small communities and the small powers that controlled them. Built between the mid-12th century and the beginning of the 13th century, these churches are for the most part very simple, of modest proportions and with a single nave covered in wood. As Maria Adelaide Miranda sums up, the period of construction of these buildings showed the great economic difficulties and a very small population, whose efforts in fighting a war and resettling the land didn't leave much room for large endeavors.

There are, despite of everything, more superior architectural undertakings that are usually built in the shape of a Latin cross, with three naves covered in wood and an altar composed of an apse and two small chapels with semi-circular vaulted ceilings. One of the most powerful lineages of those early days of the country belongs to the Benedictine Monasteries and can be found in a limited area between the cities of Braga and Porto. One of the most impressive ones is the church of the Benedictine monastery Paço de Sousa. Its patrons – of the lineage of Sousões – was D. Egas Moniz (died in 1146), chamberlain of king D. Afonso Henriques. He owed part of his fortune to this monastery that was under his patronage and it is here that he chose to be buried.

The most consistent affirmation of Romanesque architecture, and its level of development and complexity of its architecture can be found in the construction of six cathedrals: Braga, Lisbon, Coimbra and Porto are the first cities to build one of the most important symbols of Episcopal power and the urban affirmation in the ordination of the land. The need for a ritual sacralization of the cities recently won from the Moors also urges these constructions to adopt the Romanesque style that was prevalent then. Only later, when the national territory has already been consolidated were the other cathedrals built in Evora, Viseu, Lamego and Silves.

Today, the Lisbon and Coimbra cathedrals are the most consistent and well preserved examples of Romanesque architecture. Architect Roberto, whose origin or background is unknown, is said to have worked on both cathedrals. Impressive and affirmative buildings in the urban context, their facades show, in addition to the solid walls made of cut stone, a lack of openings, a crown made of crenelles and, particularly in the Lisbon cathedral, the two towers in the main façade that come across like a real fortress, reference to the days of battle against the Moors, but also a symbol of the role of the church, as a spiritual fortress in whose protection against Evil Christians would confide.

The cathedral is built in the form of a Latin cross, with a vaulted center structure, divided into three naves (a center nave with a barrel vault and two side naves with a cross vault) and a transept; the altar in both churches was made up of an apse and four chapels. It is also worth noting the large space for the pulpit which in the Cathedral of Coimbra not only adds an element of balance, but also resembles the style of the pilgrimage churches, such as the one in Santiago de Compostela. As Manuel Luis Real underlines, the Romanesque style of the Portuguese cathedral has to be understood as a process of research of new syntheses with European tendencies.

Romanesque architecture, however, isn't limited to its role in structuring the territory or in illustrating a social composition that serves as a catalyst for other economic and political powers. It also carries visions, dreams, symbolic messages expressed in the sculpture that resides in its capitals, archivolts and door panels – so much more important than the few separate pieces of sculpture that have survived.

Romanesque sculpture lives with and within architecture, appropriating itself of its space, hiding empty spaces, sometimes in a high-relief and sometimes by delicate incisions of linear and geometric drawings. The sculpture carries visions and revelations, more than searching for an exact copy that imitates reality, it seeks what is hidden, a fantasy world, the superhuman, the symbolic fight for Good in an eternal battle against Evil. The zoomorphic world especially is enriched with theories about monstrous animals such as a dragon, griffin, basilisk, harpy, a hydra and a mermaid.

This Romanesque world is complemented with art in color and metal, represented by illuminations and goldsmithery, produced in the abovementioned Monasteries of Santa Cruz de Coimbra and Santa Maria de Alcobaça, the most important center of production of these arts that would be commissioned by kings, queens and great lords.

*

The consolidation of Portugal's territory was achieved, as we mentioned above, by king D. Dinis, during whose reign the borders of the kingdom were defined and who, as a result, took on the protection of the land, building new fortifications and repairing existing ones. His long reign of 46 years, between 1279 and 1325, was the setting of a combination of successful policies, internally and externally, making him one of the most accomplished kings. D. Dinis was also an excellent poet and a bard who left a large number of compositions, in which he reveals strong Provencal tendencies, an indicator of the erudite environment in which he was born and grew up; the founding of the Portuguese University in Lisbon, between 1288 and 1290, is another important indicator of the multifaceted dimension achieved during his reign, which is completed by the mandatory use of the Portuguese language in official documents.

The Gothic architecture, which succeeds the Romanesque style, can already be noted in some isolated constructions built at the beginning of the 13th century, such as in the church of Alcobaça that was begun in 1178 or the cloister of the Sé Velha in Coimbra, which was started in 1218. However only during D. Dinis' reign does this style really affirm itself. Portugal's entry into the mendicant orders (at the end of the first quarter of the 13th century) played a large role in this, especially the Franciscans and Dominicans, who were responsible for important changes in the religiosity of lay people and introduced new concepts of understanding man and the world. Insisting on the practice of individual acts of virtue and a religious education based on theology, they implemented their works primarily in cities, as opposed to the previous monastic Orders (especially the Benedicts) who had settled in the deserted rural areas, looking for isolation and refuge from any contact with the profane and lay world.

The Franciscans and Dominicans directed their activities towards the marginalized populations in the larger cities. This choice was sometimes the cause of conflicts and rivalries with the diocesan clergy that were only overcome at the end of the 13th century, when the primitive and simple monasteries were replaced by Gothic churches of a significant size, built at the foot of the city walls, among the poorest populations.

To follow the settlement of the mendicant communities in Portugal is practically the same as tracing the maps of the more developed cities. This same map allows for another observation: it's in the center and the south of the country, where the Romanesque style didn't establish itself, that Gothic architecture is able to lay its foundation. Thus a curious duality in the landscape begins to emerge: The Romanesque North opposed to the Gothic South; the period in which the country is formed, under Romanesque colors, is followed by the period of consolidation and development, under the shine and splendor of a Gothic light.

The ideal of simplicity and poverty practiced by the Franciscans and Dominicans is completely reflected in their buildings. Although in some cases the grandeur of the buildings (often only made possible because of the support of kings or nobility bestowed on these new religious orders) seems to contradict their beliefs, it's their simplicity and modesty that become the dominating factor.

The Dominican and Franciscan churches are usually built in the form of a Latin cross, with three naves and a very pronounced transept. The altar of these temples is where most of the architectural effort is directed, often consisting of three to five staggered chapels in a polygonal design. The interior finishing of these churches reflects the austerity that presided over the construction; in fact only the altar is covered with a Gothic vaulted ceiling, while the naves and transept are usually done in wood, allowing for slender interior columns and no longer requiring supporting buttresses.

The mendicant architecture is characterized as a style of great clarity and simplicity in its forms. This can be seen in the design of the buildings, both in the use of often inexpensive materials, as well as in the sparse sculptures, limited to very simple decorative leaves on the capitals.

One of the best examples of mendicant architecture that was also adopted by other religious orders can be found in the Igreja da Graça in Santarem (where the remains of Pedro Alvares Cabral, the discoverer of Brazil, are buried). its urban setting, the clarity of the design, the elegance of the proportions, the subtle and homogeneous light dispersion show to what extent this style, despite a certain frugality in its resources, was able to achieve a high level of esthetic quality. At the same time, it confirms the structuring role that the endeavors of the mendicant orders played in Portuguese society, superseding, in their cultural influences, those of the Santa Cruz de Coimbra and Alcobaça monasteries.

There were, however, other architectural styles developed in the 14th century that diversified the more simple model introduced by the mendicants. Referred to by Mario T. Chicó as fortified churches, the main difference can be found in the preservation of a military aspect, in their compact form and walls with battlements. Two of these buildings are directly linked to the Military Order of Hospitaliars or that of Malta: such is the case with the church of the Monastery of Leça do Balio, near Porto, the headquarters of the Order in Portugal in the first half of the 14th century, and of the church Flor da Rosa, in Alentejo, a province in the south built in the second half of the 14th century, when the Order moved its headquarters to the nearby village of Crato. If the church of Leça do Balio emphasizes the military aspect of these buildings with its powerful and tall military tower on the right side of the main façade, the church Flor da Rosa takes this level of imitation even further as the church is often confused with a couple of towers that are part of this fortified complex founded by prior D. Alvaro Gonçalves Pereira in 1365.

In a certain way, these architectural experiences that were linked to the religious-military Orders are representative, together with the preservation of one of the more symbolic memories of the formation of Portugal, now that the support to the king in conquering and defending the land against the Moors, which had been their raison d'etre, no longer existed.

In Lisbon, however, we find a 14th century work that better defines the evolution that was achieved, after successive experiences, by gothic architecture. Two earthquakes, in 1337 and 1355, damaged the Romanesque Altar of the Sé in Lisbon so much that king D. Afonso IV (1291-1357) undertook its reconstruction, designing also a space for his grave. The model that was used was that of an altar with a niche, an ambulatory with radiating chapels, a complicated implementation that in Portugal had only be used in the church of the Alcobaça monastery. The complexity of this procedure in combination with its esthetic quality, reveals an architect who is familiar with the most advanced methods of gothic architecture in Europe.

With the undisputed quality of the building and his choice of the Sé in Lisbon as the place for his tomb, king D. Afonso IV foresees the political importance (in addition of the social and economic importance) that Lisbon would gain in the country and the new role that it was beginning to play, as the most important city of the kingdom. For this reason the regret of king D. Juan I of Castile in not being able to take the city of Lisbon was significant. After a lengthy siege of the city, from May to September of 1384, during which he had hoped to capture the Portuguese throne, he was forced by the plague that was decimating his settlement to give up his siege and return to Castile. His regret was even more profound because he was convinced that if he had conquered the city he would have conquered the kingdom –, «this city, which I hope to conquer, as here I conquer the entire kingdom».

The emergence of Lisbon as the most important city of the kingdom in the second half of the 14th century is one of the events that best testifies to the consolidation of the country, achieved by the ongoing efforts of the Portuguese kings since the final conquest of the Algarve in 1249.

However, the Castilian king by no means gave up on his attempts to conquer the Portuguese throne. That's why, the year after the siege of Lisbon, he united a new army and entered the country with the same objective: conquering the kingdom by conquering its capital city.

This time, however, the Portuguese king wisely waited for him in the fields of Aljubarrota, near the city of Leiria, in the center of the country, to force him into battle.

It was August 14th of 1385.

Although with a much larger number of soldiers and much better equipped, by nightfall the army of the king of Castile had surrendered to Portugal. With this victory the independence of the country was finally consummated and the first great cycle of its history had been completed.

On the day of the Battle of Aljubarrota, on the eve of the celebration of Nossa Senhora de Assunção, the king of Portugal invoked the protection of the mother of Christ before the upcoming battle and everything that was at stake, promising her, in case of victory, the building and dedication of a monastery. So after his fortunate experience he hurried to fulfill his promise. That is how, near the site of the battle, and as an ex-voto of a fulfilled promise, the Monastery of Santa Maria da Vitoria of Batalha (Battle) was built.

The significance and scope of this construction were not limited to simply fulfilling a promise. The monastery also embodied the anointment of D. João I as king of Portugal. The military victory obtained under the protection of the Virgin Mary –"Our protector and the protector of our kingdom" as the king would say - was understood as divine consent in legitimizing D. João I as king.

The foundation of the monastery was thus also a visible sign and symbol of a new dynasty that would begin with him and gains even more visibility when the king decides to build a chapel for his remains and those of his lineage - the Chapel of the Founder (Capela do Fundador). The need that D. João I had, during the early days of his reign, to constantly affirm his royal ascendancy to legitimize, from a hereditary right, the power to govern that was bestowed upon him in 1385 by the Court of Coimbra, can be seen in the inscription – *son of King D. Pedro* – that he had engraved on the helmet on his coat of arms that hangs over the side door of the church of the Batalha monastery. The Batalha church (and the monastery as a whole) embodies in the monumentality of its design and the wealth of its appearance the importance that D. João I attributed to it. From an esthetic perspective, it embodies the late-gothic language that its second architect, Master Huguet, introduced, putting Portuguese art on par with the most current trends in Europe at the time; from a monumental perspective, it has grand dimensions, only outdone by the church of the monastery in Alcobaça, to which it is similar in the design of the full vaulted ceiling.

The construction of the monasterial complex of Santa Maria da Vitoria or of Batalha took many years and some parts were never even finished. Such as the symbolic Imperfect Chapels, planned by king D. Duarte (1391-1438), the son of D. João I, as the resting place for his body and the pantheon of his descendents, like what his dad did with the Chapel of the Founder. Because of that, the influence of the Batalha construction on Portuguese gothic architecture was long lasting, extending all throughout the 15th century and coming to a glorious end with the emergence of the vibrant and intense Manueline art.

Next to Gothic architecture, the style of the same period reflects, in an intense and direct manner, the clear changes that medieval man has undergone in his relationship with the world and nature. Transformations of various kinds are at the base of this change in attitude and esthetic values: the world, a creation of God, is perceived as a place of beauty and harmony that man should enjoy and develop. That's why the apocalyptic themes and the visions and monsters of Romanesque art gradually make way for the serenity of a visible naturalism which is reflected in the themes and in the forms.

Stylized plant-like motifs and the geometric drawings used in Romanesque art are substituted in Gothic art by leaves that are drawn with a fresh and spring-like naturalism, a reflection of a new understanding of the world and the role that man should play in it.

It's during the 14th century, which corresponds with the time of consolidation and organization of the country, that Gothic art achieves complete imitation of nature: in the church in Lourinhã, near Lisbon; in the ambulatory of the Lisbon cathedral, in the Fernandine choir of the church of São Francisco de Santarém, the ivy leaves, vine leaves and other species of rural flora that spill over in two layers and are filled with a naturalist lushness. When Master Huguet takes over the construction of the Monastery of Batalha, he introduces to the plant-like decorations the spiny and red leaves of the thistle, which in J. Huizinga's poems represents the warm tones of autumn. It is then, in the Manueline period, that architectural decoration explodes in a variety of themes to which other types of foliage are added such as the fruit of the Holm oak, of the pomegranate, thistle, etc. Amidst other zoomorphic themes, reappear the mermaids and the dragons that were already used in Romanesque art. It's in a certain way an orgiastic celebration of an art in its final moment.

The new elements of Gothic art aren't limited to the naturalist motifs that decorate the capitals. The autonomous and important sculpture gains more significance, lending the images a serenity whose expression translates the humanism of the Gothic vision and way of thinking. Christ is no longer an inflexible and rigid judge and becomes merciful, getting closer to the humanity to which he had compared himself, without questioning his divinity.

Along the 14th and 15th century, as a result of a number of crises of different origins, the drama of the death of Christ, one of the preferred themes, gains a new color: the dead Christ, a piece stored at the National Museum Machado de Castro (Coimbra), sums up the feeling of suffering, of pathos, of loneliness of a God who, in death, is abandoned to his condition as a mere mortal.

In the meantime, one of the important new themes in Gothic art is the emphasis given to the portrayal of the Virgin as the mother of Christ. This devotion reflects once again, the humanist feeling of the Gothic period and also the new position of women in society and in medieval imagery as, in a different way, is confirmed by the "ballads of friends" and the "ballads of love".

In the case of Portugal, one of the most convincing expressions of this new vision can be found in the portrayal of the Expecting Virgins, or popularly known as the *Virgins of Ó* – name derived from the beginning of the Antiphons of the Advent -, the most notable ones were made by Master Pêro (or in his workshop), a 14th century sculptor based in Coimbra: standing, pregnant, with the right hand on her pregnant belly that hides the child to be born, these portrayals of the Mother of God are one of the most impressive examples of new styles that were favored during the Gothic period.

This concern for the human aspect can also be found in another influential manifestation, the making of big funeral ark with the sides filled in with various illustrations, depicting the mentality and preferences of the person and a statue of the deceased on the lid. Bishops, kings and lords would compete among each other to make these into real monuments, with the objective of eternalizing the memory of the individual, by presenting a social image that best portrays and embodies the virtues of the deceased.

The most impressive example, in Portugal, of this memorial manifestation are the tombs of king D. Pedro (1320-1367) and D. Inês de Castro (?-1355), that stand out for their excellence and originality and even at a European level, they are endowed with an impartial originality. The most impressive representation may very well be the Wheel of Fortune, on D. Pedro's tomb. This representation, according to Carlos Alberto Ferreira de Almeida, is a precious monumental source of the history and culture of its time and is unique in Europe, in its kind: the philosophic contemplation of the highs and lows of human life, the decisive affirmation of the precariousness of wellbeing and the fragility of life that culminates in a dramatic presentation of the deceased in his funeral shroud, is not only an extremely high-quality artistic representation but has also never been seen before. Effectively, D. Pedro chose, as the setting and characters of this great dramatization of human existence, his own love story – the passionate and impetuous love he experienced with D. Inês de Castro that went beyond the limits and social conveniences, or as columnist Fernão Lopes stated, "because a love like that between king Dom Pedro and Dona Inês is rarely ever seen", which tragically ends with the murder of D. Inês, adding to its final transcendental dimension.

The sentiment of the individual and the value given to the portrayal of the human are some of the elements that are representative of the Gothic period

and style. This is also where, in a transcendent way, the appearance of these medieval funeral monuments, especially those representing the deceased fits in: they are a more expressive personal memory and at the same time an affirmation of the lineage; through symbols, better than with words, they represent the social image that each person would like to leave of himself.

In this context, the period of Portugal's affirmation couldn't have a more paradigmatic apogee than the collection of six panels that make up the so called polyptych of Saint Vicente (or the Panels of São Vicente de Fora), found in the Museu Nacional de Arte Antiga in Lisbon and attributed to the painter Nuno Gonçalves, who worked in the second half of the 15th century: The apogee of the period of affirmation, it also testifies to the changes that are taking place in Portugal. The impressive collection of paintings is unique in Europe and shows a society completely involved in maritime expansion.

The quality of the drawing, the rich selection of colors and the glow of the gold, the composition that shows numerous characters, shown in a way that seems to be a portrayal of the most representative layers of Portuguese society, is only surpassed by the impressive dimension of the magnitude in which this authentic portrait gallery is composed. Individualized faces with unique expressivity, often an absent gaze or fixed on the spectator (in a defiant attitude), are portrayed standing on an opaque wall that synthesizes the entire composition. The São Vicente panels constitute, even in terms of European paintings of that time, one of the most accomplished representations of individualism and humanism that characterizes this society.

Despite (or perhaps because) it being a group portrait.

BIBLIOGRAPHY

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) - O Românico. *História da Arte em Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Publicações Alfa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992) - A Roda da Fortuna/Roda da Vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça. *Revista da Faculdade de Letras*, VIII, Porto, pp. 255-263.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2005) - *D. João I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

LOPES, Fernão (1983) - *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização.

LOPES, Fernão (2007) - *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1964) - *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

MATTOSO, José (1985) - *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*. Vol. I – *Oposição*. Vol. II - *Composição*. Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, José (2006) - *D. Afonso Henriques*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

MIRANDA, Maria Adelaide (2001) - Imagens do sagrado na iluminura e ourivesaria românicas em Portugal. *El Arte Románico en Galicia y Portugal / A Arte Românica em Portugal e Galiza*. Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 184-205.

MIRANDA, Maria Adelaide e SILVA, José Custódio Vieira da (1995) - *História da Arte Portuguesa. Época Medieval*. Lisboa: Universidade Aberta.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (2005) - *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

REAL, Manuel Luís (2001) - O Românico Português na perspectiva das relações internacionais. *El Arte Románico en Galicia y Portugal / A Arte Românica em Portugal e Galiza*. Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 30-48.

SILVA, José Custódio Vieira da (2000) - *Arte Gótica em Portugal. Algumas reflexões. O Sentido das Imagens. Escultura e Arte em Portugal (1300-1500)*. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 43-53.

SILVA, José Custódio Vieira da (2003) - A flora na Arte Manuelina – Representações e Significados. *Revista Camoniana*, vol. 13, Bauru, São Paulo: EDUSC, pp. 205-218.

SILVA, José Custódio Vieira da (2005) – As viagens da época de D. Manuel e os seus reflexos nas artes plásticas. *Revista Camoniana*, vol. 18, Bauru, São Paulo: EDUSC, pp. 127-144.

SILVA, José Custódio Vieira da (2005) – Memória e Imagem. Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (Séculos XIII e XIV). *Revista de História da Arte*, 1, Lisboa: Instituto de História da Arte / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Edições Colibri, pp. 46-81.

Santa Maria da Vitória Monastery, Batalha | Detail of the Monastery's cloister, from the early 15th century. The banners on the arches are decorated in a Manueline style, from the beginning of the 16th century.

Santa Maria da Vitória Monastery, Batalha | This Gothic monastery, located in Batalha, in the Leiria district, was commissioned by D. João I in 1386. It includes a church in the shape of a Latin cross, the Chapel of the Founder, the sacristy, the Royal Cloister, the Chapter Room, a primitive dormitory, the Cloister of D. Afonso V and the D. Duarte Pantheon. In 1388, D. João handed the monastery over to the Order of Saint Domingos de Gusmão.

Almourol Castle, Santarém | Set 18 meters above the water level, on a small island along the Tagus River, the Almourol Castle is one of the most significant military medieval monuments of the Reconquista period; it simultaneously evokes the early days of the Kingdom of Portugal and the Templar Order.

Sé Cathedral, Coimbra | Magnificent example of Romanesque architecture in Portugal, the Sé Cathedral dates back to the glory days of the Romanesque artisans of the city. It was built during the reign of D. Afonso Henriques who, after the Battle of Ourique (1139), declared himself king of Portugal and chose Coimbra as the capital of the kingdom.

Alcobaça Monastery, interior view | The early Gothic monastery is located in Alcobaça and was built at the end of the 12th century for the Cistercian Order and later expanded at the beginning of the 14th century, when the large Gothic cloister was added. Later in the 18th century, a large library and novitiate were added.

THE JEWS IN PORTUGAL

Maria José Ferro Tavares | Open University of Lisbon

"...who says of Jerusalem, "It shall be inhabited", of the towns of Judah, 'They shall be built,' and of their ruins, 'I will restore them, ...' (Is., 44, 26)

WHEN DID THE JEWS COME TO PORTUGAL? | Asking when the Jews arrived in Portugal is a question without an adequate answer. Jewish chronicles register the captivity in Babylon as the mark of their presence in Hispania. However, the exact moment of their arrival is unknown. We only know that they arrived here on one of the pilgrimages of their many Diaspora. What I refer to here *took place during the conquest of Jerusalem and the destruction of the Second Temple by Titus in the year 70 A.D., and in the destruction of the city and the order by Hadrian in 132 A.D. that prohibits the Jews from living here*, after the Bar Kokba revolt was crushed, a revolt that was greatly marked by the belief of the coming of the Jewish Messiah. Jerusalem became *Aelia Capitolina* and Jews were no longer allowed in its territory.

It was around this time that the Jewish people began to disperse further along the shores of the Mediterranean, arriving in the Iberian Peninsula, known as *Sefarad*, where traces of their presence can be dated back to the 2nd and 3rd centuries. That's why the Jews on the Iberian Peninsula are known as Sephardic Jews and those from Central Europe as Ashkenazi Jews.

Their presence in the region that would later become Portugal has been proven by two engraved tomb stones that were found in the Algarve, near Lagos, dating back to the 6th century, which makes sense if we remember that at that time the southern part of the Peninsula was dominated by the Byzantines. The reference to "Syrian" and "Jewish" merchants appears in written documents. The unification of the region by the Visigoths and, much later, by the Muslims, made the Jews spread out across the territory, especially to the region south of the Douro River. In fact, the oldest written references about the Jewish presence in Portugal have been found in the region of Coimbra. These date back to the 8th and 9th centuries. In Mertola archeologists have found a tombstone with an engraved image of a menorah, the candelabrum with seven branches, which may attribute the grave to a Jew. However, because of the Latin script and the fact that the incomplete stone doesn't allow for the identification of the deceased, we can't be sure. If this were the case though, the confirmed presence of the Jews could be moved back to the 5th century.

HOW DID THE JEWS ORGANIZE THEMSELVES UNDER THE PORTUGUESE KINGS? | *The Jews belonged to the king*, this means that it was the king who allowed them to live, or not, in his territory. To live in his territory meant to have permission to reside here, have a home and build a family with someone of the same religion, work and do business, exercise a profession, follow your own religion and be judged according to your law, the *Talmud*, and be buried according to its rituals. This permission was given to the communities in a *Letter of privilege that granted a community, its jurisdiction, its liberties and rights* and to each individual adult in a letter of contract. We can associate the kings of Portugal with the title that Afonso VI gave himself: the king of three religions.

In the beginning, when there weren't too many of them, the Jews lived among the Christians. Integrated into the community as neighbors, most worked in agriculture, just like the Christians did, complementing this activity with the buying and selling of products or lending money. However, their economic activities as business people and artisans meant they had to travel around the kingdom, that's why the jurisdiction letters given by the sovereign to the municipalities would often mention their presence as traveling merchants, to protect them from attacks or robberies and giving them the right to complain to the Christian authorities if any disrespect should befall them or their goods.

Early on, some belonged to the court elite who financed the king and collected taxes. They were known as the treasurers of the kingdom, a function in which some members of the *Ibn Yahia or Negro* family distinguished themselves during the reigns of the first kings of Portugal. It is from among these treasurers that D. Afonso III, at the end of the 13th century, chose a *rabi mor* (head rabbi), a position that, with only a few rare exceptions, would remain in this family for a long time, passing from father to the oldest sons who would be initiated in their role while the father was still alive.

The rabi mor was a courtier Jew trusted by the king. He lived at the court and the king would resort to him whenever he required to levy extraordinary taxes to finance a war, the marriage of his firstborn or a dowry for his child(ren). It was the rabi mor who would convene the assembly of Jewish communities in the kingdom and who would negotiate the loan or financing provided to the crown.

He served not only as a representative of his fellow Jews to the king, but also as a judge in the Jewish court. Whenever the defendant was a Jew, he would judge, according to Jewish law, the cases that were referred to him by the rabbis or judges from the Jewish communities. In case of an appeal the king would decide. The rabi mor had his own chancellery and seal, a notary, a governor and a jail that would follow the court whenever they traveled around the kingdom. The written language was Hebrew, until D. João I made the use of Portuguese mandatory and ordered the use of Gothic characters in the Jewish chancellery.

The position of rabi mor lasted until the middle of the 15th century. The last rabi mor of Portugal was Master Abraão Negro, the king's doctor, who died during the conquest of Arzila in 1472. In the 1460s, the position was divided into two different functions, the judge mor (head judge) and the treasurer mor of the king for the Jews, which were attributed to Master Abraão. However, still during the reign of this king and after his death we find reference to Master Abas, the doctor of the Duke of Bragança designated as rabi mor.

The Jewish communities were organized in *comunas*. The center of these comunas was the *synagogue*, the house of prayer, the town council, court and school. At the head of the synagogue were one or two rabbis nominated, initially, for life by the king. After the middle of the 14th century, D. Pedro I decreed that the rabbis had to be elected, the same way the men of the town council were elected. The decree applied to the most populous communities such as Lisbon, Santarem, Evora, but soon it applied to most of the communities across the kingdom. The rabbis presided over the town council of the comuna and ruled on cases between Jews or in situations where the defendant was a Jew. In addition to the rabbis and the town councilors, there was a treasurer, an inspector responsible for monitoring the prices of goods and services, the tax distributors, the jail ward, the notary, the legal clerk, etc. Some rabbis also exercised the function of teacher at the schools for children. Others were doctors in law and taught the *Midrash* and the *Talmud*. There weren't too many of the latter as they would travel around and teach.

The comuna was a micro municipality, made up by members of the Jewish community who would occupy part of the Christian community and interact with this community in terms of taxes and the contribution to the retirement fund whenever the king was in town. They would also provide other services, such as the supervision of prisoners, repair of the city walls or price control, upon consultation of its members, officials of certain arts or professions.

The basis of the comuna was the *judaria* or *judiaria*, the street or streets where the Jews lived. The synagogue was located in the center, in a building specifically designed for that purpose, such as the synagogues of the large judaria in Lisbon, or Miragaia in Porto or Evora. In other cases, in much smaller or poorer communities, the house of prayer would be located in a residential house adapted for the purpose. This was the case in Guarda. An exception seems to have been the synagogue in Tomar, a house of prayer in a small community that grew in the shadow of the Order of Christ and the members of the royal family who were administrators of this military order, such as the Infante D. Henrique or D. Manuel, the future king of Portugal.

Typically, the synagogue is a building with two floors; the lower part of the synagogue is used by the men and the upper part by the women, who

would watch the readings of the *Torah* or the Pentateuch separate from the men. In other cases, the women's synagogue would be autonomous with its own lector. The synagogue would be located in the center of the community space and the sound of the prayers wasn't allowed to interfere with the religious ceremonies of the nearby churches. Near the synagogue would be the mikvah or bath for the purification rituals, such as we still find in Tomar today.

The comuna was always required to obtain authorization from the king to build a new synagogue or expand an existing one. Sometimes the approval of the bishop of the diocese was required for the permission. As the area in which the Jews resided was part of the Christian municipality, they had to pay a tithe to the Church or a tribute to the church of the neighborhood to which the land of the comunas belonged, as was the case in Santarém where each adult Jew had to a pay one silver real a year to the São Martinho church.

The judaria had a specific location. In the early days the Jews would normally settle near the Rua Direita, close to the residence of the mayor or the king, or near the main square. This is where the shops and stalls were located that would attract those who worked in commerce or as artisans. Later, the economic growth of the Christian bourgeoisie would cause a certain rivalry and antagonism, compounded by an increase in hatred because of the black plague, which eventually resulted in the closing off of the streets where Jews lived. As it was impossible to close the Rua Direita, the kings authorized the transfer of the judarias to the outskirts of the city, where the area could be demarcated. This happened in Braga, in Guimarães and in Silves, where the Jewish residents had to leave the noble part of the city and move to an area far from the commercial district, close to the city walls, the Rua Direita and one of the city gates.

The Christian churches were often near the judarias, sometimes surrounding them, as was the case in Lisbon where the large or old judaria was surrounded by the Madalena, São Nicolau and São Julião churches. This is not so strange when we remember that the division of the space was done by neighborhood and this one was located in a noble part of the city of Lisbon. The Alfama judaria was located near the São Pedro church, whose parishioners would complain about the prayers in the Alfama synagogue. These weren't the only examples. São Vicente was near one of the edges of the Guarda judaria, as well as São Martinho, São João de Alporão or the Santo Ildefonso chapel, which were located near the Santarém judaria.

Also in the 14th century, during the reign of D. Pedro I, the first laws emerged that made it mandatory for the more densely populated comunas to close the gates of the judaria at night. However, many weren't closed until later in the 15th century and some never had gates. In some cases, the increase of the number of Jewish residents resulted in them living among the Christians, which made D. João II, in the 1480s and 1490s expand the judarias in order for them to take in more people. Conversations between Christians and Jews were frequent, which led D. Afonso V to decree that in areas where this was more common, the lower windows would have to be shut, leaving only a small slit so that air and light could get through, but which would prevent proximity between people of the two religions, which was thought of as harmful.

Just like the Christian municipality, the comuna was self-sufficient for its inhabitants. In addition to the synagogue, it had schools for the children, Midrash schools and libraries. In Lisbon it also had hospitals, a bakery, taverns, butchers, bath houses, a jail, an inn, a cemetery. By the end of the 15th century, some comunas, like in Lisbon, Faro or Leiria, had their own letterpress. Attached to the synagogue or the comuna magistrates, were the brotherhoods that provided assistance to the poor of the community and contributed to the alms chest.

In the larger communities, like in Lisbon, the Jewish neighborhood was divided according to professional areas: the street of the merchants, black smiths, shoemakers, dyers, furriers or traders. Some of the more heavily populated judarias had a brothel where Jewish women worked as prostitutes, as a Jew was not allowed to enter a Christian brothel.

By the end of the 15th century, when the edict was issued to expel the Jews from the Portuguese kingdom, most municipalities had a comuna or judiaria. In fact, not even in all communities did the Jews have their own community with a rabi and a council. Sometimes they would have their street or judaria and a synagogue set up in a residential home. In that case they would depend on the nearest comuna for legal undertakings, payment of taxes, burial of their dead, etc.

This happened with the Jews from Azurara or Arrifana, near Porto, who had to bury their dead in the cemetery of the comuna in Porto; or the Jews from Tojal or Sacavém, who would bury their dead in the cemetery of the comuna in Lisbon. The cemetery was usually located on the outskirts of the municipality, outside of the comuna. The Jewish cemetery in Lisbon was near the brick factories, in Rossio and in Evora it was in a field on the road to Montemor-o-Novo.

WHAT TAXES DID THE JEWS PAY? | The Jews had to pay collective and individual taxes, service taxes and other duties that befell them, such as the right to live in the kingdom of Portugal, whether it was to the king, the Church or the municipality. The collective taxes such as the royal service and new service had been replaced in the 14th century by the tributes they had to pay in exchange for the right to live in the kingdom and also a local tribute to the jurisdiction in which their houses stood, that was passed on to the king as some kind of collective lease. Then there were the services charged to individuals, a sort of head tax that was levied on each adult, as well as taxes levied on work, agriculture, crafts, buying and selling, loans, profit and other taxes. Added to these taxes was the *genesim*, a tribute that allowed the Jews to have a school and teach their religion and traditions. These were ordinary taxes that had to be paid annually to the crown.

But to live here, to have a house, exercise a profession, buy and sell real estate and goods, loan money and invest, each adult Jew had to be allowed to do so, which required a contract letter that had to be registered at the chancellery and for which he had to pay the king. In the second half of the 15th century, the right to set up contracts among themselves, with Christians or with Muslims was acquired as a whole by the comunas, probably through some sort of lease on this right. The comunas was then reimbursed for this investment by each Jew who would reach the age of majority.

With the conquests in the north of Africa, the Jews had to pay a tax to the blacksmiths of Ceuta. In addition to these taxes to the crown, the Jews, as well as the other subjects, whether they were Christians or Muslims, had to pay to extraordinary taxes, requests and loans that would be requested from the comunas if the king was in financial trouble: a war, a wedding or any other endeavor that required a large sum of money, such as putting together a fleet to discover a sea route to India. The Jews were the subjects who, in general, paid the most. The amounts were agreed upon by the king and the comunas in the general assemblies summoned by the rabi mor, in a kind of Jewish court.

In addition to paying taxes to the king, the Jews also paid municipal taxes and duties, contributing to the repair of the city walls, providing people or money to transport prisoners, contributing to the pensions that the king, the royal family or the aristocracy were entitled to, providing them with houses, clothing, food for people and animals.

The comuna also received taxes, paid by its members, and the church on the land where the comuna was located was also entitled to a tithe on all products or a tax .

WHAT WAS THE ROLE OF THE JEWS IN THE PORTUGUESE ECONOMY? | From the early days of the kingdom, the endeavors of the Jewish minority were especially important for the economy. In fact, since our first kings, as the function of head treasurer already indicates, the richer ones were used as "bankers" of the sovereign, whether it was to finance the wars against the Muslims or Leon and Castile, or later to finance the conquests in North Africa or the maritime discoveries. They would lend money that the kings would often repay in tax exemptions, honors or social privileges.

The elite would partner socially with the aristocracy and the bourgeoisie as their wealth translated into the ownership of large properties, estates close to the city where they had their palaces and orchards, farms, vineyards, wineries and mills. The Negro or Ibn Yahia had their palaces and estates near Lisbon and Santarém, the Navarro also near Lisbon, and the Abravanel in Lisbon and the Alentejo. Their land and city properties as well as their towered houses in the comuna gave them social status and power, the same way it did for the powerful Christians. Jews would work on this land and these properties but also Christians, despite canonical decrees and palace orders prohibiting it, but the king would allow it.

Used by the kings to populate the country, the Jews were allowed to purchase rural and urban property, such as the 3500 maravedis (ancient coin) invested in houses, farms and vineyards that the Jews from Bragança were obligated to buy in order to settle there. And this would happen with the common people. Workers would cultivate grains, vineyard, orchards and olive trees. They would transform the produce of the land in the windmills and watermills, in the wine cellars and fruit presses of the king, or a noble man or a clergy or the municipality, who would lease and exploit those who worked for other Jews, for Christians and Muslims. In the vineyards they could make the kosher vine that they would use in their homes and taverns in the judarias, however, the grains and olive oil were products to be exported, such as those grown by the major producers in the region of Santarém. The olive groves of one of these producers, the Crescente family, were estimated at 800,000 reais at the end of the 15th century, around the time of the expulsion. They raised cows, sheep and goats that they sold at markets or would trade in Castile, often illegally. Most cattle were destined for the butchers in the comunas to be slaughtered according to Jewish law.

If agriculture was a way to service, it never was their only economic activity. The Jews exercised various professions and rarely just one. Agriculture was for those who owned or leased a piece of land, in addition to their trade. Manual labor or a trade, whether it was that of a shoemaker, a tailor, a weaver, a goldsmith, a silversmith, a blacksmith, a parchment maker, etc would often be combined with the production in a workshop and sales through a store or a stall, whether in the judaria, on the main square or in the Rua Direita of the Christian neighborhood or in the areas next to the Christians. Their role in the life of the municipality was of such importance that the municipal authorities would ask the king for privileges so that some of these tradesmen could move there, often living among the Christians or near the Christian areas. But it wasn't only through these granted privileges that one could observe the economic role that they played: they were also consulted by the Christian masters to determine salaries and the prices of products.

The trades also helped the Jews get into the court, into the royal family and the ecclesiastic authorities. Master José was the goldsmith for queen D. Leonora Teles and another Master José was also a goldsmith to king D. Duarte and his wife; Moisés Latam was the tailor of D. Afonso V; the Sapaio from Tomar were goldsmiths for the Order of Christ and D. Manuel, the Duke of Beja.

Among all the professions, the Jews distinguished themselves in the field of medicine. As physicians and surgeons, the Jews played an important role in a kingdom where, by the 15th century, almost 80% of the doctors were Jewish. Medicine, as any other trade, was learned from an older and experienced master. The apprenticeship consisted of the knowledge of the Muslim medical treaties such as the writings of Avicena, practical experience obtained by watching and working with a master and an exam conducted by a head physician or surgeon, often a Jew. Only after passing this exam was one allowed to exercise the profession of doctor or surgeon. Some would get permission from the king to attend the Portuguese university, such as master Abraão Negro, the doctor of D. Afonso V and his rabi mor, and his son Guedelha.

The same would happen with other professions, learned as an apprentice, with a master or other associates, inside the judaria or in the Christian neighborhood. Only then could an artisan open his own workshop and hire people.

Most of the Portuguese Jews would earn their income in trades, only 10 to 20% worked in large scale commerce. This doesn't mean that they weren't business people. They worked in their own stalls and shops or at markets or as traveling sales people, buying and selling products and bringing news from town to town.

A minority in the towns and large cities worked in the linen, silk or velvet fabric trade, textiles imported from Flanders, England and Castile. The merchants would exhibit their fabrics on the terraces of the squares, the Ruas Direitas or Rua dos Mercadores. Others worked in the spice trade selling pepper, clove, ginger, cinnamon and sugar. They called themselves spice traders. Because of their specialty, just like the merchants or the goldsmiths, they were allowed to have a stall in the noble areas of the Christian neighborhood. These important merchants imported their products from beyond the Christian and Muslim regions, using their business trips as an opportunity to visit communities of Jews on the perimeter of the Mediterranean where they could spend some time, do business, hear the latest news, and sometimes serve as informants of the kings of Portugal, or as we would say today, spies. D. João II sent rabi Abraão from Beja and José de Lamego disguised as merchants to Ormuz, Aden and Cairo, and they traveled to India, via Egypt and the Persian Gulf. This would still happen even after the Jews were expelled from Portugal.

In addition to the fabric trade, the Jews also were given permission to trade sugar with Madeira in the 15th century. A monopoly of the crown, the kings would use the Jewish merchants as a broker of the product, allowing them to buy it from the sugar producers and sell it in Flanders or in Italy. But not only sugar was sold by them. African pepper and ivory were added to the slaves whose monopoly the crown had conceded

to the Jewish merchants, such as the Abravaneis or Palaçanos. These had already served the infantes D. Fernando and D. Henrique, respectively, in the court of D. Afonso V, until the fall from grace of the first two during the reign of D. João II.

But the Jews didn't only make a living with crafts, trade or medicine. Often, according to their financial capacity, they would add to their profession(s) another one: that of money lender. The investment in credit with interest, whether for private loans, or for the king, or an investment in the lease of royal rights or church rights or the aristocracy or the municipalities was always a monetary investment with a return for the Jew. The Jewish lender would guarantee this return with his real estate, when working alone, or with the community of Jews or with Jews and Christians as well as the goods of Jewish and Christian guarantors.

The leasing of royal rights was sometimes adjudicated to a main creditor who would have other sub-creditors across the kingdom. That was the case with D. José Negro, during the reign of D. Dinis, who was mockingly described in a song, or D. Juda Aben Menir, rabi mor of D. Fernando and head treasurer of the kingdom, or David Negro, his partner and future rabi mor of Castile, during the reign of D. João I of Castile. In the 15th century, some of the creditors of royal revenue and pensions were famous, such as the Abravanéis, the Negro, Guedelha Palaçano, Isaac Toledano, Moisés Latam, and others.

Their importance to the economy of the kingdom was such that the Bard of Garcia de Resende immortalized them in a song: *"... these are the ones that take care of us /without being able to deny us /the great eight masters. / The first is Latam, /the second Samuel, /the third Salomão, / the fourth will be Faiam / the fifth Abravanel. / Namorado and Palaçano / Galite, and also Jacé, / because they take care of things year round/ which means more than faith. /They think of the leasing, /they take over a contract, / and they think of the loss, / when they think of a percentage /thirty is not a lot to gain"*.

It was this characteristic of the Jewish economy, the money lending at an interest rate and the leasing of royal rights, that resulted in the Jew being labeled as a miser or loan shark. Not because they were the only ones, but they were the majority of creditors. It's this aspect of economic rivalry between the growing Christian bourgeoisie and the Jews that seems quite evident in the 14th century courts, all the more since the canonical legislation and general decree of the king prohibit loans at an excessive interest rate. The kings that benefited from the revenue that the Jews obtained through their loans, always said that they weren't the only ones to lend money, but also the Christians and the Muslims, and they would prevent the use of excessive or illegal interest with heavy penalties for the transgressors, no matter what religion.

As far as the leasing of royal rights, the kings appreciated the work done by the Jewish creditors, stating that the people preferred them to the Christian creditors who exploited the people more than the Jews. In the span of a century, two kings, D. Fernando and D. João II had the courage to affirm this in court and keep the Jews in the credit business against the wishes of the Christian bourgeoisie who wanted to remove them. D. João II would only exclude the Jews from ecclesiastic revenues because some of the ecclesiastic authorities protested heavily against the Jewish loans and revenues.

With the growth of the cities and the affirmation of the economic power of the Christian bourgeoisie, the rivalry with the Jewish minority began to increase. Usury was first under attack during a period of famine, bad crops, wars and plagues. Accused of destroying the Christians with high interest loans and causing their impoverishment because of their loss of bonded assets, the Jews experienced difficult times but they always had the support of the king who understood that the best way to protect the Jews was to strengthen the laws on usury contracts and the respective punishment associated with breaking these laws. This was the 14th century.

In the 15th century, the protests of the Christian merchants were directed at the Italian and Flemish merchants who joined the Jews who, often, would set up partnerships with them to invest in the monopolies of the crown. So the voices at the court began to speak out against the trade in sugar, the agreement on Africa, forever leased by these companies of foreign merchants and bankers and Portuguese Jews. These were joined by those who protested against the leases given to the Jews.

At the end of the 15th century there was talk of closing off the economy for minorities. Now the tradesmen began to see an enemy in the Jewish artisans and they tried to limit their activities to inside the walls of the judaria. Also without any results. Despite the upheaval that could be felt during the reign of D. João II, such as the plague, the growth of anti-Semitism with the arrival of the converted Christians from Castile, who had been persecuted by the Spanish Inquisition and the Jews who had been expelled from the neighboring kingdom by the Catholic Kings in march of 1492, the death of D. Afonso, the main heir to the throne, which was seen as divine punishment for his support to the Jews, the Perfect Prince managed to avoid an uprising against the Jews, making the municipal authorities accountable if any harm would come to them.

MARGINALIZED OR INTEGRATED INTO PORTUGUESE SOCIETY? At a time when the religious factor played such an important role, we have to characterize all religions as marginalized from one another. The prohibition in all religions of mixed marriages, with infidels, prevented the miscegenation of people. This could only be overcome by the conversion of individuals of the minority group to the dominant religion, no matter which one it was.

But although in religious terms the Jews lived on the margins of Christian Society, in their own area, the judaria, which from the 14th century onwards, in the larger municipalities, had to close its gates at sunset and only reopen them at sunrise and the Jews were required to wear first a wheel and later a six-point star sewn to the outside of their clothing, the truth is that the social interactions between Christians and Jews would take place on a horizontal level, peer to peer. Among those of the same profession, at the market, in the fields, in the municipal council, at the law court, or between courtiers, the bonds were very close and became worrisome in the eyes of the Church who in the second half of the 15th century condemned each others' presence at religious events, such as processions, baptisms or weddings. But that wasn't all. Some Christians would name Jews as their heirs, with approval of the king, and vice versa.

Socially, the Jews always defined themselves as citizens of Portugal and residents of the municipalities, until the end of the 14th century when starting with D. Duarte, the right of residency in a municipality became an exclusive right of Christians and could only be conceded to an individual of a minority by royal privilege. This change was associated with the notion of the Jew as being unfaithful. This was also associated with other stereotypes, such as the Jew being "impure", "an agent of the devil" or the Jew being "blind and deaf" to the call of God for their refusal to see in Christ the Messiah that God promised to the Jews. The minority became "dangerous" to Christian society, supposedly to the weaker souls, which included women, because they could make them deviate from the road to salvation. Therefore it became necessary to prohibit more intimate contact between people of different religions, not only by closing the judarias but also by imposing the use of specific marks, such as a wheel or a six-point star sewn on the outside of the clothing worn by the Jews.

Despite the marginalization imposed by canonical law and the king's decrees, we can't conclude without making reference to the importance of the Jews on a social, economic and cultural level. Despite the differentiation, defined by religion and tradition, there was also an identity that characterized them: their place of birth, the use of Portuguese as the official language of the kingdom and the comunas and the cultural adaptation. In fact, the Portuguese Jews assimilated the culture of the Christian majority, which can be seen in the 14th century songs of love by Vidal, a Jew from Elvas, or in the ballads of Judas Negro, the balladeer of D. Filipa de Lencastre, or by David, a court poet whose work is included in the collection of songs *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*.

They also distinguished themselves as astrologers and the calculations made by master Guedelha Negro to measure the height of the Pole Star are known to us because of the notes made by king D. Duarte. Later it would be a Jew, master José Vizinho who, commissioned by D. João II, would measure the latitude at the equator, or Abraão Zacuto who would write the astronomical tables (indicating the solar positions) in Hebrew and then translate these into Portuguese.

They followed the invention of the printing press and set up three Hebrew typographies: In Lisbon, Faro and Leiria. As artists they left the mark of their ingenuity in religious adornments and other items.

THE EXPULSION | The last quarter of the 15th century was marked by the beginning of the decline of the Jewish people in Portugal. After they had reached their social, economic and cultural apogee, the Jews were confronted with a series of events that would alter their coexistence and relationships with the Christian majority, at least in the large urban centers, such as Lisbon, Evora and Porto. Successive plagues, the arrival of the Inquisition in Spain, the flight of the converted Jews to Portugal who were persecuted by the stigma of heresy, the expulsion of the Jews from Spain in March of 1492, their arrival in Portugal with the permission of D. João II, and the death of the crown prince made the people turn against the Jews as if they had caused all evil.

We don't know if the expulsion that took place during the reign of D. Manuel had already been considered by his predecessor as the German traveler Jeronimo Munzer suggests in his travel accounts of his stay at the Portuguese court. The truth is that the correspondence exchanged between Venturoso and the Catholic Kings showed that the expulsion decree was the result of a demand by the Spanish princess, the widow of D. Afonso, who thought that everything that had happened in Portugal was divine punishment for the king having received the *conversos* and the Castilian Jews, and the desire of the king of Portugal to marry the daughter of the Catholic Kings who, at the time, wasn't yet the heir to the Spanish throne.

So on December 4th, 1496, D. Manuel proclaimed in Muge the edict of the expulsion of the Jews and Moors from the kingdom. The letter was publicized across the kingdom, read in the municipal council by the royal herald in the presence of judges, councilors and the rabi of the comuna who, after the proclamation, received the decree and would take it to the synagogue where it was read to the entire community.

Until September of 1497, when D. Isabel came to the kingdom, the Jews were invited to convert "out of free will", by the concession of privileges or by force. On March 19th, Palm Saturday and possibly Jewish Passover, the king ordered all children to be removed from their parents and the following Saturday, on the eve of Christian Easter, he ordered that all teens, youth and adults who were found in the Estaus in Lisbon ready to leave had to be baptized. Until September, approximately 100.000 Portuguese and Spanish Jews were baptized across the kingdom. There were very few who were able to leave without being baptized. Among the baptized were the elder David Netro and Abraão Zacuto.

Jewish neighborhood in the village of Castelo de Vide

Map of the Jewish comunas in Lisbon and in the background the Tomar synagogue.

Detail of the Portico of the Santa Cruz Monastery, Coimbra | This medieval monastery was originally built in 1131 by the Order of Saint Augustine, under the patronage of D. Afonso Henriques. The monastery was remodeled in the 16th century in a Manueline style and holds the tombs of D. Afonso Henriques and D. Sancho I

THE BUILDING OF THE PLANETARY VISION OF THE WORLD: THE PORTUGUESE MARITIME DISCOVERIES

Jorge Couto | Dean of the National Library of Portugal

The purpose of this paper is to summarize the main reasons that made it possible for the "country folk from the West", or these Portuguese who had been confined to the extreme west of Europe up to the beginning of the 14th century, to become the pioneers of the South Atlantic exploration and even improving and introducing decisive innovations to the "art of navigation".

The medieval method of "dead reckoning" limited to the Northern hemisphere was substituted with "astronomical navigation" permitting sailors to cross any latitude. This contributed decisively to the crossing of the equator, the discovery of the link between the Atlantic and Indian Oceans, which by previous generations of erudite people and geographers was considered nonexistent, the ability to map out the coasts of the African, Asian and American continents, and to bring about the shift of the center of European economic technological and geopolitical power from the Mediterranean to the Atlantic and lastly to the construction of a Planetary Vision of the world which substituted the traditional concept of a "flat earth" with that of a "global earth".

BACKGROUND | The reconquering process on the peninsula ended with the annexation of Algarve (1249). For a period of around one hundred years the Portuguese monarchs dedicated their efforts mainly toward populating their land and furthering economic activities of their kingdom.

The Portuguese interest in the geographic and economic exploration of the Atlantic emerges during the reign of Afonso IV (1325-1357). According to the works of Giovanni Boccaccio, in 1341 the King of Portugal and some Italian merchants organized an expedition to the Canary Islands which provided no practical results because of the resistance of the inhabitants of the island, the guanches, and the lack of economic interest. This initiative did result, however, in the discovery of the Madeira archipelago.

The Black Plague (1348) that killed around one third of the European population, the wars that ransacked Europe (The Hundred Years War and the four wars between Portugal and Castile, especially the one between 1383-1385), the social conflicts and subsistence crises that affected Europe in the middle of the 1400s to the first decades of the 1500s made any expansionary projects unfeasible.

Only after the signing of the peace treaty with Castile in 1411, which put an end to the Luso-Castilian war that had started in 1383, did the right conditions come together to formulate projects for territorial expansion. During that same year, King João I (1385-1433) proposed to the regent of the neighboring kingdom that their respective armies could join forces to conquer the Kingdom of Granada, the last Islamic fortress on the Iberian Peninsula. Castile's refusal led the Lusitanian governmental circles to seek out alternative solutions. The alternative solution ended up being to choose the city of Ceuta because of its fundamentally strategic position that controlled, on the Northern Africa side, the connections between the Mediterranean Sea and the Atlantic Ocean.

The victory at Ceuta in August, 1415 provided Portugal with a strategic port that gave it partial control of the Strait of Gibraltar, and consequently the navigation between the Mediterranean and the Atlantic. Furthermore, it made it possible to bring together armed fleets with the purpose of fighting merchant ships. Their main target were the Islamic seafarers, which resulted in many attacks on the small settlements along the coasts of Granada and Berberia. The armada of Prince Henry the Navigator gradually widened its circle of action to include the Atlantic coasts of Morocco and the Canary Islands, which resulted in the rediscovery of the Madeira archipelago (1419 -1420) by Prince Henry's fleet commanders João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira, and Bartolomeu Perestrelo.

PRINCE HENRY TIME PERIOD (1422-1460) | Around 1422, Prince Henry, governor of the Order of the Knights of Christ, began to undertake coastal navigation using the barque and the barinel—small boats with only one mast with fixed quadrangular candle—with the goal of passing Cape Bojador which was then considered the farthest western African coastline known by Europeans. After 12 years of persevering efforts and 14 unfruitful attempts, Gil Eanes was able to push even farther beyond this great obstacle in the navigational progress on the Atlantic. The feat of this navigator under Prince Henry marks the beginning of a process of geographical discovery of the African Atlantic coastline, which was completed in 1488 by Bartolomeu Dias' fleet. In the attempt of trying to sail around the cape referred to before, Diogo de Silves discovered in 1427 seven new islands in the Azores archipelago.

When the Portuguese ships finally reached Ras Nouadhibou (1436), they stayed there because of its characteristics and also because of the winds that made it harder to continue their mission with efficiency and safety. Prince Henry and his closest advisors – navigators, shipbuilders, and map-makers – worked hard to build a ship especially made for geographical discovery.

The solution was found (c. 1440-1441) in the construction of the caravel. Modeled on the early fishing and cargo vessels of the 13th century, it boasted smooth planking, an axial stern rudder, and one or two triangular lateen sails. These were the changes necessary so the ship could make rapid steering maneuvers and navigate in a zigzag manner in contrary winds as well as venture into deeper rivers. This type of ship built for speed and seaworthiness was a great gain for Portugal in achieving a competitive advantage over the other European rivals. The caravels that carried greater tonnage boasted a deck and forecastle on the poop and also the ability to navigate by rowing and usually had a crew of 20 to 25 men.

The use of the caravel was fundamental in the process of discovering the African, Asian, and American coastlines as well as for exploring the oceans and was found to be one of the decisive elements in the construction of the global image of the world that previously nobody had been able to obtain.

During this time period of Prince Henry that extended until November 13, 1460 the Portuguese ships advanced in their discovery of the western coastline of Africa as far as Sierra Leon.

CHARTERING TIME PERIOD (1469-1475) | Under the rule of Afonso V (1448-1481) Portugal's expansionist political bent was modified and the primary strategy adopted was the military annexation of Northern Africa. This subordinated the question of geographical exploration and the commercialism of black Africa.

Some years after the death of Prince Henry, the king's primary goal was to concentrate all efforts on conquering the cities of Northern Africa and therefore he granted a charter to a person in 1469 for the discovery and monopolization of the commerce with Guinea. Soon after this (1471) he conquered Arzila, which became a feat immortalized by the beautiful Tapestries of Pastrana and then occupied Tangier whose terrified habitants had fled after the fall of the neighboring city.

The chartering contract was granted to Fernão Gomes, a great merchant of Lisbon, and other than a few exceptions was the only one active in commercial trade south of Bojador. In exchange for these almost exclusive rights given by the "Guinea Treaty" it was stated that for a period of five years the contractor was obliged to pay to the Crown two hundred thousand reais annually as well as explore 100 leagues along the coast of Africa per year. On July 1, 1473 the king extended the period of the charter for one more year.

Although this charter was for discovering, the navigators of Fernão Gomes began to explore down the African coastline discovering points such as the jungle of Saint Marie now known as Liberia, the coast of Elmina (Golf of Guinea) in 1471-1472 (João de Santarém and Pêro Escobar) crossing the Equator (Lopo Gonçalves in 1473-1474) and reaching the Cape of Santa Catarina (Rui de Sequeira in 1475).

The decision taken by Afonso V in December of 1474 to accept the will of King Henry IV that named him the governor of the Castile Kingdom and obliged him to marry the legitimate heir to the throne was the beginning of the war between the King of Portugal backed by the Castilian parties supporting D. Joana as heir and Ferdinand II of Aragon and Isabella of Castile, the sister of the dead king.

The Iberian rivals took advantage of this conflict (1475-1479) to dispute Portugal's dominion over the waters around Guinea and Elmina and their monopoly on its commerce, navigation and possession of land, ports and islands existing south of Cape Bojador which had previously been recognized by the Pope Nicholas V (1447-1455) in the Papal Bull Pontifex Romanus (January 8, 1455) giving legal basis to the Lusitanian priority in the discovery of the new lands, seas and people.

The Castile and Aragon Kingdoms organized expeditions to attack the islands and stopping points along the African coast usually parting from Seville. In 1476 a fleet of 30 ships commanded by Carlos de Valera attacked and plundered Santiago at Cape Verde. Two years after, this a powerful expedition of 35 Castilian ships sailed for the Gulf of Guinea lured by the gold trade. Detected by the fleets of Jorge Correia and Mem Palha at the stop at Elmina, the Castilian fleet was dismantled and the survivors of the ships were imprisoned and taken to Lisbon as hostages.

Most likely because of the influence of Prince João, the next heir to the throne, his father Afonso V assumed in the last days of his reign an important role as he conducted the destiny of Portugal by agreeing to begin talks to reestablish peace with Castile.

Signed on September 4, 1479, the *Treaty of Alcáçovas* established a new turn of events in Portugal's politics and settled the supremacy of the Atlantic vocation to the detriment of the peninsula option. A clear sign of this change was the renouncing of the Lusitanian King to the right of the throne of Castile, to the right of the Canary Islands and the Kingdom of Granada. But on the other hand Castile gave Portugal the right to conquer the Kingdom of Fez, the dominion of Guinea, from Cape Bojador and all of the surrounding waters, islands, and coastline discoveries and lands to be discovered with their treaties, fishing rights and ransoms, the possession of the Madeira, Azores, Flower Islands and Cape Verde and any others that they would come to discover. This treaty, confirmed by the Treaty of Toledo (March 6, 1480), laid out the first delineation of the areas of influence between the two main Iberian powers. Portugal gave preference to its conquests in Northern Africa, to the dominion of Atlantic Islands with the exception of the Canary Islands and the control of the navigation and the trade south of Bojador while Castile reinforced its continental position.

To guarantee the navigation and trade monopoly in Western Africa and impede the Flemish, Castilian and French ships from interfering in the Portuguese area of power, a Royal Letter was published on April 6, 1480. This document ordered that all unauthorized ships found in forbidden waters should be captured and all crew members should be cast into the ocean. Diogo Cão was one of the Caravel captains most known for patrolling the waters off the coasts of Guinea and Elmina.

JOÃO II TIME PERIOD (1481-1495) | João II (1481-1495), known historically as the *Perfect Prince*, concentrated his efforts on the reinforcement of the Luso presence in the Mediterranean, the consolidation of naval dominion as well the economics south of Bojador, and the delineation and the implementation of *The India Plan*.

The heir to the throne would direct from the middle of 1474 by delegation from his father the *"acts on the part of Guinea and exploration of the oceans, lands, people, and their things"*. A profound scholar of all aspects related to Atlantic expansion, the ruler reserved the right to direct the venture of discovery and the monopoly of the most important trade products with the African people (gold, slaves, malagueta peppers, ivory, horses, cotton, shells, tapestries, brass bracelets, basins for barbers, wild cats, precious stones, glass and wood trinkets).

For the first time, a Lusitanian Monarch personally took control of the venture of discovery and gave it a clearly national priority that up until this time it did not have. The *Perfect Prince* determined a clear plan to expand the Portuguese Crown—he would reach by ocean the regions in the orient that produce spices and establish a pact with Prester John the Ethiopian emperor. To make sure that these ambitious projects actually took place, the king took political, diplomatic, military, economic, and administrative measures, ordered and sent out explorations of the oceans, lands and waterways, promoted the perfecting and the discovery of new methods of navigation, naval construction, artillery, and warfare on the seas, relied on espionage, and the information gathered against them and a top-secret policy. These concerted efforts taken by King João II on various fronts and dominions reveal that he had a geopolitical conception far ahead of his time and that he defended strategies that covered three maritime areas; the Mediterranean Sea, the Atlantic and the Indian Oceans; as well as three continents: Europe, Africa and Asia.

To be sure that he had a monopoly on the access to Elmina's gold, which was necessary to finance the politics of strengthening his regent authority and expansion project. A short time after becoming king he sent a powerful naval fleet commanded by Diogo de Azambuja with a mission to build the São Jorge da Mina Castle, a headquarters/fortification at Aldeia das Duas Partes (today the town of Elmina). It took its design from Arguin and was populated with a garrison and commercial agents.

In 1482 the sovereign commissioned Diogo Cão to continue his discovery of the Western African Coast starting at the Cape of Santa Catarina. Cão discovered during the next year the falls on the Zaire River and implanted on the extreme left banks the stone pillar of São Jorge. One thing that marked the time period of King João was the detailed carving of the Portugal Coat of Arms in stone at each location of Lusitanian discoveries to clearly mark the kingdom's domain.

The navigator proceeded along the coast of Africa until he reached the Cape Lobo (today known as Cape St. Maria), already in Angola and erected the stone pillar of S. Agostinho. He then began his return voyage to Portugal, where he arrived during the first quarter of 1484. Diogo Cão must have been convinced that he had reached the last cape of Africa because Doctor Vasco Fernandes of Lucena in the writing *"Oração de Obediência"* to Pope Innocent VIII (1484-1492) proclaimed on December 11, 1485 that the Portuguese navigators had already reached the proximity of *Promontório Prasso*, a geographic escarpment that denoted to them the extreme southern point of known Western Africa.

The results of the 1482-1484 voyage contributed to reinforce the Portuguese convictions that it was possible to reach Asia by going around Africa. In the same year that Diogo Cão made his return trip, King João II refused to finance Christopher Columbus' project to reach the Orient by navigating around the globe across the middle of the Atlantic Ocean. The *Perfect Prince* had all the information he needed to complete his route—with precision—to the Indian Ocean using the South Atlantic Ocean which was a shorter route in comparison and would therefore offer economically higher profit margins in the exploration of the spice trade.

In 1485 King João II entrusted Diogo Cão to discover the extreme southern point of the African continent. During his second voyage King João's navigator continued his discovery of the African coast and reached Serra Parda, (Cape Cross) (1486) in Namibia but was unable to get to the southernmost point of Africa.

Parallel to these maritime expeditions the king had not given up on exploring Africa by land. Following the policies began by his great uncle, Prince Henry, he sent trusted men to discover the interior of Africa with strategic, economic and religious objectives.

King João II considered of utmost importance the establishment of friendly ties with many Western African Kingdoms. Some of these friendly ties included the kings of Benin and Congo, with Prince John Bemoim, the king of the Jalofos (Senegal), some of who were converted to Christianity and became vassals, taking the name of "cousin" to the king of Portugal.

Besides the fruitful commercial relationships and the spread of the Christian religion, the monarch, because of his concept of African geography (he thought is was about 1.600 kilometers narrower than in reality) waited for the possibility of coming into contact with Prester John by crossing the African kingdoms. In order to support his hypothesis King João II sent emissaries by all possible means: across deserts, savannas, equatorial jungles and rivers. At Cantor (on the Gambia River) Gil Vaz, Vicente Anes, Rodrigo Rabelo, João Colaço and Pêro Reinel and others were sent as the king's ambassadors to Mandimansa (the Emperor of Mali and the King of the Mandigas) for he believed that their kingdoms bordered on the emperor of Ethiopia (Abyssinia). To get rid of the obstacles of navigation on the Senegambia Rivers, which were considered to be tributaries of the Nile, the king gave Gonçalo de Antas the responsibility to destroy the Felu (Senegal) and Cantor Falls; however, this never happened because of technical difficulties. Diogo Cão on the other hand, on his way back from his second trip, went up the Zaire River until the Lelala Falls, coming within 160 kilometers of the mouth of the river.

King João II adopted also the policy of capturing some indigenous people, mostly women, to teach them Portuguese, giving them expensive gifts and on the next trips dropping them off at some points along the coast with the mission of crossing the continent to find Prester John. With the same intuition the king set about trying to discover the whereabouts of the Ogané Prince, who the Benin kings revered and sent presents to when they came to power.

The development of a new method of navigation, which was an indispensable instrument in the exploration of the Southern Hemisphere, just before The *Perfect Prince* became king made it possible for his strategic priorities to be put into place. The Northern Hemisphere used the method of "dead reckoning" a method based on the observation of the North Star, which was obviously impossible south of the equator.

Master José Vizinho, Duarte Pacheco Pereira, Master Rodrigo, Diogo Ortiz "Calzadilla" (became the bishop of Tangier, later Viseu) and others headed the responsibility of trying to find a new process to use in global navigation. The method of navigation by latitudes or *"astronomical navigation"* had its start in the measurement of the noon altitude of the sun which through experimentation had been found successful in the Gulf of Guinea by Master José Vizinho and Duarte Pacheco Pereira. These cosmographers were able to put together hydrographic readings by latitude of the western coast of Africa, elaborating nautical maps to scale. This theoretical and experimental work resulted in the first tables of solar declination which were most likely authored by Master Vizinho and Rodrigo and then some years afterwards Abraham Zacuto helped to elaborate a 4-year table.

At the beginning of 1487 the *Perfect Prince* and his circle of learned men and counselors believed firmly in the existence of a passage to the southeast that permitted the navigation between the Atlantic and the Indian Oceans. The contrary opinion was held by European Cosmographers and more specifically by Paolo Toscanelli –the man from Florence who was behind Christopher Columbus' plan to reach the east through the middle of the Atlantic Ocean – who believed, based on the works of the classic geographers -including Pompónio Mela and Cláudio Ptolomeu, that the two oceans didn't meet.

Because the second voyage (1485-1486) of Diogo Cão was not successful - he was ostracized - King João II began to act quickly. In order to prove whether there really was a viable sea route to India, the king outfitted a new small fleet of 3 caravels in 1487 whose commander was to be Bartolomeu Dias and ordered that he find the ever so coveted passage to the Orient. Along with this he also organized a mission over land in order to gather strategic and economic information about the Asian world and to establish contact with Ethiopia.

Already before 1487 the sovereign had ordered Pedro de Montarroio and a monk, António, from Lisboa to travel to the Orient by land in order to obtain information about Prester John of India, the commercial routes to India and about the regions that produced spices. However, these royal messengers did not get past Jerusalem because they didn't know the Arabic language.

In 1487, King João II chose two more attendants, Pêro da Covilhã and Afonso de Paiva, who demonstrated more of an adventurous spirit and knew the Arabic language well.

To the first he gave the job to investigate the possible existence of a passage between the Indian and Atlantic Oceans and learn more about the two sides of the Indian Ocean, both the eastern coast of Africa as well as the western coast of India, and to also gather information about the producing regions and the trade centers of spices (pepper, cloves and cinnamon). To Afonso de Paiva he gave the job of heading to Ethiopia to deliver letters to Prester John, telling him of the Western African regions visited by the Portuguese navigators and inquiring if any of them were close to his domain. The Lusitanian monarch suggested to the sovereign Ethiopian the building of strong political, religious and economic ties between them and that together the two kingdoms could further the Christian position in Africa and effectively fight the common enemy, Islam, together. It also proposed the establishment of fruitful commercial relations between Portugal and Abyssinia (Ethiopia).

Pêro da Covilhã and Afonso de Paiva left Santarém on May 7, 1487, one going to India and the other to Ethiopia. After leaving behind the Mediterranean cities of Valencia, Barcelona and Naples they set off for the island of Rhodes, the last Christian refuge in the Eastern Mediterranean, where they disguised themselves as merchants. With this new identity they were off to Alexandria and then to Cairo. In the company of a caravan from Fez and Tlemcen they began their trip to Aden, and there they parted ways. Afonso de Paiva died before he reached Abyssinia, but Pêro da Covilhã contributed greatly to the discovery of great spice markets on the coast of Malabar (Cannanore and Calicut), the Persian Gulf (Hormuz), and the east coast of Africa. On his journey to Sofala, the eastern coast of Africa (today Mozambique), he obtained information about the link of the Indian and Atlantic Oceans and about the maritime routes that linked Eastern Africa to the Red Sea, the Persian Gulf and Western India.

Pêro da Covilhã returned to Cairo around 1491 and found that Afonso de Paiva had not made it to Ethiopia, but had returned to the capital of the Muslim Empire and died there. But as he began to prepare for his return trip to Lisbon, he heard about two Jewish Portuguese men who secretly wished to see him. These two men were a rabbi, Abraão de Beja and a shoemaker, José de Lamego that had been sent by King João II to contact his two spies and accomplish other missions.

The instructions from the king were that Covilhã and Paiva could only return to the kingdom if they had accomplished all the determined orders. Because the second attendant had died without visiting Prester John, Pêro da Covilhã received orders to compose a report with a summary of all the information gathered and then to fulfill the task that was left undone—to deliver the letters from the king to the Emperor of Ethiopia. Fulfilling the wishes of the *Perfect Prince* the royal spy elaborated a descriptive report in which he highlighted the main role of the city of Calicut as a great commercial center in India, where they sold pepper, cinnamon and cloves, described the eastern Asiatic and African cities that he had visited and informed that the Portuguese ships that crossed the Atlantic could make it to the Indian Ocean, reach Sofala or a large island that the Muslims called Lua (Madagascar) and from there cross to the more important cities of India. These important details around 1491 were sent by the Portuguese adventurer to the king by José the shoemaker.

A short time after the return of Diogo Cão the king ordered the preparation of a new fleet headed to the southern most point of Africa and designated Bartolomeu Dias as the Master Captain. The expedition was made up of 3 Caravels, the ship that the Master commanded was piloted by Pero d'Alemquer, considered a well experienced pilot at the end of the 1400s, and the others by João Infante and Diogo Dias. Both of the Dias brothers were aboard, both having been captains of caravels in Cabral's fleet and had also participated in the "Semana de Vera Cruz" as Pero Vaz de Caminha describes in his writings. The same also with Alemquer who also was in the same function.

The manuscripts that exist to reconstruct this voyage of 1487-1488 are: the map of Henricus Martelus Germanus (c. 1489), one chapter in the *Década Primeira da Ásia (Decades of Asia)* by João de Barros and the manuscript notes in Latin, attributed to Christopher Columbus, and in some works, specifically in one called *Imago Mundi* by Cardinal Pierre d' Ailly as well as a text in *Esmeraldo de Situ Orbis* written by Duarte Pacheco Pereira.

The fleet set sail from the Tagus in August of 1487 around three months after Pêro da Covilhã and Afonso de Paiva had begun their journey. The expedition went down the mapped African coast, past the last meridian point known up to that day (Cape Cross and Serra Parda in Namibia) and discovered many geographical landforms on December 4, 1487 (Land of Saint Barbara) and January 6, 1488 (Cardow Berg). Because of the cold and violent storms, the caravels left the coast and were swallowed up by the ocean.

As they ad seen any land after nearly four weeks of navigating, Bartolomeu Dias ordered the pilots to head toward the rising sun. However because the expedition still didn't find the coast, without knowing it they had swung too far east as they had gone around the extreme Southern point of the African continent (35º latitude south), the course was changed to head north reaching (Angra dos Vaqueiros) and on February 3 1488, Angra de S. Brás (Mossel Bay).

The fleet continued to explore the coastline reaching Penedo das Fontes in March and sailing through the warm Indian waters they reached the Rio do Infante thus named because it was discovered by the *São Pantaleão* under the commandership of João Infante.

At this point the Caravels turned around to begin their return trip. On May 16th they discovered the Ponta de S. Brandão (Cape Agulhas) and there they first saw the point where compass needles point exactly toward true north. A short time later they anchored in the gulf of Dentro das Serras near the Cape of Storms which was later renamed by King João II as the Cape of Good Hope because of his ample vision of what this discovery would open to the Portuguese.

The discovery of the southwest passage by the expedition commanded by Bartolomeu Dias culminated in sixty-six years of great effort developed over three generations of kings and princes; of captains, pilots, masters, and sailors; of map makers and cosmographers; of merchants and shipbuilders; of diplomats and warriors, joined together around the ambitious project of unveiling the Atlantic and gaining knowledge of the African continent.

The discovery of the southeast passage made it possible for the Portuguese ships to access the Indian Ocean, the Red Sea, the Persian Gulf, and the Pacific Ocean. It also made it possible for the Portuguese to come in contact with and establish relations, sometime friendly other times conflicting, with the various reigns along the east coast of Africa; with the various Hindu and Muslim political units along the Malabar coast (Calcutta, Cochin, Cannanore, Deccan); with the people from Arabia, Persia, Ethiopia; with Ceylon and Malacca; with the kingdoms of Bengal, Pegue, Sion; with the populations of the numerous islands of the Pacific (Java, Timor, Celebes, and Molucca) and finally with China (1516) and the distant Japan (1530).

The trip of Bartolomeu Dias made it possible to open the route of the Cape, confirmed by the first trip of Vasco da Gama (1497-1499). The direct access of the Portuguese to the regions that produced the spices also caused, as proved by Fernand Braudel and Immanuel Wallerstein, a shift of the European world economic center from the Mediterranean to the Atlantic.

This expedition also contributed to demystifying the concepts of the Greco-Latin and medieval world to a modern vision of the world. The theories of Aristotle, of Lactancio, of Ptolemy, and of d'Ailly were put to the test by the experimentalism of the Portuguese navigators in the fourteenth century. The conceptions of a flat earth, that the equatorial regions and the lands surrounding the seas were uninhabitable, that the oceans were only great lakes between which communication was impossible were completely demolished by the travels under João. As stated by the great defender of Portuguese experimentalism, Duarte Pacheco Pereira, the various opinions of the philosophers and doctors were disproved by the "experience is the mother of things, it opens our eyes and takes away all doubt".

TREATY OF TORDESILLAS | An intense competition broke out between Portugal and Castile in the last decade of the 15th century to gain the advantage in establishing a sea route that would connect Europe to Asia. This rivalry is found in the origin of the complex process that resulted at first in the division of the Atlantic between the two reigns (Treaty of Tordesillas, 1494) and then subsequently resulted in the division of the New World and in a second phase of the Pacific Ocean and of Asia (Treaty of Saragossa, 1529).

The discovery of the connection between the Atlantic and Indian Ocean contributed decisively to the royal Portuguese policy in betting on a definitive route to the Cape, which was considered more feasible, nearer, and safe, relegating to a second plan the option through the West Atlantic whose exploration had been left to the initiatives of private persons since 1484, thus offering the western route, involuntarily, to Castile.

The results of the 1487-1488 expedition made the possibility unfeasible, which up until then had been an option, of King João II conceding support to the alternative route defended by Christopher Columbus. This resulted in the Geneva explorer completely abandoning Portugal and exposing the advantages of his plan to the Kings of Castile and Aragon, who approved it by the Concession of Santa Fé (April 17, 1492).

The establishment of privileged relations with Catayo (China), Cipango (Japan), and India would bring undoubted political and diplomatic advantages to these monarchs. On the other hand, the profits from the commercial activities with Asia made it possible to lessen the mostly negative financial

consequences of the expulsion of tens of thousands of Jews (Edict of March 30, 1492), to improve the economic situation of the Castile-Aragon reigns, as well as the royal finances, strongly indebted by the high costs of financing the long military campaigns in Granada, and finally it would allow them to compete with King João II for the primacy in discovering the seaway to the Orient without violating the Treaty of Alcáçovas and providing a unique "legal possibility of breaking the Portuguese maritime circuit".

Christopher Columbus' first expedition (1492-1493), which resulted in the discovery of five islands of the Small and Greater Antilles, thought by the navigator as belonging to a large archipelago adjacent to Asia, raised the issue again of the difficult equilibrium that had been reached between Portugal and Castile in splitting up the areas of influence in the Atlantic.

The knowledge of the explorations of Columbus unleashed a feverish diplomatic activity that involved Castile, Rome, and Portugal. As soon as they received news of the discoveries made by their armada, the Catholic Kings rushed to request pontifical confirmation. By means of the secret brief Inter caetera (I) bull of May 3, 1493, Pope Alexander VI (1492-1503) conceded the possession of the new islands and discovered or to be discovered lands to the west, located, according to what was believed to be, in the direction of the Indies, as long as it didn't belong to the current dominion of an Christian sovereign.

Aware that the inexistence of a commitment to a Luso-Castilian demarcation would give rise to an endless source of conflicts among the Iberian kingdoms, which was against his own interests, Columbus advised the Catholic Kings to opt for new criteria for dividing the Atlantic and proposed a "line" (meridian) that would be drawn 100 leagues to the west of the Atlantic archipelagos. Castile would control the west and Portugal the east.

The Borgia pope (Roderic Borja, born in Valencia), who was personally close to Ferdinand of Aragon, was favorable to the intentions of the Catholic Kingdoms, approving a set of documents that justified his claims. The most significant was the *Inter caetera (II)* bull, which gave the Crown of Leon and Castile in perpetuity all the islands and mainland discovered or to be discovered, as long as up to December 25, 1492 it had not belonged to any Christian prince, located to the west and south of an imaginary line traced from the extreme north to the extreme south, 100 leagues to the west of the Azores and Cape Verde Islands.

The negative evolution of their interests in the international scenario at the beginning of 1494, forced the kings of Castile and Aragon to negotiate with the Lusitanian monarch. The *Perfect Prince*, on the other hand, skillfully took advantage of the favorable timing when war was not in either side's interest and proposed to his rivals a direct negotiation between the respective courts, independently of the papal concessions.

During the dialogs, the Lusitanian party agreed to the substitution of the parallel of the Canaries for a "line", but insisted in it being set at 370 leagues, arguing that this was the maritime space needed by their ships coming from the African coast, from Cape Verde, Madeira, and Azores to make their trip back to the kingdom, and therefore did not accept the successive Castilian counter proposals of 270 and 350 leagues.

The final phase of the conversations took place quickly and resulted in the following agreement concerning the Atlantic Ocean: substitution of the principle of priority by discovery for that of fixed demarcations, for which a meridian situated at 370 leagues west of the Cape Verde archipelago was determined as the boundary between the Iberian hemispheres in the Atlantic, leaving to Portugal the islands and mainland, discovered and to be discovered, situated in the east and those in the west to Castile. Both kingdoms agreed to not appeal to the pope to change the text of the treaty as well as to push for its confirmation without the introduction of any changes, and finally, of not sending explorations, rescues, or conquests outside of the respective juridical zones.

The Catholic Kings signed on June 5 the powers that conceded the authority to their plenipotentiaries to sign the treaty with Portugal, signed in Tordesillas on the 7th of the same month, and one of the signers on the Portuguese part was Duarte Pacheco Pereira. The agreement was ratified by Isabel and Ferdinand, in Arevalo, on July 2 and by King João II in Setubal on September 5, 1494.

The interpretation of the position applied by King João II, regarding the establishment of the boundary in the areas of Luso-Castilian influence in the Atlantic, has given rise to heated controversies. The application of the original Castilian-Aragon proposal as well as the meridian of 100 leagues fixed by the papal bull would have resulted in Portugal being completely excluded from the western hemisphere. On the other hand, both versions of the parallel of the Canaries and the meridian of 370 leagues to the west of Cape Verde, which were the boundaries successively defended by the *Perfect Prince*, ensured the insertion of a significant portion of the American continent under Lusitanian rule.

This information has brought many authors to defend the attitude that the sovereign was motivated by a concern to reserve for Portugal the territories situated to the southwest (Brazil) of which he knew. However, others disagree and admit that King João only had a belief that there could be the existence of lands in this region of the globe, while a third group suggest that the monarch's objective was to exclusively guarantee a monopoly of the seaway to India by the South Atlantic, ensuring sufficient sea space that would allow them to safely conduct the "*volta pelo largo*" or wide swing return, which was required for the carracks to come around the meridian point of Africa and reach the Indian Ocean.

The tenacity with which the *Perfect Prince* defended the dividing line between the areas of sovereignty of the two reigns in the Atlantic Ocean, in the first instance the parallel from the Canaries and second place, when this solution became unviable due to the insistent opposition from the Catholic Kings, the repositioning of the line farther out to 370 leagues can only be justified by the double objective of, on the one hand, wanting "at all cost to free the Portuguese navigation from outside intervention in the Atlantic meridian by sea to the Orient, which had already been opened by the discovery of the Southeast passage" and, secondly, incorporate in the Portuguese Crown the land situated in the South (Brazil) that would border the western margin of the Atlantic Ocean, "whose existence King João had sufficient indication that existed".

The meridian of 100 leagues was so far away from the African coast that it almost reached the extreme eastern coast of what today is Brazil and provided a very significant margin for the ships' maneuvering that they called "volta pelo largo" into the South Atlantic. So the insistent demand for extending the dividing line another 270 leagues to the west in exchange of territorial concessions on the African continent could not have been only for a mere concern to guarantee maritime space. Quite the opposite. There are various sources, all of Castilian origin, that indicate strongly the real possibility of the existence of islands and mainland in the southern regions to the west of Africa and that is why João II was so determinant—to negotiate a solution to preserve the aspects vital to the Portuguese interests, of which the "Plan of the Indies" was a priority.

It was essential to the viability of the Indian project to prevent, in case of the existence of southern lands along the wide swing route, these of falling into Castilian hands, a situation that would put the exclusive Lusitanian dominion of the South Atlantic and the safety of the Cape route at serious risk. Certainly the primary concern of the monarch was not to obtain western territories, which later on corresponded to Brazil, but to keep his peninsular competitors from establishing themselves there, thus conferring an added autonomy to the sea route to India reinforced by the hypothetical creation of some support base in the western hemisphere south of the equator. North American neutral historian, Samuel E. Morison, Columbus' biography writer, concluded that if the "documents of the Tordesillas negotiations were discovered, they would show that King João II had more knowledge than it seemed when he signed the treaty of 1494 and the pact of 1495" and that "his suspicion that there could be a territory the size of Brazil corresponded to a conviction...".

Independently of the discussion around the real intensions of King João II and of the possibility of his knowledge of the "existence of lands in the southwest quadrant of the Atlantic", a fact that would justify his obstinacy in extending the meridian of Tordesillas to 370 leagues, what is certain is that this negotiation stance gave Portugal not only the dominion of the South Atlantic, but also the Brazilian territory strip that extended from the Maracanã Bay (east shore of Pará) and Cananeia (on the coast of São Paulo).

In summary, if it were not for the geopolitical conceptions of the *Perfect Prince*, which were highly advanced for this time, and his political-diplomatic determination and skills--very well evidenced in the conversations that took place to reach the signature of the Treaty of Tordesillas--Portugal would not have had any presence in the New World and consequently the inexistence of Brazil as we know it today: its designation, borders, ethnic composition, language, and even its cultural, civilization, and the idiosyncratic characteristics of its people that make them so unique.

THE UNIVERSAL STAGE: THE CAPE OF GOOD HOPE TO JAPAN, PASSING THROUGH BRAZIL (1497-1543) | Soon after being proclaimed king (October 27, 1495), King Manuel I (1495-1521) submitted to the Royal Counsel meeting at Montemor-o-Novo, the actual blueprint for the planned trip to India. Even though most of his advisors were opposed, the king decided to proceed with the eastern venture.

The Fortunate, after having made this decision, put Bartolomeu Dias in charge of the final tasks of building the ships destined for India – a task that he had been working on since King João II had appointed him. The carracks were equipped with rounded sail – the main mast and fore-mast with double rounded sails and mizzen-mast with a lateen sail – which were not as fast as the caravels and also did claw to windward. However, they had the advantage of not only being able to carry more tons, which made it possible to transport more crew, military garrisons, passengers and more cargo, but they also were properly made for heavy seas with castles inserted in the hull, which was reinforced by belts that went from the stern to the bow. The structure of the carracks gave them an additional resistance capacity against the violent storms that frequently occurred in the south Atlantic at the latitude of 37°, which is the level of the extreme southern deep sea passage of Africa.

These previous efforts are proof that great Portuguese discovery travels were not mere haphazard, but "calculated decisions" as wrote the mathematician Pedro Nunes in 1537 in the book *Tratado da Esfera*..., and therefore were preceded by careful and lengthy preparation.

The expedition destined to discover the seaway to India set sail from the Tagus on July 8, 1497 commanded by Vasco da Gama and made up of four ships captained by some of the best pilots of the time (Pêro de Alenquer, João de Coimbra, Pêro Escobar, and Afonso Gonçalves), and was the first armada made up of carracks to cross the South Atlantic.

From the Island of Santiago (Cape Verde) the squadron sailed southeast to the latitude close to Sierra Leone in order to overcome the southern winds, which in the summer have a strong influence to about 10º north of the equator, in order to gain windward from the east, initiating at that point the wide swing to the west, and then changing course a little, toward the southeast. According to the characteristics of navigation by sails at this time of the year, it can be concluded that if this maneuver had not been carried out, the pilots "would have caused the small fleet to get stuck in the north cape of São Roque, keeping it from rounding the northeast protuberance of Brazil", which would have made the progress of the trip in the direction of Cape Good Hope impossible.

The Gama armada displayed precision and a notable confidence in the description of the indirect route in double curve (tacking to the southeast and arch to the west), which is used even today by modern sailing ships that, in the summer, intend to round the São Roque cape (on the Brazilian coast).

During August, 1497, Vasco da Gama's fleet, upon navigating at high seas along the coast of Brazil, detected evidences of the existence of land to the west, which were registered in the following terms by the author of *Relação da Viagem*, who was not a sailor: "...going around the sea at the quarter southeast part we would see many birds, similar to boys, and when evening fell, they would fly strongly southeast as birds going to land...".

After a long trip full of adventures, Vasco da Gama finally reached the Indian port of Calicut (May 20, 1498).

On July 10, 1499, the carrack *Berrio* anchored in the Tagus and became the first ship of Vasco da Gama's armada to return to Lisbon bringing the news, and proof, of the discovery of the seaway to India, a fact that immediately unleashed a frenzy of activity on the part of the Portuguese Crown of a diplomatic, organizational, and military nature in order to structure the first Euro-Asian oceanic trade connection.

The announcement of this event, which gave rise to great admiration and curiosity in Europe, had two important international repercussions, especially in Castile and Venice, the two European states whose interests were more strongly affected by the new situation. The king of Portugal certainly was aware that the success of Vasco da Gama's fleet would provoke a deep disappointment in Castile, considering that the Catholic Kings had been working toward this same objective since 1492. The knowledge of this reality, along with the benefit of quickly receiving international recognition of the Portuguese rights to the route of the Cape, made King Manuel I act very quickly with the Castilian, imperial, and pontific courts.

Two days after the event, on July 12, the king hurried to write to Isabel and Fernando to communicate to them the successful outcome of the undertaking, not even waiting for the arrival of the expedition's commander. The letter mentioned the existence of large and rich cities and underlined the discovery of the oriental merchant routes and of gold mines. It highlighted the load of spices (cinnamon, cloves, ginger, nutmeg, pepper, and others) and of precious stones (including rubies) brought by the ship commanded by Nicolau Coelho and brought information, which later on proved to be wrong, about the Christian nature of the "Indian" populations, though with reservations about the orthodoxy of their beliefs and rites.

The Lusitanian monarch also informed, on different dates, the Emperor Maximillian I, Pope Alexander VI, the college of cardinals, and

Jorge da Costa, cardinal of Portugal and influential member of the Roman curia, of the news from India. In a letter dated July 28, 1499, directed to his cousin, the Emperor Maximilian of Hapsburg, King Manuel I used, for the first time, along with the titles inherited from his antecessor, the title of "Lord of the Conquest, Navigation and Commerce of Ethiopia, Arabia, Persia and India" and in a symbolic way declared to other Christian princes the Portuguese right to the monopoly of the access to India based on the primacy of his discovery and the former papal concessions.

The report that Vasco da Gama transmitted to King Manuel I after August 29 about the current geopolitical complexity along the African and Asian coasts as well as the precious information provided by Gaspar from India, convinced the monarch to conclude that the Portuguese enterprise in the Orient would face significant difficulties due to the existence of a numerous and influential Muslim community that controlled the Indian commercial networks and had received the Portuguese fleet that landed at Calicut with visible hostility.

The understanding that the commercial Lusitanian penetration in the oriental merchant circles would be met with serious opposition formed the basis for the king's decision, probably also based on the counsel of Vasco da Gama, to send a large armada that would demonstrate Portugal's military power and would serve as an important support of the Lusitanian intentions in setting up a commercial establishment and a mission in the capital of Samorim. The fleet's firing power should also have a dissuasive effect on any possible resistances.

The preparations for sending the second armada to India took place quickly and were carried out on various fronts. The Lusitanian diplomacy successfully began to take steps with Rome toward reaching apostolic concessions that would make it possible to carry out evangelizing actions, found convents, and ecclesiastically organize India. Parallel to this, King Manuel I tried to obtain in Castile, up to 1.500 marcs of silver to be used to purchase oriental products.

A document of significant importance—the "list of things needed for the armada carracks"--written around September and November 4, 1499, contained detailed recommendations for the organization of the trip. Its author highlights the need to elaborate the regiments destined to two key figures in the expedition—Vasco da Gama, the person appointed as the master captain and Bartolomeu Dias, responsible for the fleet of caravels to go to Sofala—and refers to the advantage of naming a second in command and to designate beforehand the remaining captains and the respective scribes, masters, and pilots as well as elaborating the instructions for the captains, foremen, and scribes. This memorandum also alludes to the indication of clergymen, friars, and artillery men, the need for all ships to carry charts, the supply of provisions, food, weapons, and ammunition for the fleet, as well as letters and gifts to the kings of Calicut, Melind, and other unspecified sovereigns.

By Royal Letter of February 15, 1500, the sovereign named Pedro Álvares de Gouveia (Cabral), second son of Fernão Cabral, lord of Belmonte and Magistrate of Beira as commander of the fleet, though previously he had appointed Vasco da Gama to exercise this function. The preparation of the armada deserved the greatest of cares and the scribe Antonio Carneiro, who listened to the Admiral of India, recorded his advice that was used in elaborating the royal regiment.

A total of fourteen documents prepared for Cabral's armada trip have survived and they express a concern with the establishment of alliances with various sovereigns in the Indian region (especially the lords of Calicut and Melind) with a plan to attack the Muslim navigation in the Indian Ocean, the participation in the trade of oriental spices, the set-up of a commercial establishment in Calicut, and the development of missionary activities in India. However, the documents referred to are interestingly enough incomplete, as they lack the initial books of South Atlantic crossing, which is exactly the part that directly interests the issue of Brazil's discovery.

The instructions given to the captains of the remaining ships have not survived, but we do know, however, that several were elaborated, especially one designated to Bartolomeu Dias, as suggests the reading of the notes made in the margins and on the back side of the draft of additional instructions given to Cabral. However, what was kept were the complete records of the instructions given to the revenue scribes (Martinho Neto and Afonso Furtado) and expenses (Gonçalo Gil Barbosa and Pêro Vaz de Caminha), and of the commercial establishment that King Manuel desired to set up in Calicut, under the administration of Aires Correia.

The 13 ships (9 carracks, 3 caravels, and 1 supplies boat) set sail on March 9, 1500 from Belém, forming the second armada to India, commanded by Cabral, Sancho de Tovar (who commanded the carrack *El-Rei*, in the position of co-captain), Simão de Miranda de Azevedo, Aires Gomes da Silva, Nicolau Coelho, Nuno Leitão da Cunha, Vasco de Ataíde, Bartolomeu Dias, Diogo Dias, Gaspar de Lemos, Luís Pires, Simão de Pina, and Pêro de Ataíde.

The squadron carried around 1500 men including crew, soldiers, foremen, commercial agents, scribes, master cosmographer John, a vicar and eight secular priests, eight religious Franciscans, interpreters, the Indians that had been taken to Lisbon by Vasco da Gama, and some exiles.

On the 14th of this month, the armada passed by the archipelago of the Canaries and on the 22nd it reached the Cape Verde Islands. The chief captain opted not to spend time on these islands nor replenish fresh water supplies as stated in the instructions. The following day, without any storms having occurred, the carrack of Vasco de Ataíde disappeared and all attempts to locate it were of no avail. It is likely that the intense fog that can occur in this region together with dust storms coming off the Sahara coast that cause poor visibility may have caused the shipwreck.

Between days 29 and 30 the squadron reached the 5º N, entering the equatorial calm zones (Doldrums), which took ten days to pass through, as the south equatorial current took them west, ninety miles off course. At 1º 1/4 north of the equator, the fleet encountered weak winds and they began, according to Gama's recommendations, the wide swing return in search of the gentle southeast winds, most likely taking them southwest due to the wind patterns that occur in the region. Once the equator line was passed around April 10, the route would have been corrected to the south-southeast, and the fleet passed about 210 miles to the west of the Fernando de Noronha archipelago.

From March to September a southeast monsoon affects the winds along the northeast coast, from Cape Calcanhar (5º 09' S) to the São Francisco River (10º 31' S) and the drag effect from the west slacks off near the latitude of Cape of São Roque (5º 29' S) as the south equatorial current divides into two: the "Guyana current" that continues west and follows the coast heading northeast and the "Brazilian current" that continues to the southeast quadrant, flowing along the coast, 120 to 150 miles off-shore, allowing ships to pick up speed.

On Tuesday, the 21st, according to the testimony of Cabral's well-known scribe, the crew members found some signs of land: "a great quantity of long plants that the seamen call scum and others that they also call donkey tail". Even though there were favorable winds at this latitude (around 17º S) that blew strongly east, which would have helped the chief captain reach his main objective of reaching the Indian monsoon quicker, he deliberately changed course west in search of land.

On April 22 in the morning they encountered "birds they call petrels and in the evening" they "caught sight of land, specifically of a high hill, very tall and round, and of other lower ranges to the south of it and flat lands with large tree. The large hill the captain names Paschal Hill and the land Vera Cruz".

After this discovery, the armada anchored about 6 leagues (19 miles) off the coast. The following day, a Thursday, the lighter ships (caravels) followed by the heavier ones (carracks), carried out sounding operations and anchored about a half a league (mile and a half) at the mouth of what was later called Friar River.

After going along the shore for about 10 leagues (almost 32 miles), the pilots passed by the Buranhém bar and came upon a "reef <the Red Crown> with a very good and safe natural harbor, and <Cabrália Bay> with a very wide entrance" where they dropped anchor. The carracks anchored at about a league from the reef since they reached the location a little before sundown. Afonso Lopes, the pilot for the chief captain, searched the port and during this operation captured two young men that were in a dugout canoe, and took them to the captain's carrack in order to be interrogated.

On Saturday, April 25, the larger ships entered the bay and set anchor. Once the maritime tasks were done, all the commanders came together at Cabral's carrack and Nicolau Coelho and Bartolomeu Dias were given the responsibility by the chief captain to free the two natives imprisoned the day before and give them gifts, as well as send to shore the exile Afonso Ribeiro, who had the mission of gathering more detailed information from the aborigines.

Around 200 men armed with bows and arrows had gathered on the beach, but they put down their weapons at the request of their companions that were in the skiffs. Soon they progressively began to establish friendly relations among the Lusitanian sailors and the Tupiniquim Indians, by trading objects (hoods, bracelets, and rattles for bows, arrows, and feather adornments) and receiving assistance from the natives in replenishing water and firewood.

On Easter Sunday, the chief captain ordered the set-up an altar on the island of Red Crown to celebrate mass. The first Christian ceremony in Brazil that the crew participated in together with around two hundred Tupiniquim Indians that were on the beach, was performed by Friar Henrique de Coimbra, the guardian of the Franciscans, who on an improvised pulpit also gave a speech about the significance of Easter and the finding of the land.

On the same day the commander had a meeting with all the captains of the squadron that agreed to the proposal of sending the king the support ship with the "good news of this discovery" of the Land of Vera Cruz and with the mission of exploring in more detail upon return.

The group discussed whether any Indians should be captured to be sent to the kingdom, but the decision was made to leave the two exiles with the mission of learning the language and gathering information about the land. Once the meeting was over, the chief captain explored the shores of the Mutary River and gave the crew permission to rest. Diogo Dias took advantage of this opportunity to organize a dance to the sounds of harmonica music, with both Portuguese and Amerindians participating.

During the following days, the load from the supplies boat was transferred to the other eleven ships. After provisions of water and firewood were replenished, a large cross was built, and in an attempt to gain more information from the inhabitants of the land and to establish a friendly atmosphere with the Tupiniquim, some of them were invited to eat onboard the carracks and even spend the night.

The cosmographer along with the pilots of the chief captain's carrack and other captains (Afonso Lopes and Pêro Escobar) took advantage of the time on land to set up on the beach the large wooden astrolabe, which was more precise than the small astrolabes of tin used on board, in order to measure the height of the sun at noonday and compare these calculations with the leagues traveled and estimate the distance of the Cape of Good Hope. The measurement of the latitude of Cabralia Bay (which is currently set at 16º 21' S) taken on April 27 by those three technicians gave the result of 17º S, and therefore had a margin of error of less than 40'.

In a letter sent to King Manuel I, Master John Faras included not only recommendations of a nautical nature, but also the first description and a sketch representing the Cross, the constellation of the Southern Cross. The opinions of the two authors who report on the discovery of Brazil about the nature of the new land do not completely coincide. Pêro Vaz de Caminha thought it was an island, as he closes the letter to King Manuel stating; "Porto Seguro, from your island of Vera Cruz, today, Friday, May 1, 1500". Master bachelor John, on the other hand, states that "...we have almost come to understand by sign language that this was an island, and that there were four, and dugout out canoes from other islands come here..." dating his letter "Vera Cruz on the first day of May, 1500".

On May 1, Friday, the chief captain chose the location of the site where a large cross would be built out of wood so that, according to Cabral's scribe, "it could be best seen". This showed the concern for marking off that excellent place for water for replenishing the future armadas, similar to what Vasco da Gama had done along the coast of Africa in 1497 when he ordered a large cross to be made on a tall mast to more effectively mark the Bay of São Brás.

After this, a procession was organized to transport the cross, to which were attached the arms and royal divisions, to the proximities of the falls of the Mutari River where it was set up, followed by a celebration of the second mass in the Land of Vera Cruz. Once the liturgical ceremonies were finished, the commander of the expedition ordered the supplies boat to leave for Lisbon under the command of Gaspar de Lemos, sending the king parrots, bows, arrows, and other objects provided by the Tupiniquim, as well as the letters from the captains, the foreman, the cosmographer, and the scribe about the "discovery of the new land".

On Saturday, May 2, Cabral's squadron set sail from the Brazilian anchorage for India, leaving, however, on land two first-journey crew members who had deserted on the eve before the journey and the same number of exiles.

The route delineated by Cabral's armada, analyzed in the light of the currents that occur along the Brazilian coast during the southeast monsoon and the direction of the winds at the time of year they crossed the South Atlantic, as well as the quarter from which the lookouts in the crow's nest sighted land, prove the "clear intention of, once reaching the latitude of about 17 degrees and being safe as to the wide route around Africa, to change course toward the setting sun," therefore, with a clear intention of discovering land in this area of the Atlantic.

Gaspar de Lemos' ship made the trip back to Lisbon following the Brazilian shore which went from Porto Seguro to the Cape of São Jorge identified today as the Cape of Santo Agostinho (8º latitude south) in Pernambuco,

an extension of more than 150 leagues, which made it possible to confirm that it really was a continent. After Cabral's expedition, the following were added to the royal cartographic standard: the general outline of the explored coast, an inscription referring to the discovery, the names of the limits reached, and a coat of arms flag marking the most northern location. King Manuel I thus learned in June-July of 1500 of the successes achieved by the second India armada up to May 1, including the existence in the west, within his area of demarcation, of a large land to the south.

CONCLUSION | The kingdom of Manuel I (1495-1521) prioritized mostly East and North Africa. The results of Vasco da Gama's expedition opened a new era of Portuguese and consequently European expansion, which went from the Atlantic-African cycle that lasted for almost four hundred years to an inter-oceanic phase of an essentially Euro-Afro-Asian dimension with connections of secondary nature to Brazil, in which the route of the Cape took on a structuring function. These deep changes resulted in a readjustment of the position of the Atlantic which, in the context of the Lusitanian strategy, was transformed into a navigation center as an instrumental means for reaching the Indian Ocean and some years later the Pacific.

In the first period, from 1499 to 1509, the Crown adopted different stances on the Lusitanian incursions into the Orient. However, beginning with the term of the 2nd governor of the state of India, Afonso de Albuquerque (1509-1515) opted clearly for a model of intervention that was based on the Portuguese armadas obtaining naval hegemony by controlling the key positions for dominating the main sea routes: Ormuz (Persian Gulf), Malacca (Pacific), and Aden (Red Sea). Of this ambitious plan to conquer the vital straits that ensured the connection to India with the resulting oriental spaces, Albuquerque only failed in the assault of Aden. The conquest of a series of oriental trade centers such as Ormuz (1507) in the Persian Gulf, Goa (1510) along the Indian coast, and especially Malacca (1511) in the Strait of Malaysia, gave the Portuguese access to the coveted Asian civilizations such as China (1517) and the distant Japan (1543).

The imperial idea of Manuel, inspired by Duarte Galvão, had the basic objective of destroying Islam. In the first phase, Portuguese dominion of the Indian Ocean would make it possible to control the oriental trade routes, bar Muslim access to the large Indian trade centers, and this way economically strangle the Sultan of Cairo, who was a Muslim emperor whose main sources of income came from taxes charged at the crossing centers of Cairo and Alexandria on spices and luxury products from the East. The second stage consisted of establishing a network of alliances with local anti-Muslim kings, the main one being the emperor of Ethiopia, in order to create a political, military, and religious confederation to conquer Jerusalem, take over Egypt, and destroy Mecca and Medina. Parallel to the concentrated attack on Islam from the east, would be the process of military expansion to be taken up again in the north of Africa in order to conquer Morocco or make them a vassal nation.

To implement this imperial project, King Manuel acted on various fronts. He reserved an important portion of the trade of products and more profitable trade routes for the Crown as a means to obtain the resources needed to finance the messianic ventures, took decisions related to military expansion in East and North Africa, and set out to befriend the Hindu, Sri Lanka, and Malayan kings, the Ethiopian monarch, and the Chinese emperor in order to build an overall framework of anti-Muslim alliances.

Although the imperial project intended by King Manual I was only partially carried out, the results of a century of geographical mapping (1434-1543) and Portuguese expansionism had far-reaching consequences for humanity, instilling a winning combination of pioneer spirit, strategic vision, spirit of adventure, persistence, technical innovation (shipbuilding, nautical instruments, naval artillery) and a belief in new concepts (astronomical navigation method, Atlantic-Indian communication, route of the Cape). The Portuguese ships unveiled all the oceans, connected the continents, promoted large scale trade of intercontinental products, spearheaded an enormous exchange of plants and animals, fomented intense exchanges among civilizations and languages and unleashed the first large-scale global wave.

Sagres headland, Cape São Vicente | Former Roman Promontorium Sacrum – dedicated to the God Saturn. This cape was made famous by the nautical school built by Infante D. Henrique in the 15th century (Sagres School), encouraging the Portuguese Discoveries. Recent studies showed that it was, above all, an experimenting place of new ship building and navigation techniques.

Cloister of the Jeronimos Monastery, Lisbon | D. Manuel I (1495-1521) had this monastery built at the beginning of the 16th century. A climax of Manueline architecture, this building brings together Gothic and renaissance elements. Originally donated to the Order of Saint Geronimo, the building was declared a world heritage site by Unesco in 1984.

A LANGUAGE THAT CAME FROM FAR AWAY

Ivo Castro | Faculty of Humanities, University of Lisbon

What stands out the most, when we compare the language of Brazil with that of Portugal, is the number of different aspects that distinguish and often almost separate the two languages. More open and easily understandable pronunciations on one side of the Atlantic than on the other, the same things designated by a different word, the same word designating different things, sentences constructed with a dislocated structure, temporary difficulties in understanding and ways to reestablish comprehension, influences from other languages that can be felt here, but not there – all of this gives a flavor of the diversity that captivates those who reflect on their language and the way it exists and is used. It's not surprising that, with such elements, we get a certain feeling of disassociation.

But the discovery of differences implies a unified background. Only in a continuous landscape of similarities can one notice the irregularities. The common and shared elements of linguistic practices in the two countries don't nearly stand out as much, perhaps because these don't carry any future uncertainties and because the consistencies and continuities don't require a more complicated explanation than inertia (in the physical sense, not the behavioral sense). They may not be obvious, but we can find evidence of these continuities and consistencies everywhere.

Let's look at Brazil and find some examples, in an area in which the languages behave in a particularly arbitrary way: the choice and attribution of proper names for people and places (if the choice is arbitrary, coincidence becomes more important).

A Brazilian who lives in *Araraquara* or in *Curitiba*, or who goes to the beach in *Itacoatiara* or *Ipanema*, knows that he is in an area with a name that originated from the old languages of pre-colonial Brazil, a name that they have always had or acquired more recently. On the other hand, those who live in a place called *Nazaré* (in the states of Amapá and Bahia), *Alcântara* (Maranhão and Rio), *Atalaia* (Pará, Pernambuco and Alagoas) or *Viana* (Maranhão and Espírito Santo), may or may not know that these names aren't originally from Brazil but that they were brought by the European colonizers from Portugal, colonizers who didn't only bring the names of their land, but an entire language, its components and functionalities. The general acclimatization of this language to the new land was a complex and lengthy process that followed side by side the changes in society and its culture and affirmed itself from the beginning as a process that was autonomous from the evolution that the same language continued to undergo in its land of origin. It couldn't have happened any other way: in Brazil, the Portuguese language integrated and assimilated linguistic influences from the indigenous people and the African slaves, adding over the last 200 years the contributions of immigrants from Europe, the Middle East and the Far East. In general, everybody brought something to the Portuguese language that they adopted as the language of their new country, in a process of linguistic, ethnic and cultural miscegenation that permeates everything that will be said here.

It's likely that the choice of Portuguese names was made by the founders of the new settlements, who liked to keep the name of their native land. In some cases, they would mark the new foundation by adding a qualifier to the name: in the case of *Santarém Novo* is not only the proper name *Santarém* imported, but also the formative process of the name, which was commonly used in Portugal (and in general in all of Europe). Next to *Montemor-o-Novo*, *Idanha-a-Nova*, *Torres Novas*, we find the older communities called *Montemor-o-Velho*, *Idanha-a-Velha*, *Torres Vedras* (*vedra*, from the Latin word *vetera*, an archaic word for "velha" -old). We find another type of imitation in the names that describe elements of the landscape or the area: in both countries we find *Praia Grande* (large beach), *Areias* (sands), *Ponta da Areia* (sandy point), *Ponta Delgada* (thin point), *Ponta Grossa* (thick point), *Outeiro* (hill), *Vila Velha* (old town), *Meia Praia* (half beach), but we can't be sure that the Brazilian name was directly derived from the same Portuguese name. It is much more likely that with similar physical characteristics, the language, acting independently both here and there, would have arrived at the same name. Something similar occurred with the very common religious names that are used in both countries: what does the Brazilian city of São Miguel remind you of - the island in the Azores or the patron saint? If the second answer is the correct one, then we are seeing history repeat itself: the island on the Azores also owes its name to Infante D. Pedro's devotion to the patron saint São Miguel.

Sometimes there is a strong suspicion that a place name was directly inspired by Portuguese demographic realities: according to the *Roteiro da viagem da cidade do Pará*, written by father José Monteiro de Noronha[1], there were seven settlements along the coast of Pará in the 18th century. Four of these were called *Colares*, *Porto Salvo*, *Penha Longa* and *Cintra* (nowadays called *Maracanã*). Considering that these four names correspond to neighboring Portuguese villages in the hills of Sintra, near Lisbon, how likely is it that the people who settled and named those settlements in Pará came from this small area in Portugal? Similar collective migration also happened frequently between one Portuguese province and another, often with similar name copying.

Not always were the names attributed to the settlements that had been founded, there are cases of the "*Lusitanization*" of Indian names. Antonio Porro, editor of the travel journey of Padre Noronha, has some interesting examples of this: the old village of *Guaricuru* became *Melgaço*, *Arapijó* became *Carrazedo*, *Maturá* was named *Porto de Mós*, *Pirauiri* was named *Pombal Pombal (op. cit., pp. 79-90.)*. As was to be expected, in more recent times we also see the opposite happening, with names being re-*Indianized*: Old *Parajó* was named *Vila Viçosa*, and is now called *Cametá*; the former *Aricaria* was called *Sousel*, before returning to its old name; the Pará village of *Itacoatiara* became known as Aldeia dos *Abacaxis*, then *Serpa* and now it's *Itacoatiara* again; *Vila do Conde* is now *Murucupí*, etc. Mutations like these, resulting from collective feelings of affinity or rejection, also took place in Portugal: In the south there have been several renamings to eliminate any references to Galician names. Before, the town of *Póvoa de Santarém* was called *Póvoa da Galega* and the current *Montijo* used to be *Aldeia Galega do Ribatejo*.

We also notice, in addition to similar names between Brazil and Portugal, an effective coincidence of linguistic attitudes. Without changing topics, we have found other proof of this observation in the names of people, both in given names and last names. Here we also notice a significant difference between the two countries that affects given names in particular: in Brazil there is an enormous amount of freedom in the choice and creation of names, which allows for some very original names, or numerous variations on the same name and an unrestricted inclusion of foreign names, which is common in states that have taken in a lot of immigrants. These characteristics, which any observer can easily perceive, don't really prepare us for the suggestion that the most commonly used names, both given names and last names, are the same in both countries.[2] Let's look at the available data: in Portugal the two most common last names nationally are *Silva* and *Santos* (data collected from telephone listings). Both in the center of Rio de Janeiro and in the center of São Paulo, the largest group of telephone subscribers is called *Silva*, followed by *Santos*. Total coincidence, then. The next ten most common names we found, with some small variations in order, were *Pereira*, *Ferreira*, *Costa*, *Rodrigues*, *Martins*, *Oliveira*, *Almeida* and *Gomes* (list compiled with same data and criteria as above). This reveals a phenomenon that requires more in depth quantitative studies, but with some caution we can say the following: the Brazilian and Portuguese families with the abovementioned characteristics share the same names, and in very similar proportions. Caution is required, because there is no guarantee that the same distribution of last names would be found in other segments of the Brazilian population. Also, we can't assume that all the *Silva* are of Portuguese origins and distant cousins of the Portuguese *Silva*. Different mechanisms, that we would need to learn more about, could have made immigrants change their last name in order for them to integrate better into Brazilian society (for example a central-European family with the name *Lodric* is called *Rodrigues* today); it is also known that slaves would adopt the name of their masters. Things could have happened this way. But for this to happen it was necessary to have a basic condition: the last names available to the non-Portuguese, in addition to being the same, had to exist in Brazil in the same proportions as they did in Portugal.

Is it necessary to add that in terms of given names the panorama doesn't change? The most common female name for both Brazilian and Portuguese women is *Maria* (usually *Maria of something*), followed by *Ana*. For men, the most common names are *José* and *Antonio*. Then we see more or less the same names until we get to a medium level of occurrences, a level below which we begin to see a more significant variation in the creative choice of

names. If we only focus on those that occur in large numbers, we can come to the following statement: the names of many Brazilians and the names of the places in which many live belong to the language that everybody speaks, a language that wasn't born on Brazilian soil, but was transported here. A language that came from far away.

Far means, in this case, the other side of the Atlantic Ocean. In absolute terms, we could probably point back to a beginning somewhere in Central Asia, from where at an unknown date (probably six or seven millennia ago) the linguistic group known as Indo-European began to spread, creating related languages, such as Sanskrit, Iranian, Armenian, Greek, Albanian and certain groups that developed into new language families: Celtic, Slavic, Germanic and Italic. Almost all European languages are Indo-European (with the exception of Basque, Hungarian and Finnish). To the first layer of Celtic, of which there are some remnants in French Bretagne and on the British Isles (Breton, Gaelic, Welsh and Irish), were later added the Germanic languages in the north (German, the Scandinavian languages, Dutch and English) and the Latin derived languages in the south. These are, from east to west, Romanian, Italian, French and Provençal, Catalan, Spanish, Galician and Portuguese, collectively known as the Romance or Latin languages.

What unites these languages, in addition to territorial contiguity, is a handful of pan-Latin characteristics, identified by Friedrich Diez, one of the first linguists who studied these languages as a group[3]. According to Diez, all of them use articles derived from the Latin pronoun *ille*, all form the comparative with words derived from the Latin adverbs *plus* or *magis*, all conjugate their verbs with the same auxiliary verbs, derived from *esse, habere, tenere* (italian *sono venuto*, Spanish *he venido*, Portuguese *tenho vindo*), all indicate the verbal person with personal pronouns, all have a future tense formed with the auxiliary verb *habere* (*amare habeo > amar hei > amarei*), and all have adverbs composed with *mente*. These affinities explain, partially, the ease with which Italian and Spanish immigrants adapted to the Brazilian Portuguese language which also absorbed linguistic traces from their languages of origin.

The emergence of Latin languages is related to the process of disintegration of the vast Roman Empire and occurred during the first centuries of the Middle Ages. But the common characteristics pointed out above come from more ancient changes that took place when Latin was still a fairly unified language, because otherwise they wouldn't be found in the modern languages, the way they are. As Rome began to lose influence over its provinces and these became more isolated, the Latin that was spoken in each one began to take its own course, which sometimes led to the emergence of languages in new medieval states and sometimes resulted in more or less autonomous dialects. The diversity of the Latin family is far almost too great to be discussed in a brief summary. Therefore, we will concentrate on Portuguese, which began in the extreme western corner of the continent and became one of the languages that more easily went beyond the limits of the map of Europe.

The history of Portuguese begins as a chapter in the history of Latin, as Olavo Bilac hinted in his metaphor "Ultima flor do Lácio". In fact the main linguistic component of Portuguese is the language of Rome, brought by the imperial expansion to the land that served as its cradle, the northwest corner of the Iberian Peninsula, today's Spanish province of Galicia and the Portuguese provinces of Minho, Douro and Beiras. It isn't untrue to classify the Portuguese language as an evolved form of Latin, obtaining its personality from the particular way it developed and the associations it established along the way with other languages. Compared to the other Latin languages, Portuguese distinguishes itself by possessing both very innovative as well as highly conservative traces, which is a result of its marginalized position on the continent. Not everything that came from the center of the Empire arrived in time in the northwestern corner of Iberia: certain novelties got lost along the way, the same way certain local peculiarities were never effectively repressed. What is revolutionary, and didn't occur in any of the other Latin languages –proof that it didn't originate in Latin – is the loss of the consonants *n* and *l*, when placed between vowels: the Latin word *luna* remains unaltered in Romanian, Italian and Spanish (*luna*) and only somewhat changed in French (*lune*), but in Portuguese it has been reduced to *lua*; very similarly, the *l* that is present in the Latin verb *colare* remains in Italian (*colare*), Spanish (*colar*) and French (*couler*), continues in a different form in Romanian (*cura*) but disappeared completely in Portuguese (*coar*); We shouldn't be fooled by these two meager examples of *lua* and *coar*, because occurrences of the two fallen consonants are very common in Portuguese, and their disappearance has affected the appearance of innumerous words, in addition to secondary effects that we won't go into right now, such as the mergers and rejections of vowels that ended up side by side after the separating consonant disappeared.

In addition to these innovations, Portuguese distinguishes itself by preserving certain linguistic traces, such as some of the Latin diphthongs that most of the other languages gave up or changed significantly: for example the Latin diphthong *aurum* survives in Portuguese in the word *ouro* (and Romanian *aur*), but became a simple vowel in Italian and Spanish *oro*, or in French *or*. This preservation of the diphthong is typical of Northern Portugal and Galicia where the language was formed, but was lost in the dialects in the south, where the word written as *ouro* is pronounced very similarly to the Spanish word; and this was the pronunciation transported to Brazil.

Innovation and preservation are defined in relationship to the background, which consists in the formation of the Portuguese language as the result of a specific evolution of a variety of Latin that was spoken in certain geographic regions and time periods. The rhythm and the way in which the Romans settled in the Iberian Peninsula also had a decisive influence on the formation of the Ibero-Latin languages, and especially on Portuguese. It was a difficult and slow undertaking: almost two centuries went by between the arrival of the Romans on the eastern coast of the peninsula (Ampurias, 218 B.C) and the final pacification of the region where the Portuguese language would emerge (August's Campaign, 27 A.D). From Rome's point of view, this region was Finisterra (Land's end), a name still used for one of the most western capes in Galicia. More than two centuries would go by before an autonomous province was instituted and integrated into the Empire. The province was named *Gallaecia et Asturica*, for its Galician and Asturian inhabitants.

This fact has linguistic relevance. The late implementation of Latin amidst these populations extended the life of the Pre-Roman languages, much beyond their permanence in other parts of the Empire. The survival of the pre-Roman languages in Gallaecia and in the entire northern part of the Peninsula until shortly before the beginning of the disintegration of the Empire, created conditions in which the local Latin, that hardly had time to really take root, would be submitted to strong innovative pressures from the substratum. Nothing much is known about these languages, as there was no written form but we can assume that phenomena such as the weakening and drop of consonants between vowels, that only affected the languages that emerged in that region (Galician and Portuguese), may have occurred in the Latin that was spoken here because of the speech habits of the pre-Roman populations, which they maintained when they began to speak Latin.

It's easier to prove the effect of the substratum on the lexicon. The Romans called their beds *lectus*, a term that persists in almost every Latin language ((*letto, lit, lecho, leito*), or less frequently *stratum* (from which comes *strat, strato, estrado*). They never laid down in a *cama*: this term doesn't even exist in vulgar Latin. When a reference was made to it by Santo Isidoro de Sevilha he did it in a quite colorful way. Describing a certain piece of clothing, that was probably like a night gown, he says: «camisias uocari quod in his dormimus in camis, i.e. in stratis nostris»[5]. We call them *camisas* (shirts) because we sleep with them in *camas* (beds), which are the same as our *estrados*. Santo Isidoro was from Andalusia and only in the languages of the Iberian Peninsula does the word *cama* exist. Hence the unanimous opinion that this is a pre-Roman term, taken over by Latin and later transmitted to the languages that formed on the Peninsula. Other words have an analogous distribution and are therefore attributed to one or another language of the substratum of the Peninsula: some, like *Paramus* (high altitude pasture), are of Indo-European origin, whereas others go back to even older layers, such as *sarna* (a skin disease) or *arrugia* (predecessor of the modern word *arroyo* –brook-). Just as ancient are the names of many rivers[5] and villages[6] that were respected and preserved by the Romans. And that is the most relevant aspect: Roman civilization imposed its language on the people it dominated on the Iberian Peninsula, but it also adopted many elements from them that became part of Iberian Latin and remained in the succeeding languages. Thus a model was established of loaning and assimilating data from other cultures, which would continue to be applied successfully in subsequent contacts with the languages and cultures of the Germanic people and the Muslims. Certain elements were adopted consciously, such as the proper names and common vocabulary, others occurred in a more subtle way, as with pronunciation features. Because of these options, different varieties of Latin emerge in the different provinces and correspond to different substrata. When the provinces fell into isolation and became closed territories out of which the Christian kingdoms would later emerge, the right conditions were created for the development of an embryo of the Latin languages.

It is time to talk about two myths that often come up in conversations of this kind: the Lusitanian and Germanic myths. The Lusitanians were one of the populations encountered by Rome on the Iberian Peninsula, occupying a territory that is believed to have covered from the Douro river basin until the Tagus, the equivalent of central-south of Portugal and extending into Spanish Extremadura. They were historically known for resisting Roman occupation and for the leadership role of their hero Viriato, who was later appropriated by the Portuguese humanists to idealize the pre-history of the nation. The name *Lusitanians* became synonymous with *Portuguese* (António Ferreira, *Poemas Lusitanos*); André de Resende, author of *De Antiquitatibus Lusitaniae*, also gave it the same meaning, and after *Lusus*, the partner or son of Baco, came the term *lusíadas*, adopted by Camões as the title of his epic poem (without, however, without using it once in the text[7]). Science was also favorable to the idea: since Alexandre Herculano, Leite de Vasconcelos, and Amorim Girão and Paiva Boléo, the theory has circulated that the Portuguese nation (including it's language and its other institutions) had its origin in the land of the Lusitanians, assuming their descent from this tribe. However, today we believe the theory that the Lusitanians were an Indo-European people, not a Celtic people. The few written inscriptions they left us, written in a Latin alphabet, allow us to sketch a description of their language: a word like *porcom*, which alludes to a deity frequently portrayed as a boar or a pig, shows signs of Indo-European declination (accusative) and the presence of an initial *p-*, which makes the hypothesis of it being a Celtic language unlikely. So far no trace has been found of the early characteristics associated with primitive Portuguese: as far as we know the intervocalic *n* and *l* weren't affected; in compensation, some diphthongs show a tendency to become a monophthong. In summary, the Latin that was spoken in Lusitania, with that language as substratum, could not have been the starting point for Portuguese[8].

This only confirms what we already know: Portuguese emerged in the region located north of Lusitania, in a different region that includes all of modern Galicia and the north of Portugal, as far as the Vouga river basin (the cities of Agueda and Aveiro), the known boundaries of the province Gallaecia at Asturica. It is from here that the first expansionist movement began during the period of the Christian Reconquista (9th-12th centuries), to conquer the area that is now the western part of the Peninsula. A second expansion, beginning in the 15th century, lasted much longer and took the language outside of Europe towards Africa, Asia and Brazil.

The result was a contrast between the original linguistic area and the new territories: in fact, only those born today in the area north of Vouga speak a native language. This excludes those who hail from Lisbon, Rio de Janeiro or Luanda, but includes people born in Aveiro, Braga, Vigo and Corunha. Based on this, Portuguese is not the only language that developed from the Latin that was spoken in the northwest of the peninsula. There is also Galician, which in modern Spain has the status of an autonomous national language, similar in many aspects to what it was in the Middle Ages before Castilian dominance removed its social and cultural power, now restored. It's a matter of debate whether Galician and Portuguese once formed a perfect idiomatic unit; it's more likely that they were a combination of dialects that left Latin through the same door,but were quickly drawn into divergent directions: Galician toward a Spanish influence and Portuguese to the Reconquista in the south. The existence of different centers of powers since the end of the 11th century only contributed to the process of separation between Galicia and Portugal, which prevailed despite not insignificant forces of proximity: the existence of a long common border, deep cultural affinity, migration in both directions and a distinguished 12th -14th century troubadour literature..

It was probably around the 6th century that the individuality of the language began to show itself, distinguishing it from its neighbors (in the south derived from Lusitanian Latin, to the east derived from Astur-Leonese) with specific characteristics, such as the loss of *l* and the *n*, which didn't occur in the other languages. As people were illiterate then, only in the first medieval documents do we find this characteristic confirmed in writing: for example *elemosias* (instead of *elemosinas* - alms) in a document dating back to 882; *Froia* (instead of *Froila*) in a document from 919. But people write the way they have been speaking for a long time.

In the 6th century the Peninsula was politically controlled by a Visigoth monarchy. The Visigoths annexed the adjacent kingdom of the Sueves, whose territory included the former province of Gallaecia et Asturica. Sueves and Visigoths were Germanic nations who, with their arrival in the Iberian Peninsula, became to a large extent Romanized; it is certain that the structure of administrative and legal institutions of the future Christian kingdoms owes a great deal to these tribes and that the population of Hispania, at least in higher levels of society, adopted Germanic names that still exist

today (*Carlos, Fernando, Luis and Rui* are some common names in Portuguese of Germanic origin). Because of the Roman habit of naming land after its owner, the north of the Peninsula is full of German place names. This doesn't mean that these areas were densely populated by Germanic people, but that the population had adopted the names of the ruling class. This seems to have been the main linguistic contribution of the Visigoths. In terms of vocabulary we exclude the Germanic words that we find in several Latin languages, as these became part of the Latin lexicon first -*guerra* (war), *elmo* (helmet), *sabão* (soap)-; only those words that are exclusively found in the Peninsular Latin languages can be attributed to the Visigoths. However there are very few of these (*espeto* (skewer), *estaca* (pole), *luva* (glove), *roupa* (clothing), *espora* (spur), *enguiçar* (to stall), *íngreme(steep)*).[9]

The popular Latin spoken in the provinces, unaided by Visigoth domination, began to divide itself into the future Latin languages during this period. This process was already ongoing in the north of the Peninsula before the Muslim invasion in 711. These languages would later become Galician-Portuguese, Astur-Leonese, Castilian, Aragonese and Catalan. It is possible that the outlines of the emerging Latin languages and the lines of separation weren't very well defined and thus, from one end to the other, we have the impression of a gradually changing linguistic continuum. Anyhow, all linguistic choices that would later form the various national languages of the Peninsula had been made and all had their origins in the north.

What about the center and south? Similar to what was happening in the northern part, several national regions with their own Latin variations were being formed. But the map that could have revealed the distribution of these languages in formation was completely obliterated by the Muslim invasion and would only be redrawn, with new boundaries, during the period of the Reconquista. So in the center and south occurs the opposite of what happens in the small nations in the north; here we find a large territory, Andalusia, united under Muslim rule. In the beginning of the occupation, the Mozarab communities, made up of Christians who maintained their religious and cultural identity, lived in a closed community, preserving the past, which was conducive to the preservation of their language; but over time they progressively dissolved into Arab society. It is highly unlikely that the Reconquistadores would have found anybody here who still spoke Romance. But the Arab language, at least the kind spoken by the peasants, preserved some traces of the extinct Romance language, which were transmitted to Portuguese. In the southern dialects people today will say *avelaneira* instead of *aveleira* (hazel shrub); in the area around Lisbon there are two villages near each other called *Fontanelas* and *Fontelas*: It's obvious that the first one has had that name since the Roman days, surviving Visigoth, Arab and Portuguese rule without losing the intervocalic *n*, which tells as much of a story as the Roman tombstones that sometimes show up from building foundations. There are many areas in the south of Portugal with a similar onomastic history. *Fontelas*, tells another story, also quite common: after the Reconquista, people from the north wanted to replicate in their migration the name of the region where they were born (remember we saw the same thing happen in Brazilian place names?) In the Roman period, the village was called *Fontanellas*, but the name underwent the consonant erosion of primitive Portuguese. The *l*, because it was double, survived, but the *n* didn't, so the name became *Fontaelas* and then *Fontelas*.

All of this concerns the transmission role that the Islamic presence in the south of the Iberian Peninsula performed, an intermediary between Ancient history and the Christian Middle Ages. But the Arab language also played another role: as the county of Portucale advanced in conquering the land in the center and south and eventually became the kingdom of Portugal (1143), the populations that lived in the Galician-Portuguese areas began to move to the newly conquered regions and imposed their language. In the resulting contact that resulted from this, Arab served as the substratum and Portuguese was the dominant language, paying the same price as Latin had in similar circumstances: it prevailed, but with contributions from the absorbed language. It is commonly believed that all of the Arab words present in the Portuguese language are a result of the lengthy Islamic occupation of the Iberian Peninsula (from the 8th-13th centuries in Portugal and an additional 200 years in Spain). This is true for a large number of words that can be found in older documentation: *alcachofra* (artichoke), *álcool* (alcohol), *aldeia* (village), *algodão* (cotton), *almanaque* (almanac), *almirante* (admiral), *almofada* (pillow), *armazém* (warehouse), *arrebatar* (to grab), *arroz* (rice) *arsenal* (arsenal), *assassino* (assassin), *atracar* (to dock), *auge* (summit), *azar* (bad luck), *azeite* (olive oil), *balde* (bucket), *café* (coffee), *divã* (couch), *droga* (drug), *fulano* (fellow), *gazela* (gazelle), *guitarra* (guitar), *jasmim* (jasmine), *louco* (crazy), *marfim* (ivory) *mascara* (mask), *mesquinho* (stingy), *mesquite* (mosque), *oxalá!* (God willing!), *pato* (duck), *refém* (hostage), *sofa* (sofa), *sultão* (sultan), *tabaco* (tobacco), *talco* (talcum). These thirty six words, with the odd exception, are part of the basic lexicon of the language and have a very frequent usage and recognition. It is in this frequent usage that the main contribution of Arabic to Portuguese lies, and not so much in the total number of loan words: Portuguese owes a great deal to Arabic not because loan words are in large numbers, but because they are used every day. The list above corresponds with maybe half of the list that was developed by Federico Corriente for Spanish, which suggests that Portuguese has maybe less than half of the Arabic loan words that Spanish has. Normally the total number of loan words is estimated around four thousand[10]. Of course if one looks at more technical and educated language registers, we will encounter on Corriente's list other words that a lot of speakers of Portuguese will recognize, but they are far from being used in our daily vocabulary: *alaúde* (lute), *alcove* (alcove), *arrecife* (reef), *candil* (lamp), *cifra* (figure) *marrano* (impure), *nácar* (mother-of-pearl), *naipe* (suit), *tabique* (partition wall), *zénite* (zenith). Another important deduction needs to be made: not all Arab words in Portuguese are the result of the contact that occurred on the Iberian Peninsula. Many have only been found in Portuguese since the 16th century, which makes us assume that these have been imported during the Portuguese occupation of Morocco or in other contacts made in the Middle East. Without the overseas expansion some of these words, some very common ones, may not have existed in Portuguese: *açorda* (bread soup), *alcateia* (wolf-pack), *alcatra (rump steak)*, *alecrim (rosemary)*, *aletria* (vermicelli), *cáfila* (caravan), *cafre* (savage), *cartaz* (poster), *ceroulas* (long underwear), *enxaqueca* (migraine), *faquir* (fakir), *garrafa* (bottle), *mameluco* (mameluke), *monção* (monsoon), *saloio* (villager), *tarefa* (task) , *tufão* (typhoon)[11]. This obviously leads us away from the founding period of the language, which matters us more.

In 1249 the Portuguese Reconquista comes to its end with the occupation of the Algarve. Portugal has the size and outline that it maintains until today; its borders are of the oldest and most stable in all of Europe. In the conquered regions of the south, events repeat themselves: the conquered inhabitants remain, they mix with new inhabitants from the north (Portuguese, but also Galicians and some from other provinces such as Leon and Castile) and learn their language, to which they lend something of their own. The Portuguese language that is introduced in the south is not a standardized united language; it is a collection of dialects that mirrors the diverse linguistic map that continues to mark the north of Portugal, small valleys separated by mountains, small villages and a scattered population. In colonizations such as this, with many different dialects mixing in a new region and the speakers living away from their native regions, you usually see the emergence of a *koine*, a hybrid language that preserves such features that are common to all dialects and erases those specific of each one. Those who are familiar with the Portuguese landscape will certainly note that this koine with very few distinctive forms is the perfect counterpart of the southern plains, so different from the mountainous landscape in the north. The Portuguese language spoken in the south is divided into very few dialects, with very few differences that cover large areas. The dialect map preserves even today this very clear contrast between the Portuguese language spoken in the original area and in the reconquered area. Some people have been led to believe that Brazil had been colonized only by imigrants from the Alentejo and the Algarve[12], because in Brazilian Portuguese we find none of the most distinct characteristics of the northern dialects: such as confusing the b and v, sibilant consonants, some diphthongs that were already old in the Middle Ages. But it is unlikely that these traces wouldn't have crossed the Atlantic in the language of people from Beira, Trás-os-Montes and Minho, and it's much more likely that they were erased in the same way they were in the Alentejo and Algarve, victims of a new koine, a tropical one. Some relics point in this direction: a characteristic which in Portugal only survives in the northeastern dialects (Alto Minho, Beira Alta, Trás-os-Montes) is a palatal affricate of a complicated origin, that we can more or less reproduce with the sound *tch*. This has nothing to do, originally, with the identical sound in Spanish (*mucho*), or the Brazilian sound (*tia*). But this pronunciation has been found in Brazil (in Mato Grosso and the interior of São Paulo) in the exact same circumstances and words that occur in Portugal (*cocho, chuvarada*). Almost extinct now, these sounds can only exist in two complete opposite regions if at some point in the past they also occurred in the territory in between.[13]

After the end of the Reconquista, when the settlements began to consolidate, new Portuguese dialects were created and the process of becoming a nation was taking place, an interesting phenomenon occurred: still bubbling from the chemistry that created them, these new dialects began to behave as a center for linguistic innovation, equalizing the old dialects (a process of historic retribution that is still ongoing) and making themselves available to serve as the basis of the construction of a linguistic norm that was required by the Renaissance functions of a national language that would also serve as the language of literature and learning. Political factors (at the end of the 14th century the political and economic centers were transferred to Lisbon) helped the ascent of these new dialects and the appearance of linguistic superstructures based on them. These come normally to mind when we develop the history of a language, because they are based on the written form, are easier to document and describe[14], and become the vehicle for intellectual productions and education. But both the illiterate and the erudite languages arrived at the end of the Middle Ages already formed and ready to set off on an overseas expansion.

The Portuguese language, when it arrived in Brazil, was not a new and inexperienced language. It had come from far, covered a lot of territory and, above all, was very used to meeting other cultures and other languages, filling itself with their riches. It knew how to give and how to receive. It was ready for the challenge of another new world.

1 José Monteiro de Noronha, *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província* (1768), ed. de Antonio Porro, São Paulo, EDUSP, 2006, p. 22.

2 Suggestion only, as it is based on partial poles, without any statistical certainty or sociological evaluation: Ivo Castro, "A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro", *Novi te ex nomine. Estudos filolóxicos ofrecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*, ed. A. Boullón, Coruña, Fund. Barrié, 2004, p. 245-256; "Mais sobre antroponímia luso-brasileira: dados cariocas", *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*, Braga, Universidade do Minho, 2005, p. 45-52.

3 Alberto Várvaro, *Historia, problemas y métodos de la lingüística románica*, Barcelona, 1988, p. 48

4 Isidoro, *Origines* 19, 22, 29 (A. Ernout-A. Meillet, *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, Paris, 1932).

5 *Durius* (Douro), *Limia* (Lima), *Minius* (Minho), *Vacua* (Vouga), *Tagus* (Tejo).

6 *Bracara* (Braga), *Igaeditania* (Idanha), *Olisipo* (Lisbon), *Murtili* (Mértola).

7 *Lusitano* (60 times), *Lusitânia* (6), *Lusitânico* (1).

8 Manuel Salinas de Frías, Los pueblos prerromanos de la península Ibérica, Madrid, 2006, pp. 133-135; J. A. Correa Rodríguez, *Elementos no indoeuropeos e indoeuropeos en la historia lingüística hispánica*, Historia de la lengua española, dir. Rafael Cano, Barcelona, 2004, pp. 45-46.

9 Dieter Kremer, *El elemento germánico y su influencia en la historia lingüística peninsular, Historia de la lengua española*, dir. Rafael Cano, Barcelona, 2004, 133-148.

10 «el número de arabismos del iberorrom. (...) nunca alcanzó los dos millares, a menos de añadir derivados léxicos y topónimos de origen ár., de donde pueden resultar esos quatro o cinco mil de que a veces se habla» Federico Corriente, El elemento árabe en la historia lingüística peninsular, *Historia de la lengua española*, dir. Rafael Cano, Barcelona, 2004, p. 203; «La cantidad de arabismos léxicos en el español actual se ha cifrado entre 4.000 y 7.000, aunque la edición 22.ª del *Diccionario de la Lengua Española* de la Real Academia solo ofrece 1.300» Francisco Moreno Fernández, *Historia social de las lenguas de España*, Barcelona, 2005, p. 72.

11 Myriam Benarroch, *Les arabismes en portugais au XVIe. siècle*, diss. doutor., Paris, Sorbonne Nouvelle, 2000.

12 The ocean ports used by the navigators were in the south (Lisbon, Setúbal, Lagos) but the largest part of the Portuguese population lived in the north. So there is likely a parallel with the Spanish case and «la presencia mayoritaria de los andaluces entre los emigrantes a América, los cuales representan más del doble de los colonos de otras regiones hasta el año 1600» J. L. Ramírez Luengo, *Breve Historia del español de América*, Madrid, 2007, p. 17.

13 Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, Ecos fonético-fonológicos no falar cuiabano, *Vozes cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*, Cuiabá, 2005, pp. 82-89.

14 Among other descriptions, Serafim da Silva Neto, *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, INL, 1952; Paul Teyssier, *História da língua portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1980; Ivo Castro, *Introdução à história do português*, Lisboa, Colibri, 2006; and Rosa Virgínia Mattos e Silva, *O português arcaico*. Uma aproximação *(Léxico, morfologia, sintaxe e fonologia)*, Lisboa, IN-CM (in print).

Cape Roca, Sintra | 140 meters above sea level, Cape Roca is the most western point of the European continent, a real land end. In the words of Luis de Camões, this is where "the earth ends and the sea begins" (in Os Lusiadas, Canto VIII, 78).

MARCELLO DANTAS Reconhecido designer e curador de exposições e diretor de documentários desde 1986. Formado em Cinema e Televisão pela New York University, e pós graduado em Telecomunicações Interativas pela mesma universidade. Estudou História da Arte e Teoria de Cinema em Florença, na Itália, e Relações Internacionais e Diplomacia em Brasília. No seu currículo incluem-se prêmios de melhor documentário na Bienalle Internationale du Film Sur L'Art do Centro Georges Pompidou em Paris, no FestRio, no International Film & TV Festival of New York e o prestigioso ID Design Award da Business Week. Seus trabalhos se concentram na potencialização de conteúdos históricos com uma gramática altamente imersiva onde a sensorialidade e a percepção são enfatizadas.

Em sua atividade, que é amplamente multidisciplinar, os trabalhos artísticos, a curadoria, a direção e a produção convergem em áreas diversas, mas norteadas pelo encontro da Arte com a Tecnologia. Como curador de exposições de arte se destacam as de *Anish Kapoor*, *Bill Viola*, *Gary Hill*, *Jenny Holzer*, *Shirin Neshat*, *Laura Vinci*, *Tunga*, *Peter Greenaway* e *Tempo Inoculado* no Brasil. Nas artes cênicas, as operas *O Cientista*, *Ópera Mundi* no Maracanã, o balé *Floresta Amazônica* de Dalal Achcar, a peça *Uma Noite na Lua* de João Falcão com Marco Nanini. Entre as grandes exposições históricas se destacam *Antes – Histórias da Pré-História* e Arte da África, no CCBB, *50 Anos de TV e +* na Oca do Parque do Ibirapuera, *Paisagem Carioca* no MAM do Rio, *De Volta à Luz* e a *Escrita da Memória*, no Instituto Cultural Banco Santos, e *Mano a Mano* no Centro Cultural de la Villa de Madrid. Dantas inaugurou em 2006 o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, como seu diretor artístico, e o Museu das telecomunicações, em Belo Horizonte.

Marcello Dantas is an accomplished designer and curator of exhibits and has been a documentary maker since 1986. He has a degree in Cinema and Television from the New York University and a post graduate degree on Interactive Telecommunications from the same university. He has studied the History of Art and Theory of Cinema in Florence Italy, and International Relations and Diplomacy in Brasilia. His resume includes awards for best documentary at the Bienalle Internationale du Film Sur L'Art of the Centre Georges Pompidou in Paris, at FestRio, the International Film & TV Festival of New York and the prestigious ID Design Award from Business Week. His works have focused on the potentiality of historic content, with a highly immersive structure that emphasizes sensorial and perceptual experiences.

In his activities, which are highly multidisciplinary, his artistic works, curatorship, direction and production come together in a variety of areas, but always driven by the encounter between Art and Technology. Some of his exhibitions as curator include *Anish Kapoor*, *Bill Viola*, *Gary Hill*, *Jenny Holzer*, *Shirin Neshat*, *Laura Vinci*, *Tunga*, *Peter Greenaway* and *Tempo Inoculado* in Brazil. He has worked on the set and stage design of the operas *O Cientista*, *Ópera Mundi* in Maracanã, the ballet *Floresta Amazônica* by Dalal Achcar, the play *Uma Noite na Lua* by João Falcão with Marco Nanini. Highlights of his large historical exhibits include *Antes - Histórias da Pré-História* e Arte da África (Before – Stories of Prehistory and the Art of Africa), at the CCBB, *50 Anos de TV e +* (50 years of TV and more) at the Oca in Ibirapuera Park, *Paisagem Carioca* (Carioca landscape) at the MAM in Rio, *De Volta à Luz* and *Escrita da Memória*, (Return to the Light and Writings of Memory) at the Instituto Cultural Banco Santos, and *Mano a Mano* at the Centro Cultural de la Villa in Madrid. In 2006, Dantas inaugurated as its artistic director the Museum of the Portuguese Language in São Paulo and the Museum of Telecommunications in Belo Horizonte.

LUÍS FILIPE DE MATOS RAPOSO Arqueólogo e especialista em Pré-História Antiga (Paleolítico), Luís Raposo é Director do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e Professor no departamento de história da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Luís Raposo é também Presidente da assembleia geral da Associação Profissional de Arqueólogos (APA) e vice-presidente da assembleia geral da Comissão Nacional Portuguesa do Icom (International Council of Museums).

Sua actividade inclui a participação como assessor cientifico, co-autor e comissário na instalação de alguns museus de arqueologia, locais e regionais, e de diversas exposições de âmbito nacional e internacional.

Representante de Portugal e/ou do Ministério da Cultura em numerosas comissões de nomeação governamental, Raposo é responsável não somente por projectos de investigação autorizados e/ou financiados pelo Ministério da Cultura, pelo Ministério da Ciência e por diversos acordos de cooperação internacional bilateral, mas também por diversos projectos de intervenção arqueológica de campo em Portugal.

É também autor de numerosa bibliografia sobre a Pré-História, arqueologia e museologia arqueológica, publicada em monografias e revistas da especialidade, nacionais e estrangeiras (cerca de 180 títulos entre 1972 e 2006).

Archeologist and specialist in Ancient Prehistory (Paleolithic), Luis Raposo is the director of the National Museum of Archeology in Lisbon, and professor at the History department of the Faculty of Arts at the University of Lisbon.

Luis Raposo is also the president of the General Assembly of the Professional Association of Archeologists (APA) and vice-president of the General Assembly of the National Portuguese Committee of ICOM (International Council of Museums).

He also works as a scientific consultant, co-author and commissioner on installations in several local and regional archeology museums and various national and international exhibits.

He is a representative of Portugal and/or the Ministry of Culture on several government appointed committees. Raposo is not only responsible for research projects authorized and/or funded by the Ministry of Culture, Ministry of Science and several international bilateral cooperation agreements, but also works on several archeological field projects on Portugal.

He is the author of a vast collection of publications on prehistory, archeology and archeological museology, published in theses and national and international academic journals (approximately 180 titles between 1972 and 2006).

MARIA CONCEIÇÃO LOPES é professora do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra e coordenadora científica do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D, 281 FCT).

Investiga a civilização romana, sendo sua obra *A Cidade Romana de Beja:* Percursos e Debates acerca da *Civitas* de Pax Ivlia uma profunda reflexão e discussão sobre conceitos e métodos invocados nos estudos das cidades evoluídas em espaços de cidades romanas em geral e, particularmente, em Portugal.

A interrogação e o inconformismo são as marcas mais visíveis de sua atitude pública e científica. Investigadora sobre o passado, é, todavia, para o presente que quer contribuir, afirmando, que o préstimo do saber

produzido pela arqueologia é proporcional ao uso que desse se puder fazer na estruturação e planeamento das sociedades contemporâneas. Na observância desses princípios, acredita que a investigação sobre os espaços do passado deve ser abordada de forma multidisciplinar, o que levou-a a empenhar-se na construção e no ensino de uma nova disciplina científica de convergência: a arqueogeografia.

Mais adepta das plateias em que possa confrontar suas ideias do que dos textos publicados, não é grande sua bibliografia, mas é frequente cruzarmos com sua contribuição em seminários de discussão sobre arqueologia, herança cultural, património e PIB da cultura e dos bens culturais e sua importância no desenvolvimento sustentável, bem como em projectos relacionados com temas diversos, nacional e internacionalmente.

A poesia primeiro; a arte depois; os livros, e a música, no rádio e na rua, de preferência, acompanham o percurso pessoal e sustentam a retaguarda de uma investigação inquieta que experimenta na solidão das lentas terras aplanadas e quentes do sul a emoção de se construir livre

Maria Conceição Lopes is a professor at the Archeology Institute of the University of Coimbra and scientific coordinator of the Centre of Archeological Studies of the Universities of Coimbra and Porto (Unidade I&D, 281 FCT).

She studies Roman civilizations and has written *A Cidade Romana de Beja: Percursos e Debates acerca da Civitas de Pax Ivlia* (The Roman City of Beja: Journeys and Debates about the Civitas of the Pax *Ivlia*); a profound reflection and discussion of the concepts and methods used in studies of the cities that have evolved from the Roman cities in general, and especially in Portugal

Her public and scientific approach is marked by her desire to always question and never to conform. Although she studies the past, she wants to contribute to our present times that the usefulness of knowledge that has resulted from archeology is proportional to its use in the organization and planning of current societies. In observing these principles, she believes that studies about spaces in the past need to be approached in a multidisciplinary way, which has made her develop and teach a new scientific convergent discipline: *archeography*.

More a fan of audiences that she can confront with her ideas than of published texts, her bibliography is small, but we often come across her contributions in seminars and debates on archeology, cultural heritage, legacy and the GDP of culture and cultural goods and their importance in sustainable development, as well as projects of various national and international themes.

Poetry first, art second; books and music, on the radio and on the street accompany her personal journey and find, in her restless studies of the slow-moving, flat, scorched lands of the south, the passion to be free.

SANTIAGO MACIAS Licenciado em história da arte na Universidade de Lisboa e doutorado em história na Université Lumière-Lyon 2, Santiago Macias é técnico superior do município de Mértola, desde 1992. Tem aí desenvolvido trabalho nos domínios da museologia, arqueologia e divulgação.

Membro da direcção do campo arqueológico de Mértola e responsável editorial da revista *Arqueologia Medieval*, Macias é co-responsável pelas escavações arqueológicas em Mértola e director científico da intervenção arqueológica no Castelo de Moura.

Coordenador da instalação dos núcleos paleocristão (1992-1993) e islâmico (1991-2001) do Museu de Mértola, foi também comissário científico das exposições *Portugal Islâmico:* Os Últimos Sinais do Mediterrâneo (Lisboa, 1998) e *Portugal–Marrocos* (Tânger, 1999), cujos catálogos também coordenou. Além disso, é membro da comissão científica do projecto Terras da Moura Encantada/Museus sem Fronteiras (criação de circuitos turísticos no âmbito da arte islâmica), em 1999, e director ainda, em Portugal, do *Discover Islamic Art* (projecto internacional de divulgação da arte islâmica: www.discoverislamicart.org) (2004/2007).

Desde Novembro de 2006, lecciona arqueologia medieval no departamento de história, arqueologia e património da Universidade do Algarve.

A graduate in art history from the University of Lisbon and doctorate in history from the Université Lumière-Lyon 2, Santiago Macias has been head technician of the municipality of Mertola, since 1992. Here he has developed work in the areas of museology, archeology and promotions.

Member of the board of the archeological site in Mertola and editor responsible for the magazine *Arqueologia Medieval*, Macias is responsible for the archeological excavations in Mertola and serves as scientific director of the archeological project of the Castelo de Moura.

Coordinator of the exhibits about paleo-Christianity (1992-1993) and Islam (1991-2001) at the Mertola Museum. He was also the technical commissioner of the exhibits Islamic Portugal: the last signs of the Mediterranean (Lisbon, 1998) e *Portugal–Morocco* (Tangiers, 1999), and coordinated the catalogues. Furthermore, he is a member of the scientific commission of the project Terras da Moura Encantada/Museums without Borders (development of tourism routes on Islamic art), in 1999, and current director, in Portugal of *Discover Islamic Art* (an international project to promote Islamic art: www.discoverislamicart.org) (2004/2007).

Since November 2006, he has taught Medieval archeology at the Department of History, Archeology and Heritage of the University of the Algarve.

PAULO ALMEIDA FERNANDES é licenciado em história, variante de história da arte, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, instituição onde defendeu sua dissertação de mestrado, com o título *A Igreja Pré-Românica de São Pedro de Lourosa*. Na actualidade, integra a divisão de inventário, documentação e arquivo do Instituto português de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Tem colaborado com diversas instituições (DGEMN- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Círculo de Leitores, Museum with no Frontiers, Fundação Mário Soares, Câmaras Municipais de Cascais, Alcochete e Montijo, Região de Turismo da Planície Dourada, Consejo Superior de Investigación Científica de Madrid) e integrado vários projectos de investigação, de que se salientam o *Estudo Monográfico do Edifício da Sé-Catedral de Lisboa* (protocolo entre o Ippar, o Instituto Superior Técnico e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e *Arqueología de la Arquitectura Altomedieval en Extremadura, Asturias e Portugal* (coordenado pelo doutor Luis Caballero Zoreda).

Secretário da direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses desde 2002, publicou cerca de 30 artigos em revistas da especialidade (*Murphy*, *Estudos-Património*, *Arqueologia Medieval*, *Arqueologia e História*, *Artis*) e em actas de congressos da área. É autor dos livros *A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha* (2001) e *Almodôvar* (2007).

Paulo Almeida Fernandes has a bachelor's in history, a variation of art history, from the Faculty of Arts at the University of Lisbon, where he also defended his Master's thesis, entitled *A Igreja Pré-Românica de São Pedro de Lourosa* (the Pre-Romanesque Church of São Pedro de Lourosa). Currently he is part of the Inventory, Documentation and Archive Department of the Institute on the Management of Architectural and Archeological Heritage (Igespar, I.P.)

He has worked with several organizations (DGEMN- General Administration of National Buildings and Monuments, Círculo de Leitores (the Readers Circle), Museum without Borders, the Mário Soares Foundation, the Municipalities of Cascais, Alcochete and Montijo, the Planície Dourada Tourism Region, Superior Research Council of Madrid) and has taken part in various research projects, including *Estudo Monográfico do Edifício da Sé-Catedral de Lisboa* (the Monographic Study of the Sé Cathedral of Lisbon; agreement between Ippar, the Superior Technical Institute and the Faculty of Arts of the University of Lisbon) and *Archeology of the Architecture of the Early Middle Ages in Estremadura, Asturias and Portugal* (coordinated by Luis Caballero Zoreda).

Since 2002 he has been secretary of the board of the Association of Portuguese Archeologists and has published approximately 30 articles in academic journals (*Murphy*, *Estudos-Património*, *Arqueologia Medieval*, *Arqueologia e História*, *Artis*) and at conferences on this theme. He is the author of the books *A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha* (the Mosque-Cathedral of Idanha-a-Velha, 2001) and *Almodôvar* (2007).

CLÁUDIO FIGUEIREDO TORRES Licenciado em história e história da arte pelas universidades de Bucareste e Lisboa e doutor *honoris causa* pela Universidade de Évora, é director do campo arqueológico de Mértola, que fundou em 1978. Foi agraciado com o Prémio Pessoa em 1991.

Depois do 25 de abril de 1974 a 1984, durante dez anos foi docente de história medieval e arqueologia islâmica na Universidade de Lisboa. Entre 1985 e 1996 foi chefe da divisão cultural da Câmara Municipal de Mértola. De 1996 a 2002 foi director do Parque Natural do Vale do Guadiana. Entre 1996 e 2007 foi presidente da comissão portuguesa *do International Council on Monuments and Sites* (Icomos).

Desde 2004 é coordenador em Portugal do programa Euromed - Fundação Euro Mediterrânica Anna Lindh para o Diálogo entre Culturas, com sede em Alexandria (Egipto).

Desde 2006 é membro do conselho consultivo do Instituto do Património Arquitectónico.

Nos últimos 30 anos tem proferido inúmeras conferências na Europa, África e América Latina, tendo dedicado sua investigação e publicado vários trabalhos sobre a civilização islâmica, sobretudo em Portugal.

Graduate in history and art history from the Bucharest and Lisbon universities and doctor *honoris causa* from the University of Évora. Torres is the director of the archeological site in Mértola, which he founded in 1978. He was awarded the Pessoa Award in 1991. From April 25, 1974 until 1984, he was a professor of Medieval History and Islamic Archeology at the University of Lisbon.

From 1985 to 1996 he was the head of the cultural department of the City of Mértola. From 1996 to 2002 he was the director of the Vale do Guadiana National Park. From 1996 and 2007 he was the president of the Portuguese commission of the *International Council on Monuments and Sites* (Icomos). Since 2004 he has been the coordinator in Portugal of the Euromed program of the Anna Lindh Euro-Mediterranean Foundation for the Dialogue between Cultures, seated in Alexandria (Egypt). Since 2006 he has been a member of the advisory council of the Institute for Architectural Heritage (Igespar, I.P.).

In the last 30 years he has spoken at numerous conferences in Europe, Africa and Latin America, dedicating his research to Islamic civilization, particularly in Portugal, and has published various works on this topic.

JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA, obteve, em 1974, o bacharelato em história e, em 1976, a licenciatura, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1986 concluiu o mestrado em história da arte, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a dissertação *O Tardo-Gótico na Arquitectura Religiosa do Alentejo*, a que se seguiu, em 1993, o doutoramento, na mesma faculdade, com a tese *Paços Medievais Portugueses: Caracterização e Evolução da Habitação Nobre em Portugal – Séculos XII a XVI*. Em 2003 realizou as provas de agregação no grupo de história da arte, disciplina de história da arte medieval, tendo a lição de síntese versado sobre *Memória e Imagem: Reflexões sobre a Escultura Tumular Portuguesa – Séculos XIII e XIV*.

Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL) tem leccionado as cadeiras de história da arte medieval, e tem desempenhado, por diversas ocasiões, as funções de coordenador e de presidente da comissão científica do departamento de história da arte e de presidente do Instituto de História da Arte. Exerceu também funções de vice-presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (2005-2006).

É o responsável pelo projecto de investigação Imago, financiado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia (FCT), destinado à criação de uma base de dados de iconografia medieval.

José Custódio Vieira da Silva, obtained his baccalaureate in history in 1974, and his bachelor's degree, in 1976, at the Faculty of Arts of the University of Lisbon. In 1986 he completed his Master's degree in Art History at the Faculty of Social Sciences and Humanities at the New University of Lisbon, with his thesis *O Tardo-Gótico na Arquitectura Religiosa do Alentejo* (Late Gothic in Religious Architecture in Alentejo), and in 1993 he concluded his doctor's degree at the same university, with the thesis *Paços Medievais Portugueses: Caracterização e Evolução da Habitação Nobre em Portugal – Séculos XII a XVI* (Medieval Portuguese Palaces: Characterization and Evolution of Noble Residences in Portugal, 12th to 16th centuries). In 2003 he defended his PhD thesis for the art history department on Medieval art history. The topic of his thesis was *Memória e Imagem: Reflexões sobre a Escultura Tumular Portuguesa – Séculos XIII e XIV* (Memory and Image: reflections on Portuguese Tomb Art, 13th and 14th centuries).

He has held the chair of Medieval Art History at the Faculty of Social Sciences and Humanities and has served, on a number of occasions, as coordinator and president of the science committee of the art history department and as president of the Institute of Art History. He has also exercised the role of vice-president of the scientific council of the Faculty of Social Sciences and Humanities (2005-2006).

He is responsible for the research project Imago, funded by the Foundation for Science and Technology (FCT), aimed at creating a data base of medieval iconography.

MARIA JOSÉ FERRO TAVARES é professora catedrática reformada da Universidade Aberta. Doutorou-se pela Universidade Nova de Lisboa, onde fez parte de sua carreira e chegou a professora catedrática. Na Universidade Aberta foi responsável pela área de ensino a distância, vice-reitora entre 1994 e 1998 e reitora de 1998 a 2006.

Sua área de investigação é a história económica e social, com especial incidência nos séculos XIV a XVI. Tem-se dedicado ao estudo dos judeus e dos cristãos-novos em Portugal, da história monetária medieval, da pobreza, assistência e morte na Idade Média. Mais recentemente tem estudado as correntes milenaristas na ideia de império português e seu reflexo na arte.

É autora de vários livros publicados em Portugal, Espanha, França, Israel e Estados Unidos. Além disso, seus cerca de 50 artigos publicados distribuem-se pelos estudos de história monetária medieval, das revoltas populares, da nobreza nos fins do século XIV, do milenarismo e do messianismo judaico, entre outros.

Maria José Ferro Tavares is a retired university professor of the Open University. She completed her doctor's degree at the New University of Lisbon, where she developed her career and became a professor. At the Open University she was responsible for the Distance Education department and held the position of vice-rector between 1994 and 1998 and rector from 1998 and 2006.

Her research specialty is economic and social history, with emphasis on the 14th to 16th centuries. She has dedicated herself to studying the Jews and New Christians of Portugal, the monetary Medieval history, poverty, social assistance and death in the Middle Ages. More recently she has studied the millenarian movements in the idea of the Portuguese empire and its reflection in art.

She is the author of several books published in Portugal, Spain, France, Israel and the United States. Furthermore, she has published approximately 50 articles on topics including Medieval monetary history, popular uprisings, nobility at the end of the 14th century, millenarianism and Messianic Judaism.

JORGE COUTO Licenciado em história e mestre em história moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecciona, desde 1985, as cadeiras de história dos descobrimentos e da expansão portuguesa e história do Brasil, Jorge Couto tem defendido a dissertação subordinada ao tema *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o Destino de seu Património (1759-1777)*.

Publicou numerosos trabalhos de natureza científica em livros e revistas nacionais e estrangeiros, sendo autor da obra *A Construção do Brasil* (Lisboa, 1995; Madri, 1996). Alguns de seus trabalhos foram traduzidos para o inglês, espanhol, francês e japonês. Prefaciou dezenas de obras de índole cultural em Portugal e no exterior.

Entre suas actividades se destacam o cargo de presidente do Instituto Camões, organismo do Ministério dos Negócios Estrangeiros responsável pela promoção e difusão da língua e cultura portuguesa no estrangeiro, e a participação como representante do Ministério da Cultura de Portugal na comissão luso-brasileira para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil (1996-1998). Além disso, foi vogal do conselho científico da comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1988-2002). Desempenha, desde 29 de outubro de 2005, o cargo de director da Biblioteca Nacional de Portugal.

Foi agraciado com condecorações do Brasil (Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, Comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul e Oficial da Ordem de Mérito Naval), de Marrocos, da Roménia, de França e do Togo.

A history graduate and Master's degree in modern history from the University of Lisbon, where he has been teaching since 1985 on the history of the era of discoveries and Portuguese expansion and the history of Brazil, Jorge Couto defended his thesis on the topic *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o Destino de seu Património (1759-1777, The Jesuit College of Recife and the Destiny of its Heritage)*.

He has published numerous scientific works in books and national and international academic journals. He is the author of the book *A Construção do Brasil* (The Construction of Brazil, Lisbon, 1995; Madrid, 1996). Several of his works have been translated into English, Spanish, French and Japanese. He has written introductions to dozens of works on cultural topics, in Portugal and abroad.

His activities include the position of president of the Instituto Camões, an organ of the Ministry of Foreign Trade responsible for the promotion of the Portuguese language and culture abroad, and he participated as a representative of the Ministry of Culture of Portugal in the Luso-Brazilian committee for the Celebrations of the 5th Centennial of the Discovery of Brazil (1996-1998). Furthermore, he was a member of the scientific council of the national committee for the Celebrations of the Portuguese Discoveries (1988-2002). Since October 29, 2005, he is the director of the National Library of Portugal.

He has been awarded decorations in Brazil (Great Cross of the Order of Rio Branco, Commander of the Order of the Southern Cross and Officer of the Honorary Naval Order), Morocco, Romania, France and Togo.

IVO CASTRO é catedrático de linguística histórica e crítica textual na Universidade de Lisboa. Dirige desde 1988 a Equipa Pessoa, constituída pelo governo português para publicar a edição crítica de Fernando Pessoa (14 volumes foram publicados até 2006 pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa).

Sua bibliografia inclui diversas publicações, entre as quais destacam-se: *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, com I. Duarte e I. Leiria (1987); *Editar Pessoa* (1990); *Curso de História da Língua Portuguesa* (1991); *Introdução à História do Português* (2004; segunda edição em 2006).

Ivo Castro é também responsável por importantes edições: *O Manuscrito de* O Guardador de Rebanhos, *de Alberto Caeiro* (1986); *Poemas de Fernando Pessoa:* 1921-1930 (2001); *Poemas de Fernando Pessoa:* 1931-1933 (2004); Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição* (2007).

Ivo Castro is a university professor of linguistic history and textual critique at the University of Lisbon. Since 1988 he has directed the *Equipa Pessoa*, a project constituted by the Portuguese government to publish a critical edition of Fernando Pessoa's work (14 volumes, published by 2006 by Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisbon).

His bibliography includes a large number of publications, some highlights are: *A Demanda da Ortografia Portuguesa* (The demand of Portuguese Spelling), com I. Duarte e I. Leiria (1987); *Editar Pessoa* (Editing Pessoa) (1990); C*urso de História da Língua Portuguesa* (Course on the History of the Portuguese Language, 1991); *Introdução à História do Português* (Introduction to the History of Portuguese, 2004; second edition in 2006).

Ivo Castro has also been responsible for a number of important editions: *O Manuscrito de* O Guardador de Rebanhos, *de Alberto Caeiro* (1986); *Poemas de Fernando Pessoa:* 1921-1930 (2001); *Poemas de Fernando Pessoa:* 1931-1933 (2004); Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição* (2007).

LUSA - A matriz portuguesa

Patrocínio | *Sponsorship*
Banco do Brasil

Realização | *Presentation*
Centro Cultural Banco do Brasil

Centro Cultural Banco do Brasil - Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março 66, Centro
20010-000 Rio de Janeiro RJ
Tel 21 3808 20202

Centro Cultural Banco do Brasil - Brasília
Setor de Clubes Esportivos Sul trecho 2 lote 22
70200-002 Brasília DF
Tel 61 310 7087

Centro Cultural Banco do Brasil - São Paulo
Rua Álvares Penteado 112, Centro
01012-000 São Paulo SP
Tel 11 3113 3651 / 3652

bb.com.br/cultura

Apoio | Rio de Janeiro
Ourocap

APOIO

REALIZAÇÃO

EXPOSIÇÃO | *EXHIBITION*

Idealizaçao do Projeto e Desenho de Montagem | *Exhibition Project and Design*
Marcello Dantas

Curadoria | *Curators*
Conceição Lopes - Presença Romana | *Roman Presence*
Cláudio Torres - Presença Islâmica | *Islamic Presence*
Ivo Castro - Língua | *Language*
Jorge Couto - A Ciência e os Descobrimentos | *Science and Discoveries*
José Custódio Vieira da Silva – Cristianismo Medieval | *Medieval Christianism*
Luís Raposo – Pré-História | *Prehistory*
Maria José Ferro Tavares - Presença Judaica | *Jewish Presence*
Paulo Almeida Fernandes - Alta Idade Média | *High Middle Ages*
Santiago Macias - Alta Idade Média | *High Middle Ages*

Coordenação | *Coordination*
MAG+ REDE CULTURAL

Produção Executiva | *Executive Production*
Angela Magdalena - Brasil
Conceição Amaral - Portugal

Arquitetura | *Architecture*
Estudio Gru / Jeanine Menezes

Assistente de Curadoria | *Curatorial Assistance*
Silvia Albertini

Produção | *Production*
Izabel Campello - Rio de Janeiro
Ana Bartolo - Rio de Janeiro
Nathalia Ungarelli - Brasília
Luís Campos - Portugal
TerraCulta, Ltda (Portugal)
Sérgio Santos - Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo

Assistente de Desenvolvimento | *Development Assistance*
Karin Kauffmann

Identidade visual | *Visual Identity*
19 Design / Heloisa Faria
Hugo Rafael, Elisa Janowitzer, Romulo Lima

Iluminação | *Lighting Design*
Beto Kaiser

Cenografia | *Setup*
Cenotech

Equipe Técnica Brasil | *Technical Team Brazil*
Angela Freitas - museologia | *Museology*
Iramá Gomes – multimídia | *Multimedia*
Jorge Garcia - montagem | *Setup*
José Neunann – multimídia | *Multimedia*
Marcelo Oliveira – multimídia | *Multimedia*

Transportes e Embalagens | *Shipping and Crating*
Alves Tegam - Brasil
FeirExpo - Portugal

Despacho Aduaneiro | *Custom Clearance*
Waiver Logística

Seguro | *Insurance*
JMS

Apoio produção | *Production assistance*
Adma Sara
Dario Francisco Silva
Sergio Ricardo
Edson Citriniti

Assessoria de imprensa | *Press Office*
CW&A, Rio de Janeiro
Objeto Sim, Brasília

Agradecimentos | *Acknowledgements*
Academia das Ciências de Lisboa
Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa
Cabido da Sé, Lisboa
Campo Arqueológico de Mértola
Direção Geral dos Arquivos (Torre do Tombo), Lisboa
Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte, Lisboa
IMC - Instituto dos Museus e da Conservação (Portugal)
Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras de Coimbra
José Lico
Ministério da Cultura (Portugal)
Museu da Língua Portuguesa
Museu Arqueológico de Sines - Câmara Municipal de Sines
Museu da Cidade - Câmara Municipal de Lisboa
Museu de Alberto Sampaio, Guimarães - IMC
Museu de Artes Decorativas Portuguesas da FRESS
Museu de Mértola - Câmara Municipal de Mértola
Museu de Moura - Câmara Municipal de Moura
Museu Geológico, Lisboa
Museu Judaico do Rio de Janeiro
Museu Militar , Lisboa
Museu Monográfico de Conímbriga - IMC
Museu Municipal de Faro - Câmara Municipal de Faro
Museu Municipal de Arqueologia de Silves- Câmara Municipal de Silves
Museu Municipal de Santarém - Câmara Municipal de Santarém
Museu Municipal de Torres Novas - Câmara Municipal de Torres Novas
Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa - IMC
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa - IMC
Museu Nacional do Azulejo, Lisboa - IMC
Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra - IMC
Museu Regional de Beja
Museu Santos Rocha - Câmara Municipal da Figueira da Foz
Paço dos Duques de Bragança, Guimarães - IMC
Secretaria Geral do Ministério da Cultura, Lisboa
Serviço de Documentação da Marinha (Brasil)
Sociedade de Geografia, Lisboa
TAP Portugal
Turismo de Portugal, IP
Universidade do Algarve, Faro

PUBLICAÇÃO | *PUBLICATION*

Patrocínio | *Sponsorship*
Banco do Brasil

Realização | *Presentation*
Centro Cultural Banco do Brasil

Textos | *Texts*
Conceição Lopes
Cláudio Torres
Ivo Castro
Jorge Couto
José Custódio Vieira da Silva e Joana Ramôa
Luís Raposo
Marcello Dantas
Maria José Ferro Tavares
Paulo Almeida Fernandes
Santiago Macias

Direção de Arte | *Art Direction*
Heloisa Faria
Marcello Dantas

Projeto Gráfico | *Graphic Project*
19 design / Heloisa Faria
Hugo Rafael, Elisa Janowitzer, Romulo Lima

Produção | *Production*
Silvia Albertini

Tradução | *Translation*
Alexandra de Vries
Justin Miller
Sergio Mello Campos

Revisão | *Copydesk*
Marca Texto Editorial

Fotografias | *Photographs*
Antonio Cunha, pg. 16
Conceição Lopes, pg. 13
Marcello Dantas, pgs. 5, 21
Nuno Fevereiro, pgs. 14, 17, 42
Fotografias cedidas pelo Turismo de Portugal: Arquivo, pgs. 31, 37, 38, 44; Nuno Calvet, pg. 38; Paulo Magalhães, pgs. 8, 47; José Manuel, pgs. 11, 37; João Paulo, pgs. 27, 41; Rui Cunha, pgs. 35, 53; Rui Moraes de Sousa, pg. 57

Impressão e CTP/ Printing and CTP

Este catálogo foi impresso em couché matt 170g/m² pela Gráfica XXXXXXX, em novembro de 2007